

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE
E CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA

**ONGS TRANSNACIONAIS E OS SENTIDOS DE SUSTENTABILIDADE
AMAZÔNICA: IMAGINÁRIO, DISCURSO E PODER**

Jonas da Silva Gomes Júnior

MANAUS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE
E CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA

Jonas da Silva Gomes Júnior

**ONGS TRANSNACIONAIS E OS SENTIDOS DE SUSTENTABILIDADE
AMAZÔNICA: IMAGINÁRIO, DISCURSO E PODER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, na área de Concentração “Processos Socioculturais na Amazônia”.

Orientador: Prof. Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa

**MANAUS
2017**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo autor.

G633o Gomes Junior, Jonas da Silva
ONGs transnacionais e os sentidos de sustentabilidade
amazônica: imaginário, discurso e poder / Jonas da Silva Gomes
Junior. 2017
235 f.; il.

Orientador: Walmir de Albuquerque Barbosa
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Sociedade e Cultura na Amazônia. 2. Transnacionais. 3.
Sustentabilidade. 4. Imaginário. 5. Análise do Discurso. I. Barbosa,
Walmir de Albuquerque II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

DEFESA DE TESE

JONAS DA SILVA GOMES JÚNIOR

Aprovado em 26/04/2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa - Presidente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Gasparetto Higuchi – Membro
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade – Membro
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

DEDICATÓRIA

Ao amado Deus. Também a minha querida esposa (Denise Gomes), mãe (Valdirene Freitas), pai (Jonas Gomes) e irmão (Felipe Freitas). Aos meus amigos da Nova Igreja Batista (NIB).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu o fôlego da vida, a perseverança e a capacidade intelectual para concluir esse importante curso.

A minha esposa pelo apoio incondicional e por compreender meus momentos de ausência, decorrentes do processo da elaboração da tese.

Aos meus pais que investiram tempo, intelecto e recursos durante toda minha formação.

Ao professor Walmir Albuquerque pela sua dedicação, empenho nas orientações e pela busca constante na qualificação deste material.

A professora Marilene Corrêa pelo seu fundamental apoio acadêmico, durante a primeira fase do doutoramento.

RESUMO

Diversas entidades ambientalistas Transnacionais, tais como Greenpeace e WWF, estão atuando no bioma amazônico e tem se utilizado dos recursos comunicacionais para legitimar a atuação na região, disseminar estratégias e ações ambientais, divulgar opiniões, interagir com outros organismos sociais e, por fim, agregar mais adeptos às causas que defendem. Nota-se que o discurso ambiental das ONGs Transnacionais é marcado por complexas formas de sensibilização dos seus públicos de interesse e diversificadas construções imagéticas em torno da Sustentabilidade Amazônica. Este estudo propõe uma reflexão sobre os processos de significação e as práticas discursivas das ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista, estabelecendo relações entre o discurso da Sustentabilidade Amazônica, a construção de imaginários e a “espetacularização do verde” no mundo globalizado. Têm-se como objeto analítico os sentidos discursivos de recursos midiáticos (conteúdos dos sites institucionais, publicações, anúncios de jornais e revistas, relatórios institucionais, vídeos e postagens em mídias sociais) utilizados pelas ONGs Transnacionais para disseminar informações sobre a Amazônia e o seu Desenvolvimento Sustentável no período entre 2010 e 2016. Para isso, utilizou-se a Análise do Discurso da linha francesa como eixo teórico-metodológico, sendo empregada para examinar o movimento interno dos textos, suas supressões, inclusões, não-ditos, questões ideológicas, saliências ou apagamentos, reveladores dos posicionamentos dos sujeitos enunciadorees. Durante o processo de análise do discurso das ONGs Transnacionais Greenpeace e WWF, notou-se que os sentidos de sustentabilidade amazônica efetivam-se por meio das seguintes categorias: “globalização econômica”, “poder simbólico”, “natureza imaginária”, “autoridade científica”, “sociodiversidade artificial” e “mercantilização/ moda”. Sustentamos que as ONGs, basicamente, têm três formas de representar a Amazônia: baú de recursos, natureza espetacular e mercadoria. O discurso das ONGs Transnacionais, como pode ser percebido pela análise dos textos, é ecocêntrico, contraditório e equivocado. Essas formações discursivas foram construídas a partir de preconceções suscitadas por conceitos historicamente datados. Destaca-se que o lugar de fala das ONGs Transnacionais é construído por meio de respaldado científico e pelas nuances do poder, caracterizado pelas articulações políticas e econômicas. As ONGs Transnacionais Ambientalisttas Greenpeace e WWF, utilizando-se de vários recursos discursivos, buscam produzir imagens da Amazônia de acordo com as suas perspectivas de mundo e impor a aceitação globalizada dessa imagem como realidade. Contudo, existe ainda um esquecimento do rico patrimônio cultural dos amazônidas.

Palavras-chave:

Sociedade e Cultura na Amazônia; Transnacionais; Sustentabilidade; Imaginário; Análise do Discurso.

ABSTRACT

Several transnational environmental entities, such as Greenpeace and WWF, are working in the Amazonian biome and have used communication resources to legitimize action in the region, disseminate environmental strategies and actions, disseminate opinions, interact with other social organisms and, finally, More supportive of the causes they defend. It is noteworthy that the environmental discourse of Transnational NGOs is marked by complex ways of sensitizing their stakeholders and diversified image constructions around Amazon Sustainability. This study proposes a reflection on the processes of meaning and the discursive practices of Transnational NGOs linked to the environmental movement, establishing relations between the discourse of the Amazon Sustainability, the construction of imaginaries and the "spectacularization of the green" in the globalized world. The discursive meanings of media resources (content of institutional sites, publications, newspaper and magazine ads, institutional reports, videos and social media posts) used by Transnational NGOs to disseminate information on the Amazon and its Development Sustainable in the period between 2010 and 2016. For this, the Discourse Analysis of the French line was used as the theoretical-methodological axis, being used to examine the internal movement of the texts, their suppressions, inclusions, not said, ideological questions, projections Or deletions, revealing the positions of the enunciating subjects. During the process of analysis of the discourse of the Transnational NGOs Greenpeace and WWF, it was observed that the meanings of Amazonian sustainability are realized through the following categories: "economic globalization", "symbolic power", "imaginary nature", "scientific authority "," Artificial sociodiversity "and" commodification / fashion ". We maintain that NGOs, basically, have three ways of representing the Amazon: resource box, spectacular nature and merchandise. The discourse of Transnational NGOs, as can be seen from the analysis of the texts, is eccentric, contradictory and mistaken. These discursive formations were constructed from preconceptions elicited by historically dated concepts. It is emphasized that the speaking place of Transnational NGOs is built through scientific support and the nuances of power, characterized by political and economic articulations. The Transnational Environmental NGOs Greenpeace and WWF, using various discursive resources, seek to produce images of the Amazon according to their world perspectives and impose the globalized acceptance of this image as a reality. However, there is still a forgetfulness of the rich cultural patrimony of the Amazonians.

Key words:

Society and Culture in the Amazon; Transnational; Sustainability; Imaginary; Speech analysis.

RESUMEN

Diversas entidades ambientalistas transnacionales, tales como Greenpeace y WWF, están actuando en el bioma amazónico y se han utilizado de los recursos comunicacionales para legitimar la actuación en la región, diseminar estrategias y acciones ambientales, divulgar opiniones, interactuar con otros organismos sociales y, finalmente, agregar Más adeptos a las causas que defienden. Se observa que el discurso ambiental de las ONGs Transnacionales está marcado por complejas formas de sensibilización de sus públicos de interés y diversificadas construcciones imaginarias en torno a la Sustentabilidad Amazónica. Este estudio propone una reflexión sobre los procesos de significación y las prácticas discursivas de las ONGs Transnacionales ligadas al movimiento ambientalista, estableciendo relaciones entre el discurso de la Sustentabilidad Amazónica, la construcción de imaginarios y la "espectacularización del verde" en el mundo globalizado. Se tienen como objeto analítico los sentidos discursivos de recursos mediáticos (contenidos de los sitios institucionales, publicaciones, anuncios de periódicos y revistas, informes institucionales, videos y posturas en medios sociales) utilizados por las ONGs Transnacionales para diseminar informaciones sobre la Amazonía y su Desarrollo Sostenible en el período entre 2010 y 2016. Para ello, se utilizó el Análisis del Discurso de la línea francesa como eje teórico-metodológico, siendo empleada para examinar el movimiento interno de los textos, sus supresiones, inclusiones, no, cuestiones ideológicas, salientes o borrados, reveladores de los posicionamientos de los sujetos enunciantes. Durante el proceso de análisis del discurso de las ONGs Transnacionales Greenpeace y WWF, se notó que los sentidos de sustentabilidad amazónica se efectúan por medio de las siguientes categorías: "globalización económica", "poder simbólico", "naturaleza imaginaria", "autoridad científica", "Sociodiversidad artificial" y "mercantilización / moda". Sostenemos que las ONGs, básicamente, tienen tres formas de representar a la Amazonia: baúl de recursos, naturaleza espectacular y mercancía. El discurso de las ONGs transnacionales, como puede ser percibido por el análisis de los textos, es ecocéntrico, contradictorio y equivocado. Estas formaciones discursivas fueron construidas a partir de preconcepciones suscitadas por conceptos históricamente fechados. Se destaca que el lugar de habla de las ONGs Transnacionales es construido por medio de respaldo científico y por los matices del poder, caracterizado por las articulaciones políticas y económicas. Las ONGs Transnacionales Ambientalistas Greenpeace y WWF, utilizando varios recursos discursivos, buscan producir imágenes de la Amazonía de acuerdo con sus perspectivas de mundo e imponer la aceptación globalizada de esa imagen como realidad. Sin embargo, todavía existe un olvido del rico patrimonio cultural de los amazonidas.

Palabras clave:

Sociedad y Cultura en el Amazonas; Transnacionales; Sustentabilidad; Imaginaria; Análisis del Discurso.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACA	Amazon Conservation Association
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CI	Conservation International
CNEA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientais
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSF	Conservation Strategy Fund (Fundo Estratégico de Conservação)
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
FAZ	Fundação Amazônia Sustentável
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Agência de Cooperação Alemã IA – Instituto Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IIED	Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IUCN	The World Conservation Union
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
Naturais TNC	The Nature Conservancy
NF	New Forest Advisory (Nova Floresta)
ONG	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTS	Organization for Tropical Studies
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PNN	Programa Nossa Natureza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PWA	Precious Woods Amazon
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TNC	The Nature Conservancy
TNC	Transnational Corporations (empresas transnacionais)
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USAID	United States Agency for International Development (Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional)
WCS	Wildlife Conservation Society
WCS	Wildlife Conservation Society (Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem)
WHRC	Woods Hole Research Center
WRI	World Resource Institute
WSPA	World Society for Protection of The Animals (Sociedade Mundial de Proteção Animal)
WWF	World Wide-Life Fund (Fundo Mundial para a Natureza)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Resultado da busca pelo termo “Amazônia”	91
Figura 2	Relatório Financeiro do Greenpeace.....	144
Figura 3	Relatório Financeiro WWF	144
Figura 4	Greenpeace denuncia a empresa Siemens	151
Figura 5	Denúncia sobre aumento do desmatamento.....	151
Figura 6	Greenpeace sobre a Amazônia.....	155
Figura 7	WWF sobre a Amazônia.....	155
Figura 8	Ação Ativista do WWF no Brasil – Comemoração do Dia da Amazônia.....	156
Figura 9	Vídeo da Liga das Florestas.....	160
Figura 10	Visão da Floresta Amazônica	160
Figura 11	Notas utilizadas no texto “Por dentro da Floresta Amazônica” do WWF.....	167
Figura 12	Notas referenciais utilizadas no texto “Vida Silvestre” do WWF	167
Figura 13	Imagem do indígena.....	175
Figura 14	Pedrinho - Vídeo do Projeto Eco Drones.....	177
Figura 15	Puán - Vídeo do Projeto Eco Drones	177
Figura 16	Camisa sobre a Amazônia.....	182
Figura 17	Greenpeace destaca camisa	182
Figura 18	Camila Pitanga no “Desmatamento Zero”	184
Figura 19	Dia da Amazônia e o jogador Neymar Jr.....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características de cada setor	57
Quadro 2	Síntese das Fases do Dispositivo Discursivo	122

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. AMAZÔNIA E A SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL AMBIENTALISTA ..	22
2.1. De qual Amazônia estamos tratando?	23
2.2. Diversidade da Sociedade Civil Transnacional Ambientalista	27
2.3. ONGs na Amazônia: políticas públicas, biopoder e projetos internacionais	34
2.4 Soberania e Amazônia: defesa, Amazônia e a Internacionalização	41
2.5 A influência das ONGs Transnacionais na Amazônia	44
3. GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA	47
3.1. Globalização Ambiental, Redes e a Amazônia	48
3.2. Mudanças na relação Homem-Natureza	53
3.3. Diversidade do movimento ambientalista	55
3.4. Marcos históricos do movimento ambientalista	58
4. A COMPLEXIDADE NA SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA	65
4.1. Rumo ao Desenvolvimento Sustentável?	66
4.2. Por uma nova visão de sustentabilidade: modelos e críticas	71
4.3. Interações entre o Pensamento Complexo e a Sustentabilidade Amazônica	74
4.4. A perspectiva complexa e social da Sustentabilidade Amazônica	80
5. DISCURSOS SOBRE A AMAZÔNIA: INVENÇÕES, IMAGENS E MÍDIA	85
5.1. Imaginário, Representações e Amazônia	86
5.2. Imagens polissemânticas sobre a Amazônia	89
5.3. Primeiros discursos e imagens a respeito da Amazônia	95
5.4. Construções midiáticas sobre a região amazônica	101
6. ANÁLISE DO DISCURSO, IDEOLOGIA E PODER	109
6.1. Bases Teóricas da Análise do Discurso Francesa (ADF)	110
6.2. As relações entre Discurso, Ideologia e Poder	114
6.3. Os elementos sobre o <i>ethos</i> discursivo na pesquisa	119
6.4. Dispositivo discursivo: procedimentos, fases e análises	121
7. SENTIDOS DISCURSIVOS DAS TRANSNACIONAIS NA AMAZÔNIA	129
7.1. Descrições dos objetos de estudo (Greenpeace e WWF)	129
7.1.1. Sobre o Greenpeace	129
7.1.2. World Wildlife Fund - WWF	134
7.2. Sentidos e significação no discurso do Greenpeace e WWF	137
7.2.1 Amazônia e a globalização da sustentabilidade econômica	139
7.2.2 Nuances do poder no discurso das ONGs Transnacionais	145
7.2.3 Argumentação científica no discurso das ONGs Transnacionais	154
7.2.4 A proeminência da natureza exótica no discurso ambiental	163
7.2.5 Dimensão social no discurso das ONGs Transnacionais	171
7.2.6 A "marca" Amazônica na perspectiva espetacular	179
7.2.7 Considerações sobre a Análise Discursiva	186
8. CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICE	216
ANEXOS	220

1. INTRODUÇÃO

Os assuntos relacionados à Amazônia estão cada vez mais presentes na agenda da política internacional, especialmente nas conferências da ONU sobre meio ambiente. Um bom exemplo disso foi a Conferência das Partes (COP 21), realizada em dezembro de 2015 em Paris, na qual ocorreram diversos debates sobre o tema amazônico, especialmente no *Amazon Solutions Day*. Diversas autoridades ambientais e especialistas em Amazônia tentaram apontar soluções concretas para a questão climática e a proteção da maior floresta tropical do planeta.

O interesse internacional pela região, geralmente, está atrelado às questões climáticas, aquecimento global, biodiversidade, desmatamento da floresta tropical e muitas outras². A análise de Viana (2015, p.1) sintetiza a visão mundial que se tem sobre o papel central da Amazônia: “se diminuir o desmatamento na região, a Amazônia pode contribuir de forma significativa para diminuir as emissões globais de gases efeito estufa. Se aumentar o desmatamento, ocorre o inverso: passamos a contribuir para agravar ainda mais o problema”.

Diversas entidades Ambientalistas Transnacionais atuam no bioma amazônico e se utilizam de recursos midiáticos e ações de ativismo social para legitimar a atuação na região, disseminar estratégias e ações ambientais, divulgar opiniões, interagir com outros organismos sociais e, por fim, agregar mais adeptos às causas que defendem. A Amazônia é vista por esses atores não governamentais como uma área que precisa ser protegida a qualquer custo, tendo em vista suas diversas peculiaridades.

Nesse cenário, as ONGs Transnacionais Greenpeace e WWF destacam-se pelo poder simbólico de suas ações que tem repercussão internacional. Esses atores não governamentais foram escolhidos como objeto de estudo por se utilizarem de diversos recursos midiáticos para disseminar a imagem da Amazônia no mundo globalizado, desde a divulgação massiva nos meios de comunicação até ações de ativismo digital nas suas mobilizações. Como consequência, na visão da sociedade, ambas se tornaram representantes da causa ambiental e são consideradas “autoridades” nas questões ambientais na Amazônia.

² Historicamente, a região amazônica tem despertado um fascínio desde os primeiros contatos com os europeus. As viagens exploratórias realizadas no século XVI por espanhóis e portugueses para verificar as potencialidades regionais são exemplos de um interesse econômico marcado por diversos aspectos geopolíticos.

Ademais, Greenpeace e WWF possuem uma rede de influência muito grande na Amazônia, sendo capazes de pautar atividades, projetos e ações de entidades ambientalistas regionais e, assim, influenciar diversos processos econômicos, políticos e socioculturais. Essa capilaridade relaciona-se ao potencial financeiro das referidas ONGs, que estão entre as que mais recebem recursos financeiros de doadores no mundo³.

As ações ambientalistas na Amazônia são efetuadas com interesses diversificados, formas de abordagem diferenciadas e projetos diferentes com eixos específicos de atuação. O Movimento Ambientalista na Amazônia é tão heterogêneo, que mesmo causas ambientalistas aparentemente comuns são objetos de amplas discussões e desentendimentos. Assim, os meios comunicacionais têm potencial para construir relações dos mais diversos tipos e, no caso do ambientalismo, modificar e criar novos padrões.

Além das ações ativistas, Greenpeace e WWF usam filmes, publicações, anúncios, relatórios institucionais, cartilhas, notícias, vídeos, documentários, revistas e outros para ressaltar biodiversidade e a “beleza natural” da Amazônia, os quais envolvem grande dose de simplificação dos problemas. Nota-se que o discurso ambiental dessas ONGs Transnacionais é marcado por complexas formas de sensibilização dos seus públicos de interesse e diversificadas construções imagéticas em torno da Sustentabilidade Amazônica.

Evidentemente muitas ONGs desempenham importante papel no desenvolvimento regional, porém o problema é que o governo central não adota – nenhum procedimento de triagem e fiscalização para subtrair aquelas que, nos mesmos moldes do início da colonização, vivem de **vender cenários idealizados** para financiadores além-fronteiras e além-mar (FONSECA, 2011, p. 410, grifo nosso).

Tais “cenários idealizados” foram detidamente analisados neste trabalho, considerando-se o imaginário amazônico, o espetáculo midiático, o contexto histórico-social, as condições de produção discursiva e as diferentes visões sobre a presença das entidades internacionais na região Amazônica.

A inquietação motivadora desta investigação foi perceber que as ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista utilizam os recursos comunicacionais para disseminar imagens, ideias, noções sobre o desenvolvimento sustentável na

³ Segundo um levantamento feito pela BBC Brasil, as referidas ONGs estão entre as seis importantes ONGs internacionais que aumentaram a receita total e a captação de doações em dinheiro de pessoas físicas desde 2008. A lista é composta por: WWF, ActionAid, Fundação Abrinq - Save the Children, Conservação Internacional, Médicos sem Fronteiras e Greenpeace. A matéria está disponível para consulta no endereço: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130627_ongs_abre_presenca_rg

Amazônia. Hoje, cada vez mais ocorre uma exposição massiva de assuntos relacionados ao Meio Ambiente na Amazônia. Marcovitch (2011) corrobora ao afirmar que:

A palavra sustentabilidade adquiriu, no espaço midiático, um significado às vezes puramente ambiental, assim mesmo de escala mínima, excluindo-se por inteiro a indispensável complementação socioeconômica. Influenciaram essa conotação muitas ONGs, empresas e governos que usaram a expressão para batizar projetos de marketing institucional sem reflexos na dinâmica do país (MARCOVITCH, 2011, p. 280).

Nesse bojo, entendemos que existe uma complexidade inerente aos processos de significação do discurso ambientalista, que reflete o antagonismo existente na natureza do Movimento Ambientalista Transnacional, marcada pelas díspares intencionalidades políticas, econômicas, operativas e institucionais das entidades. Acrescenta-se ainda as relações de interdependências globais presentes na região, que complexificam ainda mais a questão.

O elemento motriz desta investigação é notar que as ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista utilizam exponencialmente os recursos comunicacionais para “espetacularizar” e disseminar ideias sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Infere-se, com isso, a existência de uma “espetacularização do verde” por meio da utilização dos recursos comunicacionais para significar a imagem da Amazônia e ampliar a visibilidade institucional das ONGs transnacionais, mostrando um discurso difuso que pretende integrar-se as preocupações ambientais globais.

Propomos nesta tese uma investigação relacionada aos discursos utilizados por essas Organizações Transnacionais, levando em conta as projeções imagéticas e o contexto do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O estudo analisa os processos de significação e as características discursivas das ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista, estabelecendo relações entre o discurso da Sustentabilidade Amazônica, a construção imaginária da região e espetacularização do verde no mundo globalizado.

O presente trabalho, portanto, trata da atuação simbólica das ONGs na construção imagética da Amazônia. Nesse sentido, foram identificadas as principais características discursivas das ONGs WWF e Greenpeace para abordar o desenvolvimento sustentável amazônico. Os sentidos discursivos foram analisados nos instrumentos midiáticos (site institucional, mídias sociais, vídeos, anúncios publicitários, ações promocionais e outros), relacionando-os ao marco teórico.

O objeto em questão exigiu uma forma especial de interpretação que permitisse relacionar o movimento ambientalista na Amazônia, os processos de significação e a construção do discurso da Sustentabilidade. Por isso, utilizamos a Análise do Discurso Francesa (ADF), que pressupõe a existência de sistemas ideológicos formando uma rede simbólica que se integram mutuamente.

Alguns questionamentos exemplificam a pertinência e a importância desta tese: Como as ONGs Transnacionais, com os seus discursos e projeção mundial, estão contribuindo para construção de um imaginário sobre a Amazônia? Quais são as relações estabelecidas entre sociedade, natureza e cultura no discurso das Transnacionais? É possível comprovar a existência de uma “espetacularização do verde” nos discursos? Como os textos do Greenpeace e WWF constroem o conceito de sustentabilidade amazônica? A que discurso pertence esse conceito?

A pesquisa que ora está sendo apresentada torna-se salutar por buscar respostas para estas indagações à luz do conhecimento científico e, além disso, torna-se um interessante estudo de caso, sobretudo, tendo em vista a importância da região amazônica, as causas ambientalistas e as novas formas de interação social utilizadas pelas organizações ambientais.

Para buscar respostas aos questionamentos apresentados fundamenta-se esse trabalho na interdisciplinaridade e interseção de campos científicos diversos. Entre esses campos estão a Linguagem, Comunicação, Ciências Ambientais, Ciências Sociais, Relações Internacionais e outros, objetivando nessas inter-relações compreender a produção de sentidos ideologicamente assinalados das ONGs Transnacionais. Por isso, este trabalho proporciona um estudo aprofundando sobre as práticas discursivas das ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista, tendo em vista a complexidade das redes e processos socioculturais digitais dessas organizações ambientalistas na Amazônia.

A apreensão das práticas e estratégias discursivas das ONGs Transnacionais ligadas ao movimento ambientalista na Amazônia é um dos aspectos mais relevantes desta investigação porque implica considerar questões como as dimensões da globalização ambiental, imaginário, sustentabilidade, complexidade do discurso da sustentabilidade, a utilização das mídias para gerar interações sociais e as especificidades socioculturais.

As visões sobre a Amazônia, de forma indireta, se cristalizariam no imaginário global fundado na modernidade e perduram ainda nos dias de hoje pós-modernos nos discursos midiáticos acerca da região. Nesse sentido, acredita-se que ONGs Transnacionais Ambientalisttas tenham um papel preponderante na construção de imagens e representações

reducionistas sobre a Amazônia, sobretudo na esfera global. Em nossa Tese postulamos que esse ideário é “alimentado” pelas ONGs Transnacionais Ambientalistas.

Portanto, essa Tese trabalha com a perspectiva de que os discursos das Transnacionais possuem consequências simbólicas, tais como a sustentação de imaginários sobre a Amazônia. A rede simbólica identificada no *corpus* analisado é substancial, sendo possível apontar seis diferentes e complementares sentidos sobre a sustentabilidade amazônica, a saber: “globalização econômica”, “poder simbólico”, “natureza imaginária”, “autoridade científica”, “sociodiversidade artificial” e “mercadoria, marca e grife”.

Para se chegar a essas categorias, foi utilizado predominantemente o raciocínio indutivo, visto que ele é caracterizado por chegar a um conhecimento geral por intermédio da observação de certo número de casos particulares (FERREIRA, 1998). Dividiu-se a pesquisa em três macro-etapas: I- Elaboração de Cenários e Quadros Teóricos; II- Análise das Discursividades; III- Interpretação dos Textos.

A primeira fase da pesquisa foi constituída por operações de caráter teórico em função do objeto que se pretendia investigar (o discurso das ONGs Transnacionais Ambientalistas sobre a Sustentabilidade Amazônica). As operações envolvidas nesta fase estavam relacionadas com a elaboração de um marco teórico que possibilitasse problematizar o discurso ambiental, o imaginário e os processos de significação da Amazônia pelas Transnacionais.

A Fase da Análise do Discurso visou compreender como as Entidades Transnacionais Ambientalistas produzem sentidos. Iniciou-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, retomando-se conceitos e noções (ORLANDI, 2009). Optou-se pela Análise do Discurso Francesa – ADF (PÊCHEUX 1995, 1990; ORLANDI, 1994, 2009; SOUZA, 2006, 2014) como um importante recurso metodológico, visto que, assim, foi possível um olhar sobre as marcas textuais e o acesso às filiações ideológicas das Transnacionais Ambientalistas, bem como apreender equívocos discursivos, evidenciar os funcionamentos discursivos e explicitar os diferentes processos de significação.

Conforme nos coloca Souza (2006, p.10) “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu”. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico, histórico e ideológico.

Posteriormente, foram identificados os processos de significação e os sentidos discursivos adotadas pelas ONGs WWF e Greenpeace para abordar o desenvolvimento

sustentável amazônico. Buscou-se, por fim, interpretar e descrever as principais formas discursivas da WWF e Greenpeace e demais elementos que proporcionam as projeções midiáticas sobre a sustentabilidade da Amazônia, relacionando a partir do marco teórico. Assim, os eixos teóricos de referência forneceram subsídios conceituais para realizar as práticas interpretativas de análise. A fase de interpretação estabeleceu uma circularidade entre o marco teórico, observação e interpretação.

O desenvolvimento desta Tese está organizada em seis seções. A primeira apresenta o cenário da investigação realizada, destacando a Amazônia e a sociedade civil transnacional ambientalista. Para tanto, são expostas as principais investigações já desenvolvidas sobre a questão Transnacional na Amazônia, identificando alguns eixos e correntes trabalhadas. A intenção é oferecer um quadro sobre as pesquisas já desenvolvidas por meio de um diálogo com pesquisadores de diversas correntes. Nesse sentido, destacam-se aspectos relacionados à influência das ONGs Transnacionais na Amazônia, em especial nas políticas públicas e projetos internacionais.

Posteriormente, discutimos questões sobre a globalização ambiental, buscando apresentar como o movimento ambientalista internacional se consolidou historicamente no mundo e, por outro lado, como as redes ambientais são os fundamentos da atuação transnacional na Amazônia. Comenta-se o efeito das transformações da globalização e as principais mudanças no contexto internacional que têm influenciado a atuação das ONGs.

Em seguida, o Capítulo 4 apresenta diversas questões sobre o Desenvolvimento Sustentável, tais como a inviabilidade e as contradições. Busca-se destacar uma nova visão de sustentabilidade a partir das interações entre o Pensamento Complexo e a Sustentabilidade Amazônica. Ao ampliar as discussões sobre as questões voltadas para a Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, busca-se primordialmente subsidiar e qualificar as análises discursivas.

O Capítulo 5 intitulado “Discursos sobre a Amazônia: invenções, imagens e mídia” expõe, inicialmente, aspectos conceituais sobre imagem, imaginário e representações. Em seguida, apresentam-se diversas imagens construídas historicamente sobre a Amazônia, dessa forma, os primeiros discursos e imagens a respeito da região são destacados, assim como as atuais construções midiáticas. Imagens tais que são alimentadas pelas ONGs Transnacionais e que passam a compor, na sociedade midiática, o que chamamos de “Espetacularização da Amazônia”.

O penúltimo capítulo expõe as bases teóricas da Análise do Discurso Francesa (ADF), destacando as relações entre Discurso, Ideologia e Poder. Em seguida, tratamos dos

elementos do *Ethos* Discursivo, bem como os procedimentos, fases e dispositivos analíticos utilizados na análise propriamente dita. Esse capítulo se mostra fundamental para reconhecer os “bastidores” da pesquisa, assim como os mecanismos de análise.

O capítulo 7 apresenta os sentidos discursivos das transnacionais ambientalistas na Amazônia. Antes, porém, são expostas informações fundamentais sobre os objetos de pesquisa (WWF e Greenpeace) com o intuito de contextualizar sobre a atuação das ONGs Transnacionais na Amazônia. O foco dessa seção é expor e discutir as questões sobre o discurso ambientalista na Amazônia, as perspectivas imagéticas sobre a região, os não-ditos, esquecimentos e apagamentos discursivos.

Além de evidenciar os sentidos discursivos das ONGs Transnacionais Ambientalistas, busca-se mostrar por meio dos recursos discursivos, a forma como as ONGs constroem uma imagem de si (*ethos* discursivo) e revela-se no interior dos discursos. Nota-se que o discurso ambientalista na Amazônia é marcado por uma diversidade de “vozes”: a dos ativistas, investidores, empresários “verdes”, militares, técnicos ambientais, simpatizantes, instituições, ONGs, representantes legais e governo. Todas essas vozes estão presentes no interdiscurso ambientalista amazônico.

Dessa maneira, os sentidos e significação no discurso do Greenpeace e WWF são expostos por meio da discussão sobre os aspectos da globalização econômica contidos nos discursos, marcados pelo poder simbólico e a autoridade científica. Nota-se a ênfase sobre a natureza e os esquecimentos da dimensão social no discurso das Transnacionais Ambientalistas analisadas.

2. AMAZÔNIA E A SOCIEDADE CIVIL TRANSNACIONAL AMBIENTALISTA

A questão das ONGs Transnacionais na Amazônia tem sido abordada nos últimos anos a partir de várias perspectivas epistemológicas, jurídicas, sociais, ecológicas, antropológicas, biológicas e, de maneira mais geral, voltadas para as relações internacionais e em conexão com uma variedade de assuntos, desde a influência na elaboração de políticas públicas do estado até estratégias de conservação para a Amazônia, passando pelas questões de financiamento internacional e programas de cooperação motivados pela importância da floresta tropical.

As discussões, com enfoque principalmente ambiental, tem centrado a atenção em aspectos tais como: geopolítica amazônica; biodiversidade e suas relações jurídicas (biopirataria); causas e consequências da globalização na Amazônia; soberania do espaço e amazônico; e outros. Cada perspectiva torna evidente a complexidade das relações existentes entre atores, redes e processos ambientais na Amazônia, além de evidenciar a multidisciplinaridade da temática.

A Sociedade Civil Transnacional na Amazônia tem sido objeto de discussão por parte de vários autores: Bentes (2005), Buclet (2004 e 2010), Camely (2009), Carneiro (2007), Inui (2005), Alfaia Junior (2008), Pressler (2012), Nascimento (2014), Rabinovici (2008), Zhouri (2002 e 2006) e outros. Esses pesquisadores buscam compreender os diversos papéis que a sociedade civil transnacional desempenha, relacionando a Amazônia, o contexto internacional e as questões ambientais.

Esta seção apresenta uma discussão sobre o “lugar” que a Sociedade Civil Transnacional ocupa na região, adotando como alicerces as investigações desenvolvidas pelos pesquisadores supracitados e outros diferentes interdiscursos (notícias, documentos institucionais e outros). A presença das ONGs Transnacionais em um dos biomas mais cobiçados do mundo requer uma compreensão abrangente e contextual da Amazônia. Ao compreender o “lugar” dessas entidades na Amazônia será possível perceber aspectos sobre o discurso da sustentabilidade por ela adotados. Esse esforço representa um recorte teórico-conceitual e, de forma alguma, esgota as questões inerentes ao espaço amazônico transnacionalizado.

Na primeira parte desta seção, nosso intuito é responder a questão “De qual Amazônia estamos tratando?” e, assim, delimitar conceitualmente o que se está estudando a fim de poder obter uma melhor compreensão. Em seguida, abarcamos a diversidade da

Sociedade Civil Transnacional na Amazônia, destacando as principais formas de sua presença na Amazônia.

Silva (2013) afirma que “situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas especiais” (SILVA, 2013, p. 309). Nesse sentido, apresentamos um contexto investigativo sobre as ONGs Transnacionais na Amazônia, enfocando questões iniciais sobre o movimento transnacional e evidenciando algumas pesquisas que discutem a temática. Pressupomos que, entre outras coisas, é fundamental neste primeiro momento estabelecer um diálogo com outras pesquisas, apresentando algumas discussões teórico-metodológicas e perspectivas investigativas sobre ONGs na Amazônia.

2.1. De qual Amazônia estamos tratando?

Ao discorrer sobre Amazônia podemos estar nos referindo a “Amazônias”, pois existem várias percepções sobre a Amazônia que nos induzem a (re) conhecer que existem diversas (re) construções teóricas, conceituais e simbólicas. O termo Amazônia é polissêmico, pois pode fazer referência à Amazônia brasileira, Amazônia legal, Amazônia Ocidental, Pan-Amazônia, Primeira Amazônia, Amazônia Indígena e outras indicações, tais como o bioma e a Floresta Amazônica. Apresentamos a seguir algumas destas compreensões.

Com base em uma perspectiva histórico-geográfica, Silva (2012) propõe três caracterizações: Amazônia Portuguesa, Amazônia Indígena e Amazônia Brasileira. Ao narrar a gênese e as transformações da Amazônia, a autora estuda o modo pelo qual a Amazônia foi criada e os processos que cercam a sua integração nacional. Para a autora a configuração da região amazônica está relacionada ao fomento econômico, comércio e agricultura.

A Amazônia Indígena antecede e atravessa a Amazônia Lusitana, sendo resultado de uma ocupação humana pré-colonial, de organizações socioetárias diferentes da civilização ocidental, processos de colonização portuguesa e de constituição da sociedade brasileira. A Amazônia Indígena não tem equivalência na cultura europeia. Ademais, a diversidade de culturas e nações da Amazônia não era impeditiva da existência de predominância de alguns povos sobre outros.

A Amazônia Brasileira é continuidade e, ao mesmo tempo, ruptura com a Amazônia Portuguesa. Assim, a autora entende que a “Amazônia brasileira é uma concepção do

poder imperial com o objetivo de interiorizar o Estado-Nação na região Norte. Para tal, reconhece, a seu modo, a diversidade física e cultural da Amazônia, pela qual elabora um discurso de integração que é, ao mesmo tempo, um discurso de ordenação social” (SILVA, 2012, p.178).

A partir da geografia humana, Batista (2007) tipificou três Amazôniaas cuja descrição ainda ilustra o cenário atual e demonstra a pertinência contextual. A primeira Amazônia é composta por Manaus e Belém, cidades que servem de modelo para as demais capitais, podendo ser incluída nesse grupo a cidade de Santarém que o autor indica como futura capital.

Batista (2007) não aceitava a inclusão de São Luis e Cuiabá como cidades amazônicas, chegando a questionar: “Quem, nelas, porém se sente amazônico?” e afirmar: “São Luís é fundamentalmente nordestina e Cuiabá, bem no limite da Amazônia, está voltada para o Brasil Meridional” (BATISTA, 2007, p.111). O autor aceita os vínculos históricos e políticos das duas capitais com a Amazônia, porém considera que, econômica e culturalmente, elas estão desligadas da “planície”.

A segunda Amazônia é composta por cidades dos municípios do interior, “tanto as que se encontram em fase de desenvolvimento ou são sedes municipais, muitas delas apenas com o rótulo de cidades” (BATISTA, 2007, p.113). Para o autor, nem mesmo o esforço dos governos em implantar melhorias na infraestrutura básica consegue mudar a profunda relação da população com a atividade extrativista apesar de aparente desenvolvimento.

A terceira Amazônia, por sua vez, foi descrita como: “grande área onde vivem os extrativistas, agricultores, pescadores e garimpeiros, isto é, os trabalhadores rurais em geral e suas numerosas famílias” (BATISTA, 2007, p.114). Trata-se um número desconhecido de pessoas, vivendo em estado de profunda desagregação social, sem perspectiva de futuro, em condições subumanas, embrutecidas e aviltadas, conformadas com o destino definido pelos donos da terra. Isoladas em vilas, povoados, sítios, se alojam em fazendas, seringais, castanhais, pontos de comércio, se alimentam da caça, peixes, frutos das florestas e de produtos de uma incipiente cultura de subsistência.

Fonseca (2011) afirma que para pensar a Amazônia é preciso refletir sobre suas diversidades (naturais, culturais, sociais, biológicas, econômicas, étnicas e outras). Essas diversidades demonstram a complexidade amazônica e se configuram em um “macrodescriptor regional muito mais representativo do que a expressão planície amazônica que é apenas uma das feições da diversidade físico/natural”. (FONSECA, 2011, p.13).

Benchimol (2010), ao refletir sobre essas diversidades, afirma que a região amazônica “dada as grandes latitudes e longitudes que lhe dão configuração continental é possível identificar pelo menos 8 grandes sub-regiões” (BENCHIMOL,2010, p.608): Amazônia Oriental, Amazônia Central, Amazônia Setentrional, Amazônia Guiano-Orinocense, Amazônia Meridional, Amazônia do Planalto, Amazônia Ocidental; Amazônia Pré-Andina. Cada uma com peculiaridades:

A **Amazônia Oriental ou Litorânea**, voltada para o delta e para o mar, no epicentro da maior concentração demográfica da Planície; a **Amazônia Central**, acompanhando o eixo principal do Rio Amazonas, que constitui a grande linha estratégica de penetração no Vale, a espinha dorsal do sistema fluvial de transporte e a base dos empreendimentos agrícolas nos seus varzados; a **Amazônia Setentrional**, que se constitui no grande inecúmeno regional desde o deslocamento da fronteira econômica provocada pela hévea no século passado, mas cuja vizinhança e contato com a **Amazônia Guiano-Orinocense** terá ao seu dispor o grande mercado do Caribe e do Norte; a **Amazônia Meridional**, centro da grande zona florestal extrativista, que no momento está recebendo nas suas duas extremidades o impacto da integração territorial com a **Amazônia do Planalto** por onde caminharam as Bandeiras do Século XVIII, e que se constitui hoje na frente de penetração dos bois e currais da zona do Pantanal e da Chapada e na primeira linha de avanço do homem brasileiro do Centro Sul em busca do mediterrâneo amazônico; a **Amazônia Ocidental**, situada no Alto Solimões e no arco da zona da fronteira sudoeste e nordeste, em contato com a **Amazônia Pré-andina**, confiada à guarda e colonização dos destacamentos e colônias militares do Exército Brasileiro. (BENCHIMOL,2010, p.608-609, grifos o autor)

Cada uma dessas divisões é marcada por peculiaridades que, segundo Benchimol (2010), devem ser entendidas para que se tenha êxito na elaboração e aplicação de soluções logísticas, políticas e econômicas. Boa parte dessas sub-regiões está contida na Amazônia Brasileira, região formada pelos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Possui 11.248 quilômetros de fronteiras internacionais, mais de 50% do potencial hidrelétrico do Brasil, e é detentora de 12 milhões de hectares de várzeas e de 25 mil quilômetros de rios navegáveis.

Já a Amazônia Legal, denominação existente a partir de 1966, abrange, também, a parte oeste do Estado do Maranhão, a partir do meridiano 44° e parte do Estado do Mato Grosso. Fonseca (2011, p.92) critica esse conceito: “é tão artificial que o próprio IBGE não a reconhece como região geográfica para consolidar informações comparativas, usando, para esse objetivo, as Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste”.

Do ponto de vista geográfico, a Amazônia é a região sul-americana com condições climáticas caracterizadas por altas temperaturas, umidade e precipitação pluviométrica e, que abrange parte do Brasil, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname,

Guiana e Guiana Francesa, totalizando cerca de 6,5 milhões de km², dos quais cerca de 5 milhões de km² se constituem de florestas primárias, o que credencia como a maior floresta tropical do mundo.

A Região Amazônica, por sua grandiosidade e peculiaridades, é item chave nos debates internacionais, como aqueles relativos às mudanças climáticas, ao desenvolvimento sustentável e ao combate à miséria. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁴, a região com uma população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, representa 40% do território sul-americano e abriga a maior floresta do mundo, habitat de 20% de todas as espécies de fauna e flora existentes. A Bacia Amazônica contém, segundo informações oficiais do governo brasileiro, cerca de 20% da água doce da superfície do planeta.

Os atributos da região trazem desafios e oportunidades, que requerem tratamento coordenado e diferenciado – o que é proposta da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bloco socioambiental formado pelos Estados que partilham o território Amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

As origens da organização remontam a 1978, quando, por iniciativa brasileira, os oito países amazônicos assinaram, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o objetivo promover o desenvolvimento consonante da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos. O fortalecimento da cooperação regional é o principal meio para alcançar esses objetivos.

Vinte anos depois, em Caracas, a capital federal da República Bolivariana de Venezuela, os países firmaram Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, criando a OTCA, organização internacional dotada de secretaria permanente e orçamento próprio, que permite melhorar a implantação dos propósitos do Tratado. Em dezembro de 2002, foi assinado, no Palácio do Planalto, o Acordo de Sede entre o Governo brasileiro e a OTCA, que estabeleceu a sede da Secretaria Permanente da Organização em Brasília. Destaca-se que, segundo Itamaraty, até hoje, a OTCA é a única organização internacional multilateral sediada no Brasil.

Neste trabalho, o termo Amazônia refere-se a uma compreensão aberta. Estamos trabalhando com uma concepção que não se limita a Floresta Amazônica, mas carrega todos os sentidos que a palavra “Amazônia” traz. O discurso das ONGs, apesar de

⁴ Informações disponíveis no site www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ no item “Política Externa”.

significar, em muitos casos, a Floresta, acaba por induzir uma percepção sobre a região como um todo. Apresenta, assim, de forma indistinta a visão de Amazônia, misturando-se amazônias: espaço geopolítico, bioma, região, floresta, povos, nações e estados. A demarcação aqui estabelecida amplia as possibilidades interpretativas da análise discursiva e está alinhada com a finalidade deste trabalho.

Também referimo-nos à Região Brasileira, e quando nos referirmos a outra concepção, o termo será acompanhado do adjetivo respectivo: Amazônia peruana, Amazônia colombiana, etc. Esse procedimento justifica-se se considerarmos que estamos nos referindo a um termo simbolicamente rico e partilhado por vários sentidos. Estamos tratando de uma Amazônia que é construída simbolicamente pelas ONGs Transnacionais, sendo a inteligência coletiva influenciada por essas perspectivas.

2.2. Diversidade da Sociedade Civil Transnacional Ambientalista

Ao abordar sobre a intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia, Bentes (2005) destaca que no início dos anos de 1980 houve uma politização internacional dos problemas ambientais da Amazônia, de tal forma que a região passou a despertar não apenas os interesses econômicos dos países estrangeiros, mas também seu desejo de adquirir mais um privilégio: o controle político sobre o verde.

Nesses países, o verde tornou-se sinal de *status* social. Os ricos e as elites educadas moram próximos aos parques e jardins e em ruas arborizadas, enquanto os pobres habitam as áreas mais poluídas e sem verde. As elites europeias e norte-americanas vêem a territorialidade da Amazônia como um privilégio, e o querem para si. Daí o desejo de estabelecer controle sobre a região, manifesto já na conferência da ONU de 1972, expressa na idéia de soberania relativa do Brasil. Esse desejo foi reavivado a partir do início dos anos de 1980, à medida que a campanha das grandes Ongs conservacionistas norte-americanas e européias contra os bancos multilaterais (em particular o Banco Mundial) transformavam os problemas ambientais da Amazônia em um problema político internacional (BENTES, 2005, p. 228).

A Amazônia, no decorrer dos anos 90, se tornou o primeiro objeto da intervenção direta do ambientalismo internacional por meio de ações e políticas ambientalistas de instituições. As ONGs Transnacionais, com seus representantes institucionais, cumprem esse papel político, influenciando a constituição de políticas públicas, divulgando resultados científicos, fazendo campanhas ambientais e influenciando os líderes de opinião pública.

Dessa forma, “grandes Ongs conservacionistas européias e americanas moldam o pensar, fazem lobby em Brasília, atuam diretamente em vários processos decisórios internos de importantes instituições federais de pesquisa na Amazônia e exercem funções de Estado na elaboração e execução de projetos” (BENTES, 2005, p.237). A natureza do movimento ambientalista internacional, incluindo as ONGs Transnacionais, demonstra que existe uma clara intencionalidade de envolvimento político.

Algumas vezes a questão ambiental fica em plano secundário, visto que são mais importantes as ações voltadas para influir nas decisões dos agentes econômicos, visando à consecução de determinados objetivos. A atuação de ONGs na Amazônia têm se destacado de modo particular na busca pela implementação de políticas. Questiona-se a atuação dessas entidades na Amazônia pela falta de gerência governamental. Conforme destaca Fonseca (2011, p.140) “o problema é que o governo central não adota nenhum procedimento de triagem e fiscalização para subtrair aquelas que, nos mesmos moldes do início da colonização, vivem de vender cenários idealizados para financiadores além-fronteiras e além-mar”.

Assim como outros organismos, Silva (2013, p.183) destaca que as ONGs “são forças atuantes que aceleram [...] as propostas do ambientalismo mundial sob formas de interferências locais, além dos marcos nacionais”. As parcerias com os governos, entidades empresariais, representações sociais, agências e burocratas são um importante exemplo do que estamos tratando. Essas parcerias são objeto de grande interesse por parte das ONGs, uma vez que quando consolidadas abrem caminhos facilitadores para projetos que se afirmam integradores e incursões sociais e ambientais.

De acordo com Becker (2005, p.233), “na Amazônia, as ONGs estão presentes em todas as formas de restrições e pressões assinaladas. Na maioria das vezes, trabalham em conjunto com outros atores sociais, particularmente as organizações religiosas”. A autora sinaliza que as ONGs possuem grande autonomia e operam diretamente com a população local, exercendo intensa influência política. No entanto, destaca, “a maior parte delas não costuma divulgar informações sobre seus parceiros e sobre a origem dos recursos que recebem” (BECKER, 2005, p. 234).

O objeto de análise da nossa pesquisa engloba a Sociedade Civil Organizada Transnacional (SCOT), organizações não estatais que atuam no âmbito internacional. A SCOT é composta por organizações não governamentais do Terceiro Setor, conhecidas também como *Big International Non Governmental Organizations* (BINGOS) ou mega-organizações ambientalistas internacionais.

No cenário do movimento ambientalista amazônico, existe uma série de conexões, redes e relações políticas, econômicas e sociais que se constroem com finalidades dispares. Em outras palavras, “a região amazônica é mais do que nunca o objeto de um jogo de poder entre Estados-Nações, organizações internacionais/regionais e governos locais (estados e municípios)”. (BUCLET, 2010, p. 42).

A presença da sociedade civil organizada transnacional é constituída por vários tipos de organizações, demonstrando uma ampla heterogeneidade. Nesse sentido, Inui (2005) estabeleceu grupos de acordo com suas atividades prioritárias: 1- Organizações que trabalham na conservação da biodiversidade; 2- Agências de Cooperação Internacional (político, econômico e Social); 3- Fundações investidoras internacionais.

No primeiro grupo inserem-se as organizações que trabalham a conservação dentro dos parâmetros correntes do Desenvolvimento Sustentável (DS) atrelados a questões na Amazônia. Segundo Inuí (2005), elas têm a pesquisa científica como prioridade para o embasamento de suas atividades e ações. O autor relaciona treze entidades ambientalistas, destacando-se alguns exemplos de organizações que atuam diretamente na Amazônia Brasileira: *Amazon Conservation Association (ACA)*, *Conservation International (CI)*, *Organization for Tropical Studies (OTS)*, *Smithsonian Institute*, *The Nature Conservancy (TNC)*, *The World Conservation Union (IUCN)*, *University of Florida*, *Wildlife Conservation Society (WCS)*, *Wildlife Trust International*, *Woods Hole Research Center (WHRC)*, *World Resource Institute (WRI)*, *World Society for Protection of The Animals (WSPA)* e *World Wildlife Fund (WWF)*⁵.

As ONGs transnacionais ambientalistas são vistas com desconfiança por diversos setores acadêmicos, políticos e militares. O olhar que se tem sobre a presença das ONGs, assim, é marcado pela suspeita em relação aos reais interesses que motivam suas ações. As acusações de “eco-imperialismo”, internacionalização, assim como suspeitas de que as ONGs agem em nome dos interesses econômicos dos países desenvolvidos, são recorrentes na literatura consultada (CAMELY, 2009). Temos ciência que essa é uma questão complexa que está imbricada no discurso ambientalista das ONGs Transnacionais.

A presença das ONGs na região é marcada por contradições e conflitos, sendo muitas vezes questionáveis os interesses políticos, sociais e econômicos derivados de suas ações. Ressaltam-se ainda as críticas de que a atuação global desses organizações não-estatais “exibem independência de fachada porque expressivo número delas sustenta-se por

⁵ A relação apresentada, apesar de ter sido elaborado em 2005, ainda continua atual. Realizou-se uma pesquisa nos sites institucionais das ONGs relacionadas e constatou-se que as mesmas continuam atuando na região amazônica.

doações de países com bandeiras ideologicamente a elas identificadas” (PROCÓPIO, 2007, p.7). Dessa forma, constroem espaço de participação nas decisões globais, contribuindo para internacionalização do meio ambiente.

No que diz respeito ao segundo grupo, Inui (2005) apresenta uma relação de Agências de Cooperação Internacional (instituições públicas bilaterais) que atuam na Amazônia, trabalhado em diversos aspectos: econômico, desenvolvimento sustentável, combate da pobreza, melhorias de tendências produtivas e outras. Essas agências financiam diretamente várias ONGs na Amazônia, mas podem também participar de programas e projetos sem financiá-las.

Todavia, explica Buclet (2010), a participação de ONGs nos projetos de cooperação é comumente um dos requisitos para a liberação dos fundos. Destacam-se a *Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit* (GTZ)- Agência de Cooperação Alemã, *Department for International Development* (Dfid)- Agência de Cooperação Britânica, *United States Agency for International Development* (USAID)- Agência de Cooperação Norte Americana.

A Agência de Cooperação Alemã (GTZ) foi estudada por Pressler (2012), que investigou as práticas de comunicação institucional e os discursos recorrentes na implementação de projetos ambientais na Amazônia, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Segundo a autora, sua escolha pela GTZ justifica-se por: “a Alemanha foi o principal país doador do PPG7; b) a consultoria técnica foi a que mais colaborou na efetivação deste Programa na Amazônia; c) pela primeira vez, estabeleceu-se no âmbito das relações internacionais” (PRESSLER, 2012, p.17).

O terceiro grupo é formado por fundações estrangeiras, sendo alguns exemplos: *Blue Moon Fund*, *Conservation Strategy Fundy (CSF)*, *Ford Foundation*; *The William and Flora Hewllet Foundation*, *Moore Foundation – Gordon and Beth Moore Foudation*. São fundações de cunho internacional que se destacam por disponibilizar recursos para projetos (funding) a serem executados na Amazônia.

Geralmente essas fundações são criadas a partir de um patrimônio privado para um objetivo determinado, ligado à filantropia ou ao desenvolvimento (do homem, científico, tecnológico...). São frequentemente ligadas às universidades ou centros de pesquisa, que recebem verbas para realizar os seus projetos. Nota-se que ao financiar ações na região Amazônica acabam gerando uma imagem positiva no país onde atuam e âmbito mundial.

Essas fundações internacionais tem conseguido uma influência cada vez maior sobre organizações financeiras, como o Banco Mundial. Diegues (2007, p.3) afirma que “com isso dispõem de recursos financeiros que usam para influenciar organizações ambientalistas nacionais e locais através de concepções e estratégias próprias do ecologismo conservador e preservacionistas”.

Um exemplo disso é a atuação da Fundação Gordon e Betty Moore (Fundação Moore) na Amazônia. Nascimento (2014) estuda a referida fundação com o intuito de identificar o volume de recursos financeiros, seus destinatários e os possíveis impactos sobre a organização social e política na Amazônia, bem como identificar as redes que se organizam a partir da subvenção concedida pela fundação.

A atuação da Fundação Moore sobressai no cenário ambiental da Amazônia pela expressiva quantidade de recursos financeiros disponibilizados e constante intermediação entre diversos atores governamentais e não estatais. Verificou-se que: “A distribuição de recursos revela também as estratégias da Fundação Moore em ‘empoderar’ governos e atores locais em um mesmo tipo de ação, promovendo, desse modo, a interação entre a sociedade civil e o Estado” (NASCIMENTO, 2014, p.175).

Dessa forma, a pesquisadora afirma que as distribuições de recursos financeiros funcionam como recursos de poder por meio da execução de projetos, sendo as ONGs mais atuantes aquelas que recebem maior volume de recursos (NASCIMENTO, 2014). Os recursos da fundação aumentam a influência de determinadas organizações, proporcionando poder político. Destaca-se, por exemplo, que “o montante de recursos destinados ao WWF para áreas protegidas consolida seu poder de ação na Bacia Amazônica e na Amazônia Brasileira, em particular” (NASCIMENTO, 2014, p.174).

Também levando em conta esse cenário, Nascimento (2014) analisa o papel das redes e das organizações não governamentais e suas interações no processo de construção de alianças na Amazônia, em particular no estado do Amazonas, como reflexo da globalização ambiental. Trata-se de uma pesquisa descritiva, combinando estudos de multicase (em relação às ONGs) e casos específicos (rede de financiamento a partir da Fundação Gordon e Betty Moore).

A pesquisadora concluiu que estas organizações, através de suas parcerias governamentais, dentre elas ONGs, fundações, OSCIPs e movimentos sociais que atuam na rede transnacional de defesa do meio ambiente, conectando o científico e o político, o local e o global mediante fluxo de recursos financeiros e de ideias que sustentam as redes. Grande parte destas organizações tem participação orgânica na política ambiental em

diversos espaços e níveis. Essa participação ocorre tanto por meio de parcerias com os governos quanto pela participação nos diversos canais de governança, em conselhos e fóruns locais, nacionais e globais.

Esses tipos de organizações que formam a sociedade civil transnacional indicam a existência de um “Mercado internacional da Solidariedade”, expressão cunhada por Buclet (2004) para se referir ao espaço da “concorrência onde se encontra uma grande variedade de atores sociais, cada um lutando para manter seu posicionamento em relação aos outros, e onde a justificação última está ligada ao conceito de ‘desenvolvimento’, geralmente sustentável e universal” (BUCLET, 2010, p.36).

A intensa disputa entre as ONGs para adquirir financiamento estrangeiro a fim de que se possa executar os projetos socioambientais é um fato na Amazônia. Sabe-se que grandes fundos abrem concorrências públicas a fim de atender projetos específicos voltados para a região. No entanto, a relação entre as ONGs ambientalistas e seus financiadores internacionais é marcada por controvérsias: “Até que ponto as ONGs estão influenciadas pelas instituições ou organizações que as financiam? Qual é o grau de autonomia real das ONGs milionárias que gerenciam o dinheiro originário de fundações as vezes bilionárias, mais ricas que alguns países do mundo? (BUCLET, 2010, p.6).

O pesquisador francês problematiza as relações entre as ONGs ambientalistas e seus financiadores internacionais, mostrando que não se trata de uma relação simples e equilibrada, na verdade, ocorre uma grande influência na atuação local. O autor analisa algumas ONGs amazonidas, tais como Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAIZON) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), justificando pelo fato delas serem consideradas produtoras de conhecimentos sobre biodiversidade regional.

Nesse sentido, Buclet (2010) expõe algumas facetas do componente geopolítico da produção de conhecimentos sobre a biodiversidade através da análise das relações entre os financiadores internacionais das grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) ativas na Amazônia. O autor mostra o forte componente internacional da atuação dessas organizações, as modalidades dos financiamentos e as agendas e estratégias das agências financiadoras. Nas conclusões o autor destaca uma análise do desequilíbrio presente nas parcerias estabelecidas por essas ONGs e seus financiadores:

Globalmente, o poder de influência dos financiadores sobre os projetos realizados pelas ONGs aparece sem ambigüidades. Esta dominação se faz no primeiro lugar com a definição das regras do jogo no mercado do desenvolvimento, em particular no que diz respeito às temáticas prioritárias e na definição dos contratos firmados, duas áreas controladas pelos financiadores.

Porém, a dominação se revela também de maneira mais sutil, através do processo de isomorfismo institucional, que tende a uniformizar as ONGs e a padronizar o seu funcionamento segundo a ortodoxia do desenvolvimento (BUCLET, 2010, p.35).

Como se pode notar é imperioso reconhecer as influências políticas e econômicas existentes na questão ambiental, especificamente a inexistência da transparência das fontes de recursos e a origem dos aportes financeiros. Com um ponto de vista internacional, o pesquisador Benjamin Buclet realizou diversos estudos sobre as ONGs na Amazônia (BUCLET, 2004, 2006, 2010). Em sua tese o autor francês estudou as relações existentes entre as organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia brasileira, avaliando as consequências da sua existência sobre o tratamento de questões sociais.

A partir da metodologia de observação e análise do campo de ação das ONGs na Amazônia Oriental brasileira, o autor as critica duramente e diz que elas cristalizam a dinâmica das características sociais da região: “si les projets des ONG donnent naissance à des formes innovantes de gestion sociale, ils s’insèrent également dans un tissu social encore imprégné des formes traditionnelles de domination⁶” (BUCLET, 2004, p.35).

Partindo de uma perspectiva geopolítica, Camely (2009) trata do problema das ações das ONGs no campo ambiental e define sua atuação como agentes táticos da estratégia estabelecida por organizações do imperialismo, principalmente estadunidense, em termos de uma geopolítica da biodiversidade para os países detentores de florestas tropicais tendo, como foco importante, a Amazônia. Para tanto as ONGs “passaram a ser as principais formuladoras, gestoras e implementadoras de uma política ambiental do imperialismo que resultou na reconfiguração do espaço agrário da Amazônia brasileira” (CAMELY, 2009, p.109).

De acordo com a pesquisadora, a ação das ONGs é um fenômeno denominado “onguismo”, sendo a elaboração das políticas executadas pelas ONGs definida a partir da agenda traçada para a conservação ambiental pela principal organização do imperialismo estadunidense. Esta política visaria a obtenção de grandes áreas de reserva, sob a categoria de unidades de preservação, para a obtenção de recursos para o uso da indústria da biotecnologia e uso futuro de terras em função do interesse do imperialismo (CAMELY, 2009).

Raul Inui (2005), por sua vez, realizou uma investigação crítica sobre a contribuição das Transnacionais no Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. O problema motriz da

⁶ Tradução: “se os projetos das ONGs dão à luz a formas inovadoras de gestão social, eles também se encaixam em um tecido social impregnado ainda formas tradicionais de dominação” (BUCLET, 2004, p.35).

pesquisa estava relacionado a real contribuição das ONGs e os grupos ativistas transnacionais ambientais na questão da sustentabilidade do ambiente e no desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Além de utilizar o método histórico, o autor realizou pesquisas documentais, de campo e entrevistas junto às instituições e atores envolvidos no processo. As entrevistas foram feitas no âmbito das oficinas do Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Amazônia (PCE-CCA), que segundo Inui (2005, p. 54): “visa contribuir para a efetiva conservação da diversidade biológica da Região do PCE-CCa no Brasil, adotando técnicas da biologia da conservação e estratégias de planejamento e gestão socioambiental de forma compartilhada e participativa”.

O autor conclui que o conhecimento a respeito do Desenvolvimento Sustentável não é de pleno domínio dos atores que estão na ponta do processo social. Sobre a Sociedade Civil Organizada Transnacional, o autor se posiciona: “A sociedade civil organizada transnacional tem impressionante representatividade, estas ONGs já se constituem em um dos atores ou sujeitos da ação junto às populações Amazônicas” (INUI, 2005, p.208).

Pelo exposto acima, nota-se que as ONGs trazem no seu bojo interesses externos, diferentes visões e buscam, por diversas razões, a propagação da importância da preservação da Floresta Amazônica. É possível observar que o poder de interferência e prestígio das ONGs Transnacionais está atrelado à questão política e na perspectiva de construções de redes, sendo necessário estabelecer o contexto amplo da Globalização Ambiental. Conclui-se que as transnacionais são resultantes do pensamento globalizado, no qual não há territórios e fronteiras que restrinjam as ações, em especial na questão ambiental, que é de importância global.

2.3. ONGs na Amazônia: políticas públicas, biopoder e projetos internacionais

A Amazônia é a maior floresta preservada do planeta, com extensão de mais de cinco milhões de km², onde vivem cerca de 30% das espécies animais e vegetais da terra. As ações das grandes ONGs ambientalistas transnacionais indicam que têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais, mesmo em países como o Brasil que tem estruturas conservacionistas sólidas (DIEGUES, 2008). Essa influência pode ser constatada por meio de sua capacidade de arrecadação internacional de recursos financeiros para a conservação, grandes campanhas de mídia; influências na determinação de áreas críticas de conservação.

A abordagem de Diegues (2008) nos permite compreender o campo de atuação destas grandes ONGs internacionais, as quais agem glocalmente⁷ em diversos países, servindo aos grandes objetivos da política traçada pelos organismos internacionais que as elegeram como executoras de suas estratégias para a biodiversidade⁸. As grandes ONGs transnacionais influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras (DIEGUES, 2008).

Além das ações de ativismo, a atuação das ONGs Transnacionais é marcada por articulações políticas locais e globais, muitas vezes em benefício da comunidade internacional e dos países ricos que financiam suas atividades. A preservação da natureza ou os direitos das populações tradicionais estão em alguns casos em plano secundário. Nesse contexto, Procópio (2007) destaca que existe uma facilidade na qual os membros da ONGs se movem no cenário político e econômico, tornando-se elementos motrizes nos canais de negociação.

A partir de uma perspectiva antropológica, Zhouri (2001) analisa as trajetórias de desses agentes ativistas (*campaigners*) que se engajam pela floresta amazônica em ONGs na Europa (ZHOURI, 2001). Com o propósito de melhor compreender a questão, a autora delinea três tendências entre os *campaigners* britânicos para com a Amazônia: “Árvores”, “Gente” e “Árvores e Gente”. Zhouri (2001, p.14) afirma que:

“Árvores” representam aqueles *campaigners* que enfatizam preocupações com meio ambiente/biodiversidade, “Gente” corresponde àqueles que enfatizam questões de desenvolvimento/ justiça social, enquanto “Árvores e Gente” compõem a síntese das duas tendências anteriores. As palavras “árvores” e “gente” são utilizadas em um sentido metafórico.

Essas tendências foram construídas a partir dos discursos que enfatizavam meio ambiente/biodiversidade, por um lado, e justiça social/desenvolvimento, por outro. Além disso, as marcas discursivas foram ainda remetidas às experiências pessoais de

⁷ Um dos primeiros a explicitar o conceito foi o sociólogo Roland Robertson. Segundo ele, “a noção de ‘glocalização’ permite introduzir na globalização uma realidade multidimensional e, ademais, a junção entre global e local impede que o termo ‘local’ defina exclusivamente certa ideia de identidade, cômoda diante do caos da modernidade”. (COSTA JUNIOR, 2016, p.176).

⁸ Pontes Filho (2016) discute a ocorrência da logospirataria na Amazônia Legal brasileira e seus predatórios impactos na região. O autor amplia a noção de biopirataria ou pirataria, afirmando que a logospirataria representa a violação de conjunto de bens e direitos, inclusive ofende direitos trabalhistas, direitos de compensação de sociedades nativas, de populações tradicionais e da sociedade nacional.

deslocamento dos “*campaigners*”, suas relações com o “local” e as justificativas para suas ações.

Tomando como ponto de partida as teorias das Relações Internacionais, Alfaia Junior (2008) discute sobre a atuação dos atores transnacionais ambientalistas na Amazônia, descrevendo as formas de atuação de ONGs Transnacionais e o impacto que exercem sobre as políticas governamentais. A discussão está alicerçada na globalização e os efeitos na questão ambiental internacional, bem como nas características dos novos atores não estatais na Amazônia.

Na fase analítica da pesquisa, Alfaia Júnior (2008) estuda o impacto do Greenpeace na elaboração das políticas públicas para a Região Amazônica por meio de alguns projetos ambientais para o combate ao desmatamento na área. Assim, o autor descreve algumas formas de atuação e a influência que ela exerce sobre as políticas governamentais:

O Greenpeace, objeto deste estudo, representa caso singular, por possuir as características da atuação das ONG transnacionais que influenciam sobremaneira a política pública dos entes no Estado brasileiro. Tal elemento pode ser visto na observação das formas de ação na Campanha Amazônia com relação à Região, a qual transpassa a influência local para buscar o êxito na diminuição do desflorestamento, causado seja pela derrubada das árvores para o comércio, seja pelas queimadas para plantação de outros produtos, como a soja (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p.152).

Dentre os projetos analisados, o autor sublinha a Campanha Cidade Amiga da Amazônia (CAA), lançada em 2003, cujo objetivo consistia em firmar um compromisso de criar uma legislação municipal a fim de eliminar a madeira de origem ilegal nas compras dos municípios brasileiros, e, com isso, criar as condições de mercado para a madeira produzida de forma sustentável na Amazônia. Alfaia Júnior (2008) relata que a cidade do Rio de Janeiro, no primeiro momento, negou-se a assinar a campanha, mas a partir da pressão feita pelo grupo por meio de protestos e ações ativistas, a prefeitura acabou aceitando assinar.

Nesse contexto, Manaus foi a primeira cidade da Amazônia que aderiu ao programa. A prefeitura assumiu o compromisso, como o Rio de Janeiro, de excluir a compra de madeira ilegal e sem certificação para as obras públicas, dentro das diretrizes da CAA. Além disso, as empresas e prestadoras de serviço que participassem das licitações teriam de apresentar as Autorizações de Transporte de Produto Florestal, declarando, ademais, a origem do produto. Para a observância da legislação, constituiu-se até uma Comissão Única de Acompanhamento de Obras, Serviços de Engenharia e Aquisições de Produtos

Florestais, facilitando a fiscalização do novo procedimento licitatório, em vista do cumprimento da meta de abolir a madeira ilegal (ALFAIA JÚNIOR, 2008).

Percebe-se, portanto, que a formulação de projetos de leis no âmbito municipal foi fortemente influenciada pela atuação do Greenpeace. Assim, “no caso da Campanha Cidade Amiga da Amazônia, percebe-se de modo claro a gradativa inserção dos compromissos assumidos pelos municípios que aderiram ao Programa” (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p.165). A pesquisa torna-se interessante porque demonstra a influência desses atores não estatais no processo de elaboração de estratégias e diretrizes governamentais, demonstrando a clara existência das relações de biopoder.

A partir das leituras de Foucault, Santos (2014, p.40) resignifica a compreensão de biopoder e afirma que tal conceituação representa “a emergência da esfera biológica no palco das lutas políticas” acelerada pela crise ambiental do mundo contemporâneo. O biopoder corresponde, assim, a um novo tipo de racionalidade política cuja emergência demonstra sua atualidade.

O autor afirma ainda que os excessos do biopoder constituem um dos caracteres fundamentais da ambientalização: “o biopoder passa a regular a vida, faz proliferar discursos que põem em foco o perigo da degradação ambiental, dos riscos de extinção de espécies, do uso racional dos recursos e da superpopulação” (SANTOS, 2014, p.50). Santos (2014) estabelece relações entre o biopoder e a governabilidade, defendendo a existência de um Panóptico Verde na criação do Parque Nacional do Jaú (PNJ)⁹, como exemplo fatídico da invenção ambiental da Amazônia.

Santos (2014) reposiciona a visão que se tem sobre a criação do Parque Nacional do Jaú (PNJ), os motivos que levaram o surgimento e apresenta uma rede de interesses que denotam a complexidade no ato da criação da Unidade de Conservação. O que pode ser visto como um primeiro momento algo simples, é na verdade uma imponente demonstração do biopoder e da gestação de um “panóptico verde”, como o autor defende.

O autor apresenta o biopoder em várias ações, tais como a construção do quadro de diversidade biológica do PNJ, a caracterização dos grupos sociais que lá habitam e as

⁹ O Parque Nacional do Jaú (PNJ) tem sido objeto de estudo no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Leite (2014), por exemplo, realizou uma análise crítica dos direitos “sobrepósitos” da Comunidade Quilombola do Tambor, residente na Unidade de Conservação Parque Nacional do Jaú (PNJ). A disputa no âmbito administrativo federal pela regularização fundiária do território tradicional entre os moradores da referida comunidade e o Ministério do Meio Ambiente acontece desde 2006, quando a área foi reconhecida como de remanescentes de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. Paula (2011), por sua vez, realizou um estudo sobre a problemática em torno do instrumento jurídico garantidor da permanência das populações tradicionais no Parque Nacional do Jaú e, assim, buscou contribuir com a discussão sobre os aspectos jurídicos dos parques nacionais, considerados pela autora como “excludentes”.

estratégias de manejo sustentável desenvolvidas pela Fundação Vitória Amazônica (FVA). Dentre os mecanismos utilizados para incluir os “grupos sociais”, destaca-se a Criação do Centro Comunitário do PNJ, que destoava completamente dos padrões arquitetônicos das casas regionais e representava a tentativa de impor um padrão social diferenciado.

Temos assim, no PNJ, a emergência de uma máquina panóptica – a forma do Centro Comunitário é uma evocação do Panóptico idealizado por Bentham, conforme descrito por Foucault – pelo qual foi construído todo um campo de visibilidade, de transparência, oferecido ao olhar atento da autoridade disciplinar, visando no caso estabelecer um controle sobre os impactos da ação humana no ambiente e garantir dessa forma a consolidação dos objetivos da unidade de conservação (SANTOS, 2014, p.141).

O processo de ambientalização da Amazônia, segundo Santos (2014), se dá não só pela criação de unidades de conservação (federais, estaduais e municipais), mas também pelos discursos que evidenciam a importância fundamental da região como destino ecológico do planeta. Nesse sentido, acredita-se que as ONGs Transnacionais possuem parcela significativa, visto que tem contribuído para o processo de globalização e construção imagética da Amazônia.

O Selo do *Forest Stewardship Council* (FSC), Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) surgem como casos emblemáticos do biopoder e da inserção da Sociedade Civil Transnacional na Amazônia, processo esse orientado por uma multiplicidade de atores, coalizões e estratégias. De acordo com Carneiro (2007), as ONGs Transnacionais estão diretamente envolvidas com a criação FSC, certificação que estimula o “manejo florestal responsável”. A ideia de identificar com rótulos os produtos advindos de florestas tropicais surgiu nas discussões de ONGs Transnacionais ambientalistas Greenpeace, WWF e Amigos da Terra.

O FSC foi criado em 1993, como resposta às preocupações sobre o desmatamento global e o destino das florestas mundiais. Já naquela época, os desmatamentos na Amazônia e em outras florestas tropicais atraíam a atenção da mídia internacional. O conceito da certificação surgiu então como uma forma de controle das práticas produtivas florestais, por meio da valorização, no mercado, dos produtos originados de manejo responsável das florestas.

A primeira certificação na Amazônia ocorreu em 1997 no município de Itacoatiara, na unidade florestal (UMF) da empresa Precious Wood Amazônia¹⁰. Desde então, o FSC se tornou o sistema de certificação florestal de maior credibilidade internacional e busca atrelar interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos. Carneiro (2007) descreve a atuação das ONGs ambientalistas no processo de construção desse dispositivo que busca favorecer empresários por meio da certificação florestal na Amazônia.

Envolta nas contradições do capitalismo global, tornou-se, ainda alvo de interesses e pressões externas, notadamente pelos recursos estratégicos e vitais que dispõe para a segurança planetária. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) surgiu em 1990, na Convenção de Houston, que reuniu os países do G7, em prol da proteção das florestas tropicais brasileiras, e foi ratificado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92. Naquele período a mídia internacional divulgava intensamente as imagens da devastação da floresta Amazônica, sociedade civil estava ávida por soluções que poderiam combinar a conservação da floresta Amazônica e da Mata Atlântica com o uso sustentável de seus recursos naturais.

O Programa conduziu inúmeros estudos e proporcionou o aprendizado de diversas lições sobre manejo socioambiental das florestas brasileiras. O Programa Piloto teve e ainda tem um papel importante na criação de políticas públicas ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável, especialmente devido ao grande conhecimento gerado e ainda ao estímulo e habilidade de mobilização social de seus diversos subprogramas e projetos.

O PPG7 consagrou especial poder às Organizações Não governamentais presentes da Amazônia brasileira. Deu-lhes o controle da aplicação dos recursos inicialmente estimados em 250 milhões de dólares. Isso transformou certas Ongs em instrumento da confiança de instituições estatais dos países centrais com enorme dinamismo e força nas suas redes de relações nem sempre sintonizadas com os Estados nacionais amazônicos (PROCÓPIO, 2007, p.7).

O PPG7 foi financiado pelos governos dos países do G7, Países Baixos e União Européia. Os recursos foram complementados com contribuição do próprio governo brasileiro, governos dos estados e sociedade civil. Tal iniciativa representou uma guinada importante para os movimentos ambientalistas na década de 90: de uma perspectiva mais

¹⁰http://www.preciouswoods.com/site/index.cfm?id_art=92427&actMenuItemID=42544&vsprache=EN

crítica, centrada no que se poderia chamar de “ecologia política”, para um “ambientalismo de resultados”, pragmático e tecnicista. Ambientalistas que, antes, sustentavam um contradiscurso ao desenvolvimento e cujas atividades, até os anos 1980, incluíam pressão junto ao Banco Mundial e campanhas de boicote à madeira tropical, foram convidados a apresentar soluções.

O ARPA é outro exemplo da inserção transnacional nas políticas ambientais da Amazônia. O ARPA foi implementado por uma parceria entre o MMA, o Ibama, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e organizações da sociedade civil.

Juntos, esses parceiros comprometeram-se em investir US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, consolidação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia. O programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

Buscando identificar áreas que sejam mais importantes para representar amostras da diversidade da ecologia amazônica. Promovendo a criação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, articuladas em conjuntos (mosaicos) de áreas protegidas. Desenvolvendo estratégias de sustentabilidade financeira das unidades de conservação em longo prazo, contemplando o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais. Avaliando a efetividade das áreas protegidas, e monitorando a conservação da diversidade biológica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2010).

As decisões do Programa ARPA são tomadas pelo Comitê do Programa, um órgão colegiado, paritário, no qual governo e sociedade civil definem estratégias e prioridades, dirigindo e supervisionando a sua execução. O Comitê reúne representantes do MMA, do Ibama, dos governos estaduais e municipais da Amazônia, de organizações ambientalistas e sociais da Amazônia, do Funbio e dos doadores privados, representados pelo WWF-Brasil.

2.4. Soberania e Amazônia: defesa, Amazônia e a internacionalização

As ONGs Transnacionais ambientalistas estão diretamente relacionadas com os debates sobre a internacionalização e planetarização da Amazônia. Benchimol (2010, p. 623) esclarece as diferenças entre internacionalização e planetarização, afirmando que a “internacionalização é um processo de transferência e alienação da soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional que passaria a exercer o domínio político-jurídico sobre uma área”.

A planetarização, por sua vez, “objetiva preservar, a qualquer custo, as fontes de vida telúrica, do meio ambiente, do equilíbrio ecológico e do ecossistema, não com objetivos políticos, mas agindo em nome da sobrevivência terráquea” (BENCHIMOL, 2010, p.624). No caso da região amazônica, destaca Benchimol (2010), a planetarização é motivada por uma série de abordagens “pseudo-científicas”, que utilizando pesquisas e cientistas de renome, divulgam meias verdades, generalizações e abstrações, tais como “morte da Amazônia dentro de 30 anos”, “desertificação acelerada da Hiléia, “pulmão da Terra”, “fábrica de chuva e oxigênio” e outros.

As ONGs Transnacionais, por meio das suas ações ativistas e utilização dos recursos comunicacionais, demonstram ser favoráveis ao discurso da planetarização da Amazônia, pois seria uma forma de garantir a sua existência. Parte-se do pressuposto que o homem é o principal destruidor, sendo necessário afastá-lo da floresta e de seus recursos. Benchimol (2010, p.630) faz um alerta sobre essa questão:

No caso da Amazônia, no entanto, o argumento planetarizador ganhou dimensões e repercussões universais, e necessita que a Nação dele tome conhecimento para que, no resguardo do interesse nacional e do desenvolvimento econômico, não se permita que vingue a tese de que para preservar a espécie humana a Amazônia se converta apenas em uma fábrica de chuvas e oxigênio, um santuário dos ecologistas, mesmo ao preço da extinção ou da miséria do amazônida.

Tal questão está presente ainda em boa parte das discussões governamentais e políticas de defesa e soberania do Brasil. O debate sobre os interesses externos na região e o tema sobre a soberania do maior bioma do mundo são potencializados pela espetacularização midiática e os interesses internacionais na região. Fonseca (2011) corrobora ao afirmar que “a tese da internacionalização, da planetarização ou, mais modernamente, da governança mundial é recorrente toda vez que nova agressão ambiental

sobre a Amazônia recebe destaque na mídia nacional e internacional” (FONSECA, 2011, p.413).

Entretanto, a discussão sobre a internacionalização da Amazônia é bem mais remota: “começou no período colonial, atravessou o ciclo da borracha e se expressou, na prática, com a ideia de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), criado pela Unesco, em maio de 1946, por proposta do brasileiro Paulo Estevão Barredo Carneiro” (FONSECA, 2011, p.414).

Batista (2007, p.48) afirma que tal proposta infeliz, com “lamentáveis falhas estruturais, que poderiam ter conduzido a região ao comando de uma entidade internacional”. O autor afirma que outras investidas semelhantes foram realizadas, por exemplo:

Em 1966, houve uma nova investida para absorver sob a tutela da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, os estudos relativos à natureza amazônica, através de um Programa do Trópico Úmido, que faria coleta de material na região, transportando-o para laboratórios em Porto Rico, portanto, inteiramente fora da área amazônica e das vistas dos povos interessados (BATISTA, 2007, p.48).

Neste período, Reis (1968) já havia feito uma explanação sobre a cobiça internacional sobre a Amazônia, ponderando o passado de cobiça dos povos estrangeiros em relação à Amazônia. O autor apresenta suas preocupações acerca da Amazônia, que envolveria o subdesenvolvimento da região em relação ao restante do país e suas possíveis consequências no tocante à manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre o imenso território amazônico.

Zhourí (2002), por sua vez, discute sobre a internacionalização da Amazônia, estabelecendo relações entre ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. A autora atribui a questão da internacionalização como algo irreal e fruto da imaginação de determinados setores da sociedade:

O fantasma da internacionalização da Amazônia ronda o imaginário nacional e nacionalista, encarnando-se, de tempos em tempos, em entidades sociais e políticas que, por efeito de estratégias ideológicas de poder, são esvaziadas e descontextualizadas de duas posições históricas específicas (ZHOURI, 2002, p.1).

A autora afirma que as vozes que questionam a legitimidade das preocupações ambientais e indígenas emergiram de setores das Forças Armadas e de políticos da Amazônia que sustentam uma determinada noção de desenvolvimento. Zhouri (2002) analisa os discursos do então Governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, e de documentos produzidos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES).

A autora afirma que “os argumentos de militares e políticos locais, construídos de forma contrastiva aos de ambientalistas e ativistas transnacionais, revelam uma estratégia de criação de estereótipos e simplificação de temas sociais e políticos complexos que envolvem posições sociais conflitantes” (ZHOURI, 2002, p.5).

Tal estratégia contribuiria, dentre outros fatores, para “deslegitimar” as demandas dos povos indígenas, dos ambientalistas e defensores dos direitos humanos na sociedade brasileira. A autora critica essa visão e conclui que tal posicionamento reduz os temas complexos que envolvem o debate sobre sustentabilidade na Amazônia a problemas de conspiração internacional, segurança nacional e soberania.

Levando em conta a importância geopolítica da Amazônia para o Brasil, Nascimento (2013) busca, a partir de uma postura multidisciplinar marcada pela interseção entre a Geografia e as Relações Internacionais, explicar os motivos pelos quais a Amazônia é colocada como uma prioridade para as políticas de defesa nacional por meio da análise do Programa Calha Norte (PCN) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

A análise vislumbra entender de que maneira as políticas internas de proteção e vigilância da Amazônia brasileira trabalham com os novos arranjos de segurança que se impõe na região. A pesquisa foi desenvolvida com o enfoque militar:

Nosso interesse específico se encontra neste grupo, seu discurso, sua atuação, a discussão dos conceitos básicos para a compreensão da corporação militar, a Segurança, o Poder, os interesses nacionais e a Soberania Nacional, tendo em vista o debate recente sobre a internacionalização da Amazônia (NASCIMENTO, 2013, p. 17).

Ao verificar o papel das Forças Armadas no que convencionou chamar de “Políticas para a Amazônia”, a autora considera as seguintes variáveis: a necessidade de formulação de uma política indigenista; as pressões internacionais quanto a preservação da floresta; interesses econômicos de exploração dos recursos naturais (principalmente minério) e uma ocupação militar das fronteiras. Por outro lado, averiguou o que representa hoje a

Amazônia para os militares, entendida como região estratégica e de segurança Nacional, principalmente considerando-se a importância que ganha a região na Política Doméstica e Externa para o Brasil.

Uma questão fundamental sobre a Internacionalização da Amazônia diz respeito ao seu potencial natural. Nascimento (2007) investiga sobre a biopirataria na região da bacia amazônica e os instrumentos que podem reforçar a proteção jurídica da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. O autor faz a análise das consequências negativas da biopirataria para os países da região amazônica, dando-se especial ênfase à ameaça que esta prática representa para a execução de uma estratégia regional voltada para o aproveitamento sustentável da biodiversidade, como alternativa para o desenvolvimento.

Nascimento (2007) defende a necessidade de criminalização da biopirataria no plano interno como uma etapa essencial ao fortalecimento de um marco jurídico protetor da biodiversidade nos âmbitos nacional e sub-regional. Com base nesta premissa e diante de uma abordagem da questão a partir de uma perspectiva complexa, que visa tomar o fenômeno na sua totalidade, elabora-se uma proposta complementar para combater a biopirataria e assegurar a sua proteção, mediante a realização da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Para este fim, propõe a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como foro privilegiado para a implementação de estratégias de cooperação que favoreçam uma tomada de posição no plano internacional, que possa assegurar a consecução de um projeto regional eficiente e voltado para a realização do desenvolvimento sustentável em escala sub-regional.

2.5. A influência das ONGs Transnacionais na Amazônia

A Amazônia é um dos maiores, diversos, complexos e ricos domínios do mundo. Devido à sua continentalidade, a Amazônia tem importância e grandiosidade universal, pois ela representa “um vigésimo da superfície terrestre, um quinto das disponibilidades mundiais de água doce; um terço das florestas latifoliadas, um décimo da biota universal, três quintos do território brasileiro [...]” (BENCHIMOL, 2002, p.11).

Essas características geográficas atreladas as constantes descobertas científicas sobre o potencial da Amazônia, possibilitam um exponencial aumento do interesse internacional. Boa parte das políticas preservacionistas visa à utilização de recursos naturais para fins mercadológicos, tais como a utilização de biomedicamentos que sirvam à indústria

lucrativa dos fármacos. Assim, a preservação da vasta biodiversidade torna-se um dos principais fatores que legitimam as atividades e a presença da sociedade Civil Transnacional no bioma amazônico.

Para a execução das políticas no Campo Ambiental, as grandes ONGs de conservação atuam na execução da gestão da sustentabilidade amazônica. As políticas ambientais na Amazônia somente se efetivam localmente porque têm nas ONGs seus agentes e formuladores, no que se configura em um ambientalismo ongueiro, conforme Camely (2009). Para ilustrar as ações e o poder de influência das ONGs Transnacionais na Amazônia, exemplificamos ações, programas e atividades que caracterizam essa influência glocal.

Buscou-se nesse primeiro momento apresentar o “lugar” das ONGs Transnacionais na Amazônia, evidenciando algumas investigações já desenvolvidas sobre a Sociedade Civil Transnacional na região, identificando eixos teóricos dos trabalhos. Nota-se que as investigações desenvolvidas refletem a diversidade de abordagens, complexidade dos questionamentos e algumas contradições. Ao apresentarmos esses autores, buscamos desde já sistematizar uma forma de análise, um caminho a ser percorrido.

Percebe-se que as pesquisas ora se complementam e complexificam, apresentando principalmente as influências nas políticas públicas. As ONGs Transnacionais estão envoltas em várias questões, sendo sua presença bastante questionável. O fator Geopolítico é marcado transversalmente pela riqueza da biodiversidade e soberania histórica e social da Amazônia. Destaca-se a falta de transparência nas questões financeiras, representação de interesses internacionais escusos e falta de controle das suas ações pela sociedade como um todo.

Critica-se também que algumas não estão abertas à participação pró-ativa de seus militantes, muitas vezes distanciando-os das ações (DIEGUES, 2008). Ademais, elas têm exercido grande influência nas políticas públicas ambientais, sobretudo através do incentivo a criação/manutenção de áreas de conservação, nas quais populações tradicionais residentes tem sofrido serias limitações em seu modo de vida tradicional, como o caso do Parque Nacional do Jaú (SANTOS, 2014).

Não buscamos desqualificar o trabalho das ONGs Transnacionais que atuam na Amazônia, visto que é necessário sim preservar a região e sua biodiversidade. A imagem institucional das ONGs Transnacionais, na maioria dos casos, é boa, sendo que elas gozam de boa reputação por parte da grande massa, contudo, busca-se nesse trabalho um olhar mais aprofundado. Nossa intenção é problematizar os processos simbólicos gerados a partir

das suas ações ativistas e midiáticas. A “espetacularização” da Amazônia é uma forma encontrada para chamar a atenção para a preservação do maior bioma existente, todavia, existem consequências simbólicas que precisam ser vistas a fundo, existe a necessidade de refletir detidamente sobre esses processos.

Nas próximas seções, busca-se ampliar e qualificar os debates sobre o Movimento Ambientalista na Globalização e o Discurso Ambiental de forma científica e reflexiva, menos superficial possível. Não se trata de estereotipar as ONGs na Amazônia, colocando-as em posição desfavorável, simplificando temas complexos. Nossa intenção é aprofundar o debate sobre o discurso da sustentabilidade amazônica adotado por essas ONGs Transnacionais na Amazônia, buscando analisar detidamente as estratégias simbólicas construídas e as relações de poder imbricadas nos processos discursivos.

Além disso, busca-se analisar criticamente o papel simbólico das ONGs Transnacionais e rever aspectos sobre a Globalização Ambiental na Amazônia. Acredita-se que essas questões precisam ser mais bem desenvolvidas de modo a recuperar os significados histórico-sociais para conduzir a uma compreensão crítica da conjuntura atual da Amazônia.

3. GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

A Amazônia é uma das regiões mais cobiçadas do mundo¹¹ pela sua floresta, riqueza hídrica e biodiversidade, sendo considerada área de especial interesse no debate global. As razões do interesse passam por diferentes valores, desde a inocente curiosidade de conhecer o bioma mais diversificado até interesses geopolíticos balizados por estratégias macroeconômicas. A Amazônia é, sem dúvida, um dos principais focos de atração da contemporaneidade:

A atração que a Amazônia exerce sobre os estrangeiros, sejam indivíduos, empresas ou governos, assenta-se sobre sentimentos diferentes. Os primeiros, quase sempre, maravilham-se com o relato de viajantes ou a leitura de romances aqui ambientados. Ou de filmes muitas vezes rodados em florestas tropicais de outros países. As empresas, frequentemente, crêem na possibilidade de transformar as extensas florestas e o subsolo da região em fonte capaz de satisfazer sua voracidade por crescentes ganhos. Os governos, atentos às carências que afetarão a sociedade humana, vêm aqui recursos de que, amanhã, grande parte da população do Planeta carecerá (SERÁFICO, 2007, p.97).

O equilíbrio ecológico mundial é um dos motivos que “legitimam” o interesse de organismos internacionais no seu desenvolvimento sustentável e sua proteção. Freitas (2006, p.72) corrobora ao afirmar que “definitivamente a questão ambiental em forma ampla passou a modular o processo de globalização econômica que movimenta o esquema filosófico hegemônico, fortalecendo a inserção planetária da Amazônia, principal referência ecológica mundial”.

Neste Tópico pretende-se contextualizar o objeto deste estudo, que consiste no discurso da sustentabilidade amazônica adotado pelas ONGs Ambientalistas Transnacionais. Destacamos a questão mais elementar sobre a Globalização Ambiental, que é a mudança na relação homem natureza, fato diretamente relacionado com o modo como o homem vislumbrou seu modo de vida. Também sublinhamos a heterogeneidade do movimento ambientalista, que é um agrupamento social formado por diferentes correntes, estabelecemos alguns marcos históricos que são importantes para notar o avanço da questão ambiental no cenário internacional.

¹¹ De acordo com Becker (2005), existem três grandes “eldorados naturais” no mundo contemporâneo: a Antártida, os fundos marinhos e a Amazônia. “A Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil” (BECKER, 2005, p. 77).

Partiremos de alguns alicerces teóricos para construção deste tópico, tais como Movimento Ambientalista, Terceiro Setor, Globalização Ambiental da Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. A intenção é dar subsídios para compreender como o movimento foi se constituindo na Amazônia, conquistando múltiplos espaços políticos, econômicos, científicos e midiáticos até chegar ao que é hoje.

3.1. Globalização Ambiental, Redes e a Amazônia

A Globalização é caracterizada por um conjunto de processos resultantes de transformações políticas, sociais, econômicas e informacionais. É um fenômeno pluralizado, marcado essencialmente pela sociedade em rede (CASTELLS, 1999) e pela desterritorialização (IANNI, 2008).

Para Ianni (2008) a globalização não é um fato acabado, mas um processo em andamento, por isso um termo mais adequado seria “mundialização”. Conforme o autor, globalização compreende um termo inadequado do ponto de vista econômico-social, uma vez que ainda não houve uma integração econômica efetiva e ainda há questões discriminatórias em vários níveis. O capitalismo representa a forma de dominação moderna que tem viabilizado esse processo de mundialização.

Carvalho (2009), ao fazer uma releitura de Ianni (2008), aponta que o “que existe é uma crescente interligação entre economias das nações industrializadas através do comércio global e dos produtos globais. Mas, e o resto do mundo? Afinal, cerca de 60 países, constituindo cerca de 20% da população mundial está à margem desse processo” (CARVALHO, 2009, p.55).

Santos (1997, p. 107-108) chama atenção para o fato de que “não existe estritamente uma entidade única chamada de globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural”. No geral, ele define globalização como “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”.

O autor ainda identifica quatro modos de produção da globalização, as quais dão origem a quatro formas de globalização. Em resumo, essas seriam: localismo globalizado (o inglês como uma língua franca; a globalização do *fast food* americano); globalismo localizado (enclaves de livre comércio; desmatamento para pagar a dívida externa); cosmopolitanismo (redes de desenvolvimento alternativo; ONGs); a herança comum da humanidade (a Amazônia; a camada de ozônio).

Ao estabelecer uma compreensão da sociedade contemporânea, Castells (2003) defende que a mesma é caracterizada por uma lógica estrutural baseada em redes. A predominância deste padrão pode ser percebida em todos os setores da vida econômica e sociocultural. As redes são definidas por Castells (1999) como um conjunto de nós interconectados que desempenham um papel central na sociedade da informação. O autor explica a emergência do novo padrão:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaço, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p.565).

Essa estrutura social traz mudanças no paradigma econômico-tecnológico e, como indica Castells (1999), compreende ainda práticas sociais, altera a percepção de tempo e espaço, cria e aumenta a necessidade de estabelecer novos caminhos em vários âmbitos: social, ecológico, político e econômico. A desterritorialização é outra característica fundamental da sociedade global atual, sendo possível observar a formação de “estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação” (IANNI, 2008, p.95).

Carvalho (2009) afirma que o processo de desterritorialização tem produzido um efeito “cascata” no interior do sistema de relações internacionais tão eficaz que vem alcançando todas as esferas da vida. Trata-se de um aspecto evidente que se desenvolve no âmbito da globalização do mundo, “atingindo todos os níveis da vida social e alcançando fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência, tudo é deslocado ou dissolvido” (CARVALHO, 2009, p.62).

Propendendo ao desenraizamento das coisas, dos povos e das ideias, compete aos organismos internacionais multilaterais, às agências e organizações transnacionais implementarem, nesse horizonte global, a desterritorialização da mercadoria, do mercado, da moeda, do capital, da empresa, da agência, da gerência, do *know-how*, do projeto, da publicidade, da tecnologia (CARVALHO, 2009, p.62).

O processo de desterritorialização estrutura-se na intimidade das relações de poder globais e que “parecem flutuar passando por cima dos Estados e de suas fronteiras, de suas moedas e línguas, de suas populações e de seus movimentos sociais e partidos políticos”

(CARVALHO, 2009, P.6). Nesse quadro, o tema ambiental já se encontra em um estágio avançado de desterritorialização, transcendendo os interesses soberanos dos Estados, sendo tratado como prioritário.

Esse acontecimento nos leva a considerar uma **Globalização Ambiental**, fenômeno que se deve ao fato de que, atualmente, muitas questões ambientais afetam incisivamente o ambiente global. É o caso da perda de biodiversidade, de florestas tropicais e das mudanças climáticas, estarem tão em evidência e acabam compondo a agenda política internacional (NASCIMENTO, 2014). De acordo com Viola (1998, p.2) a globalização da política ambiental seria caracterizada por seis dimensões:

1- a transnacionalização em graus diversos dos atores nacionais da política ambiental nacional (agências governamentais, empresas, ONGs) combinado com o aumento da presença de atores plenamente transnacionais (ONGs transnacionais, corporações transnacionais, bancos multilaterais, agências da ONU, comunidade científica) produzindo a formação de clivagens e alinhamentos transnacionalizados; 2- o desenvolvimento de uma concepção transnacionalizada da agenda ambiental por parte de setores crescentes dos atores sociais nacionais; 3- o efeito multiplicador da aceleração da globalização econômica, política e cultural/comunicacional sobre a globalização ambiental; 4- o crescimento rápido das conexões organizacionais, políticas, pessoais, financeiras e comunicacionais entre os diversos ambientalismo nacionais; 5- a rápida expansão de organizações não-governamentais internacionais cujo centro financeiro-organizacional encontra-se nos países desenvolvidos e que tem grande capacidade de influência sobre os ambientalismo nacionais nos países desenvolvidos, emergentes e estagnados; e, 6- a preocupação crescente com questões de governabilidade global (formação de regimes e autoridades inter/transnacionais) por parte dos diversos atores nacionais.

Ademais, a Globalização Ambiental vincula-se ao fato de que o meio ambiente está midiaticizado, uma vez que a imprensa faz intensa cobertura sobre questões ambientais, eventos ambientais possuem grande exposição midiática e multinacionais, por sua vez, criam grandes campanhas verdes e fazem uso da “ecopropaganda” para persuadir os clientes a comprar o conceito ambientalmente correto.

As condições nas quais o movimento ambientalista está divulgando seus ideais mudaram completamente. Teisserenc, Souza e Cardoso (2011), por exemplo, indicam que as ONGs ambientalistas passaram a adotar em suas logomarcas animais e outros elementos típicos da região amazônica, para veicular mais facilmente e tornar mais populares as suas mensagens, o que, significa adoção da mesma estratégia de marketing utilizada pelo capital e que, historicamente, tem sido objeto de suas críticas. Assim,

A adoção, por parte das ONGs ambientalistas, de Estratégias de utilização da mídia para tocar a sensibilidade da opinião pública nacional e internacional, que as levou a utilizarem imagens diversas e logotipos construídos com elementos típicos da região amazônica, como forma de autoidentificação e de autopromoção, é passível de muita controvérsia (TEISSERENC, SOUZA e CARDOSO, 2011, p.327).

O movimento ambientalista está inserido na globalização do capitalismo que, segundo Ianni (1999, p. 28), “propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial”. Nesse sentido, também é marcado pela convergência e a mobilização de mercado e marketing, mercadorias e ideias, opiniões e comportamentos, inquietações e convicções. Há, portanto, toda uma vasta e complexa rede de articulações mercadológicas envolvendo o movimento ambientalista.

Dentre os aspectos da globalização ambiental, ressaltamos a emergência da sociedade civil transnacional, que foi intensamente estimulada pela criação de redes por intermédio da Revolução da Tecnologia da Informação (CASTELLS, 1999). As ONGs Transnacionais Ambientalistas são atores não estatais que exercem influência notadamente na política ambiental global e por meio de várias redes¹² (parcerias, internet, financeiras, ativistas) acabam por estabelecer um reposicionamento das ações, dinamizando a inserção planetária da Amazônia e lançando-a diretamente no centro das tensões entre local e global.

Esses atores transnacionais caracterizam-se por estarem organizados em redes que viabilizam sua existência, uma vez que são independentes do Estado e atuam com parcerias globais, que se interligam. Ao considerar as propostas dessas entidades ambientalistas, nota-se que existe algo que as singulariza. É justamente o discurso do Desenvolvimento Sustentável, que é uma das principais bandeiras das ONGs Transnacionais que atuam na Amazônia. Buclet (2006) complementa:

Dans le contexte de la globalisation de l'Amazonie, l'organisation en réseau s'impose comme une manière de préserver (ou récupérer) une certaine autonomie politique par rapport aux organismes publics et aux bailleurs de fonds internationaux. On observe néanmoins la même dualité entre réseaux «militants» et réseaux «institutionnels», même s'ils se composent d'ONG ayant des stratégies politiques diverses, voire opposées. Tandis que les premiers ont un ancrage populaire indiscutable, les autres apparaissent souvent comme le fruit de la

¹² Existem vários tipos de redes que subsidiam a influência das ONGs. Destacam-se as redes tecnológicas e de parcerias. As primeiras são constituídas pelas interações digitais que surgem nos ambientes virtuais graças a Internet. Já as redes de parcerias são formadas por vários tipos de atores (entidades, ativistas, ambientalistas, técnicos e outros) que articuladamente se juntam em prol da causa ambiental.

volonté des autorités nationales et internationales de tutelle, instigatrices de la gouvernance globale, voire des ONG transnationales (TNC, WWF ou CI).¹³ (BUCLET, 2006, p.15).

A Globalização Ambiental por meio de redes, fluxos e dinâmicas comunicacionais potencializa qualquer processo relacionado à região amazônica. Avaliando a conjuntura atual da Amazônia, Silva (2013) parte da premissa segundo a qual os processos mundiais se concretizam de formas diferenciadas, de acordo com as realidades locais, e problematiza as características que a singularidade amazônica pode assumir na globalização: “a Amazônia tanto é um território datado e situado como é uma ideia, uma fabulação, uma utopia. No limite, pode constituir-se em um “não-lugar”, cuja característica mais contraditória é ser um lugar no mundo; um “não-lugar” da diversidade, outra face do não-lugar padronizado”. (SILVA, 2013, p.3).

Freitas (2006, p.83) complementa ao ressaltar que “as questões que a Amazônia põe para o mundo são de natureza complexa em quantidade e qualidade, e envolvem processos econômicos políticos e científicos; processos entrelaçados entre si, e em escalas local, regional e mundial”. Esses processos podem ser vistos como produtores de “Amazônias” a partir das atuações de atores. Nota-se que existe uma variedade de sujeitos, vozes e organismos observando, influenciando e mobilizando a região mais cobiçada do mundo.

São segmentos que possuem interesses bem distintos: empresários governos; “povos da floresta”; entidades sindicais; ONGs; parlamentares; militares; segmentos sociais específicos. Cada um desses setores, articulados em redes, “globaliza” a Amazônia, defendendo seus pontos de vistas e interesses. Pode-se considerar como produtores de “glocalidades”¹⁴ que podem propiciar reorganizações visíveis na Amazônia e reconfigurar os processos socioculturais.

¹³ Tradução livre de: No contexto da globalização da Amazônia, a organização de rede é necessária, como forma de preservar (ou recuperar) um certo grau de autonomia política das agências governamentais e doadores internacionais. No entanto, observa-se a mesma dualidade entre redes dos militantes "e redes" institucional", mesmo que elas consistam de ONGs com estratégias políticas diferentes, até opostas. Enquanto o primeiro tem um apoio popular inquestionável, o outro muitas vezes aparece como fruto da vontade das autoridades nacionais e internacionais de supervisão, instigadores da governança global ou mesmo transnacional ONGs (TNC, WWF e CI).

¹⁴ Refere-se à presença de propriedades locais/ regionais na construção de uma cultura global. Nesse sentido, a Amazônia historicamente está em um processo de “glocalização” desde os primeiros contatos com os europeus.

3.2. Mudanças na relação Homem-Natureza

Dos tempos antigos da Grécia ao século XXI, a maneira como o homem relaciona-se com a natureza está diretamente ligada com seu posicionamento humanístico-filosófico e científico (SANTOS, 2002). Dessa forma, as mudanças na relação homem-natureza são reflexos da visão que o homem passa a ter de si e do seu ambiente.

Se de um lado as ações da natureza sobre o homem são ditadas por leis universais, físicas e químicas, que regem o planeta, de outro existem as ações antrópicas que são direcionadas pelas razões que o próprio homem vem criando ao longo da sua história e do valor simbólico que atribui aos objetos.

A ação do homem sobre a natureza, desde a pré-história, se deu notadamente com fins de sobrevivência. O próprio processo de evolução do ser humano, de *Australopithecus* a *Homo Sapiens*¹⁵ (homem moderno), demonstra a capacidade que este adquiriu, com o passar dos tempos, de adaptação, manuseio e habilidades para tratar e modificar a natureza em prol de suas necessidades.

Contudo, Morin (2002, p.89), destaca que, hoje, a dominação humana é feita de forma predatória, pois esse o faz “numa escala totalmente diferente, com meios totalmente diferentes, que as sociedades históricas fundaram a subjugação parasitária da natureza. A sujeição da natureza pelo homem transformou a natureza da sujeição”.

Na Idade Moderna, o homem passou a compreender a natureza como se fosse algo externo a ele. Essa visão deve-se em grande parte ao século XVI, quando Francis Bacon e René Descartes instauraram o racionalismo¹⁶. Coimbra (2002) explica que, para Bacon, a natureza deveria ser submissa ao homem, como uma escrava, tratada com rigor e deveria fornecer o que o desejo humano precisasse.

Descartes, por sua vez, reduziu a explicação do mundo, e por conseguinte da natureza, aos fenômenos mecânicos. Com isso, o que não fosse quantificável não era digno de ser analisado. Essas compreensões marcaram a relação humano-naturalista e instauraram um pensamento denominado paradigma-cartesiano¹⁷.

¹⁵O *Australopithecus* surgiu há cerca de 5 milhões de anos e media uns 105 centímetros de altura e seu cérebro era mais ou menos do tamanho do de um chimpanzé. Já forma evoluída do homem, o *Homo Sapiens*, é caracterizado pelo desejo de entender e influenciar o ambiente à sua volta, procurando explicar e manipular os fenômenos naturais. Os humanos usam suas habilidades e conhecimentos para as próximas gerações e, portanto, são considerados dependentes da cultura.

¹⁶Doutrina que afirma que tudo que existe tem uma causa compreensível, mesmo que não possa ser demonstrada de fato, como a origem do Universo. Privilegia-se a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento (COIMBRA, 2002).

¹⁷Perspectiva que separa os objetos de seus contextos, reduz a realidade ao mecanicismo e operações quantificáveis (SANTOS, 2002). René Descartes, um dos responsáveis por instaurar essa base, por exemplo, reduziu a explicação do mundo aos fenômenos mecânicos, com isso o mundo era visto como um conjunto de engrenagens.

[O cartesianismo] Consolida dois pontos fundamentais do pensamento moderno: o caráter prático e utilitário dos conhecimentos (leia-se ciência moderna) e uma visão antropocêntrica do mundo e da natureza: o homem é o centro do mundo e, se a natureza existe, foi criada para servi-lo e atender às suas necessidades. Nesse pensamento há uma separação e conseqüentemente uma oposição entre homem e natureza (GIANSANTI, 1998, p.18).

Os resultados dessa perspectiva podem ser vistos até hoje: excessivo desmatamento, exploração predatória, desrespeito às cadeias produtivas, desperdício. Coimbra (2002, p.75) diz que o fundamento relacional natureza-homem precisa “ser cuidadosamente revisto – cuidadosamente é pouco; deve ser reformulado por completo. Caso contrário, os riscos resultantes são imprevisíveis, não excluía a extinção suicida da espécie”.

Nesse sentido, a principal mudança está na percepção de que o homem e a natureza estão intrinsecamente ligados, em uma relação de simbiose e dependência. Giansanti (1998) fala de um “reencatamento” com a natureza e explica que o fenômeno do crescimento da sensibilidade ecológica tornou-se mundial nos últimos vinte anos¹⁸. Deste modo.

Os políticos pretendem pensar “verde”, os cientistas proteger a Terra, os industriais, vender produtos “limpos”, os consumidores, mudar seus comportamentos, e os habitantes das cidades e dos campos, defender seu espaço de vida. (GIANSANTI, 1998, p.21).

Atualmente, o homem passa a discutir cada vez mais sobre temáticas relacionadas ao meio ambiente e a natureza. No meio político, por exemplo, os políticos, com intuito de agradar setores cada vez mais importantes na sociedade, como os ambientalistas, se vêem “obrigados” a colocar em suas plataformas de campanha tópicos relacionados a medidas ambientais.

As indústrias, por sua vez, esforçam-se para indicar que são sustentáveis e colaboram com o meio ambiente. Algumas utilizam o discurso do “selo verde”, no qual a certificação ISO 14001 seria uma legitimação de que a empresa contribui com a preservação do meio ambiente. Contudo, nem sempre as medidas tomadas pelas empresas contribuem com a preservação ambiental ou mesmo com o cumprimento de leis ambientais¹⁹.

¹⁸ Como será exposto a seguir, nos últimos vinte anos, a temática ambiental emerge a partir de um contexto de destruição ambiental, desrespeito as práticas sustentáveis, ocasionando em várias conferências organizadas pela ONU com intuito de apresentar soluções para os problemas que estavam aparecendo.

¹⁹ Nesse contexto, Lira (2004), em sua dissertação, identificou como as empresas do Polo Industrial de Manaus desenvolvem os seus processos de comunicação ambiental interna, de acordo com a Norma de gestão ambiental ISO 14001. O resultado da pesquisa mostrou que as empresas do Polo Industrial de Manaus não atendem aos princípios básicos da comunicação ambiental.

As organizações, com ação dos profissionais de *marketing*, esforçam-se para incutir na mente de consumidores que seus produtos são ambientalmente corretos e não agridem o meio ambiente. Entretanto, tal posicionamento gera um aumento do consumo de produtos. Há aí uma disparidade, pois o estímulo do consumo, por si só, pode ser considerado antiecológico, assim, o discurso, agradável na teoria (nosso produto é verde), perde-se na prática do consumo.

3.3. Diversidade do movimento ambientalista

O Movimento Ambientalista faz parte de um contexto maior, que são os Movimentos Sociais. Camacho (1987) esclarece que Movimentos Sociais estão relacionados à dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições sociais.

Os movimentos sociais, assim, são fundamentais na constituição da pós-modernidade e representam a diversidade de anseios sociais da contemporaneidade. Melucci (1989) define analiticamente um movimento social como “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Já Gohn (2011, p. 335) coloca-nos que Movimentos Sociais representam “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. A organização da coletividade é uma das características da atualidade a fim de reunir condições para reivindicação.

De acordo com Fernandes (2000, p.60), os movimentos sociais “constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo”.

Camacho (1987) esclarece que Movimentos Sociais estão relacionados à dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições sociais.

Na abordagem das iniciativas da sociedade com relação à questão ambiental, emprega-se o conceito de movimento ambientalista no seu significado mais amplo. Do ponto de vista organizacional, inclui tanto as organizações não-governamentais Transnacionais quanto os grupos de base e comunitários com mínima organização formal (a maioria das associações vive uma primeira fase de sua existência sem estruturação jurídica).

É preciso destacar que não existe um movimento ambientalista único e singularizado, na verdade tem-se uma multiplicidade de segmentos, grupos e tipos diferentes de ambientalistas. Viola e Leis (1995) explicam que o movimento ambientalista é multisetorial e é constituído por pelo menos cinco setores: associações e grupos comunitários ambientalistas, agências estatais de meio ambiente, o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais; grupos e instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; gestores e empresários que pautam suas ações na questão ambiental. Miguel (2014) acrescenta ainda os grupos midiáticos que divulgam e disseminam princípios ambientais, como o caso de portais, jornais e revistas ambientais.

Outros pesquisadores apontam diversas classificações sobre o ambientalismo. Alguns autores, como Santilli (2005) por exemplo, caracterizam apenas duas linhas ambientalistas: a preservacionista e a socioambientalista. Pepper (2000) faz uma distinção entre os não-verdes e os verdes e aponta características comuns que englobam todas as segmentações dos verdes. Menezes e Siena (2010), com base na revisão teórica, classificaram o ambientalismo em três vertentes: preservacionista, sustentabilista e socioambientalista. Cada uma das correntes apresenta características particulares, linhas de atuação, visões socioeconômicas e perspectivas de consolidação.

A primeira vertente, a preservacionista, “não ataca os fundamentos do crescimento econômico, mas propõe uma ‘ação de retaguarda’, para a manutenção de espaços de natureza original, livres da influência do mercado” (MENEZES e SIENA, 2010, p. 481). Nessa perspectiva a visão da natureza é aquela selvagem e frágil, necessitando ser intocada e afastada da permanência humana. Faz parte dessa corrente a Ecologia Profunda, termo sugerido pelo filósofo norueguês Arne Naess, que procura dar um sentido mais espiritualizado ao relacionamento homem-natureza.

Outra corrente do ambientalismo é denominada Sustentabilista, visto que suas bases estão nas concepções de ecoeficiência, modernização ecológica e economia ecológica. De acordo com Menezes e Siena (2010), essa corrente tem preocupação com o

desenvolvimento econômico, não somente nas áreas verdes, mas também da economia urbana, agrícola e industrial, incluindo os impactos de suas atividades no meio ambiente e na saúde humana.

Em sentido contrário, existe ainda a perspectiva socioambientalista. Tal corrente trabalha em concordância com movimentos sociais e defende a possibilidade de conciliar preservação ambiental e permanência das populações tradicionais em seus territórios. A perspectiva Socioambientalista defende a mudança de paradigma na relação homem-natureza, nas políticas ambientais e na distribuição de recursos.

Outra questão conceitual importante sobre esse trabalho é que estaremos analisando ONGs Transnacionais, que estão inseridas no Terceiro Setor. De forma simplificada pode-se dizer que o Terceiro Setor é uma ordem social ao lado do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), que representa a sociedade civil e é composta por instituições sem fins lucrativos. Kisil (1997, p.137) sintetiza esse setor ao dizer que “refere-se a um conjunto de iniciativas privadas com fins públicos”. Cada setor possui mecanismos de atuação próprios e desempenham funções diferenciadas na sociedade. Nesse sentido, Kisil (1997) apresenta sinteticamente características de cada setor:

Quadro 1 - Características de cada setor

	Primeiro Setor	Segundo Setor	Terceiro Setor
Mecanismo Principal	Estruturas democráticas	Interações de mercado	Associações voluntárias
Tomada de decisão	Funcionários eleitos, administradores	Produtores individuais, consumidores, investidores	Líderes e membros
Guias para o comportamento	Regulamentos	Preços	Acordos
Crítérios para tomada de decisão	Política	Eficiência	Interesse dos membros
Modo de operação	De cima para baixo	Individualista	De baixo para cima

Fonte: Kisil (1997), com alterações

Ainda que haja um consenso sobre a divisão dos setores, existem algumas problemáticas teóricas. Por exemplo, Rifkin (1997) discorda dessa divisão clássica e afirma que o Terceiro setor deveria ser o primeiro setor: “é preciso compreender que, quando se estabelece a civilização, em primeiro lugar, estabelece-se a comunidade (o capital social), depois surge o comércio e o governo: a comunidade sempre vem primeiro”

(RIFIKIN, 1997, p.21).Thompson (1997), por sua vez, destaca que há uma dificuldade em definir os limites de cada setor, bem como compreender as funções que desempenham na sociedade.

Praticamente todas as instituições e ‘setores’ sociais estão enfrentando graves problemas de identidade, no sentido de saber qual é o seu papel diante das mudanças sociais, políticas, econômicas e globais das últimas décadas (THOMPSON, 1997, p. 42).

Uma parte desta dificuldade está no posicionamento adotado pelas organizações do Terceiro Setor. As organizações do Terceiro Setor se utilizam de um discurso neoliberal segundo o qual o Estado é incapaz de cumprir inteiramente seu papel como gestor do bem estar público, pois ocupar-se-ia das questões macro. Esse argumento acaba por gerar uma dependência e justificar a existência de ONGs pela existência de “lacunas” nos serviços constitucionais básicos (saúde, educação, transporte, segurança entre outros), que seriam supostamente amenizadas.

Outro aspecto problemático do Terceiro Setor diz respeito a diversidade de tipos organizacionais classificados como dentro dessa segmentação. Thompson (1997, p.45), assim, afirma que “não podemos dizer que o papel do ‘Terceiro Setor’ seja este ou aquele”, sendo “difícil afirmar que existe um interesse comum, ainda que existam vários pontos e trajetórias históricas em comum”.

Nesse sentido, por exemplo, são classificadas como organizações do Terceiro Setor as organizações sem fins lucrativos que visam fins públicos: ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), OVPs (Organizações Voluntárias Privadas), Grupos de Voluntários, Fundações e outras (MOTTER, 2006).

Apesar de utilizarmos o termo “ONGs Transnacionais ambientalistas”, é importante sublinhar que não se trata de um grupo homogêneo de organizações. São grupos com enfoques ambientais diferentes. Cada entidade possui uma “bandeira” ambiental diferente, atuando de forma diversificada.

3.4. Marcos históricos do movimento ambientalista

Contemporaneamente, os assuntos relacionados às causas ambientais estão em destaque. Existe uma preocupação por parte dos mais variados segmentos sociais, das empresas, do governo, da mídia e das organizações não-governamentais pelos assuntos

“verdes”. Os interesses distintos convergem para debates políticos, sociais e econômicos, fazendo do ambientalismo uma pauta que não pode ser desprezada.

O movimento ambientalista não teve um início claro. McCormick (1992, p.25) destaca que “o movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes”. O autor expõe que a “mudança mais ampla nas atitudes humanas começou com a era das descobertas científicas, quando os sinais de deterioração tornaram-se evidentes para mais pessoas, e não apenas para uns poucos observadores perspicazes da condição da natureza”.

As origens da preocupação com o meio ambiente estão no século XIX, na época já era possível perceber esforços nesse sentido. O movimento ambiental organizado, por exemplo, segundo Lira (2004, p.24), “surgiu com John Muir, um escocês radicado nos Estados Unidos, que, a partir de uma caminhada dos Grandes Lagos até a Califórnia, em 1864, descobriu que era necessário preservar a fauna e a flora daquele local”.

Contudo, a temática ambiental só ganha força a partir da década de 60 nos Estados Unidos. Rabelo (2002, p.28) explica alguns fatores determinantes para isso: “era uma época de grande efervescência sociocultural em todo o mundo, o movimento operário já estava consolidado nos países capitalistas e importantes conquistas haviam sido feitas e institucionalizadas”.

Em 1962, nos Estados Unidos, é lançado o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. A obra denunciava os prejuízos causados pelo agrotóxico DDT e tornou-se um marco para o movimento ambientalista, pois além de causar grande comoção, chamou atenção da opinião pública para o assunto ambiental (RABELO, 2002).

No mesmo contexto de reflexão ambiental, surge o Clube de Roma²⁰, fundado em Abril de 1968, que é um grupo composto por várias personalidades de relevância mundial, que se juntaram para debater assuntos relacionados com ambiente, política internacional e economia. As suas preocupações foram registradas em 1972 no primeiro relatório para o Clube de Roma: “Os Limites do Crescimento”, encarregado a um grupo de cientistas do Clube no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

O relatório descrevia um número de situações para o futuro a longo prazo da humanidade e o planeta. Sugeriu, também, que mediante as medidas efetivas e a

²⁰O Clube de Roma é uma organização independente sem fins lucrativos, atualmente, trabalha em parceria com organizações como a UNESCO e um grande número de ONGs regionais e globais. O Clube, com a colaboração das organizações, distribui notas enfocadas na política e informação para os responsáveis internacionais em tomar decisões e para todo o público. <http://www.clubofrome.org/>

cooperação poderiam se reduzir as ameaças para o futuro. O Clube reunia-se constantemente e fomentava a consciência nos líderes políticos e nos principais responsáveis em tomar decisões sobre temas importantes.

Considerada um divisor de águas na história do movimento ambiental, a Conferência de Estocolmo, realizada na capital da Suécia, em junho de 1972, foi a primeira ação mundial com intuito de harmonizar as relações do Homem e da Natureza. Dez anos depois do lançamento do livro de Carson, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo²¹. Bentes (2005) esclarece as preocupações levaram os representantes dos países industrializados a querer discutir os efeitos negativos da industrialização na conferência da ONU de 1972, em Estocolmo, a primeira a tratar de questões ambientais.

O evento reuniu governantes de todo o mundo e sublinhou a temática ambiental, tornando-a pauta de negociações internacionais. Lira (2004, p. 31) destaca a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) e o intercâmbio realizado, fato que “marcou o início de um novo e mais insistente papel destas instituições” e, por conseguinte, “elas cresceram em número e qualidade”.

A conferência gerou uma declaração de princípios concernentes a questões ambientais, estabeleceu um plano de ação mundial, pelo qual convoca todos os países, os organismos das Nações Unidas e todas as organizações internacionais a **cooperarem para a busca de soluções** para uma série de problemas ambientais (MARCONDES, 2005, p. 189, grifo nosso).

Durante a Conferência de Estocolmo, foi originado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)²². O PNUMA, principal autoridade global em meio ambiente, é a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e

²¹ Lira (2004, p.30) aponta que a Conferência, realizada entre 5 e 16 de julho de 1972, “contou com a participação de representantes e 113 países, 19 agências inter-governamentais e outras 400 organizações governamentais e não-governamentais”

²² Com sede em Nairóbi, no Quênia, o PNUMA dispõe de uma rede de escritórios regionais para apoiar instituições e processos de governança ambiental e, por intermédio desta rede, engaja uma ampla gama de parceiros dos setores governamental, não-governamental, acadêmico e privado em torno de acordos ambientais multilaterais e de programas e projetos de sustentabilidade. Fonte: <http://www.pnuma.org/>

ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações.

A Conferência Estocolmo foi um impulsionador para mudanças em todo o mundo, estimulando a criação atitudes ambientalmente corretas. Os reflexos da Conferência foram diretamente sentidos no Brasil, segundo Marcondes (2005, p.190), logo após a Conferência “Emílio Garrastazu Médici assinou o Decreto nº 73.030, em 30 de outubro de 1973, que institui a Secretaria Especial do Meio Ambiente e o uso racional dos recursos naturais no Brasil”. Behrends (2005) destaca que a importância reside no fato de que, a partir da Secretaria, foram criadas 18 estações ecológicas, que totalizaram 3,2 milhões de hectares protegidos.

A década de 80 foi marcada pela conscientização ecológica e a intensificação das discussões sobre o aquecimento global, a chuva ácida, a desertificação e o buraco na camada de ozônio. No contexto brasileiro, era marcado pelas manifestações para conquistar a democratização do país. O período de 1980 é o auge das manifestações populacionais, devido ao grande tempo de regime militar vivido pelos brasileiros nos anos de 1960 e 1970. Costa (2006, p.53) afirma que a questão ambiental, no Brasil, ganhou notoriedade na década de 80, com a nova Constituição, e em “virtude da posição de destaque que as queimadas e incêndios florestais passaram a ocupar na imprensa brasileira, municiada por imagens e dados de satélites”.

A Constituição Federal de 1988 incorporou o resultado das discussões sobre o meio ambiente em um capítulo especial que permitiu a recepção da legislação e ampliou as responsabilidades do Estado, da Sociedade Civil, mercado e dos cidadãos em relação à questão ambiental. A Constituição 1988 possibilitou a abertura de espaços à participação da população na preservação e na defesa ambiental, colocando como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros a proteção ambiental (BRASIL, 1988).

Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável. O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas que reafirmaram uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adaptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Em 1992, foi realizada em junho no Rio de Janeiro outra conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, o evento ficou conhecido no Brasil como Rio 92. A reunião resultou em importantes acordos, segundo Rabelo (2002, p.34):

Conferência do Rio aprovou três acordos fundamentais para implantar o desenvolvimento sustentável: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Carta da Terra (27 princípios básicos que definem os direitos e as obrigações dos Estados em relação aos princípios básicos do meio ambiente e do desenvolvimento); a Declaração de princípios para a administração sustentável das florestas (primeiro consenso mundial sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas), e a Agenda 21 Global.

O mais importante compromisso firmado durante o encontro foi a “Agenda 21”²³, que corresponde a um abrangente programa de ação com finalidade de dar efeito prático aos princípios aprovados na Declaração do Rio. O documento deveria ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes, em todas as áreas afetadas pelo meio ambiente, a partir de seu lançamento (14 de junho de 1992), prolongando-se pelo século 21.

Foram necessários mais de 10 anos para que a Agenda 21 saísse do papel e começasse a fazer parte dos planos dos municípios brasileiros. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, em 2005, havia 544 iniciativas de elaboração Agenda 21 local registradas (fossem de cidades, estados ou regiões). Trata-se de um avanço importante: elas estimulam a produção, avaliação e amplo debate de informações essenciais para tomada de decisões, de forma democrática, com vistas ao desenvolvimento sustentável (RABELO et. al, 2005)

Em 1992, foi realizado o FÓRUM das ONG's - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente e criou-se a Rede de Organização Não-Governamental da Mata Atlântica (RMA). As ONGs foram fundadas pouco a pouco, e essa atitude finda os anos 80 e dá início aos anos 90. A fase que se abre nos anos 90 é de intenso envolvimento entre organizações não governamentais ambientalistas, socioambientais e o setor empresarial.

Dentre os esforços ambientalistas mais recentes está a Conferência Rio + 20, que ocorreu em 2012 no Rio de Janeiro. Considerado o maior evento já realizado pelas Nações

²³ Rabelo (2002, p. 35) explica que a Agenda 21 “aborda tudo que, direta ou indiretamente, é responsável pela saúde do planeta”, assim inclui-se os diversos tipos de poluição, a superpopulação, o combate à pobreza, a educação, o comércio, a indústria. São mais de 2.500 recomendações divididas em 40 capítulos, 115 programas e quatro seções.

Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Além de questões ambientais, foram discutidos aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia e outros.

Contemporaneamente, o desenvolvimento da rede mundial de computadores passou a ser um elemento impulsionador da Globalização Ambiental. “É interessante observar que esse despertar ecológico se estende ao campo virtual e adquire espaço na Internet, mediante a criação de sites ambientalistas, sociedades científicas, listas de discussão, chats, blogs e fóruns” (CORRÊA E GALDINO, 2005, p.4).

Trigueiro (2008, p.86) afirma que: “considerada a mais moderna e revolucionária de todas as mídias, a internet vem se revelando um poderoso instrumento de pressão em favor de causas ecológicas”. Um exemplo enfático do poder da rede é relatado pelo autor:

Foi por meio da rede mundial de computadores que, em dezembro de 1999, os ambientalistas suspenderam uma manobra da bancada ruralista no Congresso Nacional para aprovar um projeto de lei do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), alterando o Código Florestal. Na prática, a manobra implicaria a redução do percentual de reserva legal obrigatória em propriedades rurais na Amazônia. Num único dia, 189 das principais entidades ambientais do país produziram e assinaram via internet um manifesto que impediu a votação (TRIGUEIRO, 2008, p.86).

O mundo virtual é um espaço aberto para propiciar ações e discussões. Ianni (1999, p.20) complementa-nos ao destacar que as tecnologias da mídia, sem qualquer aplicação, podem ser consideradas inocentes, neutras, mas “quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transformam-se em técnicas sociais”.

Castells (1999, p.161) corrobora ao dizer que “boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico”.

A internet possibilita englobar um número expressivo de grupos ativistas e indivíduos para constituir um canal de comunicação barato e rápido. Nesse sentido, a Internet oferece ferramentas de intervenção social, como as redes sociais digitais (Facebook, Twitter, You tube...), campanhas virtuais, fóruns de discussão, chats e portais.

Assim, a Web pode ser usada como um canal de comunicação complementar ou para gerenciar ações off-line de forma mais eficaz. Para Moraes (2001, p.8), a “Internet veio

dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos”.

4. A COMPLEXIDADE NA SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA

A sociedade está caminhando para um Desenvolvimento Sustentável? Ou a sustentabilidade é apenas uma falácia? Que tipo de olhar seria o mais adequado para projetar um desenvolvimento sustentável para Amazônia? Quais são as proposições e implicações para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia? Quais são as principais limitações das propostas e modelos sustentáveis?

Essas perguntas são desafiadoras e exigem a construção de uma “lente” teórica que possibilite estabelecer conexões conjunturais. Existe uma variedade de autores de diversos campos do conhecimento, com filiações teóricas dispares que tentam respondê-las (FREITAS e FREITAS 2016; VIANA, 2005; GONÇALVES, 2001; PINTO, 2005; CARVALHO, 2007; BARROS, 2010; SILVA, 2013). Embora os questionamentos acima suscitem polêmicas, o que se pretende é oferecer argumentos e elementos teóricos para uma melhor compreensão sobre a Sustentabilidade Amazônica, tomando como base uma visão complexa e integradora.

O Capítulo que ora apresentamos trata de um dos elementos centrais deste trabalho, ou seja, a discussão sobre o discurso da sustentabilidade da região amazônica. Por isso, busca-se refletir sobre as contradições do Desenvolvimento Sustentável, os principais modelos e perspectivas adotadas. Apresenta-se ainda um olhar complexo sobre a Sustentabilidade Amazônica, destacando-se a perspectiva social.

A abordagem leva em conta a delimitação de nosso estudo e, principalmente, nossas limitações teóricas. Ao ampliar as discussões sobre as questões voltadas para a Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, almeja-se primordialmente consolidar e qualificar as análises discursivas que são feitas no *Capítulo 7 - Sentidos discursivos das transnacionais na Amazônia*.

As questões norteadoras dessa seção serão respondidas com base em uma percepção alicerçada na complexidade ambiental. Propõe-se um marco teórico que possibilite problematizar a sustentabilidade Amazônica, como uma questão paradigmática. Além de expor as controvérsias sobre a Sustentabilidade Amazônica, busca-se apresentar um conjunto resolutivo, tomando como base parâmetros conceituais da complexidade social e sustentável.

4.1. Rumo ao Desenvolvimento Sustentável?

O acirramento dos debates sobre a degradação do meio ambiente, nos últimos anos, fez com que o termo “desenvolvimento sustentável” fosse amplamente utilizado, seja pela comunidade científica em conferências internacionais, nas ações dos movimentos ambientalistas, nos canais de imprensa e veículos de comunicação. Contudo, a concepção de sustentabilidade já é utilizada há algum tempo.

No século XIX, segundo Giansanti (1998), surge a ideia do desenvolvimento sustentável, que é creditada ao engenheiro florestal norte-americano Gifford Pinchot. Para ele tratava-se do “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos” (GIANSANTI, 1998, p.9)

Somente na década de 70, a idéia de desenvolvimento sustentável é conceituada e ganha notoriedade a partir da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”²⁴, conhecido também como relatório Brundtland. Nele é apresentada uma definição de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (CMMA, 1988, p.46).

O conceito tem uma conotação positiva a ponto do Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e outras entidades internacionais adotaram o conceito como marco de referência em suas atividades.

O conceito de sustentabilidade, por sua vez, foi cunhado por Lester Brown na década de 1980, também indica que uma sociedade sustentável é capaz de satisfazer suas próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras. Por isso, consideramos “Desenvolvimento Sustentável” e “Sustentabilidade” como sinônimos nesse trabalho.

Existem muitas discussões sobre aspectos relacionados a este conceito – desafios do desenvolvimento sustentável, a necessidade do posicionamento prático-científico, busca de alternativas sustentáveis são alguns exemplos. Entretanto, nas análises de vários autores, como Cavalcanti (2003); Leff (2001) e Sachs (2002) nota-se que a principal crítica está na

²⁴ Nesse relatório de 1987 são apresentadas 109 recomendações buscando a concretização das propostas definidas na Conferência de Estocolmo. O documento também é conhecido como “Relatório Brundtland” por ser o sobrenome da relatora e coordenadora dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a época a primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

inviabilidade do desenvolvimento sustentável frente ao modelo econômico vigente, o capitalismo.

Sachs (2002, p.55) se posiciona da seguinte forma: o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência *smithiana* de alocação de recursos.

O modo de produção capitalista está ligado principalmente com a centralização e acumulação de bens de capital. Sua dinâmica – baseada nos princípios de mercado, produção, consumo e lucro, emerge de um grande poder de influência que altera as formas de organização de trabalho e vida social. Segundo Ianni (1999), é um todo complexo, desigual e contraditório, que acontece de maneira simultaneamente social, econômica, política e cultural.

A base do funcionamento do capitalismo busca continuamente o aumento do lucro por meio da expansão dos processos e meios de produção de mercadorias. Assim, as forças mercadológicas se chocam com a ideia do “sustentável”, pois como se pode pensar em algo para permanecer estável por um bom tempo se a demanda de compra é estimulada para o agora.

A sociedade do consumo, estimulada pelo marketing, movida pelas forças econômicas, faz com que as práticas sustentáveis tornem-se cada vez mais difíceis, pois há contradições fundamentais entre os distintos posicionamentos: é possível ser sustentável consumindo tanto? Como estimular o consumo sem aumentar, por exemplo, o desmatamento? Pressupõe-se que o conceito não se ampara pelas práticas mercadológicas.

Cavalcanti (2003), nesse sentido, diz que o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório. “Qualquer melhoria econômica, sob a égide do que o homem procura, significa acumulação de capital e o esgotamento de alguma categoria de recursos não-renováveis – como combustíveis fósseis”. (CAVALCANTI, 2003, p.160). Boff (2012) se posiciona sobre a questão:

Para os analistas ficava cada vez mais claro a contradição existente entre a lógica do desenvolvimento de tipo capitalista que sempre procura maximizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiça) e entre a dinâmica do meio ambiente que se rege pelo equilíbrio, pela interdependência de todos com todos e pela reciclagem de todos os resíduos (BOFF, 2012, p.35)

A lógica econômica dominante vai de encontro com a ideia da sustentabilidade pelo fato do capitalismo ser uma influência no padrão de racionalidade, onde ocorre a

burocratização das relações e vida sociais, cujas bases jurídicas do direito contribuem sobremaneira nessa trama. O que parece ser mais apropriado para a nossa sociedade, segundo Sachs (2002) não é desenvolvimento sustentável, mas o ecodesenvolvimento²⁵. As estratégias do ecodesenvolvimento possuem propostas de uma nova ordem econômica fundadas nas condições e potencialidades do ecossistema e no manejo prudente de recursos.

Nesse cenário, o sistema político necessita dar sua parcela de contribuição, pois ele pode ser um dos alicerces para sustentar e defender as práticas sustentáveis, que se relacionam, sinteticamente, na integração entre o meio ambiente, economia e a sociedade. Contudo, “não nos iludamos no mundo empresarial e dos negócios, o negócio é ganhar dinheiro, com o menor investimento possível, com a máxima rentabilidade possível, com a concorrência mais agressiva possível e no menor tempo possível.” (BOFF, 2012, p.44)

Freitas e Freitas (2016) afirmam que a noção de desenvolvimento sustentável tem problemas estruturantes e apresentam diversas críticas sobre o conceito, relacionando com a expansão do capitalismo. Passaremos a abordar essas questões, tecendo comentários buscando ampliar a perspectiva dos autores. Primeiramente, “existe uma certa ilusão acerca da noção de sustentabilidade, uma vez que os seus mecanismos de operacionalidade não estabelecem “como”, “onde” e “quando” romper com a forma clássica de desenvolvimento” (FREITAS e FREITAS, 2016, p. 17).

Realmente a noção de sustentabilidade não se apresenta como operacional, trata-se de uma proposição, um norte existencial para a garantia da vida. Apesar da noção clássica evidenciar a necessidade de um comprometimento com o futuro, não há parâmetros para dizer o que fazer ou não para que não se prejudique as gerações futuras. Essa falta de indicativos operacionais a torna um conceito aberto, aplicável a tudo, mas restrito aos propósitos e objetivos de quem as aplica.

Dessa forma a compreensão de sustentabilidade é genérica, dando margem a imprecisões e ambigüidades. Mesmo sinalizando certas responsabilidades, diz pouco a respeito de como estabelecer, na prática, uma sociedade sustentável (CAPRA, 2003). A ideia de que as ações do presente incidem sobre o futuro soa mais como um lembrete. Nesse sentido, pode-se “ficar esperando por uma coisa que nunca pode acontecer; corremos o risco de estarmos construindo um empreendimento socioeconômico

²⁵Entende-se como uma perspectiva relacionada ao “aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento” (SACHS, 2002, p.53).

estruturalmente inconsistente, que nunca pode ocorrer” (FREITAS e FREITAS, 2016, p. 17).

Sabe-se que o desenvolvimento econômico colide constantemente com a noção de sustentável. Essa percepção é extremamente problemática, pois requer uma redução daquilo que é objeto e foco do sistema vigente, o lucro. Assim, Freitas e Freitas (2016, p.18) apontam que “existe uma incompatibilidade da noção de sustentabilidade com o conceito de crescimento”. O crescimento econômico implica em investimentos em diversos mercados, bem como o estímulo ao consumo, fato que é comprometedor para o que se espera de uma matriz sustentável.

Conforme aponta Boff (2012, p.16): “a concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/ desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais”, sendo a “sustentabilidade um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e futuras gerações”. Assim como Boff (2012), Andrade (2014) afirma que sustentabilidade também “envolve um projeto de sociedade alicerçado na melhoria da mente, na evolução espiritual, em princípios como os que expõem a Carta da Terra” (ANDRADE, 2014, p.115).

A sociedade pós-moderna tem girado em torno de características insólitas e nefastas em que o lucro é a principal finalidade de tudo. O modo de produção consumista conseguiu fazer da economia o principal eixo estruturante das sociedades. Os ideais e características do capitalismo e da cultura do capital estão em alta na sociedade atual: acumulação ilimitada, ampla concorrência e egoísmo sistemático.

Nesse bojo, encontra-se uma questão política que evidencia as diferentes visões sobre desenvolvimento sustentável, que tem como raiz os processos históricos de acumulação de capital. Assim, “os países centrais estão cada vez mais ricos em detrimento de um crescente processo de pauperização dos países periféricos. No ponto de vista destes países periféricos faz-se necessário incorporar à noção de sustentabilidade elementos próprios da condição humana” (FREITAS e FREITAS, 2016, p. 17).

Para os países subdesenvolvidos a noção de sustentabilidade surge como um “elástico” que puxa para trás qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico. As diferentes percepções, quando levam em conta o contexto socioeconômico, mostram um problema adicional: a noção de sustentabilidade não pode ser assimilada homogeneamente, porque deve considerar os contextos das nações subdesenvolvidas do planeta. A hipocrisia dos governos centrais é, segundo Freitas e Freitas (2016, p. 17), um grande entrave:

A história registra que os discursos desses governos destoam de suas ações práticas. Estes governos não efetivarão nenhuma experiência, nenhum processo ou modelo de desenvolvimento que ponha em risco o estado de bem-estar de seus eleitores, a estabilidade econômica e política de seus países.

Analisando criticamente essa questão tem-se que o desenvolvimento economicamente viável na compreensão e na linguagem política dos governos e das empresas, desenvolvimento é medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo crescimento econômico, pela modernização industrial, pelo progresso tecnológico, pela acumulação crescente de bens e serviços. As Taxas positivas de crescimento são objeto de desejo de todas as nações e são as metas econômicas das nações.

Por isso, a ideia de sustentabilidade simboliza, na visão de políticos e industriais, um “freio” na aceleração do PIB, ocasionando conseqüências como a retração econômica de um país. Freitas e Freitas (2016) afirmam que a noção de desenvolvimento sustentável só tem vigência histórica em experiências locais, como política planejada de aproveitamento de recursos de um território, envolvendo configurações sociais, situações políticas e possibilidades de aplicações de tecnologias disponíveis. A universalização dessas experiências locais, com projeções em escala global, é regulada por um objetivo comum negociado: a preservação da biodiversidade.

A noção de sustentabilidade efetivamente precisa de um cenário para ser desenvolvida, caso contrário, torna-se mera abstração ou discurso falacioso. As estratégias sustentáveis devem ser concebidas a partir de um contexto específico, levando em conta diagnósticos sistêmicos, planejamento estratégico, execução que levem em consideração a complexidade social e cultural, formas de controle e avaliação a fim de obter resultados efetivos.

Finalmente, existe uma crescente tensão entre a noção de sustentabilidade e o princípio universal de segurança nacional. A Amazônia é um dos principais exemplos dessa questão apontada por Freitas e Freitas (2016), pois está envolta por uma gama de interesses que extrapolam a soberania nacional. Existe aí um embate de interesses e processos políticos em escala mundial.

A constituição e a perenidade de uma visão de sustentabilidade exigem uma reflexão e modificação radical dessas questões. É preciso estabelecer uma nova visão de

sustentabilidade, que esteja alicerçada em fundamentos integradores e complexos. Devem-se tomar como eixos os “princípios estruturantes assentados na irradiação e convergência de empreendimentos centrados na vida, na existência humana em sua totalidade e unidade geostórica plena, e na busca do ‘outro’ como projeção cósmica de um sentimento de pertencimento e transformação do mundo” (FREITAS, 2010, p.37).

4.2. Por uma nova visão de sustentabilidade: modelos e críticas

Os termos “Desenvolvimento Sustentável” e “Sustentabilidade” estão presentes nos mais variados discursos, coligando diversas aplicações, controvérsias, indefinições e vaguezas. Nesse sentido, são utilizados por entidades e organizações públicas e privadas, nos âmbitos nacional, estrangeiro e multilateral. Tais conceitos têm presença obrigatória nos discursos que têm o meio ambiente como objeto.

A indiscriminada proliferação dessas conceituações acaba banalizando e esvaziando os reais sentidos dos termos. Dessa forma, “é muito comum hoje se falar no conceito de desenvolvimento sustentável; até mesmo na linguagem da publicidade utiliza o termo para vender seus produtos. Esvaziado de seu significado mais profundo, o termo rapidamente se transformou num jargão que parece tudo explicar” (SOUZA, 2015, p.233)

Efetivamente, o termo “sustentável” está sendo empregado em várias situações, tornando-se um “modismo”, constando principalmente nas campanhas publicitárias de governos, empresas e organizações não-governamentais. Essa compreensão nos induz ao entendimento de que o termo precisa ser debatido e discutido a fim de formar uma concepção realística daquilo que realmente pretende significar.

Nesse sentido, Boff (2012, p.9) alerta que “frequentemente ocorre é certa falsidade ecológica ao usar a palavra sustentabilidade para ocultar problemas de agressão à natureza, de contaminação química dos alimentos e de marketing comercial apenas para vender e lucrar”. Sem dúvida, o termo tem funcionado como um “escudo retórico” para as empresas, servindo mais de mote publicitário do que orientador de filosofias e práticas ecologicamente corretas.

É nesse cenário discursivo que se projetam e firmam as ideias de sustentabilidade, por isso faz-se necessário que sejam questionados os modelos de sustentabilidade adotados pelas organizações modernas a fim de que se tenha uma posição realmente clara do que pode ser a sustentabilidade amazônica.

Boff (2012) realiza uma análise crítica de vários modelos atuais que buscam a sustentabilidade. Cita, por exemplo, a concepção Neoliberalista, Capitalismo Natural, Economia Verde, Ecosocialismo, *Triple Bottom Line*, Ecodesenvolvimento e outras. O autor, assim, conclui:

Pouco importa a concepção que tivermos de sustentabilidade, a ideia motora é esta: não é correto, não é justo nem ético que, ao buscarmos os meios para a nossa subsistência, dilapidemos a natureza, destruamos biomas, envenenemos os solos, contaminemos as águas, poluamos os ares e destruamos o sutil equilíbrio do Sistema Terra e do Sistema Vida (BOFF, 2012, p.64).

Os modelos analisados possuem diversas lacunas, contudo, o “Triple Bottom Line” (a linha das três pilastras) se destaca pela sua projeção e aplicação nos discursos dos setores públicos, privados e não-governamentais. O conceito foi criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, e nos últimos anos tem ganhado proeminência pelo fato de preconizar a integração das questões econômicas, sociais e ambientais. Ou seja, para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

Alerta-se que o conceito de sustentabilidade não pode estar pautado em uma visão reducionista que projete o desenvolvimento sustentável somente como uma combinação de crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Existe um falso equilíbrio nessa dimensão, pois a visão da economia é sempre privilegiada, posto que se sobrepõe as outras dimensões. Baldissera e Kaufmann (2013, p.65) problematizam o modelo *Triple Bottom Line*:

A adoção do modelo, que dispõe de forma equilibrada os pilares econômico, ambiental e social, tende a simplificar a noção de sustentabilidade, pois que os três pilares são equiparados, quando se sabe, em sentido complexo, que isso não é possível. Por exemplo, se uma organização consegue ótimos resultados econômicos e sociais, mas para isso destrói a natureza, pode-se dizer que ela apresenta sustentabilidade? Complexamente, isso não se sustenta, mas, se os pilares têm valor semelhante, pode sugerir que sim, que a organização apresenta sustentabilidade (um equívoco?). Além disso, em que medida o equilíbrio entre os pilares será respeitado?

Nota-se que tanto do ponto de vista teórico quanto das apropriações, a concepção é equivocada. Apesar de o modelo indicar proporcionalidade entre os pilares, o econômico tende a ser sempre priorizado, visto que, dentre outras coisas, na prática, o modelo impulsiona a realização de ações mitigadoras (reflorestamento, créditos de carbono, financiamentos sociais) que amenizam a destruição socioambiental e precificam os

recursos naturais para que não exista necessidade de as organizações abrirem mão da maximização dos lucros (BALDISSERA E KAUFMANN, 2013).

A partir de Boff (2012) e Baldissera e Kaufmann (2013), é possível apresentar uma série de fragilidades e incongruências desse modelo:

- é um modelo fechado que entende a sustentabilidade de forma linear e quantitativa, alicerçado no que Edgar Morin (2001) chama de paradigma simplificador – modelo reducionista e disjuntivo;
- não dá preferência à natureza, ao ambiente e à complexidade dos ecossistemas (sociodiversidade, biodiversidade, diversidade cultural e étnica), aspectos prioritários quando a matéria é sustentabilidade;
- não possibilita a problematização sobre a necessidade de transformação de paradigma a partir da visão complexa da realidade, pois que está pautado exclusivamente nos interesses mercadológicos (racionalidade econômica);
- coloca no mesmo patamar de relevância questões econômicas e ambientais, desconsiderando o fato de o sistema econômico ser dependente da natureza, disponibilizando recursos para serem transformados em bens de consumo e não o contrário.

Torna-se evidente que o *Triple Bottom Line* e nenhum outro modelo de sustentabilidade podem ser concebidos e executados como um sistema linearizado, fechado e reducionista. Importa reconhecer e considerar a complexidade da questão ambiental. Leff (2001) defende a necessidade do regime universal e dominante de mercado deixar de ser a medida de todas as coisas; deixar de ser o princípio constitutivo do mundo globalizado e do próprio sentido da essência humana. A discussão sobre o *Triple Bottom Line* permite, efetivamente, reconhecer mais amplamente a problemática conceitual pelo qual a sustentabilidade passa, bem como a incoerência epistemológica de tal visão.

Não se pode pensar a sustentabilidade de forma restritiva, devendo ser vista como uma forma complexa, integrada, transdisciplinar e multifacetária. Apesar de conter alguns elementos das conceituações tradicionais, Boff (2012) busca ampliar a noção de sustentabilidade, propondo uma integralização da vida:

conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a **preservação** de seus ecossistemas com todos os elementos físico, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras

gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões” (BOFF, 2012, p.14)

Tendo em vista, essa percepção nota-se que há cada vez mais uma necessidade de uma mudança de pensamento. Uma transformação do modo como se vê a situação precisa ser rapidamente engendrada a fim de que sejam corrigidos os desvios tomados no curso da trajetória da humanidade. Urge que sejam feitas adequações no modo de conceber a vida e a existência social. Assim, como Boff (2012), acredita-se que esse pensar diferenciado está ligado a uma proposição complexa da vida, uma forma integradora de conceber a existência.

4.3. Pensamento Complexo e a Sustentabilidade Amazônica

A Amazônia não pode ser compreendida satisfatoriamente se não houver uma mudança de paradigmas em relação ao reconhecimento de sua complexidade e diversidade natural, social e cultural. É preciso reconhecer que nos encontramos diante de um conjunto ecossistêmico de biodiversidade e sociodiversidade em variados graus de integração, múltiplas diferenças e inter-relacionamentos.

Carvalho (2007, p.70) destaca que os “modelos teóricos que têm sido implementados para investigar o contexto ambiental amazônico têm-se mostrado, então, incapazes de compreender o sentido da vida nesse ecossistema, fundamentalmente em razão da perda de uma dimensão temporal”.

Por isso, acredita-se que o pensamento complexo pode dar conta da variedade e complexidade dos fatores que constituem a sustentabilidade amazônica ou pelo menos apontar caminhos diferenciados. A sustentabilidade Amazônica só pode ser efetivada a partir de uma noção complexa sistêmica que inclua diversos aspectos, tais como contradições internas, funções, unidades e pluralidades.

Tratar a questão da Amazônia e suas vicissitudes sócio-histórico-ambientais requer, todavia, uma mudança de paradigma conceitual. Não é mais adequado tratar essa questão por meio do pensamento acadêmico tradicional (CARVALHO, 2007, p. 56).

Essa mudança de paradigma, sem dúvida, é necessária. Tem-se a imprescindibilidade de pensar a sustentabilidade amazônica com base numa visão pós-moderna, complexa e sistêmica. Nesse sentido, deve-se esclarecer o que se entende por complexidade. O pensamento complexo (MORIN, 2008) representa um modelo de reflexão compatível com a necessidade de uma nova compreensão e reflexão da sustentabilidade amazônica. Esse modelo de pensamento representa um instrumental eficaz de análise social da complexidade sociocultural da região amazônica. É com base nessa visão que pensamos a sustentabilidade amazônica.

Dentre os elementos que compõe os fundamentos para uma compreensão da sustentabilidade amazônica, está a discussão sobre o termo “complexidade” e a explicação sobre a existência de “complexidades” distintas teoricamente. O termo por si só traz algumas significações derivadas do senso comum ou mesmo estereótipos imbuídos na sua constituição. “Complexidade” passa a significar: algo complicado, confuso, difícil de compreender e/ou embaraçoso.

Nesse sentido, Morin (2008, p.7-8) destaca que a palavra complexidade “não possui uma nobre herança filosófica, científica ou epistemológica. Suporta pelo contrário uma pesada carga semântica, porque transporta no seu seio confusão, incerteza, desordem”.

Torna-se preciso esclarecer que o pensamento complexo nada tem a ver com a confusão ou completude. Essas compreensões não estão relacionadas diretamente com o pensamento complexo. Morin (2008) sublinha duas ilusões que desviam o foco da problemática do pensamento complexo: 1- crer que a complexidade conduz à eliminação da simplicidade e 2- confundir complexidade e completude.

O termo complexidade ganha evidência no ambiente acadêmico na década de 50 e, seguidamente, passa a ser aplicado nas mais diversas ciências. Não obstante, o termo passa a ser utilizado em diversas áreas do conhecimento, tornando-o chave. Morin (2008, p.9) esclarece que o pensamento complexo “comporta o reconhecimento de um princípio de incompletude e de incerteza”.

A complexidade é tida por alguns como algo de difícil compreensão por se tratar de algo que exige uma elevada capacidade de abstração. A palavra traz em si uma carga semântica muito elevada. Os preconceitos acabam por direcionar compreensões distintas.

Moreno (2002), ao apresentar uma discussão introdutória sobre a Complexidade, destaca que a corrente teórica possui diversos antecessores, que fizeram proposições teóricas semelhantes. “Desde la antigüedad hasta nuestros días, tanto en la cultura oriental

como en la occidental han aparecido autores que se acercan a una comprensión compleja de la realidad”. (MORENO, 2002, p.13).

Isso desmistifica o fato de que a complexidade surgiu “como um passe de mágica”, nascente de uma proposição isolada histórica-socialmente. Nota-se, pelo contrário, que a Teoria da Complexidade foi se consolidando no decorrer do tempo, sendo fruto de inquietações em campos distintos do conhecimento. O que se tem chamado de pensamento complexo, teoria da complexidade ou simplesmente complexidade trata-se de um conjunto de pressupostos científicos que apontam para uma compreensão distinta do cartesianismo, uma perspectiva diferenciada e que está em fase de consolidação.

Compreende-se que a complexidade não pode ser creditada somente ao francês Edgar Morin, mesmo reconhecendo sua valiosa contribuição na consolidação do referido paradigma. Autores diversos apresentam pensamentos que contribuem para uma compreensão complexa dos fenômenos: Capra (1997 e 2005) e Maturana e Varela (2001).

A compreensão do pensamento complexo precisa ser contextualizada pela revolução histórica-científica na qual o pensamento humano passa por transformações. Dos tempos antigos da Grécia ao século XXI, a maneira como o homem relaciona-se consigo e com a natureza é influenciada por paradigmas que, segundo Kuhn (2006), são realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo período, proporcionam modelos de problemas e soluções para uma comunidade científica.

Na Idade Moderna, o homem estava sendo orientado, predominantemente pelo pensamento cartesiano, perspectiva que separa os objetos de seus contextos, reduz a realidade ao mecanicismo e operações quantificáveis. René Descartes, um dos responsáveis por instaurar essa base, por exemplo, reduziu a explicação do mundo aos fenômenos mecânicos, com isso o mundo era visto como um conjunto de engrenagens e o que não fosse quantificável não era digno de ser analisado.

Dentre as consequências fundamentais deste posicionamento estão: a divisão entre as ciências naturais e sociais humanas, o isolamento dos objetos de estudo de seus contextos e a disciplinarização do saber. Como reflexo dessa perspectiva cartesiana na questão ambiental, têm-se as abordagens com base em uma visão fragmentada e parcelar, segmentando homem e natureza.

Santos (2002), todavia, afirma que à crise do paradigma moderno-cartesiano é irreversível e está relacionada ao pensamento complexo. Esse representa, assim, uma mudança de pensamento, do paradigma da simplificação, onde os objetos são isolados para serem compreendidos, para uma visão conjuntural, que leva em conta a totalidade (o todo e

as partes) e a inter-relação dos objetos. Morin (2008, p.12) explica que a dificuldade do “pensamento complexo é que deve enfrentar a confusão (o jogo infinito das inter-retroações), a solidariedade dos fenômenos entre eles, a bruma, a incerteza, a contradição”.

Para Morin (2008, p.100), o novo paradigma está alicerçado na abordagem transdisciplinar dos fenômenos, segundo o autor, “a consciência da multidimensional conduz-nos à ideia que qualquer visão unidimensional, qualquer visão especializada, parcelar é pobre”. Por isso, os fenômenos são estudados com um olhar múltiplo, de várias áreas e complementar.

Nesse sentido, está a visão ecológica, que está contida na base do pensamento complexo e, por sua vez, “consiste em distinguir todo o fenômeno autônomo (auto-organizador, auto produtos, autodeterminado, etc.) na sua relação com o meio” (MORIN, 2002, p.78) e, além disso, comporta e associa duas ideias-chave: *oikos (ecossistema)* como sistema e organização.

Ecologizar o nosso pensamento de vida, do homem, da sociedade, do espírito faz-nos repudiar para sempre todo o conceito fechado, toda a definição auto-suficiente, toda a coisa “em si”, toda a causalidade unidirecional, toda a determinação unívoca, toda a redução niveladora, toda a simplificação de princípio. (MORIN, 2002, p.109)

A maior contribuição deste pensamento para a Sustentabilidade Amazônica está na percepção sistêmica de que as propostas de Desenvolvimento Sustentável não podem ser concebidas como estanques e isoladas, mas sim como uma extensa rede de processos intrinsecamente interligados e interdependentes. Os mais variados sistemas sociais, culturais, ecológicos da Amazônia só subsistem porque há redes que compõe essa trama multifacetária.

Ao pensar a Complexidade poder-se-ia imaginar que não haveria um fio condutor que pudesse orientar os caminhos para um pensamento complexo. Contrariando essa perspectiva, o pensamento complexo possui eixos norteadores e elementos operadores que indicam o potencial analítico do pensamento. A teoria da complexidade é formada por três princípios basilares que são explicitados por Morin (2008): dialógico, recursivo e hologramático. Apesar de apresentá-los separadamente, alertamos que ambos fazem parte de um todo, que é a visão complexa.

O princípio dialógico, essencial para a compreensão do pensamento complexo, consiste “em manter a unidade de noções antagônicas, ou seja, em unir o que aparentemente deveria estar separado, destacando o que é indissociável, com o objetivo de

criar processos organizadores e, por conseguinte, complexos” (MORIN, 2001, p. 106). Dessa forma, não se deve opor, por exemplo, natureza (ecossistemas) e cultura (homem) amazônica, mas entendem-se tais fenômenos como simultaneamente concorrentes e complementares.

Nesse sentido, a visão para uma Sustentabilidade Amazônica deve compreender, principalmente, que homem e natureza estão integrados. Essa união de concepções que, por outras abordagens, são consideradas contraditórias e até excludentes reposiciona a forma de pensar a Amazônia. Dessa forma, a visão complexa e a percepção ecológica profunda “reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)” (CAPRA, 1997, p.25)

Carvalho (2007) relaciona diversos autores que tratam da temática amazônica e destaca o pensamento de Moraes (2001) sobre os interpretes da Amazônia: “parte significativa desses estudos voltam-se enfaticamente apenas para os aspectos naturais que compõe o grandioso cenário amazônico [...] esquecem o homem, sua existência e seu destino no coração do grandioso cenário amazônico” (CARVALHO, 2007, p.73)

Não existe, portanto, o pretense embate entre o homem e a natureza. O homem integra a natureza, é parte dela. A forma complexa de pensar a questão é voltada para a dimensão “homem-natureza” e não “homem x natureza”. Essa percepção ecológica é fundamental para a Amazônia, uma vez que as ações governamentais e políticas públicas devem estar baseadas nessa percepção. Assumir a conexão “homem-natureza” possibilita uma visão estratégica.

O princípio da recursão é aquele no qual a causa e o efeito estão interligados. Morin (2008, p.106), assim, se posiciona sobre tal princípio: “o princípio da recursão é aquele que nega a determinação linear a qual promove a criação de novos sistemas e pode ser entendido como processos em circuitos, de modo que os efeitos retroagem sobre as causas desencadeadoras”.

As causas do desmatamento da Floresta Amazônica, por exemplo, estão ligadas diretamente aos seus efeitos. Não existe, a nosso ver, uma linearidade nas questões do desmatamento, na verdade há uma rede de fatores que envolvem conexões ocultas e que estão alicerçadas em interesses dos mais diversos. Assim sendo, afirmar que o desmatamento se dá meramente pela expansão da agropecuária é obviamente uma redução das causas.

O desmatamento da floresta é um efeito de um espectro de diversas causas, dentre elas a de um macro-sistema econômico dominante, que privilegia o lucro. Assim, o desmatamento faz parte de um sistema vigente e a retroalimentação desse sistema corresponde a uma visão capital. Linearizam-se as causas do desmatamento quando se apresentam os “responsáveis” como as queimadas, criação de gado e produção de soja, mas não se aborda o sistema que induz o consumidor a comprar cada vez mais por meio da publicidade, propaganda e marketing.

A ideia recursiva põe cada um desses responsáveis como causa e efeito da destruição da Floresta, gerando um processo circular. O desmatamento, por exemplo, retroage sobre as causas desencadeadoras. Deve-se romper com a idéia linear de causa/efeito e produto/produtor. As causas do desmatamento devem ser circunstanciadas, pois compõe complexas redes de processos que conjugadamente fazem parte de um sistema capitalista.

Uma ação recursiva é um processo no qual os produtos (criação de soja, queimadas) e os efeitos (desmatamento, destruição) são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu. A ideia recursiva é, portanto, uma ideia em ruptura com a ideia linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, uma vez que produziu um clivo ele mesmo auto-constitutivo, auto-organizador e autoprodutor.

O princípio hologramático apresenta o paradoxo dos sistemas em que a parte está no todo assim como o todo está na parte. Esse princípio afirma que a parte não somente está dentro do todo, como o próprio todo também está dentro das partes (MORIN, 2002). A Amazônia faz parte do Brasil, mas existem visões e ações que demonstram o contrário²⁶. A sustentabilidade amazônica é dependente desse princípio hologramático, pois só é possível avançar nas políticas públicas e ações de comando se houver uma clara visão de conjunto sobre as ações.

Não há, por exemplo, como propor projetos de desenvolvimento sustentável sem entender que existe uma íntima relação e interdependência entre desenvolvimento e sustentabilidade. Esses termos que ora se polarizaram são, na verdade, um binômio que devem ser pensados juntos. Assim, o princípio holográfico remete à articulação dos pares: floresta-Amazônia, sociedade-cultura, Amazônia-mundo, região-universo, simples-complexo e outros.

²⁶ Existem diversos autores que apontam a desconsideração do governo brasileiro em relação à Amazônia (FREITAS e FREITAS, 2016; GONÇALVES, 2001; BECKER, 2006). Assim, a visão nacional sobre a região é marcada por incongruências e paradoxos, tais como ser considerada uma região com enormes potenciais, um lugar a ser desenvolvido, mas que efetivamente as políticas e estratégias de desenvolvimento se mostraram incompletas ou pensadas de forma obtusa. Um bom exemplo disso é que parte significativa do faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM), que deveria ser aplicado em projetos de desenvolvimento da região amazônica, é contingenciada pelo governo federal.

Capra (1997) expõe que “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes” (CAPRA, 1997, p.23). Dessa forma, a Sustentabilidade Amazônica não pode ser analisada tomando como base os métodos lineares de causa e efeito – o método reducionista de análise foi responsável pelas falhas dos projetos e propostas de desenvolvimento da região.

Apesar de ser um sistema globalmente complexo, a Amazônia também é um sistema que apresenta simplicidade local. A Floresta, por exemplo, possui um grande número de componentes que interagem entre si e influenciam uns aos outros, sempre há aspectos aleatórios envolvidos, são capazes de evoluir, se adaptar e aprender de acordo com mudanças nas características de seu ambiente.

A Amazônia representa uma unidade na diversidade, pois é composta por várias “amazônias” de diferentes matizes e proporções. O futuro sustentável da Amazônia dependerá do olhar daquele que está vendo e projetando. Nossa propositura de vislumbrar a sustentabilidade amazônica a partir da complexidade representa um arranjo epistemológico que se soma a outros (FREITAS e FREITAS 2016; VIANA, 2005; GONÇALVES, 2001; PINTO, 2005; CARVALHO, 2007; BARROS, 2010; SILVA, 2013). Ao invés de reduzir a sustentabilidade a um conjunto de variáveis causais, defende-se a necessidade de perceber os elementos complexos, interações não-lineares e as interdependências.

4.4. A perspectiva complexa e social da Sustentabilidade Amazônica

Essa crítica a falta de operacionalidade do conceito de sustentabilidade/desenvolvimento sustentável é legítima, mas é preciso observar os contextos nos quais as ações sustentáveis podem ser desenvolvidas. É preciso considerar, por exemplo, a conjuntura atual no qual vive a Amazônia. A visão do todo, do conjunto é sempre necessária em qualquer análise, pois tudo está ligado a uma totalidade.

Ademais, uma percepção complexa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia requer a constatação de inúmeras contradições inerentes a região. Essas contradições são de um amplo espectro, que envolvem questões díspares que por si só induziriam um trabalho dissertativo. As incongruências envolvem questões geográficas, históricas, econômicas, mercadológicas, sociais e políticas. Freitas (2010) aponta algumas dessas questões:

Os acordos das elites nacionais e internacionais , os grandes projetos econômicos implantados na região , a privatização e a grilagem de extensas áreas amazônicas, os seus novos projetos de reconfiguração territorial e política , a voracidade com que amplos setores científicos nacionais têm acoplado às pautas de investigação e às matrizes produtivas mundiais em condição de subalternidade, e a insistência dos poderes constituídos em discutir o seu destino sem a participação dos seus povos são contradições que conspiram contra um futuro promissor para esta região brasileira. (FREITAS, 2010, p.47)

O Desenvolvimento Sustentável é desafiador, porque exige uma saída do lugar comum, da visão da (e na) área de conforto. Entende-se que os problemas ligados a sustentabilidade amazônica estão na forma como são vistos, percebidos e analisados. A forma como se vê os problemas determinará os resultados das soluções.

Se as soluções previstas não estão tendo o êxito desejável, é porque, provavelmente, se está tendo uma visão errada. A necessidade da mudança nas compreensões e nas maneiras de pensar é emergente para a questão amazônica. A mudança de percepção sobre a Amazônia determinará ações eficazes de sustentabilidade.

A Sustentabilidade Amazônica não pode ser compreendida satisfatoriamente se não houver uma mudança de paradigmas em relação ao reconhecimento de sua diversidade natural em suas relações com a diversidade cultural. O que significa compreender que não basta reconhecer que nos encontramos diante de um conjunto rico de biodiversidade, é preciso compreender diversos sistemas complexos, sociais e adaptativos. Propostas totalmente lineares não passam de abstrações, porque a realidade social amazônica é por natureza complexa. Essa noção é importante para a compreensão de que as proposições não podem separar o ambiente, natureza, cultura.

Torna-se patente a complexidade da Amazônia, onde coexistem significativo crescimento econômico e grandes desafios a vencer. A região nunca foi homogênea, mas nas últimas décadas sua diversidade interna se assentou sobremaneira, com novas formas de uso da terra e novos atores. O reconhecimento da complexidade e diversidade regionais é essencial para compreender a região e subsidiar a construção de políticas públicas mais adequadas para ela. (FREITAS e FREITAS, 2016, p.136)

A sustentabilidade amazônica depende de uma série de fatores, que conjugados, apresentam-se como elementos fundamentais. A ideia de sustentabilidade Amazônia perpassa pelas questões científicas, tecnológicas e políticas públicas. O reconhecimento das potencialidades da região é apenas uma parte da questão, visto que “a Amazônia e seu

ambiente constituem um fenômeno multifractal que demanda um programa de pesquisa pluritemático e multidisciplinar” (CARVALHO, 2007, p.74).

Existem múltiplos aspectos que podem compor tais proposições, sendo uma das urgências consensuais em torno dessa questão é entender o que realmente é esse desenvolvimento e para quem. O desenvolvimento precisa ser não apenas econômico-financeiro, mas também social e cultural. Não se pode pensar em desenvolvimento sem levar em conta as populações tradicionais e seus modos de vida.

O esquecimento político dos povos da floresta nas discussões sobre a sustentabilidade é indubitavelmente um dos empecilhos na elaboração de propostas de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Barros (2010, p.140) corrobora esse pensamento ao afirmar que “ainda falta muito para a criação de um paradigma de desenvolvimento sustentável voltado à integração, que respeite os valores e interesses das populações locais, os valores do patrimônio cultural das comunidades tradicionais”.

Partindo de uma visão política, Viana (2005) destaca que um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é justamente a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade. O processo convencional de tomada de decisões, normalmente, não envolve as populações tradicionais em forma efetiva.

Um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade. O processo convencional de tomada de decisões, normalmente, não envolve as populações tradicionais em forma efetiva. As decisões sobre políticas e estratégias de conservação das nossas florestas não respeitam e nem incorporam as populações tradicionais como atores-chave para a tomada de decisões coerentes com o ideário da sustentabilidade. Geralmente a participação tem um caráter cosmético ou utilitarista (VIANA, 2005, p. 236)

O desenvolvimento sustentável da Amazônia pressupõe a vontade política de diversos atores, contudo, não tem ocorrido um compromisso ou até uma vontade de compreender detidamente as questões que envolvem as ações práticas de desenvolvimento sustentável. A falta de participação das populações tradicionais, por exemplo, tem como consequência a composição de documentos retóricos e um conjunto de boas intenções.

Gonçalves (2001, p. 22) acrescenta que “não é o patrimônio de conhecimentos das populações que tradicionalmente habitam a região que tem sido tomando como referencial. Se assim o fosse a cultura não estaria de um lado e a natureza de outro”. Assim, a forma como as questões amazônicas tem sido tratada tem se mostrado inadequadas na maioria dos casos.

Viana (2005, p.237), tomando como base esse cenário, propõe uma mudança na visão de desenvolvimento, passando a considerar o “envolvimento sustentável” que entende como “o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos; com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas as suas dimensões”.

Outra questão central para pensar a sustentabilidade amazônica está na revisão da perspectiva que separa “sociedade-natureza-cultura”. Pinto (2005, p. 190) afirma que é preciso revisar as compreensões em torno da região, especialmente no “pensar a floresta e o meio ambiente natural, dentre as quais destaca-se a do meio ambiente amazônico com uma densa e homogênea Floresta cortada por seus longos rios e que aparecia por suas características físicas”. Silva (2013, p. 99) afirma que:

A compreensão da complexidade dos ecossistemas amazônicos em qualquer escala, tanto quanto a compreensão para preservá-los, conservá-los ou desenvolvê-los com modelos sustentáveis, não estão limitadas pela natureza amazônica, mas pela cultura, ou por fatores que dela dependem. (SILVA, 2013, p. 99)

Nesse sentido, surge a perspectiva da Floresta Cultural que representa o entendimento de que a floresta não é algo estritamente natural, mas sim um constructo cultural marcado pelas intervenções milenares dos povos que nela atuam. “O conceito de Floresta cultural aponta portanto novos paradigmas para pensarmos a Amazônia , principalmente por que modifica e às vezes inverte as lógicas que dominam nosso pensamento” (PINTO, 2005, p. 191). Trata-se de um novo campo de percepção, a um novo território epistemológico, onde se integram as populações e o meio natural em sentido mais efetivo.

Propõe-se uma visão de sustentabilidade integradora que permita a junção de opostos, a não coisificação da natureza e, principalmente, o realinhamento dos interesses em torno de uma causa única que a sustentabilidade amazônica. A região, sem dúvida, possui um potencial muito grande, mas precisa ser desenvolvida de forma integrada. A questão da sustentabilidade perpassa pela participação das populações no processo político e o foco na qualidade de vida:

Não se pode falar em desenvolvimento sustentável em condições de marginalização social e de baixos índices de desenvolvimento humano como os da Amazônia. Se não conseguirmos, no contexto do território, resolver as

desigualdades e a pobreza absoluta, a proposta de desenvolvimento sustentável não passará dos nossos ideais à práxis efetiva. (BARROS, 2010, p.151)

A Amazônia é complexa por natureza e uma visão de desenvolvimento sustentável ideal deverá tomar como base essa percepção. Por isso, busca-se atrelar a dimensão de sustentabilidade e complexidade a fim de buscar uma reorientação paradigmática sobre a questão.

Um projeto de sustentabilidade amazônica deve necessariamente conjugar: 1- mudança na relação homem-natureza; 2- alfabetização ecológica; 3- mobilização para Transformação; 4- programas que levem em conta as populações tradicionais; 5-integração entre ciência, tecnologia e conhecimentos tradicionais; 6- gestão eficaz e eficiente de recursos e 7- modelos que realmente coloquem em evidência o ser humano.

A sustentabilidade precisa, assim, para ser efetivada que essas questões sejam pensadas de modo integrado. Não se trata de propor soluções fáceis, porque essas soluções escondem-se em estruturas não condizentes. Deve-se refletir, sobretudo, de uma forma complexa. Essas reflexões nos mostram que o debate sobre a sustentabilidade amazônica é complexo e deve se distanciar de formulações prontas, frutos de modismos ambientalistas.

A sustentabilidade da Amazônia está na compreensão de diversas facetas que não estão disponíveis em uma disciplina, mas sim em várias linhas de frente. Assim como Carvalho (2007), destaca-se aqui a necessidade de programas que tenham múltiplos enfoques, tais como sócio-cultural-político-ambiental a fim de promover o efetivo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

5. DISCURSOS SOBRE A AMAZÔNIA: INVENÇÕES, IMAGENS E MÍDIA

Sustenta-se, nessa tese, que as ONGs Transnacionais “alimentam” imagens reducionistas da Amazônia e buscam padronizar a região (re) construindo, através de seus recursos simbólicos, um cenário no imaginário coletivo e global. Essas imagens espetaculares, produzidas e disseminadas pelos diversos recursos midiáticos, encontram-se presentes nos seus relatórios, mídias sociais, sites institucionais, vídeos e demais instrumentos de visibilidade.

Para subsidiar a compreensão das relações entre imaginário e os sentidos discursivos das ONGs Greenpeace e WWF, é necessário descrever alguns interdiscursos históricos sobre a Amazônia, bem como as diferentes construções imaginárias. Busca-se evidenciar, neste capítulo, que a construção imagética da Amazônia é pautada em diversos pré-concebidos históricos, que se regulam em questões multifacetárias.

Dessa forma, apresenta-se uma discussão sobre as diversas representações imaginárias feitas sobre a Amazônia, perpassando pelos relatos dos viajantes até as construções midiáticas. Algumas formas de como a região vêm sendo consolidada simbolicamente são expostas por meio de diversos estudiosos contemporâneos que investigam os discursos sobre a Amazônia na mídia. Antes, porém, apresenta-se uma sucinta discussão sobre imaginário, imagem e representação a fim de subsidiar nossa exposição sobre os discursos sobre a Amazônia.

As imagens acerca da Amazônia são extremamente complexas e contraditórias. Pressler (2010, p.181) afirma que o termo “Amazônia”, juntamente com sua imagem, “tem efeitos de sentidos construídos em diferentes campos, que são historicamente renovados de acordo com o imaginário, o interesse e conveniência da prática discursiva dos mediadores institucionais”. Por isso, trataremos também das principais representações, imagens e símbolos configurados na construção contemporânea da Amazônia.

A finalidade principal deste capítulo é discutir sobre os discursos sobre a Amazônia a partir de um olhar crítico, demonstrando as percepções dos atores-sujeitos que participam dessas invenções. Essa construção simbólica se deu no processo mítico da conquista e colonização, sendo estada na visão de exploradores científicos e, posteriormente, as perspectivas midiáticas do século XX, que exploram os dilemas atuais do meio ambiente e preservação amazônica.

5.1. Imaginário, Representações e Amazônia

É importante, antes de abordar sobre as representações da Amazônia, destacar as relações entre imagem e imaginário, pois a sociedade pós-moderna privilegia as formações imagéticas como forma de conhecimento e de comunicação social. Surge assim uma hegemonia do visual baseada na emergência de plataformas e sites digitais, os meios de comunicação através de seus diversos recursos simbólicos.

As imagens conseguem construir universos simbólicos dos mais diversos que se efetivam no imaginário social e perfazem as inteligências coletivas (LÉVY, 2003). De acordo com Laplantine e Trindade (1997, p.9), “imagens não são coisas concretas, mas são criadas como parte do ato de pensar. Assim a imagem que temos de um objeto não é o próprio objeto, mas uma faceta do que nós sabemos sobre esse objeto externo”. Dessa forma, as imagens são construções mentais baseadas nas informações obtidas pelas múltiplas experiências colaterais precedentes.

Maffesoli (2008) destaca que “não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado”. Assim, o “imaginário, como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o simbólico para exprimir-se e existir e, por sua vez, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p.25).

A Amazônia foi construída no imaginário global a partir de diversas interpretações datadas em espaços e tempos diferentes. Viajantes, cronistas, cientistas, intelectuais, escritores foram responsáveis pelas primeiras construções imagéticas da região. Na contemporaneidade, meios de comunicação (TV, rádio, jornais, revistas e internet), ajudam a projetar reverberações daquelas primeiras imagens. A Amazônia existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que foram e são atribuídos a ela.

Bueno (2002) apresenta questões sobre a representação da Amazônia, tomando como base entrevistas realizadas pela autora tanto na região quanto fora dela. Nas entrevistas a natureza em suas diversas manifestações aparece como representação dominante: a floresta, sua preservação, a fauna e os rios são indicados majoritariamente, ficando em plano secundário a população indígena e as transformações econômicas recentes.

O imaginário amazônico mobiliza as imagens primeiras, como a de El Dorado, Terra da Canela, Pais das Amazonas e Jardim do Édem. O imaginário reconstrói essas imagens sem o compromisso com a realidade, constituindo-se numa tradução mental de uma

realidade exterior. Assim, “o imaginário, ao libertar-se do real que são as imagens primeiras, pode inventar, fingir, improvisar, estabelecer correlações entre os objetos de maneira improvável e sintetizar ou fundir essas imagens” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p.25).

A elaboração de como a Amazônia é vista e percebida nos dias atuais ainda está impregnada de conceitos, juízos, símbolos, mitos e valores da civilização européia. É por meio das narrativas dos conquistadores europeus que as imagens são percebidas até os dias de hoje. Ugarte esclarece que “muitas vezes, essas imagens mentais eram transformadas em imagens formais, isto é, em gravuras, feitas por especialistas, que ilustravam folhetins, livros e mapas” (UGARTE, 2003, p. 4).

O autor exemplifica como era feita a representação do espaço amazônico no início da colonização. São citados alguns mapas elaborados por cartógrafos nos quais o Rio Amazonas era representado na forma de uma gigantesca serpente. No mapa produzido pelo cartógrafo italiano Sebastião Caboto, em 1544, cinco cidades que não existiam são representadas: “[...] vemos cinco cidades inexistentes à época (três na margem esquerda, e duas na direita). Sebastião Caboto representou a partir do que fora relatado por Orellana, uma alegoria do combate entre os espanhóis e as amazonas” (UGARTE, 2003, p. 15).

Com isso, o imaginário apóia-se no real para transfigurá-lo e deslocá-lo, criando novas relações sígnicas. A realidade amazônica, na qual está contida uma complexidade, encontra-se no imaginário por meio de ilusões, que são caracterizadas pela “imprecisão, ambigüidade, confusão de discursos, perda da lógica interna do imaginário, codificada através da coerência de um discurso prático e do jogo de deslocamentos e transfigurações, que tem como fundamento último o real de um passado ou de um futuro” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 49).

As representações da Amazônia, como uma região universal, são ideias que se cristalizam em imagens mobilizadoras. Para evocar um imaginário de “Amazônia” se recorre a interdiscursos (históricos, literários, científicos, midiáticos e outros) e, sobretudo, aos valores afetivos, sentimentos, emoções e expectativas que se tem em relação a ela. A representação que se tem de Amazônia é, assim, uma composição múltipla de interdiscursos.

As visões de Amazônia são polissemânticas e, embora sejam conduzidos por eixos reais, ultrapassam-nos adquirindo efeitos de sentidos diversificados. Imaginário não significa, porém, ausência da razão, mas apenas a exclusão de raciocínios demonstráveis e prováveis, os quais constituem o fundamento da imaginação coletiva.

A razão encontra-se no imaginário e no sentido da lógica interna, que não é contrária ao real, mas que, como um caleidoscópio, recria, reconstrói, reordena e reestrutura, criando uma outra lógica que desafia a lógica formal. Nesse sentido, o imaginário é um processo cognitivo no qual a afetividade está contida, traduzindo uma maneira específica de perceber o mundo, de alterar a ordem da realidade (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 49).

A produção da Amazônia no imaginário segue o discurso de um real estabelecido pelas interpretações místicas, midiáticas e espetaculares. Essas representações não só constroem a Amazônia, propondo outras realidades nas quais os objetos estão sujeitos às suas novas regras e normas, mas também ultrapassam as representações sistematizadas pela sociedade, criando outro real. É mais uma forma de conhecer, perceber, interpretar e representar a realidade amazônica.

O imaginário recria e reordena a realidade, encontrando-se no campo da interpretação e da representação. Há um imaginário amazônico que gera uma forma particular de pensar a sociedade, cultura, economia e vida na região, fazendo-a ser uma (re) construção histórica, mas também o resultado de um universo simbólico e, por isso mesmo, um arquétipo da questão ambiental.

Conseqüentemente, toda e qualquer imagem sobre a Amazônia, ao mesmo tempo é recursivamente produtora e produto do imaginário global, passando a ter o caráter ambiental na matriz sógnica, devido à sua universalidade e à sua emergência coletiva. As representações da Amazônia colocam-na em diversas questões, denotando seu funcionamento social com todas as suas ambigüidades, seu caráter sincrético, polissemântico, que caracterizam o movimento discursivo.

Em síntese, o imaginário faz parte do campo de representações, mas não é uma tradução reprodutora ou uma transposição de imagens. Para evocar uma Amazônia imaginária não se recorre tão somente aos conceitos sobre Amazônia, mas aos valores efetivos que a ela atribuímos.

As imagens projetadas sobre a região refletem o que efetivamente sabe-se ou não se sabe sobre ela, denotando uma visão externa e difusa. Na maioria das vezes, não correspondem ao complexo que ela é de fato, pois é uma representação marcada por “filtros” ideológicos redutores. A noção de Amazônia passa a ser, por conseguinte, uma construção social induzida de múltiplos significados, formada por diferentes vozes e efeitos de sentidos que se quer dar para essa região.

Independentemente das representações, a Amazônia é uma complexidade multiforme, marcada por uma sociedade e cultura, independentes, com características físicas e sociais específicas, definidas por dimensões históricas, pelas condições ecológicas e pelos seus contextos socioculturais.

A Amazônia, conforme assinalamos no capítulo anterior, só pode ser percebida como uma rede complexa, que contém os componentes diversos, contradições e elementos diferenciados. A Amazônia tem florestas, mas tem cidades; tem índios; mas tem outros agrupamentos; tem natureza, mas tem cultura; tem problemas, mas tem soluções.

5.2. Imagens polissemânticas sobre a Amazônia

Esboçaremos brevemente os traços principais das imagens mobilizadoras projetadas sobre a Amazônia, mostrando as multifacetadas e aspectos imaginários. Apesar de apresentá-las separadamente, nota-se que as visões estão imbricadas em uma só perspectiva e são conformadas a partir da formação social e histórica de elementos determinantes do modo como se vê a região amazônica.

Busca-se apresentar as principais representações imagéticas da Amazônia a partir das percepções de Gonçalves (2001), Mendes (1997), Pressler (2010) e Dutra (2009). É possível destacar múltiplos aspectos sobre representações gerais sobre Amazônia que ilustram o potencial simbólico da região no mundo. Algumas dessas imagens estão presentes no discurso das ONGs Transnacionais, coexistindo ainda nos meios de Comunicação e outras formas e linhas de pensamento.

É interessante notar uma distinção entre os olhares que se tem sobre a Amazônia, denotando que a imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região (GONÇALVES, 2001). Dessa forma, segundo Gonçalves (2001), as imagens que os amazônidas têm a respeito da Amazônia são plurais, pois adquirem múltiplos significados socioecológico-culturais específicos do seu cotidiano. Em contrapartida, para os de fora, a imagem é mais homogênea, aparece no singular, uma extensa e densa floresta tropical de riquezas naturais incalculáveis e pouco habitadas.

Um exemplo desse olhar exterior pode ser observado no curta-metragem gerado pelo projeto "Olhos Negros: compartilhando imagens"²⁷, no qual ocorre uma troca de imagens e representações entre os estados de São Paulo e do Amazonas. Por meio de oficinas em escolas e projetos sociais, a equipe realizou um vídeo sobre as opiniões e imaginários de crianças e adolescentes de São Paulo sobre a Amazônia. A produção do documentário desceu o rio Negro (AM), fazendo exposições em algumas comunidades e realizando entrevistas para obter respostas aos paulistas.

O vídeo traz depoimentos de alunos de diversas escolas de Campinas e São Paulo com suas idéias sobre a Amazônia e perguntas que gostariam de fazer aos moradores da região. Esse vídeo foi apresentado a diversas pessoas que moram ao longo do Rio Negro (AM), enquanto era gravado o segundo vídeo, trazendo o depoimento dos moradores dessa região após assistirem ao primeiro. Quando o repórter pergunta as crianças do Sudeste “Como você acha que é lá [Amazônia]?”, elas se expressaram da seguinte forma:

- Bom, eu acho que a Amazônia deve ser muito mais relaxante, porque não tem carro e nem fumaça, nem fábricas.

[explicando seu desenho sobre a região] - Isso daqui é uma canoa, que tem os índios. Uma tribo aqui em cima. Uma ilha. Uma canoa com outro índio.

- Eu acho que é um lugar bem grande, com bastantes árvores, uma parte tem animais, outra parte tem também muitas casas

Essas representações ilustram como a região é marcada por diversos estereótipos, de um modo geral suprimem a diversidade amazônica. Geralmente, apresenta-se discursivamente e imageticamente a Amazônia como uma região uniformizada, homogênea.

Através de experiências sociais com a Amazônia, são atribuídas, segundo Gonçalves (2001) e Mendes (1997), imagens da região como natureza exótica, região periférica, região atrasada, vazio demográfico e reserva de recursos. Essas percepções se fazem presentes em discursos passados e atuais, demonstrando que as representações sobre a Amazônia, em muitos casos, diferem do real.

Uma das imagens mais recorrentes sobre a Amazônia é caracterizada pela sua **natureza exuberante**. É possível ilustrar essa perspectiva com os resultados de uma rápida pesquisa realizada no buscador do Google com o termo “Amazônia”:

²⁷ Durante o ano 2000, uma equipe multidisciplinar de alunos da Unicamp realizou esse vídeo-documentário com o objetivo de apresentar diferentes visões sobre a Amazônia, contrapondo as perspectivas dos sulistas, representações amazônidas e a diversidade que existe na região. O material foi produzido por Alik Wunder, Allan Monteiro, Pedro Silveira, Coraci Ruiz e Julio Matos. O vídeo pode ser visto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=2VgEhM-pGJs>.



Fig.1 Resultado da busca pelo termo “Amazônia”
 Fonte: www.google.com

Essas imagens foram os primeiros resultados e exemplificam o modo como a região é reconhecida em boa parte da literatura científica, didática, artística e pelos meios de comunicação. Contudo, essas imagens, na verdade, são imagens da Floresta Amazônica e não da região. Gonçalves (2001) questiona essa projeção:

Nesse debate a Amazônia é vista por muitos como sendo a “última fronteira”, onde ainda parece existir uma natureza intocada. É como se ela fosse o reino de uma natureza virgem, sem cultura. Onde ainda existiria uma espécie de “bom selvagem”, que não teria cometido o pecado original da civilização. Não resta dúvida de que essa imagem está na cabeça de muita gente, muitas vezes estimulada por uma “indústria” do turismo que vive de vender imagens idealizadas (GONÇALVES, 2001, p. 16).

Essas representações de Amazônia são vagas, simplistas e apagam várias questões importantes. A sociodiversidade, a riqueza cultural e a multiplicidade de “amazônias” são esquecidas discursivamente pela dimensão do verde da Floresta Amazônica. Surge, assim, a imagem de **um grande vazio demográfico**. “Uma das imagens arraigadas no que tange à Amazônia é a que se trata de uma região de baixa densidade demográfica, de um vazio demográfico” (GONÇALVES, 2001, p. 33).

Para Gonçalves (2001), a Amazônia sempre tem sua imagem vinculada a floresta, aos rios, embora já seja fundamentalmente urbana. “A imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento

de identificação é uma natureza pujante, praticamente indomável, que a história nos legou intocada” (GONÇALVES, 2001, p. 20).

A visão exteriorizada da Amazônia consagra-se como invariável, rudimentar, invariavelmente “verde”, conforme se percebe nas onze imagens apresentadas no resultado da busca (Fig. 1). Todavia, para os moradores da região, a “Amazônia” é um termo “vago, que adquire múltiplos significados correspondentes aos mais diferentes contextos socioecológico-culturais específicos que são os espaços do seu cotidiano” (GONÇALVES, 2001, p. 18).

A percepção da Amazônia como natureza engendrou duas perspectivas. A primeira está atrelada a visão de falta de modernidade, “atraso” que a natureza sugere. Assim, historicamente foi preciso desenvolver, superar o estado de Amazônia bruta, indomável e não-desbravada.

Com base nessa visão foram criadas diversas estruturas administrativas e ações de desenvolvimento econômico para a região, por exemplo: Plano de Desenvolvimento da Borracha de 1912, Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) – 1953, a proposição do modelo de Zona Franca de Manaus (ZFM) – 1957²⁸, Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – 1966, a Inauguração da inconclusa Rodovia Transamazônica (BR-230)- 1972, a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) – 2001, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) – 2008 e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) – 2012.

A **região atrasada** precisava urgentemente desenvolver-se economicamente, mas ganha destaque a **presunção da inviabilidade regional** (MENDES, 1997). “O que chama a atenção, no caso amazônico, é o caráter cíclico dessa idealização. Parece que a própria grandeza natural da região somente pode suscitar atitudes extremas, que oscilem entre o deslumbramento e a decepção mais profundos, um e outra.” (MENDES, 1997, p.71)

A região estaria execrada, de um modo ou de outro, ao passado. A inviabilidade econômica historicamente alegada desde os tempos coloniais é uma representação de que os esforços de desenvolvimento da região são dificultosos, tendo, na maioria dos casos, como causa e efeito aspectos da natureza. Gonçalves (2001, p.65) defende que a região

²⁸ A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

como atraso é, na verdade, “resultado das vicissitudes históricas do processo de modernização que se deu ao longo de sua formação geográfica”.

Em conseqüência de um pretenso desenvolvimento, surgido a partir da década de 70, toma-se como principal estratégia a ocupação efetiva da Amazônia. Ocorre ainda um avanço da fronteira agropecuária, aumento do desmatamento e projetos de integração regional. Dessa forma, a Amazônia se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos onde passou a predominar imagens da devastação, exploração, violência e resistência. “É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa, da ação de organizações não governamentais, de lideranças de movimentos sociais e, também, de trabalhos científicos” (GONÇALVES, 2001, p. 13)

A crescente presença da temática amazônica na mídia, propiciando um aumento da atenção sobre questões ambientais no cenário nacional e mundial, é conseqüência da **urgência de preservação da Floresta Amazônica**. “Daí o valor simbólico que a Amazônia passa a ter, sendo vista por alguns como um santuário, algo que não deve ser profanado” (GONÇALVES, 2001, p.21)

O discurso ecológico da preservação começa a predominar no imaginário da sociedade. É também nessa fase que emerge a preocupação com o desmatamento, queimadas e a questão indígena. Esses discursos aparecem com diferentes enunciados, e os variados sentidos vão chamar a atenção da opinião pública que colocará a Amazônia no centro do debate ambiental internacional (PRESSLER, 2010).

É preciso ressaltar, ainda, a contribuição da visão da região enquanto bioma florestal de importância estratégica: “A Floresta Amazônica transformou-se em um símbolo no campo ambiental ocidental. Com essa imagem, constituiu-se um dos vetores principais da cooperação técnico-científica no cenário da globalização ecológica” (PRESSLER, 2010, p. 3), especialmente pelas vantagens econômicas que poderiam advir de sua biodiversidade.

O ambiente amazônico, desde a década de 80, é um tema recorrente nas pautas da mídia nacional, destacando-se em documentários e especiais de televisão. Dutra (2009, p. 67) afirma que esses programas tendem a

reeditar estereótipos historicamente fabricados, reintroduzidos sob formas sedutoras por meio de falas e imagens que reportam antigas visões, de modo especial aquelas que retratam a Amazônia como um lugar paradisíaco e, contrariamente, ao mesmo tempo inóspito, no qual coexistiriam a exuberância física da natureza e a insignificância humana.

Os meios de Comunicação, geralmente, destacam uma imagem da Amazônia que evidencia os conflitos de terra, as violências decorrentes das disputas, denúncias de desmatamentos e o conseqüente perigo para o equilíbrio do planeta. Contudo, normalmente, descontextualiza-se a Amazônia, mostrando uma visão parcial e desfocada da realidade (DUTRA, 2009; FREIRE, 2015).

Outra imagem da região é como uma **reserva de recursos**. As drogas do sertão, borracha, minérios representam diferentes ciclos econômicos pelos quais passou a região. “Daí a Amazônia ser sempre apresentada no superlativo, com recursos imaginários incomensuráveis que desconhecemos, mas que precisamos controlar e não temos tido condições de fazê-lo.” (GONÇALVES, 2001, p.39)

De acordo com a história, sabe-se que a visão dos colonizadores era justamente a região como um espaço a ser utilizado para produzir riquezas nas mais diversas modalidades. A questão da Amazônia como reserva de recursos é histórica:

A Amazônia acabou por se caracterizar no imaginário dos colonizadores como uma região de enorme potencial em recursos naturais que, no entanto, não se apresentava como imediatamente disponível para a exploração mercantil-colonial (GONÇALVES, 2001, p.24)

A Amazônia brasileira seria um imenso reservatório de recursos naturais sendo, por isso, vista como o futuro do Brasil (GONÇALVES, 2001, p.12)

Mais recentemente ela passou a ser, sobretudo, sinônimo de biodiversidade. O Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, organizou, no Rio de Janeiro, em setembro de 2001, o Seminário Especial “A biodiversidade como estratégia moderna de desenvolvimento da Amazônia”. Segundo Velloso e Albuquerque (2002, p.5), o evento decorre da convicção de que “somente a biodiversidade (secundada pelo turismo ecológico) pode constituir a base para uma moderna inserção internacional da Amazônia”.

Homma (2005, p.47) afirma que “pela maneira como a mídia vem colocando, dá-se a impressão que a biodiversidade da Amazônia é algo mágico a ser descoberto como planta milagrosa capaz de curar o câncer e a AIDS e com isso a Amazônia e o Brasil vão ficar muito ricos”. Trata-se da ressignificação da importância dos recursos decorrente das fabulosas riquezas naturais da Amazônia.

Por fim, Mendes (1997) aponta que historicamente e antropologicamente existe um estereótipo da indolência ou inaptidão amazônica. Essa visão está alicerçada em raízes históricas do processo de colonização, sendo que a “população é vista como primitiva, indolente e preguiçosa e, assim, incapaz de ser portadora de um projeto civilizatório que a

redima da situação de subdesenvolvimento à qual se acha secularmente submetida” (GONÇALVES, 2001, p.12)”. Esses preconceitos europeus transplantados para o Novo Mundo estão na história da Amazônia:

A imagem humana sofre as conseqüências de estereótipos impostos pela cultura importada como parte integrante da bagagem cultural do colonizador. É o prejuízo sobre o habitante original das novas terras conquistadas e convicção de caráter intrinsecamente repulsivo dos trópicos à civilização da raça branca e regiões temperadas. O que leva facilmente, por uma agilidade mental errônea se bem que aparentemente lógica, a concluir que o homem equatorial é indolente por natureza” (MENDES, 1997, p.85).

Essas diferentes representações simbólicas (re) constroem-se continuamente no processo do imaginário amazônico, que passam a existir em distintas dimensões. Essas imagens rompem as fronteiras do tempo e do espaço e, em sua lógica própria, as amazônias são construídas a partir das deformidades e qualidades que simbolizam. Nesse sentido, é uma região que constantemente incorpora idéias, valores e qualidades significativas para a coletividade.

A Amazônia reúne na sua existência um processo perene de ressignificação, configurando-se como uma região sempre vista como “promissora”, mas pouco explorada; representa a “esperança” em meio às adversidades ambientais. Essas correlações estão na história e presente da Amazônia.

5.3. Primeiros discursos e perspectivas imagéticas sobre a Amazônia

O descobrimento e a conquista da Amazônia estão diretamente atrelados a crise geral do feudalismo do século XIV e a conseqüente expansão marítima européia. “Para superar a inércia da economia feudal, era necessário aumentar os mercados produtores de matérias-primas e de consumidores de produtos manufaturados europeus” (SANTOS, 2006, p. 37). Essa conjuntura vivida pelos europeus motivou a conquista e formação de territórios na América.

Dessa forma, as expedições que visavam explorar o Vale Amazônico tinham como principal motivação uma acentuada cobiça mercantil. Os europeus inteiravam-se de notícias a respeito de duas regiões fabulosas, o El Dorado e o País da Canela. Foi a busca por esses paraísos de ouro e especiarias que levou a exploração da bacia amazônica por

diversas expedições (SANTOS, 2006). Em consequência dessas empreitadas, surgem os primeiros discursos e construções imagéticas sobre a Amazônia.

A primeira narrativa sobre a região foi feita pelo frei Gaspar de Carvajal, que acompanhava o espanhol Francisco Orellana na histórica expedição Quito-Foz do Amazonas, nos idos de 1541. A expedição deu origem ao nome da região e marcou o início do projeto de colonização, motivando outras viagens de exploração.

Bolle (2010), ao analisar os relatos de Carvajal, destaca que o cronista escreveu sobre fatores logísticos (mantimentos e bergantins), estratégicos (confrontos armados e estratégias militares), mas também fez um “levantamento das riquezas e do potencial da região, destinado a justificar a sua exploração posterior” (BOLLE, 2010, p.45).

Dessa forma, Carvajal não se “pautou somente pela fidelidade aos fatos, mas obedeceu também a interesses políticos. Seu texto, portanto, não tem nada de ingênuo, mas é uma preciosa fonte de informações em um contexto marcado por altos interesses políticos, econômicos e estratégicos” (BOLLE, 2010, p. 30).

Essa descrição sobre os recursos tinha como objetivo uma futura colonização. Pode ser notado em uma passagem como esta: “A terra é tão boa e fértil como na nossa Espanha. [...] É terra temperada, onde se colherá muito trigo e ela dará todas as frutas; está preparada para criar gado, porque nela há capim como em nossa Espanha” (CARVAJAL, 1992, p. 280).

Ademais, os relatos estavam impregnados de influência mitológica e de “grandes riquezas de ouro”, reforçando o mito do El Dorado e alimentando no imaginário as reminiscências mitológicas das famosas guerreiras “Amazonas”. “Estas mulheres são muito brancas e altas e têm longos cabelos, enrolados na cabeça, são musculosas e andam nuas, mantendo cobertas as suas vergonhas com couro; de arcos e flechas nas mãos lutam como dez índios” (CARVAJAL, 1992, p. 43).

Essas mulheres guerreiras, imediatamente identificadas com o mito grego das Amazonas que, segundo Krüger, (1987, p. 159) “inaugura a tradição de se ver a região amazônica como um conjunto de exotismos. E mais: um conjunto de impossibilidades, onde não existe a realidade social, mas tão somente a lenda.”

Ao retornar para Espanha, no início de 1543, Orellana não recebeu o apoio para colonizar as terras que havia “descoberto”. Ao regressar para Amazônia para tomar posse da sua concessão, perdeu-se e acabou morrendo. Diversas expedições foram realizadas posteriormente, destacando-se a do português Pedro Teixeira que percorreu o trajeto da foz

do Amazonas até Quito entre 1637 e 1639, tendo sido relatada pelo padre jesuíta Cristóbal de Acuña. Pinto (2005) afirma que:

O relato da viagem do padre Cristóvão de Acuña pode ser mencionado como um dos textos fundadores da identidade regional, geográfica e cultural do que hoje reconhecemos como Amazônia. Talvez a noção de Amazônia seja decorrente do desenvolvimento dessa concepção de um conjunto de elementos identificados que tem na natureza suas principais raízes, ou seja, a Amazônia é, fundamentalmente, desse ponto de vista, natureza (PINTO, 2005, p. 176).

O padre registrou inúmeras vantagens e a necessidade de se colonizar a Amazônia, “providências de que Filipe IV não devia descurar-se para a glória de seus dilatados domínios” (ACUNÃ, 1994, p. 142). Santos (2006, p. 46) registra que durante a viagem o padre Acuña “recolheu todas as informações possíveis sobre os costumes dos índios, a fauna, a flora e a geografia da Amazônia, o que lhe possibilitou a feitura do famoso livro *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*”.

De modo geral, os relatos dos cronistas Carvajal e Acuña, conforme aponta Pinto (2005, p. 176), possuíam duas intenções básicas: “a primeira era a da identificação, revelação da paisagem e do meio com seus elementos particulares. A segunda estava relacionada com os possíveis meios de aproveitamento das riquezas e potencialidades identificadas e reveladas.”

Gondim (2007, p.13), ao abordar sobre a invenção da Amazônia, afirma que a mesma se deu a partir da “construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”. Os relatos dos cronistas estão marcados por esse imaginário que influenciou a visão dos europeus sobre a Amazônia. Gondim (2007) demonstra de que maneira e por quais artifícios a Amazônia é inventada pelos europeus:

A visão inaugural da Amazônia oferecida pelos cronistas viajantes vai fundamentar, enquanto matéria-prima, as deduções teóricas e, inversamente, estas servem de estofo aos sucessores, cujo estoque de informações impedem e/ou inibem a apreensão da variedade, da multiplicidade, da diferença, em suma, caem na cegueira da confirmação de verdades científicas (GONDIM, 2007, p. 14).

Silva (2000, p. 61) corrobora esse pensamento ao afirmar que a “antes mesmo de o Novo Mundo ser descoberto a Amazônia era um lugar perdido no imaginário de repouso e de inquietudes de gentes, temas e de episódios fantásticos”. A partir dos contatos com a

região, notam-se as formações discursivas sobre a Amazônia com base em pré-concepções de mundo européias e marcadas pelo contexto de expansão marítima como saída para exploração capitalista. Os relatos revelam a fértil imaginação européia, induzida pelo medo do novo e das possíveis consequências.

Essas especulações estão relacionadas com o contexto histórico-social da Europa e as formulações ideológicas nos ajudam a compreender o desenvolvimento da representação da Amazônia nas narrativas dos conquistadores, naturalistas, burocratas, imigrantes, sendo replicadas, hoje, em alguns discursos das entidades ambientalistas Transnacionais sobre a Amazônia.

Gondim (2007) parte da compreensão de que a região foi inventada, construída a partir de um imaginário exótico. Sua investigação busca “demonstrar de que maneira e por quais artifícios a Amazônia é inventada pelos europeus” (GONDIM, 2007, p.10). A pesquisadora esclarece que as formações imaginárias sobre a Amazônia utilizam-se de elementos ligados ao pensamento medieval. A construção imagética sobre a Amazônia começa pelo modo como foi denominada:

O próprio nome da região está envolto em uma bruma mitológica e constitui uma invenção conceitual, fruto da imaginação e da incapacidade de percepção científica dos primeiros conquistadores que nela se inseriram. A denominação de Amazônia deve-se a sua associação com as lendárias amazonas, mulheres guerreiras que teriam sido vistas galopando pelas vastas planícies da região (CARVALHO, 2009, p. 128).

Assim, conceituações como “paraíso perdido”, “Eldorado”, “mundo inigualável em riquezas”, “pedaço escondido do gênese”, “local onde está situada a fonte da juventude”, dentre outros, são construídos em torno da Amazônia e integram um espectro imaginário, representações que permeiam a história da civilização ocidental e que são reforçados com a chegada do colonizador. Gondim (2007) sublinha o fato de que muitos dos adjetivos, os quais acompanham a Amazônia, constituem importações de representações que permitem a região ser concebida como uma invenção.

A Invenção que se constrói a partir da literatura dos cronistas viajantes tentando enxergar no espaço amazônico o local de coisas singulares: diz-se que aí está o “paraíso” ou o início dele, com fauna e flora jamais conhecidas, e vê-se na banana e não na maçã, o fruto proibido; alguns tentam encontrar cidades de ouro defendidas por amazonas guerreiras (NAHUN, 2013, p.22).

Aliás, todas essas coisas singulares começam a ser reveladas a partir dos “descobrimientos” do rio das Amazonas pelos europeus e a inclusão deste no imaginário. É assim que as viagens criam representações sobre a Amazônia, estimulando mais expedições objetivando constatar o que no imaginário era misto de real e abstrato. “Pressionados por adversidades comuns à época, os homens sonham encontrar o paraíso e a fonte da eterna juventude” (GONDIM, 2007, p.13).

A invenção da Amazônia inclui conteúdos pré-coloniais, da mitologia indiana, da historiografia greco-romana e do confronto da mentalidade medieval com o século das Luzes. Todo um campo discursivo se abre e é alargado com os ficcionistas do século XIX inserindo a temática do confronto entre progresso e natureza pelos ficcionistas, especialistas em aprimorar as crônicas dos viajantes, que ao registrar seu entusiasmo, preconceito e fantasias estimulam o imaginário do homem europeu, pois estes sonhavam com o “paraíso e a fonte da eterna juventude”.

No discurso dos viajantes encontramos referências recorrentes a inúmeras situações generalizantes sobre a Amazônia, resultado de um olhar eurocêntrico fascinado, onde não faltam referências à exuberância da natureza e a sua incrível biodiversidade, discurso este profundamente marcado pelas ciências naturais, uma vez que foram predominantemente naturalistas os viajantes que passaram pela Amazônia, local onde encontraram campo fértil para catalogações e coletas (GONÇALVES, 2009, p.25).

No século XVIII, iniciou-se a exploração científica da Amazônia com Charles-Marie de La Condamine. Pinto (2005) afirma que La Condamine tomou conhecimento de toda a literatura de viajantes e cronistas produzida até então sobre o vale do Amazonas e regiões vizinhas, impressionando-se com a dimensão fantástica que elas continham. La Condamine e outros estudiosos ajudaram a formar uma imagem da Amazônia por meio de seus relatos e descrições:

A região tornou-se mundialmente conhecida através de sua longa e rica tradição de pesquisa que vem desde os séculos XVII e XVIII, quando investigadores e estudiosos como Samuel Fritz , La Condamine, João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira , fixando-se por vários anos ou percorrendo o vasto território para descobertas e estudos, realizaram inventários minuciosos e rigorosos, desenharam e escreveram mapas e memórias sobre os espaços e territórios, rios, montanhas e vales, populações indígenas com seus costumes, suas línguas, seus mitos e suas técnicas e conhecimentos” (PINTO, 2005, p. 187)

Os relatos produzidos pelos cientistas naturais, que integravam essas expedições científicas, assim como a “leitura dos viajantes” e dos cronistas que integravam as missões oficiais contribuíram para fundamentar imagens sobre a Amazônia, criando modelos e matrizes dominantes de interpretação (SCHWEICKARDT, 2014). Esses naturalistas, cientistas possuíam formações intelectuais diversificadas e descreveram a Amazônia através de crônicas, mapas, relatos de viagem, correspondências, diários, memórias, desenhos e outros registros.

Esses relatos publicados sobre a Amazônia ganharam projeção internacional. Existem inúmeras obras, em várias línguas, onde os autores falam dos habitantes, vida social, usos e costumes, fauna, flora e outros aspectos de uma Amazônia Colonial, principalmente durante o século XIX. Com a abertura dos Portos e Rios da Amazônia à Navegação Estrangeira²⁹, decretada pelo imperador Dom Pedro II, em 1866 houve um incremento da navegação e o conseqüente aumento da presença estrangeira na região.

Da grande quantidade de viajantes e naturalistas (ingleses, franceses, alemães, portugueses), que escreveram suas impressões e relatos sobre a Amazônia, pode-se destacar Samuel Fritz, La Condamine, João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira.

Esses autores se tornaram as principais fontes dos ‘lugares-comuns acionados teoricamente pelo chamado pensamento erudito sobre a Amazônia. De igual modo, a história natural, ao situar-se na base da produção do conhecimento acerca da região e das ações intervencionistas do Estado, corroborou para que tais autores desenvolvessem uma ideia de natureza, entendida como ‘quadro natural’ ou ‘meio físico’ (SCHWEICKARDT, 2014, p.129).

Ao analisar o pensamento social sobre a Amazônia, de acordo com Gonçalves (2010, p.128), nota-se que essa foi uma região pensada “de fora pra dentro”, ou seja, “sempre foi determinada por uma produção de conhecimento exterior à sua realidade, uma produção que não estava comprometida em analisar os processos socioculturais da Amazônia na sua complexidade”.

Para a visão estrangeira a Amazônia é a mescla da maravilha com o selvagem, é uma terra a ser conquistada. Hoje, essa terra prometida, continua sendo uma metáfora do Novo Mundo, do lugar para ser deslumbrado, lugar exótico, paradisíaco. Ainda assim, muitos estrangeiros e até mesmo pessoas de outras regiões do país, acreditam no mito do paraíso,

²⁹ D. João VI decretou abertura dos portos brasileiros, em 1808, contudo a Amazônia não estava totalmente ligada ao Brasil naquele período. A abertura dos portos da Amazônia se deu 58 anos depois, tendo como fator motivador as pressões dos ingleses, que queriam explorar os seringais dos rios Madeira, Purus e Juruá.

da exploração, do exotismo e como conclui Godim (2007, p. 330), “o olhar do homem moderno rejuvenesce a Amazônia. A magia da região permanece através dos autores europeus analisados, como se quisessem remir os pecados cometidos por tão falsas apreensões de seus compatriotas”.

5.4. Construções midiáticas sobre a região amazônica

Vive-se atualmente em um contexto de midiaticização da sociedade na qual os fenômenos da comunicação influenciam as transformações sociais, interesses e costumes. Segundo Sodré (2002), a mídia passa a implicar em uma nova qualificação da vida, em um novo bios, o bios midiático, e em um novo ethos, o ethos midiaticizado.

O modo como as projeções imagéticas sobre a Amazônia ocorrem alteraram-se no decorrer dos tempos, em especial com a Revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (CASTELLS, 1999). Se antes os suportes que registravam as impressões sobre a Amazônia eram as cadernetas dos viajantes, hoje são as mídias sociais que registram, compartilham e disseminam instantaneamente ao mundo as imagens sobre a região.

Esse contexto de midiaticização da sociedade, caracterizada pela celeridade nos processos de circulação de informações, sugere a transformação das referências simbólicas e novas formas de projeção midiática da Amazônia. Em uma sociedade midiaticizada, a tecnologia participa ativamente no processo de projeção de imagens da Amazônia:

[...] A imagem da Amazônia esteve sempre vinculada á temática ambiental. Desde os relatos dos viajantes europeus do século XVI até os dias atuais, no âmbito do mercado globalizado, o meio ambiente e a diversidade são enunciados mais recorrentes a imagem e nos diferentes discursos sobre a Amazônia na contemporaneidade. (PRESSLER, 2012, p. 59).

Bueno (2002) destaca que o imaginário sobre Amazônia, ao nível do senso comum, é construído principalmente pela percepção transmitida pelos meios de comunicação. Essas noções são, na verdade, recriações de agentes comunicacionais a partir de concepções anteriores, algumas delas com origens também em imaginários mais remotos. A projeção da Amazônia, assim, hoje se faz sobre recriações e interdiscursos historicamente assinalados.

Historicamente, a temática sobre a natureza tem sido o assunto recorrente com relação à Amazônia. Por meio da escrita e da veiculação de imagens, os meios de comunicação têm contribuído com a produção e divulgação dos diferentes discursos e efeitos de sentidos que emergem em relação ao significado da palavra Amazônia (PRESSLER, 2010, p.163)

Não somente os meios de comunicação (jornais, televisões e revistas) abordam sobre a Amazônia, mas também os materiais didáticos, literatura infantil e outros também ajudam na construção imagética da Amazônia presentemente conta o potencial de influência. A mídia destaca-se pelo seu potencial de influenciar líderes de opinião pública, agendar discussões e debates. Destaca-se a temática ambiental está inserida em quase todos os setores midiáticos, sendo a destruição ou preservação da natureza/biodiversidade continua sendo uma pauta marca/propaganda/símbolo máximo da Amazônia.

Um exemplo desse poder influenciador ocorreu quando a Amazônia começou a ser representada como “pulmão do mundo”. Essa visão errônea ganhou uma projeção midiática enorme, contudo sabe-se que “essa noção ambientalista, cientificamente inconsistente, surgiu publicamente com o intuito de comparar a região a um organismo vivo em razão de sua exponencial significação ambiental para a saúde e estabilidade do sistema ecológico mundial”. (CARVALHO, 2009, p.129).

Desponta a importância e o papel desempenhado pela mídia no delineamento do imaginário amazônico na totalidade mundial. A mídia projeta, algumas vezes, a mesma Amazônia idealizada pelos europeus. Se antes eram os viajantes que criavam representações da Amazônia, hoje são os meios de comunicação, em especial a Internet, os principais responsáveis pela elaboração e difusão das representações sociais desse espaço, formando representações sobre a Amazônia.

Dutra (2009), Freire (2015), Bueno (2002) e Gonçalves (2012) investigaram os discursos midiáticos sobre a Amazônia, tomando como base teorias e técnicas metodológicas diferenciadas, constatando que os meios de comunicação, em especial o Cinema, a TV e os Jornais, têm um papel fundamental nas projeções e representações amazônicas. As visões sobre a Amazônia se cristalizaram no imaginário coletivo com a contribuição dos discursos midiáticos.

Dutra (2009) investiga os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade e os povos da floresta, apresentando uma reflexão sobre os efeitos dos discursos no imaginário coletivo. O autor construiu como objeto de análise a discursividade da mídia buscando

mostrar a capacidade desta de produzir uma repetibilidade fragmentária de textos historicamente produzidos sobre a Amazônia.

O corpus da pesquisa foi composto por um programa do *Globo Ecologia*, *Telecurso 2000*, *Globo Repórter* e o programa especial *Brasil Por Natureza*. A análise dos programas revela que o pensamento hegemônico mantido sobre a Amazônia é de “permanente redescoberta, espanto, distanciamento, encanto e estranhamento, um lugar exótico, social e culturalmente não incorporado ao todo nacional” (DUTRA, 2009, p.23).

Dessa forma, o autor contribui para uma reflexão crítica sobre a discursividade sobre a Amazônia na TV, analisando o discurso midiático para compreender como este reedita e atualiza ideias cristalizadas, eterniza noções sobre ‘índios’ e ‘caboclos’ e sobre a natureza. De tal modo, Dutra (2009, p.48) afirma que os textos de televisão “constroem a imagem do índio e de todos aqueles a quem chamam de povos da floresta como se eles fossem, em vez de sujeitos, objetos da natureza”.

Acrescenta ainda que ao analisar o emprego da terminologia “povos da floresta” percebe que “refere-se à posição de grupos que ocupam espaços considerados distantes da cultura urbana, territórios radicalmente distintos em relação ao universo da cultura civilizada, por isso mesmo invisibilizados, esses ‘povos’, no processo de sua midiatização” (DUTRA, 2009, p.120).

Os índios e demais “povos da floresta” permanecem, assim, tanto invisíveis quanto ineptos para dar racionalidade econômica aos recursos naturais. Por isso, são midiatizados como diferentes, exóticos, e só em virtude destes pré-construídos tornam-se frequentes nas pautas da mídia (DUTRA, 2009).

A Amazônia da TV descobre-se nas matrizes do discurso colonial que carrega as noções pré-concebidas que operam a invisibilidade histórica e social de índios, negros e os chamados “povos da floresta”, reproduzindo uma visão de tempos e de história colonial. Os programas televisivos que têm a Amazônia como foco, segundo Dutra (2009), continuam retratando-a como um lugar parado no tempo, uma área de vazio humano, abundante em recursos naturais, mas habitada por populações locais que não seriam capazes de gerir os recursos naturais e dar, a estes, uma racionalidade econômica. Ao analisar a abertura do programa *Globo Ecologia*, por exemplo, Dutra (2009, p. 91) afirma que

Em pouquíssimas palavras, o sujeito [o programa analisado] resume aquilo, que para o dispositivo emissor, representa a Amazônia: um conceito aberto e portador de unidades discursivas redutoras, construídas por fragmentos históricos recuperados do imaginário que reproduz as noções de reserva de selvagem, de mistérios, de biodiversidade e de um ente que é patrimônio genético da Terra.

Esse conjunto de enunciados compõe o portal de entrada, a senha ideologicamente estratégica do programa.

Constata que esse “exotismo” ocorre pelo fato de a sua linguagem ser diferenciada em relação à dos produtores midiáticos, além de serem percebidos, pelo discurso hegemônico da mídia, “como grupos humanos congelados no tempo, espécie de seres estranhos ao mundo contemporâneo” (DUTRA, 2009, p. 23).

O discurso da mídia, assim, produz deslocamentos de sentidos ao provocar inversões discursivas. É pelo reconhecimento dessa operação e mecanismo que Dutra (2009) enfatiza as incoerências discursivas dos textos televisivos sobre a Amazônia, indicando “a Amazônia que é levada ao vídeo de milhões de espectadores é, na verdade, como que o resultado da conjunção e reelaboração de infinitas partículas, fragmentos de sentidos capturados da realidade real e transportados para o laboratório onde se produz a realidade televisiva” (DUTRA, 2009, p. 127).

Freire (2015), por sua vez, analisa criticamente os discursos sobre a região amazônica nos textos veiculados nos jornais “Folha de São Paulo” e “Estadão” no período de 2007 a 2010, buscando avaliar como a Amazônia é representada de uma forma e não de outra, assim como as idealizações e omissões discursivas. A seleção dos artigos foi feita de forma aleatória, considerando os conteúdos abordados e a disponibilidade de acesso na internet e edições impressas.

Segundo Freire (2015, p. 25), a escolha pelos jornais se deu pelo fato de serem influentes, reconhecidos no exterior, com ampla circularidade e oriundos de regiões hegemônicas na geopolítica nacional: “a escolha de dois jornais da grande imprensa, que não por acaso, são tidos como expressões nacionais. Como jornais de grande prestígio e pertencentes a fortes grupos econômicos na região sudeste do país”.

A autora se incomoda com olhares que homogeneizam a região amazônica em uma representação naturalizada das dimensões que a singularizam. A seguir um exemplo da interpretação da autora sobre alguns títulos dos artigos de jornais na Folha de São Paulo e a percepção de um ‘modelo’ de interpretação da região amazônica:

A opção por expressões contundentes é como nos transportar a uma região belicosa, perigosa, principalmente porque os índios, às vezes com identificação étnica, são selvagens. E ainda uma região que foge ao controle, à ordem... A projeção de uma representação da região amazônica se desenha nesses títulos como um lugar a parte em ‘plena modernidade’, onde os sujeitos sociais indígenas aparecem como autóctones do passado (FREIRE, 2015, p.72)

Tomando como base um viés sociológico, a autora utiliza-se da teoria hermenêutica para realizar leituras interpretativas e críticas dos discursos dos textos sobre a Amazônia nos jornais Folha de São Paulo e Estadão. Para realizar as interpretações, baseou-se em leituras de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. A autora busca apreender uma leitura crítica ao mesmo tempo compreensiva das abordagens que os artigos de jornais tratam sobre a Amazônia.

Por meio da análise hermenêutica, identificaram-se três eixos temáticos nos discursos dos artigos dos jornais que abordam sobre a Amazônia: sociedade-natureza; local-global e meio ambiente. No primeiro aborda a problemática das populações tradicionais, já na globalização evidencia os aspectos econômicos que sempre estão em destaque. O terceiro, por sua vez, ressalta que a Amazônia é vista de forma planetária, sendo o enfoque do meio ambiente a biodiversidade pautada em autoridade científica.

Segundo Freire (2015), os jornais enfatizam a imagem de destruição da Amazônia, sendo o conceito de natureza ditado pelos cientistas. Destaca ainda que as matérias dos jornais têm proposições ideológicas e presunções políticas:

Não é possível afirmar de uma matéria sem proposições ideológicas nesse assunto, pois, não são as diferenças apenas entre as ideologias partidárias PT (Partido dos Trabalhadores) e PV (Partido Verde) que estão sendo demarcadas em tal texto. Mas, a própria posição do jornal “A Folha”, em meio às disputas ao presidencialismo, não é sem presunções que dedica mais atenção em destacar as diferenças de atitudes políticas, em vez de chamar a atenção para as implicações práticas de um plano de sustentabilidade para a região amazônica (FREIRE, 2015, p.92)

A pesquisadora chama a atenção para o fato de que os artigos de jornais atestam a cientificidade de questões amazônicas, citando periódicos científicos internacionais, tais como “Geophysical Research Letters”, “Science”, “Nature Geoscience” e “Biological Conservation”. Além disso, aponta que a Amazônia é destacada nos jornais pela sua importância global, sendo notada uma ênfase nas discussões sobre o mercado de carbono.

Bueno (2002) realiza um trabalho com a finalidade de entender de que forma o termo “Amazônia” tornou-se imbuído de significados, verificando as imagens que estão predominantemente associadas. Para tanto, estudou dois níveis de representação de Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região.

A visão externa foi resgatada a partir dos discursos governamentais, da Geografia escolar e da mídia impressa. Bueno (2002) comparou imagens presentes em reportagens sobre Amazônia veiculadas por três grandes revistas brasileiras, a partir da década de 1950: *O Cruzeiro* para o final da década de 50, *Realidade*, para o início da década de 70 e *Veja* para as décadas de 1980, 1990 e 2000.

A seleção do corpus de análise incluiu reportagens “de capa”, ou que, pelo menos, estivessem destacadas na capa da revista. Assim, foram selecionadas duas reportagens da revista *O Cruzeiro*, anunciadas em capa, além de duas outras sobre a rodovia Belém-Brasília. Da revista *Realidade*, selecionou-se o número especial sobre Amazônia e, na revista *Veja*, todas as reportagens escolhidas abordam o tema por meio de manchete de primeira página, com máximo destaque editorial. Dentre outras conclusões, destaca-se que os índios são apresentados como objetos midiáticos:

Em todas as reportagens de *Veja* sobre a população indígena, muitas das fotografias parecem ter sido preparadas, até mesmo posadas. Como foi visto anteriormente, essa não é uma possibilidade remota. Na maioria das vezes, os índios aparecem com pinturas corporais, cocares e outros adornos que não são, provavelmente, de uso cotidiano. Comparando-se as fotografias do índio empunhando o arco e a flecha, nas reportagens de *O Cruzeiro*, de 1957, e da edição de dezembro de 1997 de *Veja*, é difícil deixar de imaginar que, nessa segunda, se trata de uma fotografia preparada e posada. Afinal, qual seria o motivo para o uso de tantos adornos no exercício de uma atividade corriqueira, se nem há quatro décadas atrás isso acontecia? (BUENO, 2002, p.134)

A autora concluiu que havia uma heterogeneidade das imagens e discursos, constatando-se que o discurso sobre a temática amazônica prioriza o ambiente natural, populações indígenas e a ocupação e a destruição do bioma. Na abordagem da temática populacional, as populações indígenas são tratadas de forma estereotipada. Ademais, a domesticação da natureza é um elemento presente nos discursos externos sobre a região, nos quais prevalecem dicotomias como paraíso/inferno e civilização/barbárie.

Gonçalves (2012) analisa diversas representações da Amazônia no cinema internacional e nacional, tendo como foco central as produções nacionais. Antes, porém, discute sobre a gênese social das concepções sobre a Amazônia, destacando elementos das narrativas dos viajantes. Além disso, trata sobre as questões do exotismo e autoexotização que se mostram fundamentais para subsidiar as análises sobre as diferentes representações cinematográficas da região.

Para o pesquisador, o cinema assume o papel de ser “um dos mais importantes veículos de consolidação das imagens estereotípicas sobre a Amazônia, difundindo um

imaginário sobre a região que foi construído *à priori*, sem revelar o mundo histórico e a realidade empírica da região” (GONÇALVES, 2012, p.17).

Ao destacar a Amazônia no Cinema Brasileiro, o autor destaca a chegada do cinema na Amazônia, o papel dos documentaristas Luiz Tomás Reis e Silvino Santos e aspectos sobre o moderno documentário na região. Para o autor, de forma geral, existem duas situações na representação da Amazônia no cinema brasileiro:

a primeira é a dos filmes que tomam a região de passagem, de modo superficial, apressado. Não raro tais filmes colocam a região como um destino exótico, uma referência à aventura, um eterno retorno aos mitos já reforçados pelos filmes estrangeiros. Do outro lado temos os filmes mais comprometidos com posições políticas e sociais, que buscam representar momentos importantes da história recente do país (GONÇALVES, 2012, p.71).

Para Gonçalves (2012, p.153), a Amazônia é “mostrada como uma região idealizada, privilegiando o exótico, onde geralmente não há referência ao mundo histórico, ignorando suas especificidades socioculturais”. Nota-se que a Amazônia é sempre exibida de passagem no cinema nacional, permanecendo uma região incógnita na sua realidade histórica, tomada apenas pelas noções pré-concebidas, reiterando no cenário nacional os mitos fundamentais do pensamento ocidental sobre a Amazônia (GONÇALVES, 2012).

Outro eixo trabalhado pelo autor, as imagens da Amazônia no Cinema Internacional, mostra como a região esteve representada em diferentes períodos do cinema mundial, prioritariamente em filmes de ficção. Nos filmes, de diferentes épocas, Gonçalves (2012, p.153) constata que:

[...] a Amazônia foi um lugar privilegiado de representação dos exotismos e bestialidades de um mundo selvagem e natural, permanecendo na história do cinema como uma categoria em si, independente de realidades nacionais, políticas, sociais ou culturais. Com pequenas nuances, a região foi representada como objeto de interesse de cientistas, exploradores ou cineastas, que estavam atrás de explorar mistérios de diferentes ordens, desde encontrar dinossauros em plena atividade, até monstros e povos primitivos canibais.

As diferentes representações da Amazônia no cinema são analisadas por Gonçalves (2012), tomando como base as categorias “*A natureza*”, “*O selvagem*” e “*O oriente*”, decorrentes das observações de Santos (2006) sobre o projeto colonial europeu para o chamado Novo Mundo. Essas categorias foram fundamentais para subsidiar a análise sobre como a Amazônia está representada no cinema.

A categoria “*A natureza*” permitiu, por exemplo, compreender porque a região sempre está associada primordialmente à sua imensa floresta e biodiversidade, em detrimento de sua diversidade sociocultural. A categoria “*O selvagem*”, por sua vez, refere-se ao habitante dessa região recém-descoberta, pensado em oposição ao europeu “descobridor” seria bárbaro, portanto, inferior (GONÇALVES, 2012). Por fim, a categoria “*O oriente*” é a mais aberta e permite compreender uma série de representações da região, que seria associada a exotismos de diferentes formas.

A partir dessas pesquisas, nota-se que o imaginário amazônico é construído nas representações midiáticas por meio de sentidos fornecidos pelos materiais simbólicos. A sociedade toma como referência uma realidade midiaticizada que edita, reestrutura e recria, dessa forma “a mídia continua representando, preponderantemente, a Amazônia com uma visão mitológica e exótica da natureza. Essa construção do imaginário amazônico é contínua e termina por influenciar na formação de visões acerca do que venha a ser a Amazônia (REGO e FREITAS, 2015, p. 107)

Essas representações estão alicerçadas em vários propósitos, mas ao mesmo tempo carregam opacidades enunciativas, pré-concepções continuadas e incompletas. Os discursos midiáticos sobre a Amazônia terminam dissociando-se de uma realidade social, visto que se preocupam em espetacularizar a região.

Nesse sentido, a Amazônia consiste não apenas da representação da região, mas ao aspecto contido na mídia, nos jornais, nos livros de geografia e narrativas históricas sobre sua origem, o saber instituído e aquilo que foi idealizado como sendo Amazônia somando aos sentimentos, valores, emoções e expectativas que se tem em relação a ela.

6. ANÁLISE DO DISCURSO, IDEOLOGIA E PODER

Para responder aos questionamentos-chave desta pesquisa é preciso fundamentar o discurso ambientalista na Amazônia e buscar seus processos de construção. Um dos objetivos deste capítulo é dar subsídios conceituais sobre Análise do Discurso Francesa (ADF), destacando as relações entre discurso, ideologia e poder.

Assim pretende-se perceber como esses elementos se inter-relacionam na produção de sentidos ideologicamente assinalados das ONGs Transnacionais. Defende-se nesta tese que a reprodução de um imaginário amazônico, formado desde a época dos relatos dos viajantes, faz parte dos ditos e não-ditos sobre a sustentabilidade na Amazônia. Ademais, existe um processo de espetacularização do “verde” amazônico, pautado em processos midiáticos.

Para analisar os sentidos discursivos utilizadas pelas ONGs Transnacionais para disseminar a sustentabilidade amazônica e, por conseguinte, propalar a imagem de “grande santuário ecológico” utilizamos da ADF (PÊCHEUX 1995, 1990; ORLANDI, 1994, 2009; SOUZA, 2006, 2014). Tal escolha se dá exatamente pelo fato dessa disciplina estudar a relação da linguagem com as questões sociais, a partir dos conflitos ideológicos e poder. Esses conflitos estão nas marcas discursivas do Movimento Ambientalista Transnacional.

Ademais, com a ADF será possível um olhar perspicaz sobre as marcas textuais e o acesso às filiações ideológicas das ONGs Transnacionais, possibilitando perceber as contradições, equívocos discursivos, evidenciar os funcionamentos e estratégias discursivas, além de explicitar os processos de significação. Pretende-se, neste tópico, apresentar algumas condições teóricas para isso.

Esta Seção está estruturada em cinco partes. No primeiro momento, apresentamos as bases teóricas da Análise do Discurso Francesa (ADF), destacando as relações entre Discurso, Ideologia e Poder. Em seguida, tratamos das questões iniciais sobre o discurso ambientalista na Amazônia e expomos uma breve reflexão sobre as perspectivas imagéticas sobre a Amazônia criadas no século XVI. Por fim, é apresentada uma discussão introdutória sobre o *Ethos* Discursivo.

6.1. Bases Teóricas da Análise do Discurso Francesa (ADF)

Optamos neste trabalho pela Análise do Discurso Francesa³⁰, visto que ela possibilitará “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2002, p.244).

O vocábulo discurso, etimologicamente, se origina na ideia de curso, de percurso, de movimento, de dinamismo. Assim, o discurso é palavra em movimento, prática de linguagem: “O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história” (ORLANDI, 2009, p.71).

A proposta da ADF é a construção de um dispositivo de interpretação que coloque em evidência o que é dito em relação ao que não é dito, o que é dito de outra forma ou em outro lugar (ORLANDI, 2009). Não há nela uma procura de uma verdade ou de uma avaliação valorativa, mas uma busca por evidenciar o mecanismo por trás do funcionamento dos discursos. As palavras são (res) significadas a partir do contexto em que são expressas.

A ADF busca, assim, interpretar os diferentes sentidos de um discurso e as formas de produção do mesmo, trabalhando com os sentidos e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas interpretado. É preciso esclarecer, contudo, que a ADF não é apenas uma metodologia³¹, mas sim uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise.

A área tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD-69), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois.

A constituição da Análise de discurso Francesa pode ser compreendida em três fases apontadas por Pêcheux (1990). A primeira fase da Análise de Discurso, marcada pela análise automática do discurso (AAD-69), é descrita por Pêcheux (1990, p.313): “AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um

³⁰Em consonância com o pensamento de Orlandi (2009), preferimos não utilizar o termo “Escola” ao se referir a análise do discurso de perspectiva francesa, tendo em vista que o “nome escola de análise de discurso francesa não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica”. A autora questiona o sentido que a palavra Escola pode tomar e explica que existem várias ressalvas ao fazer a utilização do termo.

³¹Os procedimentos de análise discursiva serão abordados também neste capítulo. Toma-se como referência o suporte metodológico já consolidado pela ADF e os suportes apropriados pelo analista.

começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas”.

Dessa forma, a apesar de propor aos linguistas um modo de abordar a relação entre língua e história fica restrita a um conjunto de enunciados fechados, sendo passíveis de serem analisados por uma “máquina lógico-semântica”. Vários questionamentos e lacunas conceituais impulsionaram o deslocamento teórico que resultou em reconfigurações do quadro teórico da ADF.

A segunda fase da AD na França é marcada pela reconfiguração no quadro teórico, em especial pela introdução do conceito de “Formação Discursiva (FD)” (FOUCAULT, 2008). Para Foucault (2008, p.133) “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. O autor consegue, assim, relacionar as questões ideológicas e psicanalíticas à linguagem.

Essa noção desarticula a noção de máquina estrutural fechada, pois uma FD é o que “pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar definido socialmente” (SOUZA, 2006, p.89) ou no dizer de Foucault (2008, p.142): “conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza”. A noção de formação discursiva (FD), emprestada de Foucault, possibilita uma nova compreensão da ADF.

Tal deslocamento colocou em discussão a validade da “máquina discursiva” fechada da primeira fase da AD, indicando que as relações entre as máquinas discursivas estruturais são relações de forças desiguais, apontando, pois, para uma reavaliação da questão do sujeito e do sentido.

Nessa fase ainda Pêcheux (1990) introduz as noções de interdiscurso, intradiscurso e esquecimentos. O interdiscurso é a memória discursiva marcada pelas relações de dominação, subordinação e contradição. Pode-se dizer que memória e esquecimento estão imbricados no interdiscurso, pois são determinantes na sua constituição.

O esquecimento N^o1 refere-se ao fato de todo sujeito esquecer que é ideológico, tendo a ilusão de que é autor e origem do que diz. O “sujeito-falante esquece que ele está dentro de uma formação discursiva que o domina. Ele esquece de sua sujeição inconsciente aos sentidos que produz no seu dizer” (SOUZA, 2006, p.91).

Relacionada à questão acima, encontra-se o Esquecimento N^o 2, que refere-se ao esquecimento das razões que o levaram a escolher determinadas construções discursivas em detrimento de outras. “Ao escolher uma dentre as várias formas de enunciar seu

discurso, o sujeito esquece o que motivou a sua escolha, esquecendo também que o dizer poderia ter sido outro” (SOUZA, 2006, p.91).

Segundo Souza (2006), esse intradiscurso só pode ser compreendido na sua relação com o interdiscurso. Essa característica torna o trabalho do analista do discurso compreender essas articulações de memória e de esquecimento presente nas formações discursivas. No nível desse intradiscurso que podemos encontrar as Formações Ideológicas (FI) do sujeito, a interligação entre a ideologia e a linguagem.

Os textos³² analisados na AD não devem ser vistos como dados e sim como fatos. O texto é “espaço significante: lugar de jogos de sentidos, de trabalho de linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação” (ORLANDI, 2009, p.72).

Souza (2014) esclarece que o texto é definido como qualquer objeto simbólico que produza sentido. “Essa definição amplia a ideia de texto para além de letras e palavras. Cores são textos, desenhos são textos, silêncio é texto. O não-verbal é texto” (SOUZA, 2014, p. 37). Um texto encerra em si um entre os vários discursos de uma formação discursiva em pleno funcionamento. É esse discurso ou discursos que são os dados que o analista irá registrar, não apenas a superfície textual.

O quadro epistemológico da AD nessa fase articulou três regiões do conhecimento: a) o materialismo histórico (com as releituras feitas por Althusser das obras de Marx); b) a linguística (com as releituras de Pêcheux das obras de Saussure) c) e a teoria do sujeito (com as releituras de Freud por Lacan).

Essas contribuições ocorreram da seguinte forma: da lingüística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio a noção de inconsciente que a AD trabalha com o descentramento do sujeito.

A problemática dessa fase, segundo Pêcheux (1990) decorre da relação desigual das formações discursivas, mesmo sendo concebido como resultado paradoxal da irrupção de um além exterior e anterior; do sujeito do discurso continuar sendo concebido “como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da formação discursiva à qual ele se identifica”.

Essas problemáticas deram impulso a um outro momento e novas formulações foram evidenciadas para reconfigurar o quadro epistemológico da AD na terceira fase, marcada

³²Aqui, o termo “texto” se refere a toda unidade linguística – uma conversa, um vídeo, uma imagem, um texto escrito, com determinado autor. Em um mesmo “texto” podem circular vários discursos e cada um destes surge a partir de um sujeito específico, mesmo que o texto tenha sido escrito apenas por um autor.

“pela acentuação do primado do outro sobre o mesmo e pela desconstrução das maquinarias discursivas. O início dessa nova fase é marcado pelas dúvidas e incertezas que giram em torno de dois períodos” (SILVA, 2003, p.5).

Como assinala Souza (2006, p.93), a terceira fase da Análise do Discurso “a questão do discurso passa a ser vista desde então sob o signo da heterogeneidade. [...] Esse redirecionamento, apoiado na discussão sobre interpretação, aprofunda a noção de interdiscurso, afasta a AD do dogmatismo althusseriano e a levam ao encontro de Bakhtin e Foucault”.

Foi a partir dos procedimentos pensados por Foucault que Pêcheux conseguiu sistematizar esse percurso e seus respectivos filtros. A proposta é que o poder e a linguagem funcionam em conjunto. Essa nova abordagem questiona a historicidade que a linguística apaga, e interroga as teorias sociais sobre a suposta transparência da linguagem em que elas se assentam.

Foi no início da teorização da AD que surgiu a compreensão de que é o sistema da língua que determina o sujeito dos discursos e não os sujeitos que determinam os seus próprios discursos. As palavras cotidianas já chegam até os indivíduos carregados de sentidos que eles não sabem como se constituíram e que, ainda assim, significam muito entre eles.

O sujeito aqui é um indivíduo assujeitado. O sistema não determina o discurso que ele enuncia, mas restringe suas possíveis escolhas por meio da ideologia de sua época. Assujeitado por conta dele não ser obrigado a adotar um discurso, mas por escolher entre as possibilidades que seu inconsciente e suas formações ideológicas permitem.

Nessa perspectiva inovadora, a língua não é um código e não há mais a separação entre emissores e receptores. Os indivíduos atuam de forma que todos emitem, decodificam e codificam as informações realizando ao mesmo tempo os processos de significações.

Nesse funcionamento, a língua e a história constituem através de um complexo processo os sujeitos e a produção de sentidos. Não se trata de uma mera transmissão de informações e mensagens. Ao invés de mensagens, a A.D. propõe pensar em discursos.

O sujeito da AD não é apenas afetado pela ideologia e pela linguagem, mas também pelo inconsciente, objeto de estudo da psicanálise. Por isso a Análise de Discurso busca os não-ditos ou possíveis ditos dentro do texto, por ser essa uma forma de acessar o inconsciente. É por meio dessas falhas que se atingem essas estruturas, não vistas mais como completas e fechadas, mas sim como abertas e incompletas, sempre em circulação

entre si. Na linguagem os equívocos, na ideologia as contradições e na psicanálise os processos inconscientes.

Mesmo que inconscientemente, os sujeitos reproduzem os discursos correspondentes a suas formações ideológicas, selecionando entre os mais próximos de sua identidade. O analista, por sua vez, se propõe a um afastamento da linguagem para analisar o discurso do outro, agindo através do dispositivo teórico.

Por estar sempre atuando na intermitência entre a linguagem, o sujeito e a ideologia, a Análise do Discurso analisa cada um desses elementos como algo fluido e interligado. A única ordem existente no mundo é aquela que lhe impomos por meio das descrições linguísticas que fazemos dele. Os sujeitos compreendem a realidade através das estruturas discursivas que atribuem significados ao que percebem.

6.2. As Relações entre Discurso, Ideologia e Poder

Ideologia é um termo que abarca várias interpretações e noções díspares, sendo possível compreender a partir de diferentes quadros teóricos. Segundo Chauí (2001), o termo ideologia foi empregado pela primeira vez em 1801 por Destutt de Tracy, filósofo líder dos ideólogos, no livro Elementos da Ideologia. O referido autor daria a entender que o conhecimento seria constituído de ideias, sendo indispensável, portanto, entendê-las e assim agir. A ideologia seria a ciência das ideias.

Todavia, o sentido de ideologia que nos interessa está calcado em Marx, no qual a ideologia caracterizava-se como um mascaramento da realidade social, ou seja, por um “conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade” (MARX e ENGELS, 1998, p.14). Essa noção de ideologia está situada na crítica ao sistema capitalista para compreender a ideologia burguesa.

Chauí (2001) acrescenta que Marx idealiza o conceito de luta de classes, o que é o cume da filosofia “Marximiana”, levando-nos a compreender em linhas gerais o que a autora apresenta como “a ideologia burguesa”. A autora afirma que a teoria de Marx não tem por simples objetivo “conscientizar” os indivíduos quanto à “ideologia” falsa que lhes é apresentada, e sim desvendar os processos reais de dominação de uns poucos sobre os outros. A filósofa diz ainda que é impossível compreender a ideologia sem ter a compreensão da luta de classes, apresentada em termos de Materialismo Histórico e Dialético por Karl Marx.

Marx dizia que: “as ideias da classe dominante são, a cada época as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo

tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual” (MARX e ENGELS, 1998, p.34). Chauí nos coloca ideologia como “sistema ordenado de ideias e representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores [...] não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias” (CHAUI, 1980, p.65).

A releitura dos conceitos marxistas feita por Althusser (1996) é fundamental para a compreensão epistemológica da ADF. Segundo o autor, a classe dominante cria, para manter-se dominante, mecanismos de perpetuação e reprodução do poder, envolvendo a reprodução de suas condições materiais, políticas e ideológicas. O estado teria o papel de manter a ordem, intervindo pela repressão e ideologia, forçando a classe dominada a submeter-se.

Para Althusser (1988) cada Aparelho Ideológico do Estado transmite a ideologia da classe dominante dando coesão a sociedade. Chama atenção para a observação de que o aparelho repressivo é necessariamente centralizado (estatal), enquanto os aparelhos ideológicos do estado são descentralizados, múltiplos, distintos e relativamente autônomos (ALTHUSSER, 1988, p.73). Nesse sentido, Althusser enxerga a ideologia como um “cimento” na sociedade e até se remete à Marx ao frisar a importância da ideologia enquanto elemento de análise.

O autor destaca que a ideologia representa a relação imaginária do indivíduo com suas reais condições de existência. O autor explica que os homens lidam com suas reais condições de existência por meio do imaginário. O imaginário é o conjunto de imagens, de formas simbólicas que representam a relação do sujeito com a realidade concreta. Aquilo em que o sujeito acredita é o que o faz agir ou deixar de agir, direcionando sua vida concreta, real, material. Assim, toda prática é ideológica porque é motivada pelo imaginário, que é o real do sujeito.

Por conseguinte, Althusser (1988) descreve a relação imaginária como um elo entre os indivíduos e a sua vida social, a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência ou, em outras palavras, os homens representam-se de forma imaginária suas qualidades legítimas de experiência.

Outra base da teoria discursiva encontra-se na teoria de Foucault (1998, 1999 e 2008). Segundo o autor a linguagem é campo onde as lutas ocorrem. Como diz o autor: “a história não cessa de nos ensinar, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas

ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1998, p.10).

Foucault (1998, 1999 e 2008) reposiciona a compreensão sobre discurso e, portanto, sobre a Análise de Discurso. Souza (2006) chama a atenção para o fato de que Foucault (2008) vislumbra o discurso não somente como grupo de enunciados em um contexto específico, mas sim como enunciados altamente regulados ou asserções com regras internas que são específicas ao próprio discurso. Faz-se necessário, conforme Foucault (2008), realizar uma arqueologia, ou seja, análise das estruturas discursivas buscando suas estruturas e regras de formação.

O termo “Arqueologia”, para Foucault (2008, p. 149), “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte”. Para o autor, a arqueologia descreve os discursos de uma forma complexa e como práticas especificadas, marcadas por regulamentos.

Dessa forma, o discurso para Foucault (2008) é um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva. Este conjunto seria limitado a certo número de enunciados, além de ser “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, 1999, p. 132-133).

Os discursos, como dito acima, possuem um suporte histórico e institucional, que permitem ou proíbem sua realização. Um sujeito, quando ocupa um lugar institucional, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo segundo os interesses de cada trama momentânea. Esta prática discursiva se define como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Na leitura arqueológica Foucault (2008) sugere algumas estruturas intrínsecas ao discurso, tais como episteme, enunciado e arquivo. Para ele a episteme é “algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados [...] uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época” (FOUCAULT, 2008, p.89).

A episteme pode ser entendida como um conjunto de relações que podem unir, em um determinado período, práticas discursivas consideradas aceitáveis. Cada período histórico tem uma episteme, um sistema de discursos a partir do qual cada cultura em determinada época pensa. O sujeito que vive imerso em determinada estrutura não reconhece que seus pensamentos são direcionados por ela. Por exemplo, a escravidão há algum tempo era algo aceitável socialmente. Em uma determinada época, ter muitos escravos era algo extremamente desejável, pois representava poder econômico e prestígio social. Hoje, a escravidão é uma forma inaceitável de relação.

Outro conceito importante é o de enunciado. Para Foucault (2008), enunciado é a unidade elementar do discurso e Foucault define enunciado como uma função de existência, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e as faz aparecer com conteúdos concretos, no espaço e no tempo. Não podemos ligar o enunciado a uma frase já que a ligação entre enunciado e aquilo que ele enuncia (o referencial) é variável, segundo as realidades materiais no espaço e no tempo.

Além disso, existe uma diferença entre enunciado e enunciação, só existindo enunciado quando o mesmo possui possibilidade de repetibilidade, diferente de uma frase proferida (uma enunciação), que não poderá ser repetida. Desta forma, o enunciado depende de uma materialidade, que é sempre de ordem institucional, no sentido de uma estrutura de poder.

O arquivo, por sua vez, pode ser compreendido como “o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” e o que faz com que todas “as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas” (147).

As relações de poder constituem uma série de mecanismos invisíveis que tornam os sujeitos assujeitados a múltiplos cerceamentos. Segundo o autor, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, quem pode dizer e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir (FOUCAULT, 1999). Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apóiam em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico.

Essa prática discursiva possível resulta de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com

suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam.

Todo discurso contém procedimentos de seleção e exclusão que estabelecem os limites do permitido e do proibido, do que é aceito e rejeitado, do que é considerado verdadeiro ou falso numa certa configuração histórico-cultural. Sendo assim, o modo como falamos e pensamos afetam profundamente a vida social, condicionando nosso comportamento e experiência, nossa visão de mundo e, por fim, o próprio mundo que ajudamos a criar (FOUCAULT, 2001).

Se em suas análises arqueológicas Foucault se detém sobre a formação e transformação das relações de significado – produção de saber – expressas nos discursos, nas análises genealógicas, ele enfatiza as relações de poder investidas nesses discursos. Para Foucault, saber e poder não existem separados um do outro, “Não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2008, p.72).

Em Foucault, a verdade não existe como um saber essencial e absoluto, oculto na profundidade das coisas. Trata-se antes de uma invenção histórica, construída socialmente. Vê a verdade como uma interpretação entre outras, dotada de poderes especiais que se impõem sobre o real e a tornam reconhecida como “a interpretação” hegemônica numa dada época e num certo campo discursivo. Assim, tanto o saber quanto a verdade veiculados nos discursos estão enraizados no domínio do poder.

Para Foucault, portanto, não há discurso neutro ou desinteressado. Para ele toda linguagem e todo discurso expressa uma vontade de poder e de dominação. Para realizar esta aspiração de conquista, o poder investido nos discursos se associa ao saber, em especial àquele saber socialmente reconhecido como “verdadeiro”.

Importante frisar aqui a definição de poder. Segundo Foucault “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. O poder não é manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo é uma relação de força” (FOUCAULT, 1999, p. 175). Além dos mecanismos de exclusão, Foucault também teorizou os mecanismos que mantêm os discursos vivos: o comentário, a disciplina e a rarefação. O comentário mantém o discurso em circulação e apaga a importância de outros discursos. Ele sempre repete o que já foi dito anteriormente, como se nunca tivesse sido.

A disciplina é de origem acadêmica. Ela torna determinado discurso legítimo dentro de uma área do conhecimento. Em linhas gerais ela “se define por um domínio de objetos,

um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 2009, p. 30).

Por fim, a rarefação é a que limita a capacidade de produção de linguagem dentro dos parâmetros sociais, apesar dessa capacidade ser infinita. Ela é uma forma de coação discursiva interna que torna a produção de linguagem repetitiva por sempre estar localizada dentro dos parâmetros socialmente impostos. Os seres humanos podem falar tudo, desde que apenas nos sentidos que seus pares aceitam.

Por isso uma instituição social sempre difere de uma discussão no que pode alterar os enunciados que são suportes para o seu funcionamento. Elas selecionam certos tipos de enunciados que caracterizam seus próprios discursos e assim impõem aos indivíduos o que deve ser dito e a maneira de dizer.

Os conceitos apresentados até aqui trabalharam a relação da linguagem, ideologia e poder com do ponto de vista teórico. Esclareço que apesar de fazer uso do conceito de discurso de Foucault (2008) e de algumas de suas formulações teóricas, não seguirei, na presente pesquisa, o conjunto de estratégias metodológicas esboçadas pelo autor ao longo de sua obra. Isto porque, por um lado, o próprio Foucault não pretendeu nem apresentou algo como um método científico formal e integrado, como o expresso no paradigma racionalista.

Desejo apenas com a contribuição de Foucault (1998, 1999 e 2008) é fazer uso da ideia de que todo discurso expressa uma vontade de poder que aspira e luta para ser reconhecido como “a verdade” sobre um determinado campo em um certo contexto histórico. Esta verdade favorece a legitimação social do discurso quando multiplica seus efeitos de poder e mascara a intenção de domínio nele contida.

Existia a necessidade de articulação desses conhecimentos com uma metodologia própria. Essa teoria com formalização metodológica é a ADF (PÊCHEUX 1995, 1990; ORLANDI, 1994, 2009), que surge a partir dos conhecimentos já descritos. De forma geral, ela busca correlacionar as questões do discurso com as do sujeito e da ideologia.

6.3. Elementos sobre o *ethos* discursivo na pesquisa

Além de desvelar os sentidos discursivos, apresentamos nesta Tese aspectos sobre a constituição do *ethos* discursivo das ONGs Transnacionais Ambientalistas. Nosso objetivo central é analisar os sentidos, mas foi possível perceber por meio das análises, a forma

como as ONGs constroem uma imagem de si (ethos discursivo), revelada no interior dos discursos.

Partilhamos com Maingueneau (1993, 2004, 2005 e 2006) o postulado de que a noção de ethos discursivo está intimamente integrada ao ato de enunciação e permite a sua legitimação. O ethos é uma consciência atuante e objetiva, na qual se manifesta a compreensão, a interpretação simbólica e a regulação da existência humana, dinamizada em um ambiente cognitivo (MAINGUENEAU, 2005).

Em nosso estudo, a palavra ethos é entendida como um processo interativo de influência sobre o outro, não sendo uma imagem do sujeito empírico, mas do sujeito que se diz na enunciação, depreendido do próprio discurso. Nesse sentido, ethos discursivo aparece como categoria interativa que se constrói na instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra por meio de seu discurso. Toma-se como construção discursiva do enunciador a partir de características linguísticas e sociais.

Maingueneau (1993), ao reinterpretar tal noção, acrescenta-lhe um caráter e uma corporalidade e passa a integrá-la à cenografia, indo além da concepção retórica de ethos. Para Maingueneau (2004), a noção discursiva de ethos associa-se a um gênero de discurso, uma vez que o pertencimento de um texto a um posicionamento ou a um algum gênero de discurso permite ao co-enunciador elaborar expectativas em termos de ethos. Daí, a afirmação de que essa categoria está crucialmente ligada ao ato de enunciação, ou seja, ao próprio dizer do sujeito que fala, e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador.

É necessário trazer à tona as noções de interdiscurso, ethos e cenografia. Dessa forma, a noção de ethos discursivo pode estar relacionada não somente com os mecanismos de interação verbal materializados no discurso, mas também com a ativação de estereótipos (natureza social do ethos), o que funciona como uma estratégia discursiva na abordagem da inter-relação de identificação de diferentes sujeitos.

Maingueneau (2005) associa a interdiscursividade com a gênese discursiva, dado que há sempre um já dito que se constitui no outro do discurso. Assim, toda produção discursiva, de acordo com certas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. Maingueneau (2005) apresenta a tripartição dessa noção em: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

Isso porque Maingueneau (2005) pretende analisar o discurso como realidade inseparável de seu contexto de produção, fazendo parte de tal contexto o próprio interdiscurso. Para ele, o universo discursivo nada mais é do que o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em um dado momento; na verdade, trata-se do

horizonte a partir do qual serão construídos os domínios suscetíveis de serem estudados: os campos discursivos.

O campo discursivo, por sua vez, é o termo designativo das formações discursivas que se encontram em concorrência em uma região determinada do universo discursivo. É no interior desse campo discursivo que se constitui um discurso e os subconjuntos de formações discursivas que o analista entende como sendo relevante para a sua pesquisa, concebido como espaço discursivo.

Segundo Maingueneau (2005), a cena enunciativa é constituída por três cenas em uma tripla interpelação: a cena englobante, que define o tipo de discurso, a cena genérica, a qual define o gênero de discurso, e, por último, a cenografia, que se constrói no próprio texto. Para Maingueneau, todo texto pertence a uma categoria de discurso, a uma cena genérica. As categorias variam em função do uso que delas se faz, ou seja, a forma de caracterizá-lo é bem diversificada em razão da diversidade dos tipos de texto existentes em determinada sociedade, e o analista do discurso não pode ignorá-los.

É válido destacar que as três cenas supracitadas não devem ser analisadas isoladamente, porque uma influencia diretamente a outra. Por isso, uma cena genérica só faz sentido se pensada em relação a uma cena englobante, e esta, conseqüentemente, só poderá ser pensada em relação à cenografia.

O ethos discursivo, como categoria interativa, não está ligado apenas ao enunciador, à imagem que este reivindica para si próprio. Sendo a imagem do enunciador criada e recriada pelos co-enunciadores, por intermédio de processos de estereotipização, os quais podem ou não ser confirmados pelo processo discursivo, o ethos carregará a dimensão do “outro” discursivo.

6.4. Dispositivo discursivo: procedimentos, fases e análises

Primeiramente, é preciso esclarecer que existe o dispositivo teórico da interpretação que está sustentado nos princípios gerais ADF [os conceitos, princípios e construções teóricas] e o Dispositivo Analítico do Analista (definido pelo autor-pesquisador). Orlandi (2009, p. 27) esclarece essa distinção: “o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da pesquisa”. Nesse último, a autora acrescenta também as teorias mobilizadas pelo analista.

O dispositivo analítico construído para esta pesquisa foi elaborado com base nas questões-chaves que norteiam este trabalho. No que diz respeito à teoria utilizada, destaca-se alguns conceitos centrais que se fazem necessários para a pesquisa: Discurso, Sustentabilidade, Amazônia, Transnacional, Globalização Ambiental, ONGs (WWF e Greenpeace), Espetáculo, Imaginário.

Nossa intenção é interpretar o discurso das ONGs Transnacionais Ambientalistas nas suas ações de ativismo social e utilização de recursos midiáticos. Com isso, temos a intenção de compreender como o sistema simbólico produz sentidos sobre a Sustentabilidade Amazônica. Não pretendemos nos ater nos conteúdos, objetivamos sim trabalhar os limites dos processos de significação e os mecanismos ideológicos utilizados pelas ONGs Transnacionais.

A análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise do discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. (ORLANDI, 2009, p.66).

Busca-se, assim, compreender como o sistema simbólico das Transnacionais produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Queremos explicitar esses processos de significação presentes nos textos e descobrir os sentidos possíveis, compreendendo como eles se constituem. Para isso, utilizaremos a seguinte sistematização:

Quadro 2 - Síntese das Fases do Dispositivo Discursivo:

Fases	Etapas	Objetivo	Procedimentos
Pré-Análise Discursiva	I. Definições dos Dispositivos Teóricos	Subsidiar conceitualmente a Análise que será feita	Leituras, pesquisa em fontes, elaboração de estado da arte
	II. Determinação do Corpus de Análise	Eleger os textos/ unidades de sentido que serão analisadas.	Definição de critérios, Análise de Corpus
Análise Discursiva	I. Análise da Superfície Linguística	Começar a vislumbrar a configuração das formações discursivas	Paráfrases, sinonímias, relação do dito e não-dito
	II. Análise do Objeto Discursivo	Relacionar as formações discursivas distintas com as formações ideológicas	Verificação dos efeitos metafóricos, Substituições contextuais, Perguntas heurísticas, Deslizamento de sentidos
	III. Análise do Processo Discurso	Dar indicações para compreender a produção de sentidos	Verificação do pressuposto e subentendido, Perguntas

			heurísticas
	IV. Estudo dos Sentidos	Examinar a ideologia, contexto histórico, poder nos discursos	Descrição, Interpretação Uso de Instrumentais teóricos da pesquisa Triangulação
	V. Elaboração das Tipologias Discursivas	Propor categorias que demonstrem os tipos de discurso utilizados	Interpretação, Categorização, Explicação das Categorias
Pós-Análise Discursiva	I. Registro da Análise (Escrita)	Formatar o relato de análise	Contextualização; Sistematização; Redação;

Fonte: Autor da pesquisa a partir de Orlandi (2009) e Souza (2014).

A **Etapa de Definições dos Dispositivos Teóricos** trabalha no intermeio da interpretação e descrição, referindo-se a constituição do quadro teórico da pesquisa. Em nosso caso, estamos trabalhando com a questão das Transnacionais na Amazônia, Desenvolvimento Sustentável e o Imaginário Amazônico. De acordo com Orlandi (2009, p.62) “não há análise do discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista”.

O dispositivo teórico funciona como uma “lente de aumento” que busca potencializar a análise: 1- camada Amazônia e seus matizes; 2- Imaginário e Mídiatização; 3- Processos socioculturais. O dispositivo analítico é auxiliado por essas teorias que embasarão a AD, intermediando as análises simbólicas. Para realizar a análise discursiva estão sendo mobilizados diversos conceitos como sustentabilidade, movimento social, complexidade, mídia e imaginário.

Na Determinação do Corpus de Análise escolhemos diversos tipos de textos/ unidades de sentido situadas temporalmente entre **2010-2016** para compor o Corpus de Análise (APÊNDICE 1): conteúdos dos sites institucionais, publicações, anúncios (jornais e revistas), relatórios institucionais, vídeos e postagens em mídias sociais. O texto é “só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso” (ORLANDI, 2009, p.72)

Consideramos, assim, que cada material selecionado potencialmente produz sentidos sobre a Amazônia, tornando-se unidades complexas com natureza linguística-histórica. Não estamos interessados diretamente nos “textos” como objeto final da explicação, mas sim como uma unidade que permitirá ter acesso aos sentidos discursivos das ONGS sobre a Sustentabilidade Amazônica.

Ao constituir o corpus levou-se em conta a necessidade de trabalhar com práticas discursivas de diferentes naturezas (escrita, imagem e áudio) e linguagens distintas (publicitária, jornalística, administrativa, burocrática, científica). Destaca-se o fato do material selecionado ser caracterizado como textos institucionais das ONGs Transnacionais, ou seja, materiais que caracterizam seu posicionamento oficial, assinalando assim um conteúdo aprovado pelas ONGs. Diferentemente, por exemplo, de textos opinativos ou matérias de jornal que tem o sujeito-autor, normalmente, assinando e identificando o texto.

Além disso, o material selecionado permitiu uma análise com “exaustividade vertical”, sendo a linguagem tratada com a espessura semântica devida, demonstrando como funciona o discurso da sustentabilidade amazônica praticado pelas ONGs Transnacionais. Não é nossa intenção realizar uma exaustividade lateral, ou seja, “extensão, nem completude, ou a exaustividade em relação ao objeto empírico”. Isso seria inesgotável, conforme Orlandi (2009, p.62): “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”

Na **etapa da Análise Superficial do Corpus (Objeto Discursivo)** “o analista, no contato com o texto, procura ver nele sua discursividade e incidindo um primeiro lance de análise – de natureza linguístico enunciativa constrói um objeto discursivo” (ORLANDI, 2009, p,77). São utilizadas paráfrases, sinonímias, relação do dizer e não dizer. Assim, “quando se faz análise, cabe ao analista de discurso explicitar, descrever e interpretar o discurso presente na materialidade do texto ” (SOUZA, 2014, p. 35).

Foi feita uma pré-análise de alguns materiais coletados, examinando a superfície linguística e transformando-os, posteriormente, em objeto discursivo primário. Esse primeiro tratamento se deu pela análise da materialidade linguística, ou seja, apreciação de aspectos básicos das enunciações (quem diz, o que diz, em que circunstâncias) e o confronto teórico. Vislumbraram-se algumas pistas para compreendermos, de forma geral, o que caracteriza o discurso das Transnacionais Ambientalistas sobre a Sustentabilidade Amazônica. Posteriormente, foi realizada a construção do objeto discursivo. Nessa fase:

A análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na mesma medida em que se aí incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que

demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise (ORLANDI, 2009, p.66-67).

Começamos, assim, a entrar no processo discursivo das Transnacionais Ambientalistas, deslocando alguns pontos e desvelando alguns sentidos construídos. Através de alguns vestígios deixados nos fios discursivos, observamos algumas formações imaginárias feitas sobre a Amazônia (paraíso ecológico, espaço natural, floresta mágica e muitas outras), algumas relações de sentido práticas discursivas, ditos e não-ditos, lugares de fala e formações discursivas³³ que necessitaram de uma constante consulta ao dispositivo teórico a fim de que se tivesse uma melhor crítica do material.

Com esse movimento de análise inicial, trabalhamos para desfazer os efeitos da ilusão que aquilo só poderia ser dito daquele jeito, abrangendo o Esquecimento N^o. 2 (do domínio da enunciação). Construiu-se, a partir do material bruto, um objeto discursivo preliminar que foi analisado com mais profundidade. A análise superficial já colocou em cruzamento o que é dito pelas Transnacionais em um lugar com que é dito em outro, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas. Procurou-se vislumbrar aquilo que elas dizem, aquilo que não dizem mas que dá sentido as suas palavras. No seu discurso interpretam a Amazônia e a Sustentabilidade e, assim procuraremos também descrever a interpretação feita por elas.

Só foi possível compreender o que é esse modo peculiar de mostrar a Sustentabilidade Amazônica quando aprofundamos a análise e atingimos a **Etapa da Análise do processo discursivo**. Nessa etapa, relacionamos as formações discursivas com a ideologia e verificaram-se as redes de filiações de sentidos e suas relações desenhadas pela ideologia.

Durante essa fase, utilizaram-se os preceitos de Souza (2014). De acordo com o autor, a leitura analítica deve ser feita utilizando-se perguntas heurísticas, que vão ajudar o analista a evidenciar os sentidos: “a análise em si envolve a circunscrição do conceito-análise e a escolha, interpretação e análise do corpus por meio de perguntas heurísticas” (SOUZA, 2014, p.21). Dessa forma, questionou-se:

- 1- Quais são os conceito-análise presentes nos textos sobre a Sustentabilidade Amazônica?
- 2- Como os textos das ONGs Transnacionais constroem o sentido de Sustentabilidade Amazônica?

³³ Os resultados da análise estão expostos na Seção 7 - *Sentidos discursivos das Transnacionais Ambientalistas na Amazônia*.

3- A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?

Começou-se, a análise em si, com a circunscrição do conceito-análise. Quando nos propomos a fazer uma análise, queremos investigar como um texto constrói determinado sentido sobre determinado tema. Souza (2014) destaca que o conceito-análise pode surgir de duas formas: pela definição do interesse do analista ou pelo surgimento do mesmo durante o próprio processo de análise.

Estamos cientes de que o corpus de análise representa uma parte do sistema simbólico sobre a Sustentabilidade Amazônica. Trata-se de uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que consideramos. Escolheram-se algumas unidades de análise que pretendem representar as condições de produção do discurso. A intenção foi analisar os jogos de sentidos envolvidos na construção da imagem Amazônia.

Essa fase constituiu em ir além do que está posto, do que estava na superfície das evidências. Para tanto, foram realizados: Deslocamentos de palavras; Paráfrases; Mobilizar outras palavras e outros recursos visuais; Verificar a produção e efeitos de sentido; Perceber as diferentes filiações de sentidos; Notar a relação com a exterioridade; relacionar o que está dito com a exterioridade e suas condições de produção. Buscaram-se, assim, os efeitos de sentidos que são produzidos, as condições determinadas, o modo como se diz.

A partir dos vestígios que foram sendo encontrados, buscou-se a compreensão dos diferentes processos de significação dos textos em busca de Processos Discursivos, observando os modos de construção, as estruturações, o modo de circulação que constituem os sentidos dos materiais que serão analisados.

Na última fase da Análise Discursiva foram elaboradas e consolidadas as **Tipologias Discursivas** por meio do Estudo dos Sentidos, examinando a ideologia, contexto histórico, poder nos discursos e, paralelamente, a elaboração das Tipologias Discursivas. A fase foi constituída pelo delineamento das formações discursivas, relação com a ideologia, análise das redes de filiação de sentidos.

Nessa fase do processo discursivo, os textos foram colocados em segundo plano, já que havia a necessidade de realizar uma categorização a partir indícios discursivos encontrados. Entende-se que os equívocos, as contradições, não estão no texto, mas sim nos discursos, especificamente quando relacionamos os sentidos e as questões teóricas.

A fase de processo discursivo deu indicações para compreender a produção de sentidos e propor as seguintes categorias: “globalização econômica”, “poder simbólico”, “natureza imaginária”, “autoridade científica”, “sociodiversidade artificial” e “mercantilização/ moda”. Na nossa pesquisa, os conceitos-análise, denominados categorias, surgiram no decorrer do processo de análise.

A complexidade do nosso objeto nos exigiu interpenetrações entre as instâncias e voltas constantes entre as operações envolvidas em suas fases. Intencionou-se com isso estabelecer uma relação entre as questões epistemológicas, teóricas, metódicas e técnicas na prática da investigação. Os enunciados teóricos permitiram revelar aspectos e relações fundamentais no objeto estudado.

Por fim, existe a fase da Pós-Análise Discursiva que é caracterizada pelo **Registro/Escrita da Análise**. Souza (2014) assevera que o analista pode escrever seu relato de pesquisa da mesma forma como a pesquisa é feita. Todavia, recomenda que a escrita siga um formato linear, pois “a organização da textualização acadêmica, um texto seqüencial, bem definido em suas partes, é mais bem acolhido dentro do gênero acadêmico” (SOUZA, 2014, p.40).

O autor recomenda que seja feita uma caracterização da análise, explicitação do dispositivo teórico e dispositivo analítico, relato de análise (descrição e interpretação) e considerações. Souza (2014) destaca a importância de se delinear o cenário no qual a análise discursiva foi elaborada. Por cenário, o autor entende: “compreendemos a contextualização do tema em que se insere o (s) conceito(s)-análise, as condições de produção, o ponto de inquérito do analista e a descrição do corpus analisado” (SOUZA, 2014, p.41).

Essa ambientação facilitará ao leitor compreender o ponto de vista do analista, bem como as questões que balizaram a análise. Em nossa tese, esse contexto da análise é feito por meio dos capítulos antecedentes, que objetivam construir uma percepção sobre as ONGs Transnacionais na Amazônia, bem como questões sobre o imaginário e a sustentabilidade da região.

Em seguida, deve-se explicitar o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. O dispositivo teórico, conforme assinalamos anteriormente, diz respeito aos pressupostos basilares para qualquer trabalho de ADF, já o dispositivo analítico é um quadro teórico individualizado para subsidiar a pesquisa, a lente teórica. Neste capítulo, buscou-se descrever ao leitor os pressupostos teóricos da ADF que subsidiaram o trabalho, bem como suas particularidades.

O relato propriamente dito leva em conta a organização das marcas e as propriedades para as quais elas apontam para fornecer a interpretação da análise de forma organizada ao leitor. Deve-se, assim, mostrar o funcionamento do discurso que identificou na materialidade do texto por meio das marcas, dos exemplos retirados do corpus. Souza (2014, p.42) orienta que “não basta dizer que o texto apresenta o discurso x . É necessário mostrar com textos o discurso x funcionando. Dependendo da análise e da extensão do corpus, o material analisado pode ser anexado ao trabalho”.

Nesta tese, buscou-se, na medida do possível, apresentar diversos fragmentos textuais a fim de ilustrar os discursos analisados. Entende-se que a importância desses exemplos é fundamental não só para análise, mas para que o interlocutor possa também verificar os efeitos de sentido. Os textos completos estão anexados ao trabalho a fim de que possam ser registrados e futuramente analisados com outros olhares.

7. SENTIDOS DISCURSIVOS DAS TRANSNACIONAIS NA AMAZÔNIA

Que sentidos sobre Sustentabilidade e Amazônia são construídos pelos textos das ONGs Transnacionais Ambientalistas Greenpeace e WWF? Como ocorre a construção desses sentidos? Como a noção de Sustentabilidade Amazônica se constitui no interior de cada sentido discursivo? Quais são os principais não-ditos, apagamentos e esquecimentos recorrentes nesses discursos?

Esses são alguns questionamentos que delineiam esse capítulo. Não está no foco de nossas análises o julgamento da exequibilidade das propostas de desenvolvimento sustentável das ONGs. Estamos mais interessados na forma como as ONGs Transnacionais constroem a noção de sustentabilidade amazônica e o imaginário amazônico.

A intenção, neste capítulo, é apresentar os processos de significação e os sentidos discursivos das ONGs WWF e Greenpeace para abordar o desenvolvimento sustentável amazônico. Ademais, descrever as principais características discursivas e demais elementos que proporcionam a mediação da sustentabilidade da Amazônia.

Antes, porém, apresenta-se uma breve descrição das ONGs Transnacionais a fim de situá-las no contexto do ambientalismo amazônico. As informações expostas foram coletadas nos sites oficiais mantidos pelas referidas organizações e possibilitam uma melhor compreensão da atuação, aspectos institucionais e históricos das referidas ONGs.

Efetivamente, o enfoque desta seção está na apresentação dos resultados da análise discursiva realizada, destacando os sentidos discursivos, descrevendo suas peculiaridades, esmiuçando algumas implicações na sociedade e cultura amazônica. Evidencia-se uma pluralidade de sentidos discursivos inerentes ao posicionamento das ONGs Ambientalistas WWF e Greenpeace sobre a Sustentabilidade Amazônica.

7.1. Descrições dos objetos de estudo (Greenpeace e WWF)

7.1.1. Sobre o Greenpeace³⁴

O Greenpeace está presente no Brasil desde 1992. Embora atuando em diversas áreas desde 1971, a instituição anuncia apenas em 1999, durante encontro com o presidente do Brasil à época, Fernando Henrique Cardoso, que a proteção à Amazônia seria a prioridade

³⁴ Informações obtidas nos sites oficiais da entidade: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/> e <http://www.greenpeace.org/international/en/>

global da organização. Como consequência do anúncio, foi inaugurada no mesmo ano um escritório em Manaus, no Amazonas. A presença efetiva na região fez que equipes da instituição passassem a monitorar a extração ilegal de madeira, bem como documentar a realidade da região e contatar comunidades tradicionais para apoiar suas demandas.

Com alto poder simbólico, a atuação do *Greenpeace* destaca-se pela forma como é executada. O instrumento utilizado frequentemente consiste na chamada *ação direta*. Tal prática tem especificidade que se enquadra nas características dos novos atores sociais, para quem, no Brasil, têm seu acesso à imprensa debatido. Outra atuação da organização também se relaciona com pesquisas de alternativas para atividades que causem graves danos à natureza.

A instituição destaca-se pelas propostas e pelas demandas que, por vezes ousadas, têm como objetivos não apenas a consciência coletiva e a divulgação das ações, mas, sobretudo, a influência na elaboração de políticas públicas para a Região. Dentre as mais relevantes, podem-se enumerar ações como: estímulo ao debate sobre a adoção de um programa nacional de combate ao desmatamento; à implementação dos compromissos do Brasil assumidos em 1992 no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); à implantação das unidades de conservação que, já aprovadas, não foram executadas.

Demandam, também, pelo redirecionamento do programa nacional de Reforma Agrária, pelo fortalecimento das instituições como IBAMA; pela expansão dos programas governamentais de combate às queimadas; pela demarcação de terras indígenas etc. Enfim, segundo a Organização, há a busca de um “modelo de desenvolvimento que combine responsabilidade social e proteção ambiental, exploração dos recursos da floresta de maneira racional (...)”.

Antes de entrarmos no estudo do *Greenpeace* na Amazônia, faz-se necessária uma abordagem global sobre a organização, considerando sua origem, objetivos, áreas de interesse, a fim de esclarecer a natureza transnacional da ONG.

O *Greenpeace* teve origem quando um grupo de ativistas canadenses antinucleares protestava contra as experiências nucleares dos EUA realizadas no arquipélago de Amchitka, no Alasca. O nome do grupo inicialmente denominado "*don't make a wave Committee*" (Comitê "Não provoque um maremoto") referia-se à probabilidade de que os testes nucleares na região, por ser uma zona sísmica instável, poderiam causar um maremoto de grandes proporções. Após organizar outras iniciativas, o grupo decidiu fretar um barco, de Phyllis Cormack, para viajar até as zonas onde se dariam novos testes, a fim de impedi-los.

Nessa viagem, o barco foi rebatizado com o nome que seria a marca da organização nas próximas três décadas que se seguiram: *Greenpeace*. A excursão foi considerada um desastre, a embarcação foi apreendida por autoridades norte-americanas, por não atender aos trâmites legais de navegação, e não impediu o teste nuclear. Contudo, a partir de então, a marca da organização seria balizada pela ousadia e pela conhecida estratégia da ação direta, adquirindo apoio popular continuamente nos anos seguintes.

Assim, a ação direta e a expedição não lograram êxito, mas o efeito simbólico do feito serviu de catalisador aos protestos contra as experiências nucleares, culminando, após o bloqueio da fronteira entre os EUA e o Canadá por manifestantes, com o anúncio do fim dos testes nucleares na zona Amchitka, que se tornou desde então uma reserva ornitológica. Em consequência, a ação do *Greenpeace* influenciou a criação de diversas organizações ambientalistas pelo mundo, inclusive com o mesmo nome.

Destes distintos grupos, tome-se como exemplo o formado por David McTaggart, empresário, que se converteu em navegante ambientalista e se revoltou contra a decisão do governo francês de decretar 400 milhas ao redor do atol de Mururoa (Pacífico) como águas internacionais para empreender testes nucleares. Em contato com ativistas da Nova Zelândia, McTaggart ofereceu seu veleiro, o *Veiga*, para adentrar na zona para tentar impedir os testes nos anos 1972-73.

A partir desta campanha contra testes nucleares no Pacífico, a organização institucionalizou-se, e McTaggart tornou-se o primeiro presidente da então criada *Greenpeace International*, de 1980 a 1991. Nos anos iniciais da ONG, os conflitos sobre quem era o legítimo proprietário da organização e do nome do grupo dominaram as discussões, prejudicando a ação dos ativistas, como quando em 1974, um setor do *Greenpeace* nos EUA decidiu iniciar a campanha contra a caça comercial das baleias e, em 1976, contra a matança de focas em Newfoundland (Canadá) – enquanto os grupos antinucleares da instituição consideravam a campanha em defesa dos mamíferos um tema que deveria ser deixado para outras organizações.

Greenpeace na Europa foi decisivo, para os diversos grupos que inicialmente adotaram tal nome unirem-se a fim de, em 1978, criar o *Greenpeace International*, com sede na Holanda, unificando as áreas de campanha e as formas de atuação. Desde então os conflitos entre os membros foram dirimidos, mas levou anos de experiências para que a instituição adquirisse o *status* que hoje possui.

Relevante para o entendimento da estratégia política do *Greenpeace*, a percepção de que as pessoas não prejudicam o ecossistema como um fator natural para a existência, mas,

sobretudo, predispostas conforme certas circunstâncias de necessidade, faz da atuação da ONG uma tentativa de persuasão no sentido do abandono das práticas não sustentáveis, o que envolve a disseminação de uma “sensibilidade ecológica”, trabalhando, assim, no campo das ideias, da mudança de hábitos anti-ecológicos.

Para tanto, as ações diretas e não-violentas conformam um arcabouço de práticas políticas compartilhadas pela sociedade, e compreendem ações cujas imagens são transmitidas pelos meios de comunicação e consideradas de alto valor simbólico. Tais imagens são capazes de obter a atenção da mídia por serem espetaculares. Saliente-se que a ação direta ganha proeminência como estratégia com o advento da revolução das comunicações, uma vez que em segundos uma ação é disseminada pelos telejornais no mundo inteiro, muitas vezes ao vivo.

O *Greenpeace* considera o conjunto dos problemas ambientais em quatro categorias: substâncias tóxicas; energia e atmosfera; questões nucleares; ecologia terrestre e oceânica. Dentro desta visão, a ONG divide suas “campanhas”. Como uma organização transnacional, o *Greenpeace* empreende suas ações em projetos globais. Assim, questões relacionadas com substâncias tóxicas não se limitam a atores individuais, constituindo problemas que ultrapassariam as fronteiras individuais das nações.

Quanto à estrutura interna da organização, esta compreende o Conselho *Greenpeace* (*Greenpeace Council*) e escritórios regionais. O Conselho, com sede em Amsterdã, é representado por membros de todos os países em que a ONG possui escritórios e encontra-se anualmente a fim de decidir as políticas de atuação. Tais encontros definem linhas de conduta para o *Greenpeace* pelo mundo, aprovam o orçamento da organização e desenvolvem objetivos de longo prazo.

Os escritórios nacionais e regionais, por sua vez, apresentam-se na América Latina, no Pacífico, na América do Norte e na Europa, perfazendo o número de 27, presentes em 41 países. Tais escritórios são autônomos em suas ações quando em conjunto com as estratégias globais e na busca por suporte financeiro por meio de doações para seus trabalhos. Ao lado do Conselho e dos órgãos executivos, as estratégias de ação são elaboradas por intermédio das quatro áreas de campanha.

Para cada uma delas, há um coordenador internacional, que designa as estratégias específicas para cada realidade regional. Abaixo dos coordenadores internacionais de campanha encontram-se os diretores de projetos, que trabalham juntamente com os coordenadores regionais de campanhas, com atividades específicas. Enfim, com estes, há todo um conjunto de assistentes e voluntários, que compreendem milhares de indivíduos

no mundo inteiro, que contribuem para a elaboração de abaixo-assinados, protestos, entre outras atividades não-violentas.

Os princípios que regem a atuação do *Greenpeace* auxiliam na compreensão das ações diretas como estratégia de alcance dos objetivos, compreendendo: 1. “testemunhar” a destruição ambiental de um modo pacífico; 2. Uso da não violência para aumentar o nível e a qualidade do debate público; 3. Na exposição de ameaças ao meio ambiente e encontro de soluções não há aliados permanentes ou adversários; 4. Segurança financeira e independência política e comercial; 5. Buscar soluções e promover o debate aberto sobre as escolhas ambientais da sociedade.

De acordo com as informações coletadas no site da entidade, a ONG tem como princípio fundamental a independência, porquanto representa organização sem fins lucrativos que não aceita doações de governos, empresas e partidos políticos, financiando-se pela contribuição dos colaboradores da sociedade civil. Outra característica, a não-violência, representa requisito para as atividades, o que garante o confronto não-violento para chamar a atenção do público para os problemas.

Tal instrumento é utilizado para incentivar as pessoas a mudar seus comportamentos, contribuindo para que a ONG desafie as empresas e os governos a também mudar de atitude com relação a determinado problema. Mas as atividades da instituição não seriam possíveis sem a filosofia de agir conjuntamente, não apenas com os governos que enfrentam, mas com a sociedade, de quem adquirem a legitimidade necessária para a eficácia de suas ações diretas.

No Brasil, o *Greenpeace* chega por ocasião da CNUMAD, em 1992, a bordo do navio *Rainbow Warrior*, para participar do encontro. A primeira ação direta da organização no País também terá lugar pela natureza da ocasião: às vésperas da Conferência do Rio, em 26 de abril, seria o aniversário da explosão da usina nuclear de Chernobyl. Assim, aproveitando tal ensejo, os ativistas rumam para Angra dos Reis e fixam 800 cruzeiros no pátio da usina, o que simbolizava o número de mortes do acidente na Ucrânia. Tal ação inauguraria oficialmente o *Greenpeace* Brasil.

São demandas da organização no País, vale ressaltar em linhas gerais, a implementação dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como os no âmbito da CNUMAD, em especial no que diz respeito à preservação do meio ambiente, como figurou na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), na Declaração sobre Florestas, na Agenda XXI, etc. Também, segundo a ONG, é necessária a destinação de

áreas griladas para a criação de unidades de conservação, nos moldes das Reservas Extrativistas de uso sustentável.

Nessa direção, faz-se importante a implantação das unidades de conservação aprovadas, mas que ainda não foram realizadas; o redirecionamento do programa nacional de Reforma Agrária para as áreas já desmatadas; o fortalecimento das instituições encarregadas da proteção ambiental, como o IBAMA e as Secretarias Estaduais para o meio ambiente; a demarcação das terras indígenas, entre outros.

No País, além das campanhas tradicionais (energia, clima, nuclear, oceano), o *Greenpeace* destaca-se pela campanha contra o desmatamento da Amazônia e o uso de alimentos transgênicos. Com relação à primeira – Amazônia -, há o destaque pelo ativismo na Região. A ONG trabalha por um modelo de desenvolvimento que alinhe responsabilidade social e proteção ambiental, dentro dos marcos do conceito de desenvolvimento sustentável, ou melhor, com exploração racional dos recursos da floresta, proporcionando qualidade de vida à população local. Para tanto, o *Greenpeace* expõe o desflorestamento feito pela indústria madeireira na Amazônia e exige instrumentos eficazes de controle por parte das autoridades públicas. A campanha Amazônia tem sido relevante na conscientização de consumidores, ao incentivá-los na escolha de produtos oriundos da floresta que contenham selo de certificação, nos moldes do FSC.

De Manaus, onde se instalou a sede, a equipe passa a monitorar a extração ilegal de madeira, a estudar os registros das autoridades e a documentar a realidade da região, além de outras atividades. Dentre elas, o *Greenpeace* envolveu-se na demarcação das Terras Deni, assim como iniciou um projeto-piloto de produção de borracha com seringueiros do Rio Juruá e denunciou casos de tráfico ilegal de madeira. Ganha destaque, em 2000, a presença do *Greenpeace MV Amazon Guardian*, navio que seria utilizado pela ONG para estabelecer contato com as comunidades ribeirinhas, pesquisar a realidade da região e realizar trabalho de educação ambiental. Além de tais ações, e dentro da Campanha Amazônia, o *Greenpeace* articulava por essa época as mudanças no Código Florestal.

7.1.2. World Wildlife Fund - WWF³⁵

Criada em 1961, nas últimas décadas, a Rede WWF (antes conhecido como Fundo Mundial para a Natureza) se consolidou como uma das mais atuantes redes transnacionais

³⁵ Informações obtidas nos sites da entidade: <http://www.wwf.org.br/> e <http://wwf.org/>

de conservação da natureza. Com sede na Suíça, a Rede WWF é composta por organizações e escritórios em diversos países que têm como característica a presença tanto local quanto global e o diálogo com todos os envolvidos na questão ambiental.

De acordo com as informações da própria WWF, a Transnacional conta com quase cinco milhões de associados distribuídos em cinco continentes, sendo a maior organização do tipo no mundo, atuando ativamente em mais de cem países, nos quais desenvolve cerca de dois mil projetos de conservação do meio ambiente. A instituição teve um papel decisivo na midiatização do movimento ambientalista mundial.

Desde 1985, o WWF investiu mais de US\$ 1,165 milhões em mais de **11 mil projetos em 130 países**. Cada um deles é parte importante na campanha mundial para deter a aceleração do processo de degradação da natureza no mundo e para ajudar cada ser humano a viver em harmonia com o meio ambiente.

A história do WWF no Brasil começou em 1971, quando a Rede WWF iniciou o seu trabalho no país apoiando os primeiros estudos feitos sobre um desconhecido primata ameaçado de extinção do Rio de Janeiro. Esse trabalho pioneiro viria a se transformar no Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado, que há 30 anos vem sendo executado pelo WWF em parceria com outras organizações. Nos anos seguintes vários pequenos projetos em todo o Brasil contaram com a ajuda financeira da entidade.

Na década de 80 a presença do WWF no país aumentou com o apoio dado aos primeiros anos do Projeto Tamar, entre outras iniciativas. A ONG optou por trabalhar com parceiros locais e ajudou a criar e fortalecer várias entidades ambientalistas que hoje ocupam lugar de destaque na área da conservação, como a Fundação Vitória Amazônica (FVA).

Até 1989, diferentes organizações nacionais da rede WWF (WWF-EUA, WWF-Reino Unido e WWF-Suécia) financiavam diretamente projetos desenvolvidos por instituições ou estudantes e pesquisadores brasileiros. Todavia, com a ampliação do suporte técnico-financeiro ao longo dos anos, tornou-se necessária a criação de um escritório de representação. Isso aconteceu em 1990 com a contratação do biólogo Dr. Cléber Alho, que ficou responsável pelo escritório aberto em Brasília. A unidade passou a ser mantida pelo WWF-EUA que administrava, em nome da Rede, todos os projetos apoiados pelo WWF no Brasil.

A estrutura do escritório e o número de técnicos e funcionários cresceram continuamente, dentro do objetivo de fortalecer as ações do WWF no Brasil e maximizar o

impacto para a conservação da natureza. Em 1993, para dar mais agilidade ao trabalho, foi nomeado o primeiro diretor do escritório, o biólogo Eduardo Martins.

Aos poucos, no entanto, percebe-se que um país com as dimensões, ameaças e diversidade biológica do Brasil precisava contar com uma entidade nacional própria, que pudesse contribuir de forma mais efetiva para o debate e as soluções dos problemas ambientais. Em 1994, a equipe brasileira recebe o sinal verde para viabilizar uma estrutura própria.

No dia 30 de agosto de 1996, é criado oficialmente o WWF-Brasil, organização brasileira autônoma e sem fins lucrativos de conservação da natureza que passa a integrar a Rede WWF. Na ocasião, toma posse o primeiro Conselho Diretor do WWF-Brasil, formado por nove representantes do empresariado, ambientalismo e outros setores da sociedade brasileira.

O Brasil se tornou a 25^a organização nacional da Rede WWF e a primeira da América Latina, que inclui ainda escritórios no México, Peru, Colômbia, Bolívia e Costa Rica (responsável por toda a América Central), além de organizações associadas na Argentina (*Fundación Vida Silvestre Argentina*), Equador (*Fundación Natura*) e Venezuela (Fudena).

Os passos seguintes foram a aprovação do primeiro plano estratégico para o período 1996-2001, consolidando objetivos e metas do programa de conservação; a intensificação das ações de educação ambiental, comunicação e políticas públicas, aumentando o perfil público da organização; e o lançamento de um Quadro de Afiliados, com a abertura da entidade à participação de pessoas interessadas em apoiar as atividades de conservação. Mais de 500 afiliados foram registrados nos primeiros seis meses de funcionamento.

Hoje, o WWF-Brasil executa projetos em todo o país por meio de parcerias com empresas, organizações não-governamentais, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, desenvolvendo atividades de pesquisa e diagnóstico; proteção de espécies e de ecossistemas ameaçados; desenvolvimento de modelos alternativos de conservação e uso dos recursos naturais; capacitação e desenvolvimento de entidades parceiras; disseminação de resultados por meio de educação ambiental, políticas ambientais e comunicação; e campanhas de mobilização social.

Além da sede em Brasília, o WWF-Brasil conta ainda com outros quatro escritórios: São Paulo (SP), Rio Branco (AC), Manaus (AM) e Campo Grande (MS). Atualmente, portanto, a instituição conta com ampla estrutura para atuar em escala nacional, trabalhando na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica.

O WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não governamentais e o setor privado para proteger grandes porções da Amazônia e sua biodiversidade única, assim como seus serviços e funções ecológicas singulares. Isso é feito da seguinte maneira. As unidades de conservação de proteção integral têm como objetivo manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas. O tipo de uso permitido nessas UCs é indireto, ou seja, não pode haver coleta, consumo, dano ou destruição dos recursos naturais. Exemplos de uso indireto são a visitação e a pesquisa científica.

As unidades de conservação de uso sustentável têm como objetivo explorar o ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos. A biodiversidade deve ser mantida, assim como seus atributos ecológicos. A exploração dessas áreas deve acontecer de forma socialmente justa e economicamente viável. Exemplos de uso sustentável são o extrativismo e o manejo florestal. Áreas naturais diferentes requerem tipos específicos de status de proteção, os quais variam desde a proteção integral até a extração sustentável.

Mesmo se sua principal função não for a conservação da natureza, algumas unidades de conservação podem ser relevantes também para salvaguardar a biodiversidade, desde que tenham um bom planejamento e um bom manejo. No Brasil, um exemplo disso é o das Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Trata-se de uma categoria de unidade de conservação que permite a realização de atividades privadas dentro da área, inclusive a mineração, criação de gado e agricultura, tendo como única exigência a cautela no manejo dos recursos naturais.

7.2. Sentidos e significação no discurso do Greenpeace e WWF

Por meio das marcas textuais, identificamos os ditos e não-ditos, em especial esses últimos que representam discursos que “ficaram de fora” por algum motivo ideológico. Buscou-se descobrir o que esses não ditos significam e avaliar as propriedades do discurso, sublinhando a que discursivo pertence e a formação ideológica que dá sustentação.

Durante o processo de análise do discurso das ONGs Transnacionais Greenpeace e WWF, notou-se que os sentidos de sustentabilidade amazônica efetivam-se por meio das seguintes categorias: “globalização econômica”, “poder simbólico”, “natureza imaginária”, “autoridade científica”, “sociodiversidade artificial” e “mercantilização/ moda”. Essas

categorias surgiram durante o processo de leitura flutuante, sendo consolidadas durante a análise propriamente dita.

Destaca-se que essas categorias são conceitos-análise que tipificam as propriedades discursivas das ONGs, construindo o sentido de Sustentabilidade Amazônica por intermédio de apropriações diferenciadas. Apesar de ter considerado o conteúdo dos textos, detivemo-nos na análise do discurso e sentidos pré-existentes. Assim, analisaram-se o movimento interno dos textos, suas supressões, inclusões, saliências ou apagamentos, reveladores dos posicionamentos dos sujeitos enunciadoreis.

O *corpus* analisado está situado temporalmente entre 2010-2016 e é composto por relatórios, conteúdos dos sites institucionais, revistas, vídeos e publicações em mídias sociais. Dessa forma, foram analisados 39 textos em diferentes formatos³⁶. Alguns textos foram acrescentados até se chegar a percepção de que havia uma clara recorrência das propriedades do discurso. Ao analisar detidamente o material foi possível notar como constroem diversos sentidos sobre a Sustentabilidade Amazônica.

Entende-se os sentidos discursivos como **formações enunciativas recorrentes** no modo como as ONGs Transnacionais Ambientalistas abordam sobre a Sustentabilidade Amazônica. No interior desses sentidos, existem conformações específicas de construções discursivas, intencionalidades, propriedades e características. Os sentidos discursivos são, assim, formas de abordagem cristalizadas que se mostram circulares no posicionamento enunciativo das ONGs.

Deve-se observar, contudo, que os seis sentidos identificados não encerram outras possibilidades enunciativas, podendo existir outros sentidos diferenciados. Apresentam-se, aqui, os mais recorrentes e evidentes no corpus analisado. Os fundamentos da Análise do Discurso Francesa (ADF) nos possibilitaram reconhecer marcas e detalhes de cada sentido, possibilitando uma maior precisão e situando criticamente as inconsistências discursivas das representações existentes sobre a Amazônia.

Na linguagem das ONGs Transnacionais existem traços e vestígios do lugar de significação amazônico, portanto do discurso, de quem enuncia. São essas marcas que explicitaremos a fim de que possamos, por meio de sua evidência, descrever as propriedades do discurso que as sustentam. A escolha dos exemplos se deu em termos

³⁶Foram selecionados textos institucionais das ONGs Transnacionais, ou seja, materiais que caracterizam seu posicionamento oficial, assinalando assim um conteúdo aprovado pelas ONGs. Diferentemente, por exemplo, de textos opinativos ou matérias de jornal que tem o sujeito-autor, normalmente, assinando e identificando o texto. Dessa forma, foram selecionados Conteúdos dos sites institucionais, Publicações, Anúncios (Jornais e Revistas), Relatórios institucionais, Vídeos e Postagens em mídias sociais.

como ponto de indagação a compreensão ilustrativa do sentido de sustentabilidade amazônica adotado pelas ONGs Transnacionais.

É possível notar que as ONGs Greenpeace e WWF possuem pretensões distintas e diferentes maneiras de atuação na Amazônia. Por isso, em alguns sentidos discursivos, as ONGs diferem nas abordagens e não apresentam as mesmas características/propriedades. Essas diferenciações serão particularizadas nas considerações sobre a análise.

7.2.1 Amazônia e a globalização da sustentabilidade econômica

A Amazônia está inserida no contexto da Globalização, conforme abordamos nos capítulos anteriores desta tese, e os discursos das ONGs Transnacionais Ambientalistas Greenpeace e WWF refletem nitidamente esse fato. É possível notar que o discurso das ONGs ratifica o caráter planetário da Amazônia. Todavia, os textos analisados apontam para não-ditos e esquecimentos que podem ser percebidos na superfície lingüística.

A sustentabilidade amazônica representa distintas possibilidades de entendimento que expõe diferentes interpretações ideológicas. Nesse sentido, nota-se que a importância global da Amazônia está diretamente atrelada a uma dimensão econômica, pois ora assume o lugar de patrimônio da humanidade, ora aparece como reserva territorial estratégica. Dessa forma, a condição diferenciada da Floresta Amazônica é enunciada pelas ONGs, aglutinando uma ampla gama de interesses conformados no sistema global:

As florestas são nosso seguro de vida. As florestas são parte vital do ciclo da água, contribuindo para a formação de chuvas que abastecem várias regiões do Brasil. (GREENPEACE, Folheto sobre Desmatamento Zero – Por que precisamos de Florestas?).

*Além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo **alimentação, moradia** e medicamentos, a **Amazônia tem uma relevância que vai além de suas fronteiras**. (GREENPEACE, Site Institucional, Texto “Amazônia: Fascínio e destruição”).*

*Há muito tempo a floresta Amazônica é reconhecida como um **repositório de serviços ecológicos, não só para os povos indígenas e as comunidades locais, mas também para o restante do mundo**. Além disso, de todas as florestas tropicais do mundo, a Amazônia é a única que ainda está conservada, em termos de tamanho e diversidade. (WWF, Site Institucional, Texto “Por que a Amazônia é importante?”)*

*A boa notícia é que 80% da floresta amazônica original permanecem praticamente intactos, então ainda é possível cuidar desse **patrimônio de imenso valor para toda a humanidade**. (WWF, Site Institucional, Texto “Ainda dá para salvar a Amazônia?”)*

*Comemorada no dia 5 de setembro, a Amazônia é um dos **patrimônios naturais** mais valiosos de **toda a humanidade** e a **maior reserva natural do planeta**. Com sete milhões de quilômetros quadrados, sendo cinco milhões e meio de florestas, o bioma é fundamental para o **equilíbrio ambiental e climático do planeta** e a conservação dos recursos hídricos. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)*

*Apesar de sua **incalculável importância ambiental para o planeta**, – como o habitat de inúmeras espécies animais, vegetais e arbóreas, e como **fonte de matérias-primas alimentares, florestais, medicinais e minerais** -, a Amazônia tem sido constantemente ameaçada por inúmeras atividades predatórias, entre elas a extração de madeira, a mineração, as obras de infraestrutura e a conversão da floresta em áreas para pasto e agricultura. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)*

Esses diversos fragmentos caracterizam uma visão globalizante sobre a Sustentabilidade Amazônica. Carvalho (2009) ao tratar da globalização afirma que um aspecto notável e surpreendente que se desenvolve é a desterritorialização. Nota-se que discursivamente a Amazônia também é desterritorializada por ser uma “reserva natural” de “incalculável importância” e, por isso, trata-se de um “patrimônio de imenso valor para toda a humanidade”.

A vinculação contemporânea da Amazônia a uma espécie de discurso planetário é marcada por interdiscursos históricos. As ONGs reverberam, por exemplo, as mesmas noções de algumas declarações famosas sobre a internacionalização da Amazônia:

“Quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras”, Madeleine Albright, primeira mulher a ocupar o cargo de secretária de Estado dos EUA (1997–2001)

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais”, ex-presidente russo Mikhail Gorbachev.

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é só deles, mas de todos nós”, ex-vice-presidente dos EUA Al Gore, Prêmio Nobel da Paz.

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”, ex-presidente da França, François Mitterrand.

Nota-se, a partir da análise discursiva, que os textos das ONGs Transnacionais Greenpeace e WWF mantêm no cenário global os ideais de compartilhamento contidos nessas frases: “sem fronteiras”, “Amazônia é de todos” “Amazônia, patrimônio da humanidade”. A força do simbólico faz emergir aí a internacionalização econômica da Amazônia, às vezes mais evidente, outras vezes mais velada.

Os fragmentos dos textos ambientalistas ressaltam a importância da Floresta Amazônica sob diversos aspectos para a humanidade. Mas o que **não está dito** é que esse interesse pela floresta é essencialmente econômico, visto que as marcas lingüísticas permitem entrever o interesse financeiro nas nuances dos trechos.

Algumas marcas asseveram essa percepção, tais como “patrimônio”, “valor”, “reserva”, “incalculável”, “matéria-prima” e “seguro de vida”. Esses termos ao serem deslocados de seu contexto original, remetem aos componentes do modo de produção capitalista e suas derivações sistêmicas. Os textos analisados não abordam diretamente sobre a exploração econômica da região, mas o discurso deixa perceber o interesse financeiro por trás da preservação ambiental.

Nesse sentido, é ilustrativo o posicionamento de Cláudio Maretti, líder da Iniciativa Amazônia Viva, do WWF, ao analisar a importância da Amazônia para o Mundo e destacá-la como importante “estoque de carbono”:

The Amazon is one of the most important places on Earth. We are not only the number one in biodiversity and potable water ecosystem, but in carbon stock. And the Amazon is very important in terms of biosphere / atmosphere interaction, which means that the Amazon is crucial to the global climate. Therefore, the WWF network defines the initiative that sustainably supports and develops the entire Amazon. Save the Amazon, please!³⁷ (WWF, Video, The importance of the Amazon to the world)

Nota-se que a importância ambiental da Floresta Amazônica tem como pano de fundo a manutenção dos sistemas econômicos. As marcas discursivas possibilitam vislumbrar que a Amazônia é importante porque tem diversos recursos que podem ser explorados economicamente. Assim, “não só no campo científico, mas também no âmbito política, observa-se este olhar externo sobre Amazônia, quase sempre acompanhado de noções de que esta região significa um ‘tesouro’ para a humanidade” (DUTRA, 2009, p. 159). Apesar de o pretexto ambiental ser destacado em vários momentos discursivos, nota-se na utilização das marcas que a dimensão financeira, econômica e produtiva está manifesta no objeto discursivo.

Pelo fato de o Brasil ter um grande potencial em energias renováveis, o país poderia se tornar um exemplo investindo mais em fontes de baixo carbono e de menor impacto ambiental. Para tanto, o planejamento da expansão da nossa

³⁷ **A Amazônia é um dos lugares mais importantes da Terra. Nós somos, não somente, o número um em biodiversidade e ecossistema de águas potáveis, mas em estoque de carbono.** E a Amazônia é muito importante em termos de interação biosfera/atmosfera, que significa que a Amazônia é crucial para o clima mundial. Portanto, a rede WWF define a iniciativa que defende e desenvolve sustentavelmente toda a Amazônia. [...] Salve a Amazônia, por favor!

matriz energética deve estabelecer um equilíbrio entre aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais. A sustentabilidade socioambiental precisa ser fator central nos processos de tomada de decisão. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

Ao nortear a sustentabilidade amazônica pelo modelo *triple bottom line* (equilíbrio social, econômico e ambiental), nota-se que a ONG assume, e de alguma forma revela, o valor econômico e o sentido de sustentabilidade amazônica defendido. O modelo está sendo difundido e instituído no contexto empresarial e está subentendido no discurso ambiental.

Por exemplo, quando se fala em “imenso valor para toda a humanidade”, isso nos dá a ideia, inicialmente, de que o valor é ambiental, mas também está subentendido um valor financeiro. É tácita a concepção de que a preservação da floresta amazônica é uma necessidade do capitalismo, pois, somente assim é possível garantir a “fonte de matérias-primas alimentares, florestais, medicinais e minerais”. Essa questão nos induz ao entendimento de que a globalização econômica da Amazônia é uma necessidade de precaução financeira de um sistema altamente globalizado.

Nos textos analisados, é possível ilustrar ainda essa questão com o termo “repositório”. O termo é interessante do ponto de vista discursivo, pois refere-se a Amazônia como um lugar onde se guardam elementos que depois podem ser utilizados. Apenas para ilustrar, ressaltamos a importância econômica da Amazônia também se traduz em valores:

Hoje, a exploração mineral tem um potencial de geração de divisas na ordem de 30 milhões dólares, e a absorção de CO₂ pelos biomas amazônicos, para efeito fotossintético, que contribui para estabilidade termodinâmica do planeta, um potencial de, ao mínimo, 3 bilhões de dólares ao ano. (FREITAS, 2010, p.58)

De acordo com a matéria publicada no Jornal Diário do Amazonas³⁸, as jazidas minerais provadas de cassiterita, nióbio, bauxita, urânio, caulim, ouro e ferro no Amazonas valem cerca de US\$ 2,4 trilhões. Nesse levantamento não foram incluídas as reservas de gás e óleo, uma das maiores fontes de riquezas atuais.

O discurso das Transnacionais Ambientalistas defende que a região, por ter um conjunto de bens naturais ou semi-naturais que, dado seu valor em termos de biodiversidade, merece ser protegido pela sociedade mundial. A riqueza da região é ser um objeto-repositório, algo para ser guardado e explorado por conveniência. A Amazônia,

³⁸ Disponível em: <http://new.d24am.com/noticias/economia/minerios-sob-o-solo-do-amazonas-sao-avaliados-em-r-43-trilhes/44177>

assim, é um local de armazenamento ambiental de onde podem ser recuperados e utilizados para beneficiar diversos níveis locais, nacionais ou globais.

O discurso ambientalista destaca que a Amazônia é de suma importância pelo seu papel estratégico na manutenção do clima e de outros serviços ambientais. Assim, a globalização econômica da Floresta Amazônica pode ser vista também como um recurso persuasivo, pois desperta não somente a atenção global, mas estimula os investimentos financeiros.

Como consequência, esse discurso transforma-se em um apelo para que as pessoas, empresas e governos de outros países possam investir também nessa preservação. O fato de dizer que é importante para a humanidade torna-se um elemento impulsionador de doações nacionais e internacionais:

O Dia da Amazônia foi uma forma que encontramos para chamar a atenção sobre a importância das áreas protegidas, entre as quais estão as unidades de conservação e as terras indígenas. A maior parte destas áreas fica na região amazônica. Protegê-las é a garantia de água, alimentos, biodiversidade e segurança climática para milhões de brasileiros”, destacou Carlos Nomoto, secretário-executivo do WWF-Brasil durante a celebração no Rio. (WWF, Site Institucional, Texto “WWF chama a atenção do mundo para conservação da Amazônia”)

*As florestas **garantem** um dos mais essenciais elementos para a vida: a água. As grandes florestas, como a Amazônia, liberam umidade na atmosfera que **garante** boa parte da chuva que cai sobre nosso território. Essa chuva é fundamental para encher nossos rios e reservatórios, **garantindo** água nas nossas torneiras. Nas beiras de rios, as florestas protegem o solo e evitam a devastação das nascentes de água. Se queremos água fresca nas nossas torneiras, temos que preservar nossas florestas”. (GREENPEACE, Campanha Salve as Florestas, Texto “Desmatamento zero é a esperança”)*

Pode-se interpretar que a Amazônia é uma garantia econômica, uma espécie de plano de contingência (ou um “seguro de vida”, como é apontado no texto do Greenpeace) no qual se pode contar em circunstâncias imprevistas. A concepção da Amazônia como “garantia” está estreitamente associada aos interesses externos, em especial nas redefinições geopolíticas das relações internacionais, com enfoque econômico e político.

Ademais, o discurso globalizante das ONGs Transnacionais tem vários constituintes simbólicos, visto que ao desterritorializar ambientalmente a Amazônia as ONGs responsabilizam a região e seus atributos pela possível “salvação” ou “condenação” mundial, é como se todos os problemas do mundo convergissem ou pudessem ser resolvidos com a proteção da Floresta Amazônica. Freitas (2006, p.78) corrobora essa perspectiva ao destacar que “a representação simbólica da Amazônia é uma perspectiva

subjetiva que atravessa todas as culturas mundiais e que não tem preço, é como se o destino da Amazônia fosse de responsabilidade de cada um dos habitantes da Terra”.

Silva (2000) destaca que as relações entre a Amazônia e a economia mundial estão em constante integração ocasional. “Como espaço hierarquizado da economia mundial, a Amazônia é um lugar de metamorfoses dessa própria economia, ora assumindo o dinamismo da condição de estar integrada às operações desse processo, ora em estado de ‘pousio’, de aparente latência na aceitação da exclusão” (SILVA, 2000, p. 141)

A crise pela qual vive o sistema econômico mundial demonstra que a Amazônia é um investimento em longo prazo que pode ser potencializado. Nos discursos do Greenpeace e WWF, nota-se que a ideia de repositório ecológico da Floresta Amazônica representa a valoração da região e uma estimativa potencial de exploração econômica, haja vista os recursos naturais e ecológicos que despertam interesses geopolíticos.

Diversos organismos internacionais e multilaterais investem em projetos das ONGs Transnacionais, conforme os relatórios disponibilizados nos seus sites institucionais. Por exemplo, as contribuições do Greenpeace Internacional, segundo o relatório financeiro de 2014, foram 53% da receita total, já as origens das receitas do WWF no Brasil são 51% advindas da Rede WWF-Conservação Internacional.

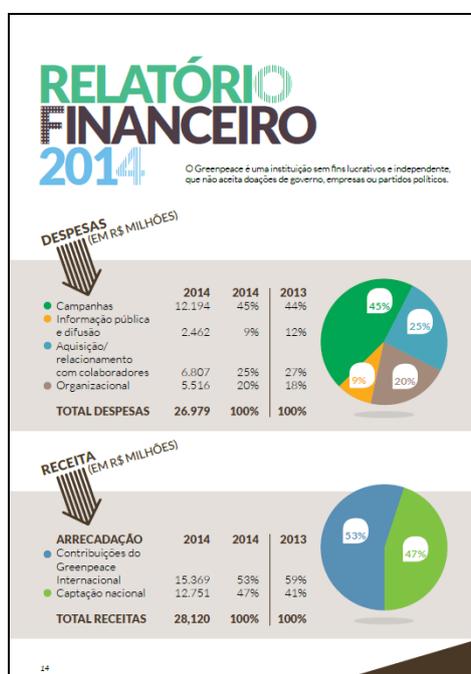


Fig. 2 Relatório Financeiro do Greenpeace
Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil>

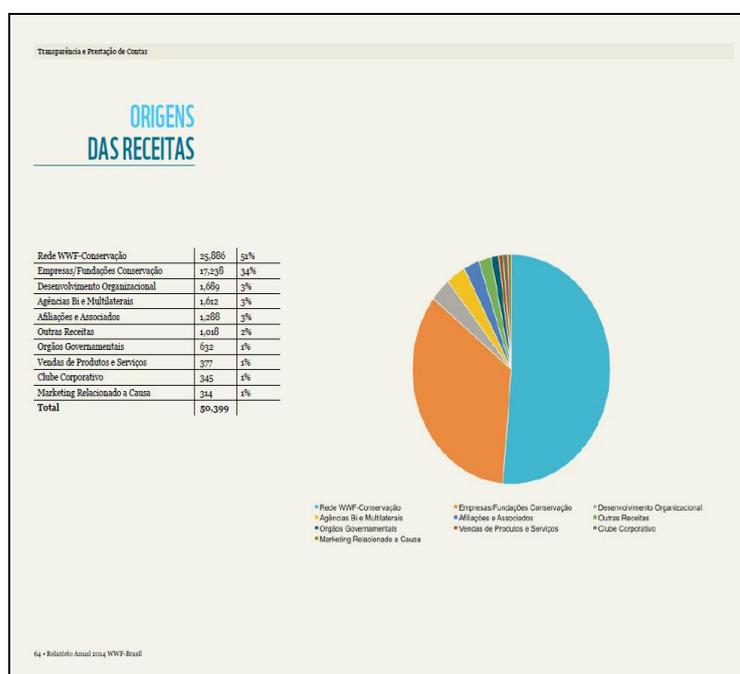


Fig. 3 Relatório do Financeiro WWF
Fonte: <http://www.wwf.org.br/>

A proteção da Floresta Amazônica é um investimento atraente, tendo em vista a captação de recursos e vultosos capitais. Como atores internacionais, as ONGs Transnacionais estão relacionadas diretamente aos sistemas que regem as relações econômicas e estão no espectro da globalização econômica da Amazônia.

O discurso dessas ONGs permite entrever que o capital globalizado se interessa na valorização econômica da Amazônia e na obtenção dos seus possíveis lucros. Assim, a perspectiva de uma compreensão global da Amazônia corresponde a uma determinação financeiro-capitalista que se atualiza como uma necessidade de proteger a região. Em decorrência dessa questão econômica estão diversas variações de poder, que serão destacadas a seguir.

7.2.2. As nuances do poder no discurso das ONGs Transnacionais

O lugar de fala das ONGs Transnacionais foi construído por meio dos recursos midiáticos e ações ativistas, assim, elas se utilizam desses espaços para demonstrar que tem conhecimentos sobre a questão ambiental. Construíram um lugar de fala global de autoridade ambiental por meio do conhecimento científico, poder político e poder simbólico. Segundo Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante (conhecer o mundo), na medida em que são também estruturados.

O poder simbólico, dessa forma, é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo, uma concepção temporal-espacial que gera uma concordância social (BOURDIEU, 1989). Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p.14)

No que diz respeito à questão ambiental na Amazônia, o Greenpeace e WWF podem ser considerados “elites simbólicas”, pois “possuem relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso dentro de seu domínio de poder e determinar

tópicos, estilo ou forma de representação de um discurso” (DIJK, 2015, p.45). Esse poder simbólico é reforçado pela capacidade dessas organizações em projetar imagens positivas de si, seja nas ações ativistas ou nas plataformas midiáticas, persuadindo, propagando ideias, enfim, lançando “luzes” sobre seus elementos identitários.

Em comparação com outras entidades ambientalistas, essas ONGs possuem um poder de influência midiática elevado³⁹, sendo, inclusive, citadas por veículos noticiosos nacionais e internacionais como referência em pesquisas realizadas sobre a Amazônia. Elas divulgam notícias e relatórios sobre os mais diversos aspectos da região, emitindo pareceres sobre a situação presente e futura. Elas são uma das principais “fabricantes” do conhecimento ambiental sobre a Amazônia.

Por meio da análise da superfície discursiva, constatou-se que as ONGs Transnacionais Ambientalistas exercem uma notória influência discursiva sobre a sustentabilidade amazônica exercida por meio das argumentações contidas nos sites institucionais, mídias sociais, vídeos e relatórios. O poder simbólico delas é considerável, ainda que exercido dentro de limitações de espaço e tempo.

Exercem, assim, o poder com base no capital simbólico (BOURDIEU, 1989), porque detém o poder social que é produzido de forma interativa, com base em projeção midiática e composição de redes ambientais. Ao analisar discursivamente as ONGs Greenpeace e WWF, é possível notar distintas marcas textuais que caracterizam diferentes espectros do poder nas argumentações, além do poder simbólico.

Dentro de uma perspectiva ampla, pode-se elaborar uma síntese das formas como o Greenpeace e WWF utilizam-se do poder discursivo, ou seja, como o poder é exercido através do discurso como forma de interação social:

- **Demonstram um conhecimento sobre a região.** Obtém-se uma influência direta sobre os interlocutores quando, por meio de discursos que possuem funções pragmáticas, demonstram conhecer as problemáticas ligadas à Amazônia. Assim com frequência esse poder institucional é corroborado pelo discurso científico.
- **Projetam informações sobre as questões ambientais da Amazônia.** Buscam influenciar as opiniões dos públicos por meio de informações e

³⁹ Para se ter uma ideia do potencial midiático das ONGs, o número de seguidores no Facebook, em janeiro de 2017, no perfil do WWF-Brasil era de 444.370 usuários, já o Greenpeace possuía mais de 3 milhões de internautas.

esclarecimentos. O poder dessas informações sobre a Amazônia é capaz de moldar o consenso, fornecendo condições para uma dominação simbólica.

- **Evidenciam as relações com organismos internacionais, órgãos públicos, empresas e demais instituições.** Ao destacar as parcerias realizadas busca-se mostrar as redes de poder efetivamente construídas e com as quais se pode ligar a fim de conseguir efetivar suas intenções.
- **Apresentam uma articulação política asseverada pela influência midiática.** Baseia-se ainda nos recursos econômicos, políticos e financeiros ou em geral institucionais e exerce por meio de mecanismos retóricos.
- **Utilizam a denúncia como discurso legitimador da influência.** A denúncia funciona como uma determinação explícita de um poder de influência.

As ONGs Trans constroem uma Amazônia, buscando conferir a sua visão a legitimidade necessária para continuar realizando suas atividades. Elas, assim como outros agentes que atuam na região, “tentam propor/impor a sua visão do que seja a verdade da região como sendo a verdade da região. Esse jogo de verdades é parte do jogo de poder que se trava na e sobre ela” (GONÇALVES, 2001, p. 17)

O jogo de poder simbólico está na projeção de uma imagem de domínio situacional sobre a questão ambiental, sendo um componente importante do exercício e da manutenção do poder o conhecimento sobre a região. Nesse sentido, é exemplar a fala da secretária geral do WWF no Brasil, pois se demonstra que a referida ONG tem um capital intelectual acumulado sobre as problemáticas que envolvem a sustentabilidade amazônica.

“O Dia da Amazônia é um dia de celebração”, ressalta a secretária geral do WWF-Brasil, Maria Cecília Wey de Brito. “Nós temos conhecimento sobre os problemas e desafios do bioma, mas muito mais sobre as ferramentas que precisamos para vencê-los e quais os resultados que devemos atingir. Nosso trabalho tem se pautado na proposição de uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável do bioma”, avalia. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

No caso específico do texto em análise, na superfície do discurso, o WWF evidencia a existência de uma rede de relações de poder que envolve a influência sobre as políticas públicas de meio ambiente e sustentabilidade. Equiparando-se aos órgãos

governamentais, a ONG evidencia a dimensão política e o potencial intervencionista na região amazônica.

O discurso ultrapassa, assim, o sentido ambiental e caracteriza a busca pela legitimidade política na região amazônica. Pelo que se nota, a ONG representa, no campo de força política, um agente que detém um poder representativo nesse campo de disputas. Caso contrário, sem as articulações políticas com diferentes atores sociais, não seria possível propor uma “agenda positiva para o desenvolvimento sustentável do bioma”. Abaixo outros exemplos que ilustram o potencial poder das Transnacionais Ambientalistas:

Hoje, na Amazônia, a pecuária é responsável por 80% do desmatamento. O Greenpeace investiga e denuncia quem faz parte dessa cadeia de produção de carne. Os consumidores já deram seu recado, não querem produtos originários de desmatamento. Junte-se ao Greenpeace e seja também você parte da solução. Acesso nosso site. (GREENPEACE, Anúncio publicitário da Campanha Desmatamento Zero, Cortes de Carne)

O Greenpeace está presente na Amazônia desde 1999, e de lá para cá foram muitas vitórias. Em 2003 conseguimos barrar o comércio de mogno, incluindo esse tipo de madeira na lista internacional de espécies ameaçadas. Em 2004 auxiliamos o povo Deni no processo de autodemarcação de suas terras, o que impediu que a madeireira malaia WTK explorasse 151 mil hectares de florestas onde viviam os indígenas, e na criação de unidades conservação na terra do meio no Pará. (GREENPEACE, Site Institucional, Texto “Amazônia, sua linda!”, 2015)

Nesses trechos, fica subentendido o poder intervencionista da ONG e a possibilidade de auxiliar em diversos tipos de investigações, incluindo-se as criminais. Essa questão amplia em muitos aspectos a dimensão de poder, se considerássemos mais detidamente as posições políticas em torno da compreensão de Amazônia, posto que as atuações dessas organizações possuem relações institucionais mais estreitas, quer se trate do âmbito governamental, quer se trate do âmbito de empresas privadas e de outros interesses.

Nota-se que o poder simbólico das ONGs Transnacionais é derivado de outros tipos de poder, tais como o poder político, econômico-financeiro e midiático. As ONGs são naturalmente midiáticas e por isso detém uma inserção nos meios de comunicação social muito grande. As redes de relacionamentos políticos das ONGs são enormes e, por isso, estão atreladas a todos os setores. Por conseguinte, obtêm recursos financeiros externos com bastante facilidade, caracterizando seu empoderamento.

O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia? O WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não governamentais e o setor privado para proteger grandes porções da Amazônia e sua biodiversidade única, assim como seus serviços e funções ecológicas singulares. (WWF, Site Institucional, Texto “O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia?”)

O poder das ONGs se concentra no poder simbólico que se traduz em formas de dominação que resultam na criação de uma imagem de herói ou guardião da floresta amazônica. Esse poder simbólico se traduz em influência política, capital intelectual e relacionamentos estratégicos. Enquanto “elite simbólica” as ONGs Transnacionais reproduzem os ideais de sustentabilidade amazônica, produzindo um aparato ideológico que permite a manutenção de um poder simbólico e informacional.

O poder das ONGs não aparece apenas na dimensão simbólica, mas é relevante a força política demonstrada nos discursos. O poder intervencionista das ONGs é expresso diretamente por meio do desenvolvimento de diagnósticos situacionais, elaboração de planos, projetos e programas de intervenção ecológica e realização de assessoramentos e recomendações de políticas de desenvolvimento sustentável para a região. Essa influência pode ser percebida nas formas de reprodução do discurso, especificamente nos registros de atividades dos relatórios:

Nos últimos 50 anos, a floresta perdeu 17% de sua cobertura. O WWF foi uma das primeiras organizações a desenvolver uma visão de conservação e desenvolvimento sustentável para o bioma Amazônia como um todo, reconhecendo pressões e oportunidades em nível nacional e nas fronteiras. (WWF, Relatório Anual 2014)

Esse poder não se limita à articulação em si, mas ao modo de influência: eles podem determinar a agenda de discussões públicas, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, agendar assuntos ambientais e o que deve efetivamente ganhar destaque sobre a Amazônia. O potencial de captação de recursos (capital econômico), os conhecimentos sobre a Amazônia (capital intelectual), as relações sociais (capital social) são convertidas em recursos de dominação simbólica. Como explicitado anteriormente, o poder simbólico é uma forma de poder ideológico.

As ONGs não são independentes dos outros grupos de poder, em sua maioria econômicos e políticos. Esses grupos de poder (governo, empresas e ONGs...) também possuem os meios diretos e indiretos para controlar a produção simbólica como também possuem suas próprias estratégias para a fabricação da opinião.

O sentido discursivo denota que as ONGs Transnacionais buscam a legitimidade de suas ações e a conseqüente aceitação social. Isso está nas marcas lingüísticas das organizações. O poder das ONGS se aplica ao discurso como prática social, sendo que ajuda a reproduzir conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias sobre a Amazônia.

O discurso pode influenciar diretamente outros enunciados, posicionamentos e ações por meio da construção simbólica de uma Amazônia imaginada. Como os textos das ONGs podem levar à informação ou confirmação de preconceitos e estereótipos sobre a região, que por sua vez podem levar a construção de em outros contextos, que podem contribuir com a reprodução discursiva da Amazônia.

Garantir que os interlocutores estejam bem informados sobre as questões ambientais da região pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses simbólicos das ONGs. Ademais, as ONGs têm poder porque ocupam uma posição social marcada por apoio governamental, recursos financeiros internacionais e apoio de parcela da população por meio das ações midiáticas. Nota-se que o discurso delas é marcado por essas demonstrações de poder.

Tal questão nos direciona a outra estratégia de poder utilizada pelas ONGs Transnacionais, em especial pelo Greenpeace, é o **Discurso Denúncia**. Nesses textos, as ONGs denunciam crimes contra a fauna e flora amazônica, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, poluição e outros crimes ambientais. Além disso, apontam acusações sobre empresas, administração ambiental e denúncia sobre o favorecimento de políticos. Nas exemplificações expostas nota-se que existem formas discursivas diferenciadas, mas que ambas servem para denunciar um fato ambientalista.

As denúncias buscam levar os crimes ou irregularidades ambientais ao conhecimento público, em especial para os interlocutores. As mensagens denunciativas buscam ainda sensibilizar os seguidores para que tomem alguma atitude. As atualizações desta categoria pretendem convocar, chamar, mobilizar os seguidores em prol de uma ação específica.

Esse tipo de discurso marca a natureza ativista das organizações. É comum, por exemplo, nos sites de mídias sociais encontrar denúncias sobre questões ambientais, de forma que essa categoria consiste também na sensibilização dos interlocutores. Mensagens com denúncias permitem o acesso a novas informações, a novas discussões e, por isso, auxiliam nas mobilizações.



Fig. 4 Greenpeace denuncia a empresa Siemens
Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>



Fig. 5 Denúncia sobre aumento do desmatamento
Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

Existem vários exemplos dessas denúncias feitas sobre a questão ambiental na Amazônia. Destaca-se que algumas dessas denúncias também apresentam diversos apagamentos discursivos feitos de forma conveniente para a construção de sentidos sobre a Floresta Amazônica.

Um dos mais emblemáticos casos é o protesto contra a construção de hidrelétricas na Amazônia. O relatório “Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo”, lançado em abril de 2016, aponta cenários diversos e demonstra que a combinação de investimentos em energia eólica, solar e biomassa poderia substituir projetos de novas hidrelétricas na Amazônia.

A ONG denuncia o projeto de criação da segunda maior usina prevista para a Amazônia, depois de Belo Monte, que fica no Xingu. De acordo com a organização não-governamental, se construída a usina no Sul do Pará irá alagar uma área de floresta classificada como de biodiversidade excepcional. Há também impactos sociais negativos, já que vai afetar, por exemplo, terras dos índios Munduruku. Ela é a maior de um complexo de cinco barragens previstas para a área, num total de cerca de 40 hidrelétricas planejadas ou em construção na região do Tapajós.

O relatório lembra também que as hidrelétricas em florestas tropicais emitem uma quantidade considerável de gases de efeito estufa, entre eles o metano, devido a degradação da floresta alagada. Nesse contexto, foram realizadas diversas ações ativistas com o intuito de impedir a empresa Siemens de envolver nos citados projetos hidrelétricos.

A empresa é uma das principais fornecedoras de equipamentos para usinas hidrelétricas no mundo. O texto a seguir é de um vídeo divulgado para estimular internautas a se posicionar contra a situação:

*A Siemens finge que se preocupa com a natureza, mas se envolve na destruição da Amazônia.
A empresa poderá participar da construção de uma hidrelétrica devastadora, que vai por em risco o povo Munduruku e milhares de animais.
Ela já cometeu esse erro antes. Belo Monte de...
A Siemens é uma das maiores produtoras de turbinas eólicas do mundo e se orgulha de ser verde.
Quem é verde não destrói!
Diga para a Siemens escolher o planeta ao invés do lucro, antes que seja tarde demais para a Amazônia.
Mande uma mensagem para Siemens.*

Na avaliação do Greenpeace, a construção de hidrelétricas na Amazônia é uma falsa solução para o crescimento do país, pois não significam energia realmente limpa ou sustentável. O relatório cita desrespeitos a Direitos Humanos, impactos profundos na biodiversidade, questões sobre os indígenas e comunidades tradicionais, além da violação de leis e acordos internacionais. Menciona também denúncias de corrupção na construção de Belo Monte, que surgiram durante a Operação Lava Jato⁴⁰. A questão da Sustentabilidade Amazônica é , ao que nos parece, muito mais complexa e ampla, envolvendo as questões discutidas na Seção 4 desta Tese. Outro exemplo de discurso denúncia é o que segue:

*Locutor [off]: Chega de perder tempo.
Locutor [com efeito na voz]: Desmatamento na Amazônia.
Locutor [off]: Já derrubamos três estados de São Paulo inteiros e continuamos a cortar, cortar, cortar [repete com ênfase]
Locutor [off]: 6000 Km² por ano. E o que é que rola? O governo não assume. O governo some e não assina o desmatamento zero.
Locutor [off]: É simples: madeira cai, desmatamento sobe [repetido duas vezes].
[Som de mugido de vaca]
Locutor [off]: Ok, 62% da área desmatada na Amazônia é para criar gado.
[Som de mugido de vaca]
Locutor 2: É cambada.. a vaca vai pra mata e a mata vai pro brejo.
Locutor 2: ah e tem a água criancada [som de crianças gritando], grande parte da água que molha o país vem da? [pergunta e responde em seguida] Floresta Amazônica.
Desmatou secou, sacco?
O Brasil já tem uma França de áreas devastadas que podem ser recuperadas.*

⁴⁰ A operação Lava Jato teve início em 17 de março de 2014, sendo considerada até então (2017) a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. O nome Lava Jato faz referência a uma rede de lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília que era utilizado por uma das organizações criminosas investigadas inicialmente para movimentar dinheiro ilícito. Fonte: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>.

*O que a gente quer? Simples. Agropecuária sem desmatamento, sem desaparecimento de espécies.
Que espécie de gente a gente é? Somos da raça os moralistas ou vamos dar razão ao meio ambiente?
O agronegócio é o seguinte: desmatamento igual ao aquecimento global;
E se a chuva some? Sem água não tem comida. Mas a gente não quer só comida, índio não quer só apito, a gente quer desmatamento zero, a gente quer unidades de conservação em terras indígenas, a gente quer uso das áreas degradadas, a gente quer Agricultura Familiar, a gente quer fazendas cadastradas.
Mais de 1 milhão de pessoas já assinaram pedindo a lei do desmatamento zero. E você? Assina em baixo? Se o tempo é de acabar com o desmatamento, chega de perder tempo. Pressione verde. Aperte o mouse para apertar os candidatos.*

O texto representa uma linguagem efusiva que se caracteriza por uma denúncia geral. Por meio de uma linguagem visual psicodélica, bastante colorida e com ênfase em diferentes locuções apresenta um discurso em tom de denúncia sobre a Amazônia. O vídeo destaca a ineficiência do estado em conter o desmatamento e a inoperância de um sistema governamental.

Um dos principais inimigos da Floresta Amazônica seria o gado, de acordo com o discurso do vídeo. Novamente fica implícita a idéia de que a Floresta é como se fosse um repositório de serviços que deve ser utilizado para garantir. O vídeo apresenta uma série de reivindicações, mas essas proposições são vazias de sentido prático, visto que não há efetivamente propostas que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Simplificar ao dizer que o problema do desmatamento é apenas a questão do gado é apagar a complexidade da Amazônia e apresentar um “vilão” comum para ser combatido.

Nota-se que O discurso das ONGs Transnacionais inclui interesses contraditórios, de entes, instituições e estruturas, mecanismos privados e coletivos, expressões geopolíticas, ideológicas e econômicas. Conforme Baldissera e Kaufmann (2013, p.65), “se um sujeito dotado de poder simbólico, discursa sobre algo que a alteridade desconhece, ou conhece pouco, é provável que tome o discurso como ‘verdade’, pois quem fala, o diz de um lugar de autoridade”. Pode-se notar que na sociedade atual, globalizada pelas tecnologias, grandes ONGs Transnacionais ocupam posição de destaque na questão ambiental.

A forma de influência pode ser muito mais difusa, complexa, global, contraditória, sistemática e quase não percebida pelos envolvidos. Os membros das ONGs podem estar convencidos de que seu discurso apenas busca proteger a Amazônia, mas não se dão conta das conseqüências simbólicas que podem persuadir, doutrinar ou manipular as pessoas.

As pessoas são influenciadas pelas informações divulgadas sobre a Amazônia pelas ONGs. Mas a sua compreensão dessas informações e a maneira como mudam suas

opiniões ou atitudes dependem de suas próprias atitudes ou ideologias prévias, como também das experiências pessoais.

A partir das análises discursivas, nota-se que as ONGs utilizam-se de um poder simbólico a fim de influenciar, persuadir e controlar seus interlocutores. Esse poder simbólico assenta-se na demonstração de outras nuances do poder (político, econômico, financeiro). Então essa forma de poder realmente se torna efetivo por fornecer acesso especial aos meios governamentais.

As ONGs demonstram ter um poder de influenciar diretamente nas questões amazônicas, em especial sobre o desenvolvimento sustentável. Nota-se que esse poder As ONGs devem ter um entendimento acerca de quais são as prováveis ou possíveis conseqüências simbólicas de seus discursos sobre as representações da sustentabilidade amazônica. A utilização do poder simbólico pelas ONGs influencia os diversos interlocutores a adotar ações, medidas a favor de determinada causa.

Essa notoriedade as transforma em referências na questão da sustentabilidade amazônica, evidenciando um processo de empoderamento discursivo. Pode-se verificar isso nos exemplos citados, demonstrando um poder informacional decorrente da “conscientização ambiental” sobre a Floresta Amazônica.

Igualmente, a visibilidade midiática permite a influência sobre as questões amazônicas, formando uma consciência coletiva e, por outro lado, suscita uma autoridade política. Isto significa que o poder simbólico das ONGs é uma forma metamorfoseada, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (político, econômico e social).

7.2.3. A proeminência da natureza exótica no discurso ambiental

Na superfície lingüística das ONGs Transnacionais, um dos principais sentidos da Sustentabilidade Amazônica está atrelado ao exotismo da natureza. Dessa forma, elas contribuem decisivamente para mistificar a região e estimular um imaginário simbólico na perspectiva global. Esse aspecto pode ser notado, inclusive, na representação visual de “Amazônia” que está nos sites oficiais do Greenpeace e WWF no Brasil:



Fig. 6 Greenpeace sobre a Amazônia
 Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil>



Fig. 7 WWF sobre a Amazônia
 Fonte: <http://www.wwf.org.br/>

Essas projeções imagéticas, particularmente freqüentes, ajudam a cristalizar uma noção de meio ambiente amazônico marcado apenas por florestas, gerando implicações simbólicas no cenário global. A visão que se apresenta é de uma enorme “santuário verde”, caracterizado por uma extensão uniforme de floresta cortada por rios. Trata-se de uma afirmativa visual que funciona discursivamente como uma pré-noção sobre a região, remontando a um ideal de paraíso.

Outro exemplo ilustrativo dessa predominância verde foi a ação realizada pelo WWF-Brasil para comemorar o Dia da Amazônia, em 5 de setembro de 2015. A ONG projetou imagens⁴¹ da floresta amazônica sobre o Cristo Redentor. O intuito da ação, segundo a entidade, foi alertar sobre a importância das unidades de conservação e terras indígenas.

⁴¹ As imagens utilizadas foram dos seguintes fotógrafos brasileiros: Adriano Gambarini, Edward Parker, Zigg Koch e Leonardo Milano.



Fig. 8 Ação Ativista do WWF no Brasil – Comemoração do Dia da Amazônia (2015)
Fonte: <http://www.wwf.org.br/>

No mesmo dia, como parte da campanha, em um telão em frente à Catedral de Colônia, na Alemanha, também foram projetadas imagens do fotógrafo Sebastião Salgado, coletadas por ele na Amazônia e que integram sua “Gênesis”. Essas ações exemplificam a midiaticização do verde amazônico e induzem a uma percepção mundial de que a Amazônia é notadamente e somente “Floresta”. Trata-se de um evidente esforço reducionista, significando a simplificação do complexo ambiente social e cultural amazônico. Pode-se notar como o não-verbal mobiliza sentidos sobre a Amazônia, funcionando como um importante ativador de interdiscursos.

Essa percepção sobre a Amazônia é, sem dúvida, simplista e superficial. Gonçalves (2001, p.19) corrobora ao destacar que “a Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como natureza, como floresta, como atrasada, como reserva de recursos”. Nota-se que a visão que as ONGs Transnacionais projetam da Amazônia é justamente essa, uma Amazônia homogênea, simplificada. Na verdade, trata-se de um ambiente extremamente complexo e dinâmico.

No aspecto físico, por exemplo, a região é grandemente heterogênea, não se constituindo somente de florestas. Destacam-se os campos alagados das Ilhas de Marajó os extensos manguezais do litoral amapaense, ademais “é possível encontrarmos em meio a própria floresta extensas áreas de campos (cerrados), como os campos de Rio Branco, em Roraima, no Médio Amazonas ou no Amapá.” (GONÇALVES, 2001, p. 42).

Por meio das marcas lingüísticas identificadas nos textos, a Amazônia é representada como “**natureza exótica**”, tendo na sua biodiversidade uma riqueza inexplorada; de “**natureza exuberante**” quando das argumentações adjetivam determinadas espécies; e de “**natureza mística**” como recurso para salvar a humanidade ou curar doenças. A natureza exótica pode ser exemplificada com o seguinte texto do Greenpeace:

*The Amazon is a vast and majestic rainforest teeming with an estimated quarter of all known land species. The jaguar, the pink river dolphin, the sloth, the world's largest flower, a **monkey the size of a toothbrush** and a **spider the size of a baseball** are just a few of the species that we know about - there are many more yet to be discovered⁴² (GREENPEACE , Site Institucional, Texto “Amazon”).*

Trata-se de um discurso de espetacularização produzido por uma visão eurocêntrica e ainda hegemônica. A linguagem evidencia os atributos exímios da Amazônia, destacando-se alguns que estão nos interdiscursos coloniais e no imaginário global da região. É possível comparar essa caracterização do Greenpeace aos primeiros relatos dos viajantes sobre a região no início do século XVI, as comparações instigantes que relatavam uma floresta repleta de espécies, com rica fauna e flora.

Nota-se que esse discurso da natureza imaginária dos viajantes ecoa ainda hoje no discurso das ONGs Transnacionais. Ao comparar um macaco com uma “escova de dente” e uma aranha ao tamanho de uma “bola de beisebol” busca-se estimular uma perspectiva fantasiosa e espetacular. O discurso do Eldorado, a mística regional encontra-se aqui novamente ressignificada no discurso do Greenpeace.

Outra apropriação é a noção de que “há muito mais a ser descoberto”, tornando a Amazônia um convite para novas “expedições” a fim de reconhecer aquilo que ainda está escondido. Do mesmo modo ocorre uma retomada histórica as informações dos viajantes aos seus patrocinadores, informando das possibilidades a serem descobertas ou desmistificadas.

A ideia que se completa é que a Amazônia sempre será uma incógnita global. Gonçalves (2001, p. 25) destaca que assim a “Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários. Assim a

⁴² Tradução Livre: “A Amazônia é uma vasta e majestosa floresta tropical repleta de um quarto estimado de todas as espécies terrestres conhecidas. O jaguar, o golfinho cor-de-rosa, a preguiça, a maior flor do mundo, **um macaco do tamanho de uma escova de dente e uma aranha do tamanho de uma bola de beisebol** são apenas algumas das espécies que conhecemos - **há muito mais a ser descoberto**”.

Amazônia nunca é; é sempre o vir a ser”. No discurso ambiental em análise esse “vir a ser” está atrelado ao potencial de exploração futura, uma reserva de recursos.

Quando se trata da Amazônia, nota-se que são mobilizados conceitos históricos do período da sua formação territorial, denotando uma visão de natureza colonialista e a ser explorada. O discurso evidencia ainda que há muita coisa oculta na região, instigando assim a curiosidade e a imaginação dos que tem acesso aos textos. A natureza amazônica qualificada como exótica é uma das questões centrais no discurso das ONGs.

Schweickardt (2014, p.121) afirma que “a ideia de uma Amazônia como ‘selva’, lugar exótico, por vezes inóspito, selvagem a ser domesticado, surge embutida no processo de invenção da própria noção de Amazônia.” Essas concepções sobre a região, segundo a autora, são “disseminadas desde o período colonial pelos viajantes, expedicionários, missionários, cientistas que por lá viveram ou passaram, tornaram-se a base conceitual do que muito tempo depois viria se concretizar na categoria Amazônia”

A região amazônica sempre foi explorada sistematicamente pelo saber especializado, desde o século XVI, com a catalogação e classificação dos viajantes e cronistas a serviço das regências européias. De acordo com Almeida (2008, p. 19) a herança da “literatura dos viajantes” e cronistas ou “literatura dos naturalistas” é a contribuição de um esquema de interpretação da Amazônia. Souza (2009, p. 87) complementa ao destacar que a importância dos relatos foi “em grande parte, a orientação, classificação e interpretação da região como literatura e ciência”.

O discurso das ONGs projeta também uma “**natureza exuberante**” que desperta a atenção não só pelos seus superlativos, mas também pelos seus desconhecidos e imagináveis potenciais de biodiversidade. Um recurso lingüístico empregado são os números, dados e comparações:

*Do alto, do solo ou da água, a Amazônia é um **impacto para os olhos**. Por seus 6,9 milhões de quilômetros quadrados em nove países sul-americanos (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) espalha-se **uma biodiversidade sem paralelos**. É ali que mora metade das espécies terrestres do planeta. São aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 de mamíferos. Os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões. (GREENPEACE, Site Institucional, Texto “Amazônia: Fascínio e destruição”)*

*O bioma Amazônia é quase do tamanho da bacia, com 6,7 milhões de km². A maior parte desse bioma – 60,1% – está em território brasileiro. Para se ter uma **ideia de sua grandiosidade, se a Amazônia fosse um país, seria o sétimo maior do mundo**. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)*

*A Amazônia abriga um número enorme de plantas e animais existentes no planeta e a maior parte dessas espécies **sequer foi estudada pelos cientistas**. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)*

*Com mais de 6.400 km de extensão, o rio Amazonas é o **segundo rio mais longo do mundo** (o primeiro é o Nilo, na África). Esse **corpo d’água colossal**, alimentado por muitos afluentes, é o eixo da bacia hidrográfica Amazônica e desce do alto dos Andes até o oceano Atlântico, onde deposita suas águas. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)*

O primeiro fragmento, em especial, caracteriza a Floresta Amazônica, focalizando uma visão especialmente externa da região com o intuito de impressionar. A expressão “é ali que mora” caracteriza uma visão exterior, um claro distanciamento do sujeito-observador sobre a Amazônia. A visão da descrição mostra apenas os números e dados exuberantes, esquecendo-se do fator humano na caracterização.

Nota-se que a linguagem utiliza-se de certo exagero com intuito de transmitir uma ideia imaginária, em especial ao afirmar que são “milhões de insetos” na Amazônia. As marcas linguísticas “impacto para os olhos” e “biodiversidade sem paralelos” auxiliam na criação de um cenário espetacular e são também sugestões simbólicas de um El Dorado.

Esse discurso estimula uma interpretação da Amazônia espetacular e significa um deslumbramento pela riqueza natural. Para o interlocutor, é um texto que estimula não só a curiosidade sobre a Amazônia, mas também o fascínio e a fantasia. Existe, assim, o estímulo ao imaginário amazônico como sendo uma região notadamente “verde”. “A imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é uma natureza pujante, praticamente indomável, que a história nos legou intocada” (GONÇALVES, 2001, p. 20)

Esses recortes demonstram algumas idealizações sobre a Amazônia, tal como o fato da região ser um espaço ainda pouco explorado e conhecido capaz de possibilitar benefícios ainda não imaginados pelo ser humano. Novamente nota-se a recorrência de elementos que configuram representações parecidas com aquelas do relato dos viajantes, uma Amazônia imaginada quase que da mesma forma, agora com dados científicos que buscam corroborar o imaginário coletivo global.

As marcas analisadas no discurso do WWF e Greenpeace ressaltam características da Amazônia, buscando impressionar os interlocutores. A superfície do discurso mostra

A animação é uma forma interessante para a construção de olhares sobre questões ambientais e a Amazônia. Com esse tipo de recurso, nota-se que existe a intenção das ONGs de abordar uma perspectiva criativa sobre a Sustentabilidade Amazônica. Apesar desse tipo de material ser disponibilizado para todos os públicos, nota-se que o mesmo destina-se prioritariamente para um público infanto-juvenil.

Contudo, o discurso utilizado na animação em questão apresenta-se equivocado, visto que destaca “os vilões” e inimigos da floresta, colocando a culpa na “vaca malvada” e no operário, sem explicar a questão de forma mais aprofundada é uma forma pueril de tratar a questão. Sabe-se que o verdadeiro destruidor da floresta não é um sujeito propriamente dito, mas sim um sistema de consumo arraigado na sociedade, subsidiado por interesses econômicos, políticos e empresariais.

Sobre a concepção da Amazônia, acredita-se que a animação também reproduz uma visão da Amazônia inventada pelos viajantes. É uma visão fantasiosa da região que se reproduz também nessa versão midiática. Assim, tem-se que o público infanto-juvenil também terá uma visão reducionista da Amazônia, contribuindo na formação de um adulto pouco informado sobre a região.

Além do exotismo e exuberância da floresta, o discurso das ONGS Transnacionais evidencia a **natureza mítica**, fazendo referências aos poderes curativos da floresta que estão no imaginário coletivo global. Pode-se ilustrar por meio do texto abaixo do WWF:

A floresta amazônica pode curar você. Há uma ligação entre os remédios guardados nos armários de sua casa e a vida silvestre da Amazônia: plantas e animais servem como base para a fabricação de medicamentos. (WWF, Site Institucional, Texto “Por que a Amazônia é importante?”)

É possível relacionar o texto do WWF com o início da reportagem do Globo News intitulada “Drauzio Varella viaja pela selva amazônica em busca de novas curas”⁴³:

A cura para muitas doenças pode estar escondida sob o maior laboratório do planeta: a selva amazônica. Drauzio Varella e equipe embarcaram em uma viagem no Rio Negro para descobrir os segredos que a floresta guarda. Seja em uma pequena folha às margens da água ou no galho mais alto das árvores, milhares de substâncias ainda desconhecidas esperam para serem pesquisadas.

⁴³ Disponível no endereço: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/08/drauzio-varella-viaja-pela-selva-amazonica-em-busca-de-novas-curas.html>.

Diversas pesquisas científicas apontam para o potencial farmacológico da floresta. Existe, inclusive, uma esperança coletiva de que doenças que, hoje, não tem cura como o Câncer e a AIDS possam ser curadas por meio de elementos extraídos da Floresta Amazônica. No discurso colonial, os índios tinham os conhecimentos necessários para utilizar os “poderes mágicos” para curar as enfermidades. Descobrir os poderes curativos das plantas e animais, agora, é atribuição dos cientistas.

Silva (2000, p. 92) enfatiza que “a corrida classificatória da biodiversidade amazônica de hoje guarda similitude com as expedições científicas de classificação de produtos naturais da região nos séculos XVIII e XIX.” Se no passado as “expedições” tinham o intuito de coletar as drogas do sertão, atualmente tem a intenção de buscar a cura para as diversas doenças da humanidade.

Dutra (2009, p. 169.), ao realizar uma incursão histórica sobre as expedições que passaram pelo Rio Amazonas, relata que os Viajantes costumavam extrapolar em suas narrativas as observações sobre as suas áreas de competência científica. A opinião sobre outras áreas acabou gerando visões imaginárias e fantásticas, sem nenhuma base científica. As obras misturavam relatos científicos específicos a relatos de curiosos deslumbrados com a riqueza natural amazônica. Nota-se que ainda hoje existe uma atribuição de novos sentidos para a Amazônia através de uma visão não especializada.

Comparando os dois textos sobre os poderes curativos da floresta, é possível inferir que a noção de Amazônia como um laboratório foi historicamente construída pelos viajantes, cronistas e mantida em diversos discursos, inclusive pelas ONGs Transnacionais. Os estrangeiros de outrora também possuíam interesses nas plantas medicinais, pois eram mercadorias vendidas a excelentes preços na Europa.

As mesmas percepções sobre a potencialidade dos farmacêuticos de hoje estão contidas em sentidos de épocas passadas. As antigas noções de drogas do sertão, hoje ressignificadas como remédios, ganham um novo significado frente ao velho discurso de que a cura está disponível na floresta amazônica.

Nota-se que as construções simbólicas relacionam a natureza amazônica enquanto ideia, representação ou invenção, tornando-a um novo Eldorado. Aquelas primeiras narrativas dos Viajantes cristalizaram-se no imaginário global, considerando a Amazônia como um “tapete verde”. Esses elementos foram incorporados pelo discurso das ONGs Transnacionais e assim transformados em enunciados que se difundem no seio da sociedade global por meio de variadas formas de mediação tecnológicas e informacionais.

Em síntese, a Amazônia é exposta primordialmente enquanto natureza. Por um lado, consolida-se a ideia de Amazônia como natureza selvagem que precisa ser protegida, por outro se associa a ideia de algo primitivo, atrasado e com um grande vazio demográfico. O discurso das ONGs Transnacionais sugere que a região é um grande vazio demográfico, pois se mostra apenas as florestas.

Não existem centros urbanos na Amazônia? Manaus e Belém, os maiores centros urbanos da região, não aparecem nos discursos e imagens. Sugestionasse que a floresta é algo a parte das cidades ou que as cidades e construções humanas são retiradas dos discursos.

A consequência dessa demonstração de natureza exuberante tem como apagamento a questão da urbanização e, por conseguinte, olhares e percepções sobre a Amazônia a gestam como um espaço atrasado, pouco desenvolvido em virtude da falta de estruturas e possibilidades. A ideia de vazio demográfico é projetada a partir de uma negação simbólica dos diversos centros urbanos, que estão incrustados na Floresta Amazônia.

Essa perspectiva é uma constante nos discursos das ONGs, percebe-se o homem/sociedade como apêndice da natureza, anexado as questões ambientais. A separação entre natureza e cultura encerra uma ideia que se repete discursivamente. Em grande parte os textos analisados apontam para uma natureza que é apenas ambiental, mas não relacionam com o homem, denotando a dicotomia “homem x natureza”.

7.2.4. Argumentação científica no discurso das ONGs Transnacionais

Outro aspecto que marca os discursos do Greenpeace e WWF sobre a Sustentabilidade Amazônica é a argumentação científica. Relatórios, dados e diversas informações científicas são apresentados para respaldar e convalidar as ações e afirmações das referidas ONGs. Discursivamente, nota-se a utilização de analogias, a asserção de autoridade e esquecimentos.

A Amazônia, por suas peculiaridades, desperta um interesse científico global, sendo uma “uma grande unidade de empresariamento da ciência como força produtiva. Esta afirmação dá à região a condição de laboratório, espaço de pesquisa sujeito ao desenvolvimento das ciências da natureza” (SILVA, 2013, p. 93). Por isso, as ONGs Transnacionais utilizam-se de um discurso científico para corroborar sua atuação na Amazônia.

O conhecimento científico é reconhecido pela sociedade como um conhecimento “autorizado”, por estar baseado em processos de investigação alinhavados em etapas. A pesquisa científica é uma investigação detalhada e meticulosa, que busca respostas aos problemas propostos, alicerçando-se em diversos mecanismos científicos.

Assim a pesquisa científica segue todos os processos e normas metodológicas para que a investigação seja validada e representativa. Desta maneira, todas as etapas são organizadas sequencialmente, como a escolha do tema e do problema de pesquisa, qual metodologia será adotada, averiguação dos resultados e a comunicação dos resultados.

Do ponto de vista comunicacional, os textos analisados se apresentam como divulgação científica que visa democratizar “o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica” (BUENO, 2010, p.8), contribuindo para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida. Esse tipo de discurso é utilizado, por exemplo, para explicar como a Amazônia influencia na formação de chuvas:

Diariamente a Amazônia transfere 20 bilhões de toneladas de água na forma de vapor para a atmosfera, quantidade superior ao volume despejado no oceano atlântico pelo rio Amazonas. (GREENPEACE, Folheto sobre Desmatamento Zero – Por que precisamos de Florestas?).

A umidade relativa do ar é muito elevada e atinge em média 88% na estação das chuvas e 77% na estação da seca. Chove e faz calor quase todos os dias do ano. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)

Todos os anos, caem sobre a floresta amazônica chuvas torrenciais – entre 1.500 mm e 3.000 mm. De onde vem toda essa água? Os ventos alísios que sopram desde o oceano Atlântico respondem por cerca de metade dessas chuvas. A outra metade provém da evapotranspiração, ou seja, a perda de água do solo por meio da transpiração das plantas e da evaporação. Se a evapotranspiração e seu papel na manutenção do equilíbrio ecológico forem prejudicados, o que pode acontecer, por exemplo, com o desmatamento de grandes áreas, haverá um impacto significativo na região amazônica – e muito além dela. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)

A temática sobre a influência hidrológica da região é recorrente nos sites institucionais das ONGs, sendo disponibilizada ainda em relatórios, cartilhas e panfletos. Na prática, esse entendimento sobre as peculiaridades da Floresta Amazônica ajuda a aumentar o reconhecimento de sua importância, convencendo e justificando investimentos e doações de diversos públicos (ativistas, apoiadores, empresários, empresas).

Assim, os textos das ONGs Greenpeace e WWF aparentam ter um “lastro científico”, autorizando as diversas opiniões sobre a Sustentabilidade Amazônica. Todavia, perpassam pela inserção de dado-estatísticos sem a clara determinação das fontes:

Atualmente, mais de 95% da produção madeireira vem da exploração predatória. De forma a reverter ou pelo menos minimizar os impactos causados pela exploração de madeira e de outros produtos ou serviços, a ciência desenvolveu um conjunto de técnicas capaz de usar a floresta com baixíssimo impacto ambiental. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

Cerca de 70% da energia elétrica gerada no Brasil vem de hidrelétricas. É na Amazônia que estão planejadas grande parte dos projetos de geração de eletricidade como Belo Monte, Jirau e Teles Pires. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

A exploração do ouro é uma das mais degradantes: para produzir um quilo de ouro, os garimpeiros clandestinos chegam a usar um quilo de mercúrio. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

Entre os anos de 1974 e 2011, o rebanho nacional aumentou 120 milhões de cabeças. Apenas o bioma amazônico representou 46% do aumento do rebanho, localizado predominantemente nos estados de Rondônia, Pará e norte do Mato Grosso. (WWF, Site Institucional, Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia”)

Além de sua incomparável riqueza natural, a Amazônia desempenha um papel essencial para ajudar a controlar os níveis de carbono em todo o planeta. Assim como outras florestas intactas, retira o carbono da atmosfera para suas árvores e isso ajuda a compensar a emissão de gases de efeito estufa. Trata-se de uma armazenagem enorme – aproximadamente 100 bilhões de gigatoneladas (Gt) de carbono – mais de 10 vezes as emissões anuais de combustíveis fósseis. (GREENPEACE, Publicação Institucional, Texto “A crise silenciosa da Amazônia”).

Assim, as construções lingüísticas evidenciam um discurso de autoridade científica, que busca explicar, corroborar e legitimar a necessidade da Sustentabilidade Amazônica. As marcas “cientistas” e “classificação científica” denotam a asserção de autoridade sobre questões inerentes a região e aparecem várias vezes nos textos analisados:

Até agora, já se tem a classificação científica de pelo menos 40 mil espécies vegetais, 427 mamíferos, 1.294 aves, 378 répteis, 427 anfíbios e cerca de 3 mil peixes da região. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)

Ironicamente, enquanto as florestas tropicais úmidas diminuem continuamente, o trabalho científico realizado nas últimas duas décadas jogou um pouco de luz sobre os vínculos essenciais que existem entre a saúde das florestas tropicais e o resto do mundo. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)

No entanto, as menores formas de vida são as que apresentam os números mais impressionantes: os cientistas já descreveram entre 96.660 e 128.840 espécies

de invertebrados só na parte brasileira da Amazônia. (WWF, Site Institucional, Texto “Por dentro da floresta amazônica”)

Os cientistas acreditam que menos de 0,5% das espécies da flora foram detalhadamente estudadas quanto ao seu potencial medicinal. Ao mesmo tempo em que o bioma Amazônia está encolhendo lentamente em tamanho, a riqueza da vida silvestre de suas florestas também se reduz, bem como uso potencial das plantas e animais que ainda não foram descobertos. (WWF, Site Institucional, Texto “Por que a Amazônia é importante?”)

Esses números são ainda mais impressionantes quando se referem às menores formas de vida: só no Brasil, os cientistas já fizeram a descrição de cerca de 100 mil espécies de invertebrados. (WWF, Site Institucional, Texto “Vida Silvestre na Amazônia”)

Como se percebe, nos exemplos acima não ocorre a explicitação do sujeito científico. Quem seriam esses cientistas? De que instituto eles são pesquisadores? Ao utilizar o termo “cientistas”, indivíduos que usam o método científico, assegura-se uma veracidade ao discurso. Essas referências aos “cientistas” desempenham o papel de legitimar a informação como sendo verídica e confiável, mas a falta de um sujeito-autor, no ponto de vista científico, é questionável.

Esse apagamento da fonte não colocaria em dúvida a veracidade das informações? O senso comum e o científico estariam se fundindo discursivamente? As argumentações apresentadas acima surgem com o claro intuito de exaltar a biodiversidade amazônica, mas aparentam serem opiniões instintivas e marcadas por subjetividades. Uma visão mais apurada mostraria que esses dados refletem apenas uma suposição científica, permeados de opiniões e valores de quem o produziu.

Ademais, Greenpeace e WWF atestam o caráter de cientificidade das informações com referências e indicações de revistas científicas. A referenciação científica representaria, deste modo, a confiabilidade na apresentação dos dados e afirmações de conhecimento sobre a região amazônica. No texto do WWF intitulado “Por dentro da floresta amazônica” (ANEXO C), nota-se a utilização de notas referenciais:

Ao observar detidamente as referências colocadas, nota-se que as mesmas estão defasadas temporalmente e são, na sua maioria, internacionais, projetando uma perspectiva global e unilateral que ignora pesquisas e conhecimentos produzidos na própria região amazônica. O conhecimento científico sobre a região, desenvolvido e acumulado por instituições amazônicas, não é considerado.

Essas referências exemplificam o apagamento, por exemplo, das importantes contribuições científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), sediado em Belém, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), sediado em Manaus⁴⁴. Essas instituições não são citadas pelo Greenpeace e WWF em nenhum texto analisado referente ao bioma amazônico.

Percebe-se que a ausência dessas instituições nos textos desfoca, em termos de produção de sentido, a autoridade científica e político-institucional das entidades regionais. A invisibilidade desses centros de excelência na pesquisa amazônica nos leva a questionar: será que as instituições amazônicas não têm o conhecimento disponível sobre a região? O conhecimento “de fora” é mais bem elaborado do que o conhecimento local? Existiria, assim, uma superioridade científica externa?

O olhar científico das ONGs reforça o caráter simbólico da Amazônia como “um lugar exótico”, “desafio”, uma região “extraordinária”, “riquíssima”, que detém “a maior biodiversidade do planeta”, e fazem isso usando outros termos e expressões igualmente hiperbólicas. Considerando mais especificamente sobre o meio ambiente, a questão mais explorada discursivamente é sobre a riqueza da biodiversidade e o potencial de serviços possíveis pela Floresta Amazônica.

Fica evidente, com isso, que as ONGs não estão comprometidas em utilizar a ciência de forma imparcial, mas sim para espetacularizar a região. Nesse contexto, as informações científicas misturam-se com informações do senso comum, ambientalistas e ecológicas sobre diferentes níveis de relevância dos serviços ambientais da floresta amazônica para o mundo.

Além das informações científicas analisadas nos textos, destaca-se a existência de diversas produções intelectuais sobre a Amazônia disponibilizadas nos websites do Greenpeace e WWF. Esse material está relacionado com o empoderamento produzido

⁴⁴ Na coletânea “Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia”, organizada por Faulhaber e Toledo (2001), apresenta-se o estado da arte da reflexão científica brasileira sobre a situação da ciência na Amazônia. Na referida obra destaca-se ainda a atuação do MPEG e Inpa, centros de referência na difusão da produção científica amazônica, situando fatos e personagens que construíram a história dessas instituições.

pelas questões científicas e pela capacidade de valorar as opiniões emitidas sobre aspectos sustentáveis na Amazônia.

A biblioteca eletrônica do WWF-Brasil reúne dezenas publicações com análises, informações técnicas e propostas de soluções para as diversas áreas e temas nos quais a instituição atua ou trabalhou no passado. As publicações encontram-se em formato PDF e podem ser baixadas para consulta. (WWF, Site Institucional, Texto “Publicações”)

Nesse sentido, é interessante registrar a quantidade de produções intelectuais disponibilizadas e o cuidado na apresentação visual. As entidades ambientalistas disponibilizam em seus *sites* diversos tipos de produções intelectuais. Identificamos vários tipos de materiais que são disponibilizados: Livros, Manuais Instrucionais, Relatórios, Cartilhas, Mapas, Boletim/ Revista e Outros. Esse repositório de dados sobre as questões amazônicas ajuda a legitimar ainda mais as ações das ONGs, corroborando as ações e proposições políticas das ONGs na e para região.

O que fica latente é que as referidas ONGs utilizam-se da ciência como forma de se legitimar e corroborar a sua importância no cenário ambiental amazônico, pautando outras investigações e servindo de fonte para outras pesquisas científicas. Pode-se ilustrar esse fato com a publicação “Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós⁴⁵” que segundo o WWF é “resultado de uma profunda análise sobre a região, o trabalho aponta para a necessidade de um amplo debate com a sociedade civil, cientistas, governos e setor privado para que se pense o futuro da região”.

O referido material, com base científica, insere-se no conjunto de iniciativas ambientais, mas que demonstra o poder social e credencia como um ator autorizado a abordar sobre o planejamento e o olhar estratégico sobre a bacia do rio Tapajós, na Amazônia.

Está nos planos do governo a construção de sete usinas hidrelétricas apenas no chamado Complexo Tapajós, incluindo duas megasinas – São Luiz e Jatobá. No total, porém, 44 usinas são citadas nos inventários das sub-bacias do Teles Pires, Juruena e Tapajós1. Por isso a importância em agregar elementos técnicos para uma discussão qualificada sobre a bacia do Tapajós (WWF, Publicação “Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós”, 2016)

⁴⁵ A bacia hidrográfica do rio Tapajós localiza-se nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas, com uma pequena porção em Rondônia. A região representa quase 6% do território brasileiro e tem grande relevância ecológica, cênica, social e cultural. A diversidade e complexidade biológica da região, além da existência de 30 áreas protegidas como unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI).

A iniciativa é uma demonstração do propósito das ONGs em produzir conhecimento científico para a inserção nos debates relacionados à Sustentabilidade na Amazônia. As áreas de capacitação, apoio técnico e disseminação do conhecimento para a conservação da biodiversidade induzem ao deslocamento de poder necessário para a inserção ambiental.

Outro exemplo é o estudo “Além de grandes hidrelétricas: políticas para fontes renováveis de energia elétrica no Brasil”. O documento defende que, por meio de planejamento adequado, políticas e incentivos positivos e diferenciados, pode-se aumentar a competitividade e a participação das fontes renováveis alternativas na matriz de eletricidade do país, sendo viável ampliar em 40% a participação de energia nova.

Sobre o assunto, a rede WWF lançou, inclusive, uma campanha mundial intitulada *Seize your Power*. Um dos objetivos da campanha foi o redirecionamento de investimentos dos governos e das instituições financeiras de no mínimo de US\$ 40 bilhões para investimentos em energias renováveis até 2017.

Observando essas campanhas e outros movimentos de divulgação científica internacional que vem acontecendo na questão da Sustentabilidade Amazônica, verifica-se que as ONGs conseguem pautar diversas discussões científicas sobre a Amazônia e são consideradas fontes jornalísticas confiáveis.

Esse deslocamento da produção acadêmica das Instituições de Ensino e Pesquisa para as Organizações Não-Governamentais precisa ser avaliado com cautela, visto que não se tem conhecimento claro dos processos e procedimentos científicos adotados para a elaboração dessas pesquisas. Assim, como as reais intencionalidades por trás desses estudos propositivos.

Em síntese, a averiguação aponta que o discurso da sustentabilidade amazônica é legitimado pela ciência. O capital intelectual transforma-se numa das formas para que as ONGs Transnacionais analisadas desenvolvam um domínio sobre a temática e sejam capazes de assegurar a sua evidência no cenário da globalização amazônica. Tais organizações buscam soluções para desenvolver sustentavelmente a Amazônia e se apóiam na divulgação científica para buscar estratégias e meios, visando resultados oportunos.

As ONGs apresentam evidências empíricas e argumentos científicos para confirmar suas visões sobre a Sustentabilidade Amazônica. Dessa forma, o discurso ambientalista sobre a Amazônia se utiliza de amplo material instrucional que recomenda recursos, técnicas, processos e produtos científicos, tecnológicos ou associados a inovações. Nota-se

que existe um grande esforço do discurso ambientalista em se apoiar cientificamente a fim de comprovar a necessidade e fortalecer seu discurso de autoridade.

O que se conclui é que o discurso das ONGs ambientalistas sobre a Sustentabilidade Amazônica busca incluir os públicos de interesse nos debates sobre temas especializados e mostrar que podem impactar suas vidas, a exemplo do desmatamento, aquecimento global, energias renováveis e outros. Infere-se que essa credibilidade conquistada por meio do discurso científico e da apropriação de métodos científicos potencializa a divulgação das ações e, por conseguinte, a adesão de ativistas e captação de recursos financeiros e parceiros.

O material apresentado pelas ONGs sobre a Amazônia torna-se referência de consulta, tendo em vista a utilização em pesquisas escolares ou de pessoas interessadas em conhecer sobre a Amazônia. Quando se busca, por exemplo, o termo “Amazônia” no buscador Google os principais resultados apontam justamente para os sites das instituições ora analisadas.

Além de ser um exemplo da importância construída por essas ONGs, demonstra uma responsabilidade informacional, visto que se torna uma fonte de pesquisa. Contudo, nota-se que são emitidas noções de senso comum, que embora integrem um tipo de conhecimento real, acabam por alimentar pré-noções sobre a Amazônia determinadas socialmente.

7.2.5. A dimensão social no discurso das ONGs Transnacionais Ambientalist

Busca-se, aqui, caracterizar como as ONGs constroem o sentido de “gente” na sustentabilidade amazônica. Toma-se como elemento norteador a noção de sociodiversidade a fim de explicar sobre a caracterização imagética do indígena, apagamentos discursivos sobre as populações tradicionais e as dimensões culturais da Amazônia. Antes, é preciso apresentar alguns aspectos conceituais sobre a sociodiversidade.

Na sua origem, o referido conceito foi elaborado pela Antropologia e tem sido utilizado pelo movimento ambientalista e nas políticas públicas, avaliando-se as implicações destas visões e destas políticas para a sustentabilidade ambiental e para a continuidade sociocultural e qualidade de vida de populações indígenas.

Existe um senso comum de que a sociodiversidade representa a convivência harmoniosa de diversas sociedades distintas. Contudo, Pinto (2008, p. 223) indica que é necessário ter uma visão crítica sobre esse conceito, pois “usar o termo sociodiversidade para fazer referência ao fato de que as sociedades humanas são diferenciadas implica em certa medida na naturalização dessa compreensão”.

Pinto (2008) sublinha que os elementos que contribuem para a diversidade das sociedades possuem correspondência com as diversidades da natureza, porém se desenvolvem predominantemente na esfera das relações culturais e possuem historicidades, muitas vezes marcada por um conjunto complexo de fatores e circunstâncias.

Nesse sentido, ao analisar os textos das ONGs nota-se que as dimensões sociais e culturais são secundarizadas em relação à natureza. Quando surge a dimensão “gente” no discurso da sustentabilidade amazônica é como se existissem apenas comunidades indígenas. É possível notar no trecho a seguir:

*It is also home to over 20 million people including hundreds of indigenous peoples, some of which have **never been contacted by the 'outside world'**. And finally, the Amazon stores 80 to 120 billion tonnes of carbon, helping to stabilise the planet's climate⁴⁶. (GREENPEACE, Site Institucional, Texto “Amazon”).*

Ao destacar que alguns povos indígenas nunca foram contatados pelo "mundo exterior" o texto evidencia o caráter exótico do discurso e um olhar essencialmente externo e eurocentrista. Essa informação, mesmo que verdadeira⁴⁷, produz o sentido de uma Amazônia selvagem, marcada por inúmeros fatos a serem descobertos. O texto constrói a sociodiversidade de forma taxativa, visto que cita apenas a existência de indígenas.

No exemplo acima, as populações indígenas, por meio do não dito, representaria mais um item do fascínio da região considerada “Eldorado” pelos seus atributos de biodiversidade. Essa percepção não leva em consideração as inúmeras culturas de grupos sociais que contribuem para a diversidade sociocultural na Amazônia. Agrupamentos sociais que vivem na região (caboclos, quilombolas, caiçaras, babaçueiros, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros e outros) são esquecidos do discurso a fim de evidenciar a visão de exotismo amazônico. Nesse sentido, Gonçalves (2001, p.70) afirma que:

⁴⁶ É também o lar de mais de 20 milhões de pessoas, incluindo centenas de povos indígenas, **alguns dos quais nunca foram contatados pelo "mundo exterior"**. E, finalmente, a Amazônia armazena de 80 a 120 bilhões de toneladas de carbono, ajudando a estabilizar o clima do planeta.

⁴⁷ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de acordo com seu site, registra 69 referências de grupos indígenas ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.

As populações indígenas têm um lugar extremamente significativo na imagem que se faz da Amazônia. Não pela visão que as diferentes populações indígenas têm de si próprias, de seus territórios imemoriais, do Brasil e do mundo que, diga-se de passagem, não é veiculada a não ser pelo trabalho de alguns antropólogos e indigenistas. A própria caracterização dessas populações habitantes tradicionais como índios esconde a enorme diversidade de culturas que comportam (GONÇALVES, 2001, p.70).

O mosaico de grupamentos que formam a sociedade amazônica é uma clara demonstração da diversidade cultural, social e étnica, mas é apagada do discurso. Conforme destaca Benchimol (2009, p. 19): “a Amazônia é um segmento e produto brasileiro tropical de múltiplas correntes e grupos culturais. A sociedade que aqui se formou traz, ainda, a marca e os insumos sociais, biológicos e étnicos de muitos povos, tradições e costumes”.

Ademais, o processo cultural do povoamento da Amazônia teve ainda a contribuição de povos distintos, tais como os nordestinos, afro-descendentes, europeus extra-ibéricos, asiáticos e outros. Todavia, o discurso das ONGs reduz essa diversidade aos “outros grupos”, como se fossem menos importantes:

Povos indígenas e outros grupos que vivem na floresta amazônica aperfeiçoaram o uso de compostos químicos encontrados em plantas e animais. O conhecimento sobre o uso dessas plantas geralmente fica nas mãos de um curandeiro, que por sua vez repassa a tradição para um aprendiz. Esse processo se mantém ao longo de séculos e compõe uma parte integral da identidade desses povos. (WWF, Site Institucional, Texto “Por que a Amazônia é importante?”)

É possível notar no discurso que as Transnacionais ainda impregnam a perspectiva dos primeiros viajantes nas quais o índio tinha o poder de curandeiro, o poder de servir aos propósitos mágicos. Essa caracterização novamente aproxima-se do impressionismo dos relatos dos cronistas, destacando certo misticismo.

A visão que se tem sobre os indígenas na Amazônia, pelo apagamento discursivo, busca espetacularizar a região, demonstrando uma percepção excêntrica. Esse esquecimento tem por finalidade estereotipar e mostrar que na Amazônia existem tão somente os indígenas mostra uma imagem fantasiosa. Parece-nos ilustrativo dessa colocação o que segue, no texto abaixo, em relação aos indígenas:

*A Amazônia é a maior floresta intacta do mundo e lar para mais de **24 milhões de pessoas, incluindo centenas de povos indígenas**. A floresta é essencial para a sobrevivência desses povos, servindo de fonte de alimentos, abrigo e medicamentos, bem como desempenhando um papel importante em sua vida espiritual. (GREENPEACE, Publicação Institucional, Texto “A crise silenciosa da Amazônia”)*

*Sob as superfícies negras ou barrentas dos rios amazônicos, 3 mil espécies de peixes deslizam por 25 mil quilômetros de águas navegáveis: é a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de um quinto do volume total de água doce do planeta. Às suas **margens, vivem mais de 24 milhões de pessoas, incluindo mais de 342 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas**. (GREENPEACE, Site Institucional, Texto “Amazônia: Fascínio e destruição”)*

Atualmente a população indígena brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Silva (2013) destaca que “o padrão de organização dos índios da Amazônia, mesmo em sua diversidade, apresenta características de inserção regionais, complexidade de organização sociocultural, interdependência, flutuações dos grupos locais e fluidez territorial” (SILVA, 2013, p. 61)

Essas características demonstram a complexidade social e cultural dos grupamentos indígenas. A autora cita algo que é esquecido no discurso das ONGs e que não passa pelo pensamento das pessoas: a diversidade “pluriétnica caracteriza a variedade de culturas da Amazônia indígena em distintos níveis de interação com a Amazônia nacional e com o mundo.” (SILVA, 2013, p. 70).

Essas diferenças e as identificações são discursivamente esquecidas, assim, os traços identitários e particularidades culturais dos próprios grupos indígenas são apresentados na margem do discurso. “É necessário também não esquecermos que praticamente todo o conjunto de idéias e imagens que se construíram em torno de indígenas e caboclos, mas aceitáveis ou mais falseadas, é freqüentemente exterior a seus sistemas de auto-representação e tendente à exotização” (PINTO, 2008, p.225)

A noção de sociodiversidade apresentada pelas ONGs Transnacionais é superficial, pois não demonstra a complexidade da formação social e cultural da Amazônia. Os textos analisados mostram que a situação humana na região é constituída por uma imagem homogênea do indígena. As imagens que são reproduzidas nas páginas dos sites institucionais ilustram essa característica enunciativa. Toma-se como exemplo a publicação sobre o Dia da Amazônia feita pelo WWF, a única imagem que faz menção a categoria “gente” é a do “Indígena Kayapó com planta medicinal”.



Fig. 13 Imagem do indígena
 Fonte: <http://www.wwf.org.br/>

A reprodução imagética sobre o índio tem que necessariamente mostrá-lo pintado e com tanga tal como se consolidou no imaginário coletivo. Examinando essa imagem, nota-se que ela ajuda a cristalizar o sentido “selvagem” sobre o índio, ressignificando o discurso de forma exótica. Dutra (2009, p.53) afirma que se trata de um ponto de vista hegemônico, sendo “uma velhíssima forma de fabricação da imagem de grupos subalternos que vem secularmente abastecendo o imaginário, permeando não só a instituição escolar, mas também o ambiente da cultura, da política, da economia”.

Outro exemplo dessa prática discursiva pode ser visto no vídeo que divulga o “Projeto Ecodrones Brasil”⁴⁸. Abaixo a transcrição do vídeo de divulgação do referido projeto:

⁴⁸ O projeto tem como objetivo coletar dados e imagens de alta resolução com o uso da tecnologia dos Veículos Aéreos Não Tripulados (os Vant’s, popularmente conhecidos como drones). Segundo a organização, busca-se “otimizar a conservação, não apenas do ponto de vista técnico como também econômico, já que as ações necessárias para a proteção dos recursos naturais requerem, na maioria das vezes, bastante tempo e dinheiro”.

Locução (feminino): O Pedrinho, meu filho, ainda não sabe o que é Amazônia e talvez nunca vá saber, só através da internet, da TV, dos livros. Por que quando ele tiver idade pra conhecer a Amazônia ela pode não existir mais. Bem, mais veja outro ponto de vista.

*Esse é o Puán, ele também tem 2aninhos o **Puán conhece a Amazônia por que nasceu em uma tribo local.** Mas quando ele tiver 30 anos talvez a Amazônia não seja mais a mesma. Na verdade, pode ser que daqui há alguns anos nem o Puán exista mais. Por que a tribo do Puán esta próxima de uma área invadida por madeiras, grileiros e garimpeiros ilegais, e em como outras florestas do mundo na Amazônia o desmatamento e outros crimes ambientais não param de crescer.*

27% da área da Amazônia hoje é legalmente protegida e fiscalizada por agentes como o Ribamar – “Riba” é alto e vê bem, mas ele não pode vê tudo. Afinal ele é responsável por uma área maior que a cidade de São Paulo. Nem que o Riba tivesse 200m de altura, mas pera aí, se os olhos do Riba pudessem vê lá de cima isso facilitaria bastante o trabalho dele. Por que não usar a tecnologia para isso?

Como fizeram na África do Sul, onde os chamados ecodrones (pequenas aeronaves não tripuladas) estão sendo usadas para tentar acabar com a matança de rinocerontes e elefantes. Lá a caça em uma das áreas protegidas foi reduzida em 92% com o uso de ecodrones.

Problemas como os que ocorrem na Amazônia também pedem um novo olhar pra ajudar num mapeamento de alta resolução, combate à incêndios florestais, monitoramentos de animais e áreas protegidas.

O Pedrinho, o Puán, e todo mundo merecem conhecer e usufruir da Amazônia também. Se você concorda com nosso ponto de vista, compartilhe esse vídeo e apóie essa iniciativa

Nesse texto, é interessante destacar como é feita a construção discursiva sobre o indígena. Pedrinho é o garoto branco da cidade, Puán é o índio que mora na floresta. O fenótipo indígena novamente é destacado no vídeo, evidenciado uma visão estereotipada do indígena.

O branco, na perspectiva do texto, tem acesso aos recursos tecnológicos, tem uma superioridade cultural que permite conhecer a Amazônia. O índio, por sua vez, isolado na floresta, não teria esse acesso. Puán só conhece a Amazônia, porque nasceu na região.



Fig. 14 Pedrinho - Vídeo do Projeto Eco Drones
 Fonte: www.youtube.com/user/WWFBrasil



Fig. 15 Puán - Vídeo do Projeto Eco Drones
 Fonte: www.youtube.com/user/WWFBrasil

O sentido do discurso aponta, assim, para a superioridade do branco sobre o índio, um discurso que delega ao índio a capacidade apenas de ser um agente passivo, um mero expectador. Ademais, o discurso destaca os papéis sociais de Pedrinho e Puán. Enquanto o primeiro possui a possibilidade de intervir na Amazônia, porque detém o conhecimento, Puán, o índio sem recursos, frente ao cenário que se delineia, não tem condições de proteger a Floresta Amazônica, necessita da ajuda externa para exercer algum tipo ação contra o desmatamento (os ecodrones surgem como uma solução).

O discurso enfatiza claramente uma diferenciação entre o acesso aos meios tecnológicos que permitem o acesso as informações e geram ações. Ao comentar sobre o papel social dos índios na história, Dutra (2009, p. 53) esclarece que “nos poucos momentos em que os índios aparecem nos livros didáticos de história, fora dos capítulos a eles dedicados, observa-se que eles nunca realizam papéis ativos de sujeitos da ação, isto é, não realizam papéis propriamente históricos”. O autor complementa esse pensamento da seguinte forma:

Tanto quanto nos textos da crônica colonial quanto nos textos contemporâneos da mídia, o **índio e demais grupos subalternos continuam desfocados**, suas imagens são as do cumprimento de papéis ‘passivos’ no jogo discursivo. Ou podem produzir o discurso co-adjuvante, o da colaboração, focalizados nos momentos em que sua narrativa é utilizada, como discurso ‘passivo’, para realçar a posição do enunciador ‘ativo’ (DUTRA, 2009, p.53, grifo nosso)

No corpus investigado, o emprego da terminologia “índio” traz, na verdade, uma desfocagem da diversidade dos povos indígenas. Os textos não os definem explicitamente, construindo uma homogeneização de grupos diferenciados. Essa invisibilidade da diversidade social é perceptível em diversos fragmentos analisados, além disso, o índio tem a sua historicidade apagada ou desfocada.

A noção de sociodiversidade na Amazônia restrita às sociedades indígenas é criticada por Pinto (2005): “essa é certamente uma simplificação grosseira, sobretudo quando se toma como referência processos econômicos que tiveram repercussões sensíveis sobre a situação da natureza e dos grupos sociais envolvidos” (PINTO, 2005, p. 173).

O discurso das ONGs realiza uma construção imagética nos textos que demonstra a parcialidade e o privilégio em torno das questões naturais. Contudo, deveria se levar em conta a integração homem-natureza:

A ideia principal é que não apenas a natureza vem sendo produzida e alterada por grupos humanos em diferentes tempos e espaços, mas que o próprio homem e as formas de organização humana adquiriram suas diferentes feições através de permanente relação com a natureza (PINTO, 2005, p. 172)

Atrelada a essa questão está a pluralidade cultural que a Amazônia possui. Conforme Benchimol (2009, p. 17), “o complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a organização social”. Existe, portanto, no discurso das ONGs um apagamento de todos esses fatores que demonstram a complexidade da identidade amazônica, que é multifacetária.

Quando a dimensão social aparece no discurso, é no sentido de ser algo a margem, é como se fosse um detalhe da questão. Os índios são retratados com uma visão tradicional, como se fossem extremamente dependentes. As populações indígenas são complexas e diversificadas. A pluralidade étnica é omitida. O conjunto de textos analisados constrói o sentido de uma sociodiversidade que não inclui a mudança de atitude cultural da sociedade ou que coloca o homem como se não fizesse parte da natureza.

A sociodiversidade é colocada em segundo plano, destacando-se apenas os indígenas. Não está dito que existe uma diversidade social e cultural na região amazônica que não é apenas indígena, mas tem um rico processo de formação social e cultural que implica uma diversidade étnica muito grande. A sociedade amazônica é retratada apenas com um recorte superficial e não reflete a multiplicidade social e cultural.

Destaca-se a capacidade de utilização dos conhecimentos da floresta e da sua subsistência, contudo, esses conhecimentos também passaram por influências da desterritorialização e mudanças globais que reposicionam a questão indígena na Amazônia. O apagamento discursivo está em mostrar aquilo que parece ser mais atrativo ou visando criar um ambiente místico em que os índios são a única população da Amazônia.

A dimensão humana da Amazônia é certamente um mosaico complexo de interações, conflitos e resistências culturais. Assim, a população da região amazônica é uma população diversificada que ainda pouco se conhece. “O retrato” dessa população é uma forma plural entre ribeirinhos, trabalhadores rurais, povos indígenas, trabalhadores urbanos, mas que, numa representação muito persistente na atualidade ainda é imaginada de forma homogênea.

Na análise de Pinto (2008, p. 225), a tendência de representações que tem sido construída em torno da Amazônia é de “nivelamento por baixo, de uma caracterização das sociedades sem respeito às suas particularidades e diferenças, havendo frequentemente a tendência para sua exotização”. Esse desconhecimento ou ainda distanciamento, está relacionado com a forma de produção de conhecimento sobre a região que ocorre de uma maneira fragmentada. É desse modo que também são construídos os sentidos nos textos das ONGs Transnacionais sobre a Amazônia, oferecendo uma imagem com vários hiatos discursivos.

Constata-se que a noção de sociodiversidade das ONGs Transnacionais é apresentada de forma vazia, superficial e imaginária. Em muitos textos nota-se que essa sociodiversidade se apresenta apenas como se fosse indígena, tornando invisíveis comunidades caboclas, ribeirinhos, extrativistas, negras remanescentes de quilombos, mulheres quebradeiras de coco de babaçu e uma ampla variedade de migrantes.

Demonstra-se certa superficialidade no discurso e evidencia-se que a exotização, como destaca Pinto (2008), também caracteriza o discurso das ONGs Transnacionais e a caracterização da sociedade amazônica como algo marginal e distante, não apenas geograficamente.

7.2.6 A marca “Amazônia” na perspectiva espetacular discursiva

O discurso ambientalista das ONGs Transnacionais também projeta, segundo um discurso mercadológico, a Amazônia como um “produto” à venda. Trata-se da (re)

produção de bens simbólicos com vistas ao mercado dos discursos e dos signos, globalizado pelas tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, as doações se tornam uma forma de mercantilizar a Amazônia. É como se a proteção da Floresta Amazônica pudesse ser comprada ou vendida por meio dessas doações. É importante ressaltar que não se questiona aqui a importância ou a destinação dos recursos advindos das doações, mas sim a forma como o discurso das ONGs constrói a necessidade das doações.

O que se pretende é fazer uma crítica à grife “amazônia” que foi construída a fim de se questionar a aproximação entre as práticas discursivas das ONGs e as estratégias mercadológicas. A partir disso, pode-se asseverar a existência de um *mix* de mercado utilizado pelas ONGs: Amazônia (Produto), Mundo (Praça), Estratégias Discursivas (Promoção) e Doações (Preço).

Nessa perspectiva, a Amazônia é um produto de consumo, uma marca mercadologicamente produzida. Nota-se que a Amazônia é considerada um produto contemporâneo destinado ao mercado global, transportando um sentido novo que é um objeto que pode ser comercializado por meio de doações. O indivíduo não está comprando a camisa, mas a possibilidade de ajudar a proteger a região. Ou em outra análise vende-se a oportunidade de salvar a floresta com essa doação. Não seria uma ideia de mercantilização da Amazônia? Veja alguns exemplos:

O maior golfinho de água doce do mundo tem sido usado como isca para pesca e enfrenta outras ameaças, como a construção de hidrelétricas onde eles vivem. Com doações a partir de R\$ 54,90/mês, você ajuda nossos projetos de conservação. (WWF, Site Institucional, Texto “Adote o Boto Cor-de-Rosa”)

São apenas R\$ 54,90 por mês que torna possível reduzir os impactos humanos no ambiente natural e garantir a sobrevivência dessas espécies. Além de ganhar uma linda pelúcia e um livreto com informações dos bichinhos escolhidos [boto cor-de-rosa é um deles] (WWF, Site Institucional, Texto “Adote”)

Ao contribuir financeiramente com o Greenpeace você colabora com a luta pacífica por um futuro melhor. Não aceitamos dinheiro de empresas, governos ou partidos políticos, por isso sua contribuição é fundamental para garantir nossa independência financeira e liberdade de atuação. Ao tornar-se um colaborador você dará voz aos problemas ambientais de nosso país (GREENPEACE, Site Institucional, Seja um doador)

Fazendo uma doação mensal de R\$ 40 você ajuda nossas campanhas e ainda recebe essa camiseta! Ajude a salvar o Coração da Amazônia, participe. (GREENPEACE, Postagem em Mídia Social)

Tenha o símbolo do coração da Amazônia estampado em seu peito! Fazendo uma doação mensal de R\$ 40 você recebe essa linda camiseta da campanha para Salvar o Coração da Amazônia! (GREENPEACE, Postagem em Mídia Social)

Últimas horas! Com uma doação mensal, você pode receber 2 camisetas do Coração da Amazônia! (GREENPEACE, Postagem em Mídia Social)

Esse gatinho maracajá é uma das espécies sob ameaça na Amazônia. Ajude a protegê-lo e, com uma doação mensal, leve para casa a camiseta (GREENPEACE, Postagem em Mídia Social)

O desmatamento na Amazônia não para de subir e a seca não para de avançar, e nós precisamos agir para salvar nossa floresta. Precisamos de você ao nosso lado para continuar este trabalho, junte-se a nós. Uma doação de R\$ 30,00 você nos ajuda a fazer ações e expor os culpados dela destruição de nosso verde. (GREENPEACE, Postagem em Mídia Social)

O Greenpeace e WWF solicitam doações em seus canais de comunicação. E o sistema de doações notoriamente precisa de um estímulo para ser realizado, por isso faz parte da estratégia mercadológica das entidades a disseminação de uma Amazônia como um “santuário ecológico”. A sensação de estar investindo em algo que é inexplorado ou que precisa de um cuidado maior faz parte da estratégia discursiva.

O interlocutor é convidado a doar uma determinada quantia e, assim, estará contribuindo com o meio ambiente. O que não está dito, na verdade, é que se está fazendo a compra/ aquisição de um produto. Você adquire um produto por um valor. A doação mensal de R\$ 40, na verdade, é a aquisição de produtos, tais como as camisas com a logomarca da Amazônia.

No imaginário global, as doações estão pautadas em uma reinvenção da Amazônia. Ao mesmo tempo que as ONGs demonstram preocupação com o “futuro” da Floresta Amazônica, também agregam um valor a ela, demonstrando que a região tem um preço, que pode ser incorporado como “minha contribuição para salvar a Amazônia”.

Trata-se de um sentido que inclui estruturas simbólicas diversas, fundindo preservação, doação, mercado, modismo em um sentido sobre a sustentabilidade amazônica. Esse tipo de abordagem se consolida à medida que encontra-se personalidades (atores, jogadores de futebol, líderes de opinião pública, jornalistas) que ajudam a projetar a ideia de Produto-Amazônia. O resultante é uma espetacularização da Amazônia, assentada em unidades persuasivas e fragmentadas.

Nota-se que o discurso “vendedor” utiliza-se de uma pluralidade de signos, seja a linguagem escrita, visual e auditiva, com o objetivo central de persuadir os interlocutores. A linguagem é produzida por meio de efeitos retóricos, aspectos estilísticos, recursos expressivos e técnicas argumentativas peculiares.



Fig. 16 Camisa sobre a Amazônia
 Fonte: www.facebook.com/GreenpeaceBrasil



Fig. 17 Greenpeace destaca camisa
 Fonte: www.facebook.com/GreenpeaceBrasil

Nesse caso, as ONGs Transnacionais utilizam-se desse tipo de discurso para difundir a marca/ produto “Amazônia” e aumentar a venda de seus produtos (lucro). Elas focam, sobretudo, na linguagem persuasiva, ou seja, com o intuito de convencer as pessoas a comprar ou adquirir tais produtos e serviços. Chama a atenção dos interlocutores, envolvendo a linguagem verbal e não verbal, por exemplo, imagens atrativas e coloridas, frases de efeito, ou mesmo, a interação com o público, tal qual ocorre em algumas campanhas publicitárias.

As ONGs veiculam mensagens com objetivo de se vender um produto ou serviço, sob a forma de uma marca comercial, para um público-alvo (consumidor) utilizando-se recursos lingüísticos e estilísticos, persuasão e sedução, através de apelos racionais e emocionais.

Toda a estrutura discursiva é sustentada por argumentações icônico-lingüísticas que levam os interlocutores a convencer-se consciente ou inconscientemente a doar. Organizado de forma diferente dos demais sentidos, o discurso vendedor impõe, nas linhas e entrelinhas, valores, mitos, ideais e outras elaborações simbólicas sobre a Amazônia, utilizando-se de diversos recursos persuasivos.

Considerando seu método discursivo, a estrutura persuasiva do discurso vendedor assemelha-se ao texto publicitário que está baseado em princípios estabelecidos por

Aristóteles há mais de 2 mil anos na retórica. São eles: o apelo à emoção, o oferecimento da prova e o apelo à credibilidade do comunicador.

O apelo à emoção, na verdade, é um apelo por valores, aquilo que os consumidores valorizam e que estão procurando nos produtos. O oferecimento de provas é uma afirmação das razões ou evidências de por que o produto fará os benefícios que promete; é uma afirmação das características do produto. O apelo à credibilidade do comunicador é um apelo à honestidade e à integridade do anunciante. Por que alguém deveria acreditar no que o anunciante disse nos dois primeiros passos do processo de persuasão? Isto inclui referências à longevidade do anunciante e o uso de testemunhos e endossos de especialistas (TAVARES, 2016, p. 16)

Portanto, o discurso das ONGs se baseia em um princípio aristotélico que é fundado sob a retórica emocional, racional e institucional. É concebido através de um simulacro social, no qual não apenas espelha o real, mas fabrica-o; sua narrativa constrói práticas sociais e culturais com formas lingüísticas cotidianizadas e com um discurso do senso comum (naturalização). É, sem nenhuma dúvida, uma forma de dominação simbólica a serviço da ideologia do consumo.

O discurso das ONGs Transnacionais fetichiza a Amazônia (mercadoria-objeto), transformado-a em marca através de um apelo psicossociológico, visto que a mensagem se dirige a um sujeito social. A produção simbólica de sentido, na qual se mitologiza os sonhos, os desejos e as frustrações que estão presentes no imaginário coletivo. O discurso é trabalhado por meio de fragmentos discursivos anteriores (intertextualidade) para que a mensagem chegue mais fácil à mente dos consumidores, de forma natural e, ao mesmo tempo, espetacular.

Uma das estratégias discursivas para tornar a “marca” Amazônia reconhecida é a utilização de celebridades. Camila Pitanga, Neymar e Letícia Spiler são alguns dos artistas que já realizaram campanhas para as ONGs.



Fig. 18 Camila Pitanga no “Desmatamento Zero”
 Fonte: www.youtube.com/user/greenbr



Fig. 19 Dia da Amazônia e o jogador Neymar Jr
 Fonte: www.facebook.com/WWFBrasil

Na Figura 19, destaca-se a tela do vídeo no qual o jogador de futebol Neymar Jr fala sobre a Floresta Amazônica, em comemoração ao Dia da Amazônia. O vídeo foi uma parceria entre o WWF e o Instituto Projeto Neymar Jr. A iniciativa fez parte de ações desenvolvidas pelo programa de conservação da Amazônia do WWF no Brasil. No vídeo o jogador faz a seguinte declaração:

5 de setembro, muita gente não sabe, mas esse é o dia da Amazônia.

A maior floresta do mundo que alcança nove países diferentes, faz bem para o mundo inteiro, mas a cada dia que passa, ela está mais ameaçada.

Então faça como eu e o Instituto Neymar Júnior, ajude o WWF a proteger a nossa floresta.

Compartilhe esse vídeo, eu conto com você.

Viva Amazônia!

Tomando como base, uma pretensa autoridade sobre o assunto o autor dá entender que já conhecia, antes do vídeo, sobre o Dia da Amazônia. Fato que gera certo estranhamento por ser uma personalidade avessa as questões ambientais e sociais. O jogador, usando seu lugar de fala celebrizado, evidencia uma perspectiva do senso comum que é o fato de ser a maior floresta do mundo. Existe ainda um esquecimento sobre quem a está ameaçando que seria importante para concluir a ideia central de preservação.

Destaca-se, como é recorrente no discurso das ONGs, o fato de que a Amazônia é somente a Floresta Amazônica, restringindo e simplificando o sentido de Amazônia. Cabe ressaltar aqui alguns aspectos contraditórios sobre a própria data comemorativa Dia da Amazônia. A Lei Nº 11.621, de 19 de dezembro de 2007, instituiu o Dia da Amazônia a ser comemorado anualmente, em todo o território nacional, no dia 5 de setembro. A lei não destaca o que seria a Amazônia ou limita ao conceito de “Floresta Amazônica”. Por isso, entende-se que *lato senso* a comemoração deve ser estendida a tudo que representaria a Amazônia.

Outra questão inerente a lei é que, apesar de não estar explícito, a escolha da data faz referência ao dia 5 de setembro de 1850, quando o Príncipe D. Pedro II decretou a criação da Província do Amazonas (atual Estado do Amazonas). Essa situação tem gerado certo conflito conceitual, pois tem ocorrido uma clara confusão entre a Amazônia e o estado do Amazonas.

Até mesmo o Portal Brasil, site oficial do governo brasileiro, ao divulgar a matéria “Dia da Amazônia é comemorado nesta segunda (5)”⁴⁹ destaca atrativos somente do Amazonas, apagando discursivamente outros estados que estão localizados na região amazônica (Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Amazonas, Tocantins, Maranhão, área do Mato Grosso) e outros países da América do Sul, como: Venezuela, Guianas, Suriname, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador.

A matéria em determinado ponto destaca “cinco atrativos em que os visitantes podem conhecer a biodiversidade e a cultura da região” [buscando fazer referência a Amazônia]: Encontro de rios, Teatro Amazonas, Floresta Amazônica, Festival de Parintins e Praia da Ponta Negra. Esses locais – exceto a Floresta Amazônica - sabidamente estão no estado do Amazonas.

Outro exemplo do discurso que utiliza as celebridades é um vídeo que divulga a assinatura de uma petição para um Projeto Lei sobre o Desmatamento Zero. Em 2015, o documento foi entregue no Congresso Nacional. De acordo com o Greenpeace, “se você ainda não assinou a petição, assine. Nunca é tarde para demonstrar seu apoio à proteção das florestas. Mas se você já assinou, ajude a manter esta chama acesa, levando o assunto para o debate em todos os cantos do país”. O vídeo tem como mote criativo a participação de uma enfermeira que se chama Camila Pitanga:

⁴⁹ Cf <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/09/dia-da-amazonia-e-comemorado-nesta-segunda-5>>

Camila Pitanga (Enfermeira): Meu nome é Camila Pitanga eu sou enfermeira e vim aqui para dizer que as florestas são parte da identidade brasileira.

Camila Pitanga (Enfermeira): Nelas vivem animais e plantas que são a cara do Brasil. E da nossa imagem a gente cuida, por isso eu quero a Lei do Desmatamento Zero.

[Transição de imagem]

Camila Pitanga (Atriz): A responsabilidade de preservar essa riqueza é de todos nós e é isso que nós queremos. Eu também me chamo Camila Pitanga, eu sou atriz e eu assinei pela Lei Desmatamento Zero.

Camila Pitanga (Atriz): Essa causa também é sua, assine e proteja nossas florestas. [Exibido um o texto “Desmatamento zero. Uma lei de todos”]

É interessante notar no vídeo a forma como se concebe a Floresta, mais uma vez existe uma clara visão reducionista sobre o que seja uma floresta, ter em vista que floresta é apenas o local de vida de “animais e plantas”. Como já foi destacado, existem sim esses elementos, mas o ser humano não é incluído no discurso. O homem não faz parte das Florestas? Essa visão ainda é decorrente da visão do homem como dominador da natureza.

Ou seja, a natureza como algo que deve ser visto como um objeto de uso. Essa noção utilitarista da Floresta fica evidenciada no discurso apresentado. A riqueza, comentada no vídeo, é apenas a riqueza daquilo que a Floresta pode oferecer, ou seja, os bens materiais e imateriais. A visão exclui a percepção complexa do que seja uma floresta, que é uma floresta que é integrante da vida humana.

A partir da pesquisa realizada, concluiu-se que existem diversos sentidos discursivos das ONGs Transnacionais sobre a Sustentabilidade Amazônica. Verificou-se a predominância de algumas representações de discursos que privilegiam diferentes estratégias de construção simbólica, tomando como base discursos vendedores e celebrizados.

Tudo é transformado em mercadoria, inclusive a Amazônia. Do ponto de vista discursivo, a Amazônia tornou-se uma mercadoria, pois é “vendida” pelas ONGs Transnacionais como algo que precisa ser salvo, protegido ou guardado. Essa mercadoria possui um valor econômico, que é estimulado a ser dado pelas pessoas. “Você gostaria de proteger a Amazônia? Quer salvar a Amazônia?” E os benefícios que o comprador ganha são diversos: água, equilíbrio da natureza, clima estável...

7.2.7. Considerações sobre a Análise Discursiva

Conforme se apontou na análise dos sentidos sobre a Sustentabilidade Amazônica, os discursos das ONGs Transnacionais não estão só nas palavras, mas na relação com a

exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos. Pelo fato de terem recursos comunicacionais próprios, essas entidades construíram um lugar de fala próprio, chegando a possuir certa autoridade internacional sobre a causa ambiental na Amazônia.

Considerando as circunstâncias da enunciação, as ONGs Transnacionais Greenpeace e WWF são naturalmente midiáticas, sendo que as suas ações geram mídia espontaneamente. O universo discursivo das ONGs ampliou-se com a Revolução da Tecnologia da Informação, em especial com a Internet. As ONGs aproveitam as vantagens da comunicação digital para criar seus lugares de fala e espaços enunciativos.

As mídias sociais utilizadas pelas ONGs Transnacionais potencializam a divulgação das imagens reducionistas sobre a Amazônia. Conforme se destacou, o WWF e o Greenpeace são organizações midiáticas por natureza e por meio de suas performances ativistas, utilização de multimeios comunicacionais e linguagem persuasiva, tornam-se símbolos da preservação ambiental global.

Nota-se que em muitos momentos elas representam a mensagem ambiental personificada. O *ethos*⁵⁰ das ONGs Transnacionais, ou seja, a forma como as ONGs constroem uma imagem de si (ethos discursivo) revela-se no interior dos discursos. Nos atos de enunciação nota-se que as ONGs figuram como heróis, guardiães ou protetoras da Floresta Amazônica.

Em vários momentos, por exemplo, a expressão “salvar a floresta” é empregada para evidenciar o perigo eminente pelo qual a floresta passa. O termo poderia ser substituído por “proteger” ou “preservar”, mas opta-se por “salvar” para colocar em destaque a necessidade de “livrar de um perigo” ou “defender de uma situação desfavorável”.

O *ethos* discursivo, como categoria interativa, não está ligado apenas ao enunciador, à imagem que este reivindica para si próprio. Sendo a imagem do enunciador criada e recriada pelos co-enunciadores, por intermédio de processos de estereotipização, os quais podem ou não ser confirmados pelo processo discursivo, o *ethos* carregará a dimensão do “outro” discursivo.

As ONGs, nos seus discursos, demonstram que reúnem em si atributos necessários para superar ou suplantar os problemas amazônicos, em especial o desmatamento. Nesse

⁵⁰ O *ethos* é uma consciência atuante e objetiva, na qual se manifesta a compreensão, a interpretação simbólica e a regulação da existência humana, dinamizada em um ambiente cognitivo (MAINGUENEAU, 2005). Nesse texto, a palavra *ethos* é entendida como um processo interativo de influência sobre o outro, não sendo uma imagem do sujeito empírico, mas do sujeito que se diz na enunciação, apreendido do próprio discurso.

sentido, *ethos* discursivo se constrói nas instâncias enunciativas, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra por meio de seu discurso.

Além disso, durante o processo analítico, foi possível apreender como o Greenpeace e WWF constroem a noção de sustentabilidade amazônica a partir das seguintes categorias: “globalização econômica”, “poder simbólico”, “natureza imaginária”, “autoridade científica”, “sociodiversidade artificial” e “mercadoria/ grife”. O discurso de sustentabilidade das ONGs Transnacionais apresenta-se ancorado nesses sentidos.

Esses sentidos não representam todo o universo discursivo sobre a questão ambiental na Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Contudo, trata-se de uma parte significativa e global de uma perspectiva que encontra eco em outras formas discursivas, TV, Literatura, Jornais.

Dentro de cada sentido foi possível identificar exemplos de algumas visões contraditórias, apagamentos ou visões equivocadas sobre a sustentabilidade amazônica. Nota-se que existe uma visão reducionista sobre a questão, denotando uma espetacularização do verde amazônico em prol de uma construção imagética que reproduz imaginários amazônicos.

Apresentaram-se exemplos de cada abordagem a fim de ilustrar não somente o sentido em si, mas as contradições existentes no âmbito de cada um. A intenção foi desvelar discursivamente essas propriedades, caracterizando uma reflexão crítica do discurso. Durante a análise, expomos alguns não-ditos, esquecimentos, apagamentos realizados discursivamente e os elementos constitutivos de suas condições de produção e propriedades internas.

Esses sentidos só puderam ser percebidos a partir de uma visão complexa da Amazônia (MORIN,2008). A noção de sustentabilidade amazônica das ONGs Transnacionais, dessa forma, é voltada para um capitalismo verde, buscando apenas dar “a impressão de estar em consonância com a natureza, quando, na verdade, a considera como mero repositório de recursos para fins econômicos, sem entendê-la como uma realidade viva [...]” (BOFF, 2012, p.53).

O discurso das ONGs, através das diversas marcas lingüísticas, mostra que a Amazônia é concebida como uma reserva territorial estratégica, tendo em vista ser um “repositório de serviços ecológicos”. Ao mesmo tempo mostra a importância da Floresta Amazônica, mas busca omitir a questão econômica. Entretanto, as marcas discursivas permitem perceber a visão econômico-financeira que está por detrás do discurso.

O discurso que sustenta os textos é um discurso econômico, ainda que enunciativamente se apresente como uma discussão ambiental. Trata-se abertamente de um discurso neocapitalista, que pensa a presença na Amazônia a partir de uma dimensão geopolítica pautada em interesses econômicos. Ademais, nota-se que a legitimação se dá por um pretense discurso científico que convalida uma exacerbada visão da Floresta Amazônica e olvida a diversidade sociocultural existente na Amazônia.

O discurso das ONGs Transnacionais, como pode ser percebido pela análise dos textos, é **ecocêntrico, contraditório e equivocado**. É Ecocêntrico, pois está centrado somente na natureza amazônica (flora, fauna e outros organismos vivos), como se não existisse sociedade e cultura na Floresta Amazônica. A perspectiva é predominantemente ecológica e pensa separadamente a natureza, sociedade e cultura.

A visão da Amazônia, assim, é compartimentada, mecanicista e parcial da realidade. Toma como base a natureza como superior ou colocando o homem fora da natureza, como se ele não fizesse parte dela. Essa separação natureza-homem é uma marca discursiva recorrente e que implica na espetacularização do verde amazônico.

É contraditório, pois ao mesmo tempo em que defende a natureza, a Amazônia, não apresenta as reais causas do desmatamento. Ora apresenta interesses econômicos, por meio das marcas lingüísticas, ora se mostra contrário a destruição das florestas, ora apresenta-se favorável ao sistema capitalista, que presume a exploração econômica da floresta.

É equivocado porque alega que as causas do desmatamento da Amazônia são as queimadas, a expansão da soja, as hidrelétricas e outras. Mas esses são apenas efeitos de uma causa que se pretende defender, que é uma exploração econômica da região. Os interesses ora se misturam no discurso. Alega-se como causa aquilo que é efeito. Portanto, poderíamos questionar o caso da carne: basta parar de comer carne para que a Amazônia seja preservada? Ou acabar com os pastos para que a região não seja devastada? Na verdade, sabe-se que efetivamente não funciona assim.

Analisando criticamente as causas reais do desmatamento da Floresta Amazônica, nota-se que as causas são resultantes de uma série de fatores conjunturais aliados ao modo de consumo pós-moderno. Mas isso em nenhum momento é citado nos textos analisados. No entanto, os discursos das ONGs esquecem as questões interligadas ao modo de produção capitalista, mas ao mesmo tempo tomam-no como base, por exemplo, ao defender o *Triple Bottom Line*.

Analisando criticamente as origens das causas do desmatamento e degradação da Amazônia, vê-se que resultam não exclusivamente, mas principalmente do tipo de

desenvolvimento industrialista/ capitalista praticado. Por isso, o discurso da sustentabilidade amazônica das ONGs Transnacionais é por nós considerado superficial, vago e retórico, pois não aborda sobre aquilo que está na essência do problema.

O discurso das ONGs Transnacionais foge da questão principal que é o da incompatibilidade com o atual modo de produção e consumo. O discurso pode, assim, servir como elemento descaracterizante das reais necessidades de sustentabilidade, colocando fora de foco as questões sobre a Amazônia.

A Floresta Amazônica representa, para as ONGs, um repositório de serviços para serem utilizados pela humanidade. Essa visão demonstra que a floresta é um objeto de uso e os não ditos do discurso colocam o ser humano fora da Amazônia, como se ele estivesse fora dela e não dependesse dela. Critica-se essa perspectiva, pois na visão complexa da Amazônia, as partes são partes de um todo, sociedade, cultura e natureza são um só, indivisível.

Esta lógica discursiva produz dois efeitos: a espetacularização do verde amazônico e a reprodução de imaginários sobre a natureza Amazônica. O discurso simplifica de tal modo a sustentabilidade amazônica que se perde a visão do todo. Como se destacou na seção sobre complexidade ambiental e sustentabilidade amazônica, os fenômenos não são lineares e simples, mas sempre articulados com distintos fatores, interações e informações de tal forma entrelaçados que formam uma unidade complexa.

Buscamos mostrar como as ONGs constroem discursivamente a Sustentabilidade e a Amazônia, destacando diversos aspectos da sua criação de sentidos. É importante destacar que as abordagens do Greenpeace e WWF sobre a Amazônia, em alguns momentos, apresentam-se diferenciadas. A prática discursiva vendedora, por exemplo, demonstra-se desigual em conteúdo e densidade, apesar de terem o mesmo apelo para doações. No entanto, o conjunto do material analisado nos permite afirmar que ambas constroem uma imagem parcelar e reducionista da Amazônia.

A partir da análise, podem-se apontar as seguintes constatações:

- I. Baseia-se em e imagens representações coloniais da Amazônia, reproduzindo diversos interdiscursos históricos;
- II. O discurso delas (re)produz um sentido da Amazônia como um “Santuário Ecológico”, disseminando um imaginário global e midiático;

- III. Pelo Esquecimento Nº2 produzem um sentido de que os povos indígenas e as populações tradicionais não são o foco, sendo o mais fundamental a manutenção da floresta;
- IV. Produz efeitos de sentidos que objetivamente separaram a natureza, sociedade e cultura;
- V. Condiciona o sentido de reducionismo/simplificação da complexidade ambiental da Amazônia, demonstrando diversos Esquecimentos;
- VI. É marcado pela falácia do Desenvolvimento Sustentável e não esclarece as reais causas do desmatamento da floresta (Capitalismo); e
- VII. O posicionamento/ visão de mundo (ideologia) das Transnacionais demonstra que são multinacionais do meio ambiente.

Esses sentidos que estão no discurso das Transnacionais são frutos das formações ideológicas do movimento ambientalista transnacional e do contexto histórico-social da questão ambiental na Amazônia. A ADF nos permitiu ir além do visível, trazendo exemplos desses sentidos pré-construídos que são frutos de interdiscursos (manifestações anteriores que compõe ideias gerais).

Nos textos analisados é recorrente um discurso que reconstrói as imagens dos cronistas e viajantes por meio de possíveis desvendamentos de mistérios. As ONGs reproduzem um universo simbólico que alimenta aqueles antigos relatos dos Viajantes. Discursos, daquele período, ecoam, hoje, como vozes do passado rememoradas.

As maravilhas amazônicas, incorporadas pelos relatos dos viajantes, cronistas, naturalistas, são ressignificadas nos discursos das ONGs Transnacionais. Diversas marcas lingüísticas foram identificadas e respaldam essa afirmação. O deslumbramento é um dos efeitos de sentido gerados por um discurso que prima pela sustentabilidade, mas de forma imaginária.

Como foram no passado construídas as noções de Amazônia como se pode ler nas crônicas das descobertas, o poder do discurso das ONGs transmite imagens de uma Amazônia demograficamente vazia, marcada pela natureza pujante e formada prioritariamente por índios (esquecendo a diversidade social, étnica e cultural). Existe uma ênfase na ideia de descobertas possíveis, possibilidades inúmeras de intervenção nesse mundo sempre novo chamado Amazônia.

O discurso das ONGs é marcado por formações discursivas e diversas construções imagéticas sobre a Amazônia, que se assemelham com “região universal”, “santuário

ecológico”, “pulmão do mundo”, “eldorado”, “paraíso” e outras. No discurso ambientalista é possível notar várias marcas de linguagem que caracterizam uma construção ideológica e interdiscursos.

Essas imagens criadas sobre a Amazônia não são recentes, na verdade, estão atreladas aos primeiros contatos dos europeus com a Amazônia. Contudo, as Transnacionais ambientalistas “alimentam” no imaginário coletivo o fato da região se restringir apenas a questão verde. Em alguns textos, como analisamos, é possível notar isso de forma clara, a visão restrita sobre a Amazônia.

As Transnacionais utilizam-se de recursos imagéticos para “vender” a Amazônia como santuário ecológico que precisa ser preservado a todo custo e que para isso é preciso agir em diferentes cursos. Constata-se também que as ONGs Transnacionais se baseiam no discurso da ameaça iminente à Floresta Amazônica e, por conseguinte, esquecem as populações tradicionais, quilombolas, seringueiros, castanheiros, indígenas e outros. Nesse discurso da exacerbação da natureza, existem vários apagamentos sobre a relação homem-natureza e as populações tradicionais, quando citadas, não possuem a mesma importância, sendo consideradas num plano inferiorizado.

O patrimônio histórico-cultural das populações amazônicas, a riqueza das relações socioculturais, elementos indissociáveis do ser humano, muitas vezes, são esquecidos ou deslocados no discurso das ONGs. Dessa forma, ao enfatizar o sentido de que a região é um patrimônio puramente natural, as riquezas históricas e culturais são suprimidas. Nota-se ainda que os indígenas são projetados com representações habituais, rostos caracterizados, fenótipos e adereços. Essa visão estereotipada é recorrente em vários textos que se predispõe a reforçar a imagem pueril do índio.

O esquecimento e arquivamento da sociodiversidade amazônica estão contidos nos discursos, promovendo, ao mesmo tempo, o incessante mecanismo de rememoração dos viajantes. Mesmo não se tratando do discurso dos viajantes, o discurso das ONGs recupera elementos ideológicos característicos daquela época.

A Amazônia que é abordada pelos textos do Greenpeace e WWF é o resultado da conjunção de fragmentos de sentidos que envolvem uma perspectiva de globalização ambiental, marcada por discursos que recuperam imagens de natureza exuberante, já contidas em um imaginário coletivo da Amazônia Colonial. Percebe-se que é do Imaginário Colonial que as ONGs transnacionais recuperam e recriam a imagem da Amazônia exótica.

Outra constatação que se percebe é que o discurso utilizado não reflete a complexidade ambiental da Amazônia e se demonstra reducionista. O discurso das Transnacionais sobre a Sustentabilidade Amazônica constitui-se em processos em que há transferências de sentidos, jogos simbólicos, equívocos e contradições. O reducionismo, por exemplo, é enfaticamente percebido quando se percebe a questão da dicotomia na relação “natureza x cultura”, estando dissociados ideologicamente.

A Amazônia passa a conter um novo conjunto de signos e ideias-força de suas representações no mundo por meio das ONGs Transnacionais que reinterpretem a Amazônia. Existe, por consequência, uma “espetacularização do verde” no mundo globalizado e uma construção imagética que reforça preconceitos e estereótipos: a ideia de que ela seria uma região formada por regiões inexploradas, “selvas exuberantes” e “recursos naturais ilimitados”.

Somam-se as visões de que a Amazônia é apenas um “território vazio” a ser preservado. Os discursos analisados podem “alimentar” enunciados recorrentes, tais como a Amazônia é um grande vazio populacional, apenas uma imensidão verde ou habitada por índios somente. Ademais, as noções de vazio humano e atraso cultural são procedentes dessas perspectivas no discurso das ONGs Transnacionais.

Esses estereótipos são (re) construídos pela falta de conhecimento, sendo representações que se encontram no imaginário historicamente construído. Há momentos em que elementos de antigas narrativas acham-se de tal modo reiterados que dão a impressão de que o texto recorreu expressamente ao texto histórico. É o caso, por exemplo, da descrição dos animais que compõe a Floresta, comparando “um macaco do tamanho de uma escova de dente e uma aranha do tamanho de uma bola de beisebol” (GREENPEACE).

Em síntese, durante a análise, notou-se que as práticas discursivas das ONGs Transnacionais são diversificadas e existe uma multiplicidade de formas simbólicas de construir a região amazônica em virtude das diferentes formas de apropriação lingüística. Percebe-se que existe uma complexidade no sistema simbólico, visto que há uma série de interesses envolvidos, que são expressos por meio das diferentes formas discursivas.

Os discursos do Greenpeace e WWF não são homogêneos, pois estão pautados por uma diversidade de “vozes”: organismos internacionais, investidores, especialistas, ativistas, técnicos ambientais, instituições, representantes legais e outros. Todas essas vozes estão presentes nos discursos sobre a sustentabilidade amazônica, somando-se aos

diversos interdiscursos históricos, sociais e culturais existentes sobre a questão ambiental amazônica.

Assim, evidencia-se que os discursos das ONGs Transnacionais são polifônicos, pois tem muitas vozes de diferentes campos ambientais. Essas vozes se desenvolvem preservando um caráter ecocêntrico, histórico, conservacionista, em contraste com a necessidade de integração homem-natureza, ação necessária para o desenvolvimento sustentável. A rede discursiva é construída em torno de uma Amazônia voltada apenas para conservação da Floresta Amazônica.

A partir da pesquisa realizada, concluiu-se que existem diversos sentidos discursivos sobre a Sustentabilidade Amazônica. Verificou-se a predominância de algumas categorias e representações de discursos que privilegiam formas de construção simbólica baseadas em discursos historicamente reproduzidos e derivados de imaginários coloniais sobre a Amazônia. Ao mesmo tempo, nota-se que o discurso também se constitui em diversos esquecimentos e apagamentos.

8. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar os processos de significação e as práticas discursivas das ONGs Transnacionais WWF e Greenpeace, estabelecendo relações entre o discurso da Sustentabilidade Amazônica, a (re) construção de imaginários e a “espetacularização do verde” no mundo globalizado. A investigação privilegiou a natureza qualitativa, visto que se acredita ser a mais coerente com a natureza da problemática da pesquisa.

A Análise do Discurso Francesa (ADF) demonstrou ser um valioso instrumental de trabalho para estudar as práticas discursivas de WWF e Greenpeace, já que ofereceu os meios para a reflexão sobre a estrutura e a produção de sentidos. Por meio da Análise do Discurso, descobrimos pistas que puderam levar à interpretação dos significados, desvendar as marcas estruturais e ideológicas dos textos. A ADF, por meio da identificação das marcas, nos ajudou a evidenciar nos fragmentos dos textos sentidos diferenciados sobre a sustentabilidade amazônica.

Outrossim, a imersão nas questões voltadas para a construção imaginária da Amazônia ajudou a entender melhor os interdiscursos das ONGs Transnacionais, relacionando ao discurso histórico e colonial. Da mesma forma, a ampliação da visão sobre a Sustentabilidade Amazônica pelo Pensamento Complexo (MORIN, 2008) foi um conhecimento essencial para perceber os limites teórico-conceituais dos discursos das ONGs, proporcionando um melhor entendimento sobre a Sustentabilidade Amazônica. A Sustentabilidade Amazônica não pode ser vista como unívoca, isolada, mas sim como uma extensa rede de sistemas e processos intrinsecamente interligados e interdependentes.

Entende-se que o discurso ambientalista das ONGS Transnacionais não é algo inocente, pelo contrário, é marcado por uma série de interesses econômicos, políticos e mercadológicos. Ao divulgarem suas atividades por meio das ações ativistas e ações midiáticas, acabam (re) criando uma “Amazônia Espetacular”, além de oferecerem um produto midiático mais interessante, acabam reduzindo a região ao campo ambiental, gerando esquecimentos dos aspectos sociais e culturais.

Dessa forma, defende-se que no campo simbólico elas não apenas influenciam a percepção que se tem sobre a Amazônia, mas contribuem para alimentar um imaginário previamente construído, apresentando os mesmos fundamentos dos relatos dos primeiros viajantes que estiveram na Amazônia no século XVI. Inferimos que o imaginário global e reducionista sobre a Amazônia tem sido influenciado pelas ações midiáticas desenvolvidas

pelas ONGs Transnacionais. Essa influência incontestável desse discurso ambientalista no mundo globalizado justificou a necessidade de um estudo simbólico sobre a projeção da Amazônia.

Pode-se afirmar que os discursos das ONGs Greenpeace e WWF, ao abordar sobre a Amazônia, produzem diversos efeitos simbólicos no cenário global. A Amazônia é projetada apenas como “verde”, uma visão essencialmente ecológica, que apaga a complexa tessitura social e cultural amazônica, conforme se demonstrou nas análises discursivas. Para as ONGs, a Floresta Amazônica é constituída de árvores, curso de água, pássaros, animais... o homem é um elemento a parte. Essa visão reproduz aquilo que justamente quer se combater, que é a destruição do meio ambiente amazônico, visto que a visão que separa o homem da natureza é a essência do desmatamento.

Nesse campo discursivo, as ONGs Greenpeace e WWF realizam uma (re) invenção da Amazônia, cujos fundamentos seriam ditados pela globalização econômica, naturalização, poder simbólico, autoridade científica e um apagamento da sociodiversidade. Sustentamos que as ONGs, basicamente, tem três formas de representar a Amazônia: baú de recursos, natureza espetacular e mercadoria. Essas formações discursivas foram construídas a partir de preconceções suscitadas por conceitos historicamente datados.

As imagens da Amazônia são (re) produzidas a partir de um imaginário colonizado. Nota-se que essas imagens apagam as relações socioculturais e a complexidade amazônica, caracterizando o discurso da sustentabilidade a partir de diversas formas de poder simbólico, político, econômico, tomando como subsídio as dimensões científicas e tecnológicas.

O ideário de Amazônia que mobilizou os viajantes, cronistas e expedicionários é atualizado, ao nosso ver, continuamente no discurso das ONGs Transnacionais, pois as matrizes conceituais e ideológicas daquela época são as bases do discurso ambiental sobre a sustentabilidade amazônica. Dessa forma, aquelas imagens ainda perduram no imaginário global por uma composição midiática formada por diversos eixos ideológicos, dentre eles as ONGs Transnacionais.

Dessa forma, ocorre uma constante (re) invenção da Amazônia pelo olhar das ONGs Transnacionais. Trata-se de um olhar moderno, atualizado e mundial que (re) constrói velhas percepções que se juntam a outras e povoam o imaginário da sociedade global, ainda que possam ser lidos sob outros signos: baú de recursos, produto midiático, natureza exótica, marca de uma moda ou mercadoria (objeto de consumo). Buscou-se interpretar o

discurso das ONGs Transnacionais a partir desses sentidos diversificados que compõe a Sustentabilidade e Amazônia.

As representações da Amazônia são a chave do entendimento sobre o discurso das ONGs e das proposições que mobilizam suas ações. Assim, a Amazônia, no nível do imaginário, é reconstruída simbolicamente por meio da mobilização de diversos interdiscursos coloniais.

As ONGs reinventam a Amazônia, antes de tudo como natureza, privilegiando uma dimensão estética, exótica e espetacular. Caracteriza-se uma Amazônia com a ausência do homem em seus discursos e imagens. Ademais, existe uma grife “amazônia” que foi construída a fim de aproximar as estratégias discursivas das ONGs e as estratégias mercadológicas. Pode-se asseverar a existência de um mix de mercado utilizado pelas ONGs: Amazônia (Produto), Mundo (Praça), Estratégias Discursivas (Promoção) e Doações (Preço).

O lugar de fala das ONGs Transnacionais é construído por meio de respaldado científico e pelas nuances do poder, caracterizado pelas articulações políticas e econômicas. As ONGs Transnacionais Ambientalistas Greenpeace e WWF, utilizando-se de vários recursos discursivos, buscam produzir imagens da Amazônia de acordo com as suas perspectivas de mundo e impor a aceitação globalizada dessa imagem como realidade. Existe ainda um esquecimento do rico patrimônio cultural dos amazônidas.

Nessa produção de imagens, ocorre o destaque as paisagens naturais e ao meio ambiente. Cria-se uma imagem reducionista que não representa a complexidade da Amazônia. Graças aos fenômenos da globalização informacional e instantaneidade da informação, as mídias sociais proporcionam uma ampla divulgação dessas representações imagéticas sobre a Amazônia.

As ONGs Transnacionais estão envolvidas numa disputa simbólica para imporem a definição de Amazônia conforme seus interesses, e atribuírem a legitimidade de suas ações reproduzindo uma Amazônia transfigurada. Elas conduzem essa percepção por meio da disseminação de discursos em dispositivos tecnológicos produzidos por especialistas da produção simbólica (BOURDIEU, 1989).

As mídias sociais utilizadas pelas ONGs Transnacionais potencializam a divulgação das imagens reducionistas sobre a Amazônia. Essas plataformas têm amplo potencial para efetivar o aprimoramento no relacionamento com os diversos seguidores, pois esses são, hoje, mais diversificados e, principalmente, mais exigentes quanto ao relacionamento, ou

seja, cada seguidor quer ter oportunidade de diálogo aberto, transparente e deseja ter vez e voz nas discussões.

No cenário global, as ONGS transnacionais re (constroem) a Amazônia por meio da construção dos sentidos e práticas discursivas. Os sentidos e as práticas discursivas demonstram que as ONGs Transnacionais reproduzem uma Amazônia inventada, uma noção estruturada em diversas unidades de significações redutoras, estabelecidas por fragmentos históricos recuperados do imaginário colonial.

Reproduzem-se constantemente as ideias de reserva estratégica, natureza exótica, exuberante e mítica, pautando-se numa visão geopolítica fundamentada em uma autoridade científica. Esse conjunto de sentidos compõe a visão das ONGs sobre a região, uma construção ideologicamente no apagamento da sociodiversidade, denotando representações de indígenas do século XVI. Essa projeção simbólica é difusa e pautada em noções incertas.

Para se chegar a essas conclusões, a questão epistemológica do estudo compreendeu ações complementares de ruptura epistemológica e construção crítica do objeto científico. Nesse sentido, a ruptura epistemológica da pesquisa foi feita com base no pensamento complexo (MORIN, 2008), destacando-se a existência de uma complexidade discursiva caracterizada por redes simbólicas diversas, sentidos contraditórios e interdiscursos conflituosos.

A compreensão sobre o discurso da sustentabilidade amazônica foi construída por meio de uma análise contextual e complexa. O pensamento complexo representa, assim, uma mudança de pensamento sobre o desenvolvimento sustentável da região, substituindo o paradigma da simplificação, onde os objetos são isolados para serem compreendidos, para uma visão conjuntural, que leva em conta a totalidade (o todo e as partes) e a inter-relação dos objetos.

A pesquisa realizada, de nenhum modo, se restringiu a uma análise conteudista dos textos das ONGs. O enfoque deteve-se em uma análise sociocultural das representações imagéticas que são emitidas pelas ONGs, as construções de sentidos que são feitas sobre a Sustentabilidade da Região, as relações existentes entre globalização, imaginário, poder e espetacularização da Amazônia.

Cada sentido discursivo foi amparado por um quadro teórico específico, assim foram feitas discussões embasadas em autores com denso conhecimento na área em questão. A intenção era não se deter somente aos exemplos obtidos na Análise do Discurso, mas subsidiar teoricamente e aprofundar as discussões.

A operação epistemológica decorreu do princípio de que “o fato científico se conquista contra a ilusão do saber imediato” (LOPES, 2005, p.122). Buscou-se, assim, mostrar que os discursos das Transnacionais estão emanam de influências ideológicas, políticas e econômicas. Indagaram-se os diversos ditos e não-ditos nos discursos dessas ONGs Transnacionais e foram identificadas diversas relações de sentido, pautadas em redes, processos socioculturais e motivações políticas/econômicas. A legitimidade do “lugar de fala” transnacional construído historicamente também foi discutida a partir dos pressupostos teóricos.

As análises discursivas puderam romper com o dito (o visível), demonstrando uma articulação teoria-pragmática que contribui para o reconhecimento de que a complexidade está no discurso ambiental sobre a Amazônia. Espera-se, dessa forma, ter construído uma compreensão discernível, utilizável e adaptável para ilustrar os sentidos e práticas discursivas das ONGs Transnacionais.

Os enunciados das ONGs Trans produzem ideias/conhecimentos que buscam legitimar sua atuação na Amazônia, configurando-se como um instrumento de poder que produz significações de caráter simbólico, espetacular, científico, imaginário, ambiental e político.

Buscou-se lançar um olhar crítico sobre as práticas discursivas das ONGs WWF e Greenpeace, que são consideradas por vezes naturais. Contudo, o discurso encobre diversas questões que precisam ser levadas em consideração, sobretudo, na dimensão simbólica. São discursos, ideias, informações, conhecimentos, especulações, representações que projetam um simbolismo singular à região amazônica e são disseminados pela globalização dos meios de comunicação.

A compreensão da sustentabilidade amazônica se dá a partir de uma visão simplificada. A região é reduzida discursivamente a densa Floresta Amazônica com ampla variedade de intencionalidades. Por meio das marcas textuais, foi possível constatar as características discursivas que projetam uma visão da região amazônica. Notou-se que o discurso das ONGs confunde-se com a perspectiva dos viajantes, demonstrando elementos ideológicos recuperados da Amazônia Colonial e da Amazônia construída pelos pensadores do século XIX e XX, com profunda influência até os dias atuais.

Por outro lado, as construções discursivas denotam que as ONGs são ideologicamente marcadas por um capitalismo verde, mesmo que discursivamente apresentem essa negativa. As manifestações ideológicas na prática discursiva ficaram evidenciadas, pois existe uma regularidade entre certo número de enunciados. A Amazônia

não se constitui somente pela natureza [ecológica], mas sim pela dimensão social e cultural.

Não somente os meios de comunicação, mas também as pessoas interessadas na Amazônia tomam como referência as informações divulgadas pelo Greenpeace e WWF, por isso, o imaginário global sobre a Amazônia é influenciado sim por elas. Com a Internet, as pessoas privilegiado a consulta de informações sim em buscadores e sites disponíveis na rede mundial de computadores, assim os significados das informações divulgadas pelas ONGs são potencializados e os processos de significação são decisivos para a formação imagética da Amazônia.

Constatou-se nessa pesquisa que as ONGs projetam em seus discursos diferentes imagens da Amazônia, uma tradução simbólico-material que (re) constrói um imaginário dos cronistas e viajantes, um espaço mágico, místico e ao mesmo tempo fantástico. Notou-se ainda que a noção de sustentabilidade amazônica das ONGs Transnacionais é determinada por um capitalismo verde, buscando apenas dar “a impressão de estar em consonância com a natureza, quando, na verdade, a considera como mero repositório de recursos para fins econômicos, sem entendê-la como uma realidade viva [...]” (BOFF, p.53).

Espera-se que esta Tese possibilite a todos um reconhecimento de que a Amazônia não pode ser vista de uma maneira simplória. A discussão serve para repensar os discursos e a própria noção de Amazônia. É interessante para questionar os mais diversos tipos de produção simbólica sobre a região, não somente da ONGs, mas também da TV, jornais, revistas, cinema, literatura, livros e currículos escolares.

Assim como Gonçalves (2001, p. 16) também acreditamos que “não há uma Amazônia, mas várias. Não há, conseqüentemente, uma visão verdadeira do que seja a Amazônia”. A Amazônia precisa ser vista por meio de caleidoscópios científicos, que a apresentem de forma complexa, contraditória, dialógica, recursiva, hologramática e sociocultural.

As representações da Amazônia devem ser feitas por meio de várias lentes, multiplicando-se diferentes visões conforme os ângulos de apropriação e proximidade com a região. Essa decifração permitirá, no futuro, que as estratégias de desenvolvimento sustentável se efetivem e ajudará na compreensão do próprio funcionamento da sociedade amazônica.

A sustentabilidade amazônica deve basear-se em uma visão complexa-integralizada, não sendo possível conceber uma noção de sustentabilidade que separa discursivamente

homem-natureza. A Floresta Amazônica é também sociedade-natureza–cultura. Sem este olhar complexo, a perspectiva da sustentabilidade amazônica, adotada pelas ONGs Transnacionais, permanecerá apenas um discurso esteticamente admirável, mas com implicações práticas redundantes.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristobal. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das Organizações Não-Governamentais Transnacionais na elaboração de políticas públicas do estado brasileiro para a região Amazônica**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2008.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

ALTHUSSER, L. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. **Indicadores de Sustentabilidade aplicáveis à gestão e políticas públicas para os resíduos sólidos industriais: uma contribuição com foco no Polo Industrial de Manaus (2012)**. Manaus: EDUA, 2014.

BALDISSERA, Rudimar. A comunicação (re)tecendo a cultura da sustentabilidade em sociedades complexas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Org). **A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações**. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2009.

BALDISSERA, Rudimar; KAUFMANN, Cristine. **Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada**. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Organicom), ano 10, n. 18, 2013.

BARROS, Marcus. A complexidade amazônica e o desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, Márcilio de (org.). **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (orgs). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. Ed. Manaus: Editoria Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168 p.

BECKER, B. K. **Amazônia: Desenvolvimento e Soberania**. In: Rezende, F.; Tafner, P.. (Org.). **Brasil. O Estado de uma Nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

BECKER, Bertha K.. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados. São Paulo , v. 19,n. 53,p. 71-86,2005.

BEHRENDTS, Laura Romeu. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes e além-depois**. 2. Ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. Ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Desenvolvimento sustentável da Amazônia: cenários, perspectivas e indicadores**. Manaus: Editora Valer e Universidade do Estado Amazonas, 2002.

BENTES, R. **A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOLLE, Willi. A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542). In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BUCLET, Benjamin. **Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 12, São Luis/MA, 2010.

BUCLET, Benjamin. **Les réseaux d'ONG et la gouvernance en Amazonie**. Revista Autrepart (n° 37) - Revue de sciences sociales au Sud /2006, p. 93-110. URL : www.cairn.info/revue-autrepart-2006-1-page-93.htm.

BUCLET, Benjamin. **Le marché international de la solidarité: les organisations non gouvernementales en Amazonie brésilienne**. 2004. Tese de Doutorado. Paris, EHESS.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação defendida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2002.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais**. Informação & Informação (UEL. Online), v. 15, p. 1-12, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. O Jornalismo Científico no Brasil: os desafios de uma longa trajetória. In: PORTO, Cristiane de Magalhães. (Org.). **Difusão e Cultura Científica: alguns recortes**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009, v. , p. 113-125.

CABRAL, Bernardo. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Revista Justiça e Cidadania, Edição N.65, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
<http://www.editorajc.com.br/2005/12/a-amazonia-e-a-cobica-internacional/>

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMELY, Nazira Correia. **Onguismo como Nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade: um Estudo sobre a Amazônia Brasileira**. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 4 – 23, jan./jun. 2011.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2009.

CAMELY, Nazira Correia. **Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental: um estudo sobre a intervenção das ONGs no estado do Acre**. GEOgraphia (UFF), v. 19, p. 55-73, 2008.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (Org). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia Brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713. set./dez. 2007.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do Novo Descobrimento do Famoso Rio Grande Descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana**. Edição Bilingue. São Paulo: Scritta/ Embaixada da Espanha, 1992.

CARVALHO, Luiz de Oliveira. A Amazônia emergente: as bases programáticas para um modelo de desenvolvimento sustentável. In: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Orgs). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

CARVALHO, Luiz. **Amazônia: espectros da globalização**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CHAUI, M. de S. **O que é ideologia**. In: Coleção primeiros passos. Brasiliense, 2001.

CMMA. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

CORRÊA, C.H.W.; GALDINO, K. **Temática ambiental e participação social na Internet**: o fórum Queimadas do WWF-Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005. Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Intercom, 2005.

COSTA, L. M. **O esverdeamento da imprensa**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. III No 2 - 2º semestre, 2006.

COSTA JUNIOR, Pedro Wilson Oliveira da. **O local do global**: as contribuições sociológicas de Roland Robertson acerca da globalização. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 5, n. 9, p. 163-182, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. v. 2.

DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008.

DIEGUES, A. C. **O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência do ambiente na conservação da natureza**. Meio Ambiente e Crescimento Econômico. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

FAULHABER, Priscila; DE TOLEDO, Peter Mann (Ed.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Impege Editoração, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERREIRA, Rosila Arruda. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais**: caracterização e procedimentos. Recife: UFPE, 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, npo. 1ve9m7-b2r2o3/,2 n0o0v1embro/ 2001.

FONSECA, Osório. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

FREIRE, Priscila. **Discursos sobre a Amazônia na mídia**. Curitiba: Editora Appris, 2015.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **A sustentabilidade como paradigma**: cultura, ciência e cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FREITAS, Marcílio de (Org). **Amazônia**: passado, presente e futuro. Curitiba: Juruá, 2016.

FREITAS, Marcílio de. Educação, Desenvolvimento Sustentável e a Amazônia – pressupostos e virtualidades. In: FREITAS, Marcílio de (org.). **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010.

FREITAS, Marcílio de. **O estado do Amazonas**: projeções geoistóricas de um novo processo civilizatório. Manaus: Editora Valer, 2008.

FREITAS, Marcílio de. **Projeções estéticas da Amazônia**: um “olhar” para o futuro. Manaus: Editora Valer e da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

FREITAS, Marcílio de (Org). **A ilusão da sustentabilidade**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas: Edições Governo do Estado, 2003.

FREITAS, Marcílio de. Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia. In: FREITAS, Marcílio de (Org). **A ilusão da sustentabilidade**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas: Edições Governo do Estado, 2003.

FREITAS, Marcílio de. Os contornos dos processos da natureza. In: FREITAS, Marcílio de (Org). **A ilusão da sustentabilidade**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas: Edições Governo do Estado, 2003.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia**: a natureza dos problemas e os problemas da natureza. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 2001.

GARCIA, Tirza Myga. **A análise do discurso francesa**: uma introdução nada irônica. Working Papers Lingüística, UFSC, N.Z 2003.

GARNELO, L.; SAMPAIO, S.: **Globalização e ambientalismo**: etnicidades polifônicas na Amazônia. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 755-68, set.-dez. 2005.

GIANSANTI, R. **O desafio sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. (Série Meio Ambiente)

GILL, R. Análise de Discurso. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p.244-70.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-agosto. 2011

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Território imaginado**: imagens da Amazônia no cinema. Manaus: Edições Muiraquitã, 2012.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Pensamento social sobre a Amazônia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) - Somanlu, ano 10, n. 2, jul./dez. 2010.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Território imaginado**: imagens da Amazônia no cinema. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2009.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

GREENPEACE (Brasil). **Relatório Anual 2014**. 2015. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/relatorio%20anual%202014%20greenpeace.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

GREENPEACE (Brasil). **A crise silenciosa da Amazônia**. 2014. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/a-crise-silenciosa-da-amazonia/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GREENPEACE (Brasil). **Amazônia, sua linda!** [201-]. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Amazonia-sua-linda/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GREENPEACE (Brasil). **Amazônia**: fascínio e destruição. [201-]. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GREENPEACE (Brasil). **Desmatamento zero é a esperança**. [201-]. Disponível em: <http://www.salveasflorestas.org.br/> >. Acesso em: 2 maio 2016.

GREENPEACE (Internacional). **Amazon**. [201-]. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/forests/amazon/>>. Acesso em: 27 abr.2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo. Vol. 4n. 11 p. 11 - 25 no v. 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, 39: 13-21,1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 47-60, 2005.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 13.ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2008.

IANNI, Octavio. **O Príncipe Eletrônico**. Revista Perspectivas, revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1999.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

INUI, Raul Eiji. **Sociedade Civil Organizada e impactos no Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: o caso das Transnacionais**. Dissertação defendida no Programa de Pós graduação em Ciências do Ambiente da UFAM. Manaus: UFAM, 2005.

KISIL, Marcos. Organização Social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRUGER, Marcos Frederico. **A Amazônia na visão dos viajantes**. In: Congresso Brasileiro de Tropicologia, Recife, 1987.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna. 9. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LEITE, Carla Vladiane Alves. **A sobreposição de direitos da comunidade quilombola do tambor e a unidade de conservação Parque Nacional do Jaú: uma análise crítica**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, 2014.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

- LIRA, Aline Ferreira. **Fizemos tudo o que a norma mandou**: da teoria à prática da comunicação ambiental proposto pela norma ISSO 14001. Dissertação defendida no Centro de Ciências do Ambiente, no mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 3 ed. Belém, Pa: Cultural Brasil, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do Discurso**: uma entrevista com Dominique Maingueneau. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 4, n. 6, março de 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1993.
- MAFFESOLI, Michel. **Entrevista de Michel Maffesoli sobre o imaginário é uma realidade**. Revista Famecos, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2008.
- MARCONDES, Sandra. **Brasil, amor à primeira vista**. São Paulo: Peirópolis, 2005, p.189
- MARCOVITCH, Jacques. **A gestão da Amazônia**: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova: revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 17, p. 49-66, Junho 1989.
- MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**: alinhavos para uma história de futuro. 3. ed. rev. e aum. Belém: BASA, 1997.
- MENEZES, Daniel Santos; SIENA, Osmar. **Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal**. Revista Organizações & Sociedade. Salvador, v.17, n.54, Julho/Setembro, 2010.

MIGUEL, Katarini G. **Pensar a cibercultura ambientalista**: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil. Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa Áreas Protegidas da Amazônia** (ARPA). Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/arpa/>>
Acessado em 08 nov. 2016.

MORAES, Denis. **O ativismo digital**. Universidade Federal Fluminense, Brasil, 2001. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/texto.php?html2=moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acessado em 10 nov. 2014.

MORENO, Juan Carlos. Fuentes, autores y corrientes que trabajan la Complejidad. In: VELILLA, Marco Antonio (Org.). **Manual de Iniciación Pedagógica al Pensamiento Complejo**. Bogotá: Corporación para el desarrollo complexus, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **O método II**: a vida da vida (trad. Marina Lobo). 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **O método I**: a natureza da natureza. trad. Ilana Heinenerg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MOTTER, Maria Lourdes. Organizações não governamentais: espaço de construção e prática da cidadania. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (org). **Gestão de comunicação**: terceiro setor, organizações não governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania. São Paulo: Atlas, 2006.

NAHUM, João Santos. **Região e representação**: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açaí, 2013.

NASCIMENTO, Danilo Lovisaro do. **A biopirataria na Amazônia**: uma proposta jurídica de proteção transnacional da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Dissertação defendida no mestrado interinstitucional em Direito (UFSC/UFAC), Florianópolis-SC, 2007.

NASCIMENTO, Isaura. **Globalização Ambiental**: organizações não governamentais e redes na Amazônia. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional**: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 8.ed. São Paulo: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. SP, Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Revista Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

PAULA, Marcelo Azevedo de. **Aspectos jurídicos do termo de compromisso que assegura a permanência das populações tradicionais nos parques nacionais**: estudo de caso do Parque Nacional do Jaú. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F e HAK, T (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

PEPPER, David. **Ambientalismo moderno**. Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. 2. Ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

PINTO, Renan Freitas. As representações científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. In: FREITAS, Marcílio de. **Amazônia**: a natureza dos problemas e os problemas da natureza. Manaus: EDUA, 2005.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Logospirataria na Amazônia Legal**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM, 2016.

PRESSLER, Neusa. **Comunicação e meio ambiente**: agências de cooperação internacional e projetos socioambientais na Amazônia. Belém: Universidade da Amazônia (UNAMA), 2012.

PRESSLER, Neusa. Econegócios e Cooperação Internacional: novos discursos sobre a Amazônia. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. **Degradação ambiental e ONGs na Amazônia Continental**. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Meridiano 47. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2007.

RABINOVICI, Andrea. **ONGs transnacionais na Amazônia Brasileira, divergências entre militantes e militares**. Anais do IV ENANPPAS Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008.

REGO, Nelson; FREITAS, Ricardo Martins de. **Amazônia, Representação e Mídia**. Revista FSA (FACULDADE SANTO AGOSTINHO), Teresina, v.12, n.6, jan./fev. 2015. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/764>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4.ed. São Paulo: Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

SA, Samuel Maria de Amorim. **O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 6, supl. p. 889-900, set. 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTILLI, Juliana. **Sócio-ambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua nova, v. 39, p. 105-124, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Luis Fernando de Souza. **O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História geral da Amazônia**. Manaus, Editora Memvavmem, 2006.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. A reinvenção da Amazônia a partir da invenção dos seringueiros. In: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas. **Vozes da Amazônia II**. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

SERÁFICO, José. **O desafio amazônico**. Belém: Imprensa Oficial, 2007.

SILVA, Alberto Luiz Teixeira da. **Governança global na Amazônia: o programa piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Novos Cadernos NAEA v. 14, n. 2, p. 219-236, dez. 2011.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

- SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. 3.ed. Manaus: Editora Valer, 2012.
- SILVA, Marilene Corrêa da. Globalização da Amazônia. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da. **Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização**. Manaus, AM: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2000.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.
- SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: Instituto Census, 2014.
- SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo Análise do Discurso: linguagem, sociedade e ideologia**. Manaus: Editora Valer, 2006.
- TAVARES, Fred. **Discurso publicitário e consumo: uma análise crítica**. Editora E-papers, 2016.
- TEISSERENC, M. J. S.; SOUZA, J. L. C. ; CARDOSO, L. F. C. . ONGs Ambientalistas na Amazônia: a lógica das redes e a estratégia de marketing. In: Joaquim Shiraishi Neto; Rosirene Martins Lima; Luís Fernando Cardoso e Cardoso. (Org.). **Meio Ambiente, Território & Práticas Jurídicas: enredos em conflito**. 1ed.São Luís: Edufma, 2011, v. , p. 295-327.
- THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TRIGUEIRO, A. Mídia. In: TRIGUEIRO, André (org). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5. Ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008.
- UGARTE, A. S. Margens míticas: a Amazônia no imaginário. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio Santos Gomes (Org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Amazônia, vazão de soluções?** Desenvolvimento moderno baseado na biodiversidade. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.
- VIANA, Virgílio Maurício. Amazônia e desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, Marcílio de. **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 2005.
- VIANA, Virgílio. **O que a COP de Paris tem a ver com a Amazônia?** Artigos sobre a COP 21. Fundação Amazonas Sustentável, Manaus, 2015. Disponível em: <<http://fas->

amazonas.org/2015/12/o-que-a-cop-de-paris-tem-a-ver-com-a-amazonia/>. Acesso em: 10 de janeiro 2016.

VIOLA E.; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERERWARREN, I; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

VIOLA, Eduardo. **A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998**. Apresentado no “XXI International Congress of the Latin American Studies Association”. Chicago, USA, Setembro de 1998.

WWF (Brasil). **Relatório Anual 2014**. 2015. Disponível em:<
<http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/relatorioanual/?45783/Relatorio-Anual-2014>>. Acesso em: 13 de junho 2016.

WWF (Brasil). **5 de setembro: Dia da Amazônia**. [201-]. Disponível em: <
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/dia_da_amazonia/>. Acesso em: 02 maio 2016.

WWF (Brasil). **Ainda dá para salvar a Amazônia?** [201-]. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/>. Acesso em: 22 set. 2016.

WWF (Brasil). **Amazônia Brasileira: desafios para uma efetiva política de combate ao desmatamento**. 2015. Disponível: < <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>>. Acesso em: 13 jun.2016.

WWF (Brasil). **Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. [201-]. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/amazonia/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

WWF (Brasil). **Hidrelétricas na Amazônia: é possível estabelecer um diálogo?** 2013. Disponível: < <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>>. Acesso em: 13 jun 2016.

WWF (Brasil). **O que liga a floresta Amazônica, o aquecimento mundial e você?** [201-]. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/porque_amazonia_e_importante/>. Acesso em: 13 jun 2016.

WWF (Brasil). **O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia?** [201-]. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/>. Acesso em: 13 jun 2016.

WWF (Brasil). **Por dentro da floresta amazônica**. [201-]. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/>. Acesso em: 27 maio 2016.

WWF (Brasil). **Por que a Amazônia é importante?** [201-]. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/porque_amazonia_e_importante/>. Acesso em: 27 maio 2016.

WWF (Brasil). **Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=51922>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

WWF (Brasil). **Vida silvestre na Amazônia.** [201-]. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/especies_da_amazonia/>. Acesso em: 02 jul. 2016.

WWF (Brasil). **WWF chama a atenção do mundo para conservação da Amazônia.** 2015. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?47662/WWF-chama-a-ateno-do-mundo-para-conservao-da-Amaznia>. Acesso em: 02 jul.2016.

WWF (Brasil). **WWF-Brasil na Amazônia:** qualidade de vida e conservação da natureza. 2012. Disponível: < <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ZHOURI, Andréa. **O ativismo transnacional pela Amazônia:** entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 139-169, 2006.

ZHOURI, Andréa. **O Fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado:** ambientalismo e direitos indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. In: 25ª Reunião da ANPOCS, 2002.

ZHOURI, Andréa. **Árvores e gente no ativismo transnacional:** as dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 09-52, 2001.

APÊNDICE 1

CORPUS DE ANÁLISE

A relação a seguir apresenta os materiais que foram analisados na pesquisa intitulada “ONGS TRANSNACIONAIS E OS SENTIDOS DE SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA: IMAGINÁRIO, DISCURSO E PODER”. O material está situado temporalmente entre 2010-2016 e foi dividido em categorias: Conteúdos dos sites institucionais, Publicações, Anúncios (Jornais e Revistas), Relatórios institucionais, Vídeos e Postagens em mídias sociais.

1. Conteúdos dos sites institucionais (12)

- Amazônia: fascínio e destruição (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>
- Campanha Salve as Florestas, Texto Desmatamento zero é a esperança (Greenpeace)
<http://www.salveasflorestas.org.br/>
- Ainda dá para salvar a Amazônia? (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/
- Por que a Amazônia é importante?/ O que liga a floresta Amazônica, o aquecimento mundial e você? (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/porque_amazonia_e_importante/
- 5 de setembro: Dia da Amazônia (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/dia_da_amazonia/
- WWF chama a atenção do mundo para conservação da Amazônia (WWF)
http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?47662/WWF-chama-a-ateno-do-mundo-para-conservao-da-Amaznia
- Amazônia, sua linda! (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Amazonia-sua-linda/>
- O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia? (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/

- Amazon (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/forests/amazon/>
- Por dentro da floresta amazônica (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/
- Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (WWF)
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/amazonia/
- Vida silvestre na Amazônia
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/especies_da_amazonia/

2. Publicações (6)

- “A crise silenciosa da Amazônia” (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/a-crise-silenciosa-da-amazonia/>
- Uma visão de conservação para a bacia do Tapajós (WWF)
<http://www.wwf.org.br/informacoes/?uNewsID=51922>
- Panfleto Desmatamento Zero - Por que precisamos de florestas? (Greenpeace)
<http://www.salveasflorestas.org.br/>
- WWF-Brasil Na Amazônia: Qualidade de vida e conservação da natureza (WWF)
<http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>
- Amazônia Brasileira: desafios para uma efetiva política de combate ao desmatamento (WWF)
<http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>
- Hidrelétricas na Amazônia: é possível estabelecer um diálogo? (WWF)
<http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/>

3. Anúncios (Jornais, Revistas e Campanhas) (6)

- Só pode ser coisa de quem não é desse planeta (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Divulgue/Midia-Impressa/>
- Não deixe que as florestas do Brasil fiquem no passado (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Divulgue/Midia-Impressa/>
- Os sinais são preocupantes (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Divulgue/Midia-Impressa/>

- Cortes de carne (Greenpeace)
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Divulgue/Midia-Impressa/>
- Adote o Boto-cor-de-rosa (WWF)
http://www.wwf.org.br/participe/adote_boto/
- Salve a Floresta (Greenpeace)
<http://www.salveasflorestas.org.br/>

4. Relatórios Institucionais (2)

- Relatório Anual-2014 (WWF)
- Relatório Anual – 2014 (Greenpeace)

5. Vídeos (7)

- Desmatamento Zero. Uma lei de todos (Greenpeace) - Publicado em 22 de mar de 2012
https://www.youtube.com/watch?v=oS7BaJAvXuw&list=PLgypAGt9KjpDcUW_Dnz0q1QaZfxo0eKuE&index=3
- The importance of the Amazon to the world (WWF) - Publicado em 30 de julho de 2012
<https://www.youtube.com/watch?v=1gJNumoh7HY>
- Divulgação sobre a “Liga das Florestas” (Greenpeace) - Publicado em 15 de maio de 2013
<https://www.youtube.com/watch?v=TeZGXkcm5PI>
- Chega de perder tempo: Madeira ilegal (Greenpeace) - Publicado em 11 de set de 2014
https://www.youtube.com/watch?v=_HucmcK3DWE
- WWF-Brasil e Instituto Projeto Neymar Jr. em parceria pela Amazônia (WWF) - Publicado em 4 de setembro de 2015
<https://www.youtube.com/watch?v=-z3MB0nku0A>
- Projeto Ecodrones Brasil: um novo ponto de vista para a conservação (WWF) - Publicado em 17 de julho de 2015
<https://www.youtube.com/watch?v=biz6SqKGWHg>
- Siemens está envolvida com a destruição da Amazônia (Publicado em 7 de jul de 2016)

https://www.youtube.com/watch?v=re4qaH_XuD8

6. Postagens em Mídias Sociais (6)

- Camisa Salve o Coração da Amazônia (Greenpeace)
- Campanha #DeGalhoEmGalho (Greenpeace)
- Doação Compromisso contra o desmatamento da Amazônia (Greenpeace)
- Dia da Amazônia: Imagens da Amazônia sendo projetadas no Cristo Redentor (WWF)
- Hidrelétricas na Amazônia? Diga NÃO! Apoie agora! #SOSJuruena(WWF)
- Adote o Boto-Cor-de-Rosa (WWF)

ANEXO A

Texto “Onde Atuamos – Amazônia” (WWF)

WWF Brasil

Home » O que fazemos? » Onde Atuamos

▼ O que fazemos?

* Onde Atuamos

- * Amazônia
- * Meta Atlântica
- * Pantanal
- * Cerrado
- * Temas
- * Conceitos
- * Assuntos Especiais

Onde Atuamos

Like 33 Tweet 3 Email 8 sharethis 1128

Podemos conservar a maior parte da vida do Planeta protegendo seus ecossistemas e habitats. Algumas áreas são particularmente ricas em biodiversidade. Lugares com animais e plantas únicos que precisam ser conservados.

Conheça as áreas em que o WWF-Brasil atua:

AMAZÔNIA

 O WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não-governamentais, o setor privado e outros, para contribuir para a proteção de grandes porções da Amazônia e de sua singular biodiversidade, funções e serviços ecológicos. Saiba mais

© WWF / Edward PARKER

PANTANAL

 Localizado no coração da América do Sul, o Pantanal é uma região peculiar não só pelas suas belezas naturais como também pelo papel que desempenha na conservação da biodiversidade. O Pantanal é a maior área úmida continental do planeta. Ele ocupa parte

© WWF-Brasil / A.Camboni/

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/

ANEXO B

Texto “Ainda dá para salvar a Amazônia?” (WWF)

The image is a screenshot of the WWF Brazil website. At the top left is the WWF logo. To its right is a navigation menu with options: 'Quem somos?', 'O que fazemos?', 'Participe', 'Notícias', and 'Do'. Below the menu is a breadcrumb trail: 'Home » O que fazemos? » Onde Atuamos » Amazônia'. The main content area features a large image of a lush Amazon forest. Below the image is the title 'Ainda dá para salvar a Amazônia?' and a social media sharing bar with icons for Like (43), Tweet (7), Email (1), and ShareThis (3118). The article text is as follows:

Ainda dá para salvar a Amazônia?

O futuro da Amazônia está ameaçado por diversas atividades predatórias, como a extração de madeira, a mineração e a conversão da floresta em pastagens e áreas de agricultura.

Apesar dos grandes esforços que têm sido feitos para a conservação da Amazônia, a perda anual da cobertura florestal permanece em níveis alarmantes. Isso pode deflagrar mudanças na Amazônia, inclusive reduzir as chuvas e aumentar as secas. E isso terá um impacto significativo na biodiversidade da região e até mesmo nas mudanças climáticas em nível mundial.

A boa notícia é que 80% da floresta amazônica original permanecem praticamente intactos, então ainda é possível cuidar desse patrimônio de inenorme valor para toda a humanidade.

O QUE O WWF-BRASIL FAZ PELA AMAZÔNIA

O WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não-governamentais, o setor privado e outros, para contribuir para a proteção de grandes porções da Amazônia e de sua singular biodiversidade, funções e serviços ecológicos. Isso é feito por meio de:

- Incentivo à criação, consolidação e ampliação de unidades de conservação
- Promoção do uso responsável dos recursos naturais e do manejo sustentável
- Desenvolvimento de programas nacionais para reduzir as emissões de carbono oriundas do desmatamento
- Promoção de padrões ambientais e sociais para o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente projetos de rodovias e represas
- Capacitações técnicas e comunitárias
- Realização de expedições científicas
- Proposição de áreas prioritárias para a conservação com análise de paisagens por meio de geoprocessamento e sensoriamento remoto

At the bottom of the page, there is a 'DESTAQUES' (Highlights) section with a grid of small images.

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/

ANEXO C

Texto “Bioma – Por dentro da Floresta Amazônica” (WWF)

Home » O que fazemos? » Onde Atuamos » Amazônia » O Bioma

Bioma

Facebook Twitter LinkedIn YouTube

Por dentro da floresta amazônica

A Amazônia é uma floresta tropical úmida que se estende pela bacia hidrográfica do rio Amazonas, uma vasta área tropical natural, com área de aproximadamente 6,74 milhões km², que se estende por oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela.

O bioma Amazônia é quase do tamanho da bacia, com 6,7 milhões de km². A maior parte desse bioma – 60,1% – está em território brasileiro. Para se ter uma ideia de sua grandiosidade, se a Amazônia fosse um país, seria o sétimo maior do mundo.

Biodiversidade excepcional

A Amazônia abriga um número enorme de plantas e animais existentes no planeta e a maior parte dessas espécies sequer foi estudada pelos cientistas.

Até agora, já se tem a classificação científica de pelo menos 40 mil espécies vegetais, 427 mamíferos, 1.294 aves, 378 répteis, 427 anfíbios e cerca de 3 mil peixes da região.

No entanto, as menores formas de vida são as que apresentam os números mais impressionantes: os cientistas já descreveram entre 96.660 e 128.840 espécies de invertebrados só na parte brasileira da Amazônia.

A riqueza cultural indígena

A vida silvestre da Amazônia compartilha o espaço com cerca de 30 milhões de pessoas. Nessa população, incluem-se mais de 220 grupos indígenas na Amazônia brasileira, além de comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

Por trás dessa incrível diversidade cultural, no entanto, descortina-se um cenário desolador. Apesar de habitar uma área com uma

Por trás dessa incrível diversidade cultural, no entanto, descortina-se um cenário desolador. Apesar de habitar uma área com uma coleção fantástica de produtos e serviços naturais, muitas das populações locais continuam vivendo em relativa pobreza.

O rio Amazonas é o eixo da vida

Com mais de 6.400 km de extensão, o rio Amazonas é o segundo mais longo do mundo (o primeiro é o Nilo, na África).

Esse corpo d'água colossal, alimentado por muitos afluentes, é o eixo da bacia hidrográfica Amazônica e desce do alto dos Andes até o oceano Atlântico, onde deposita suas águas.

As águas levadas pelo Amazonas ao mar equivalem a quase um sexto de toda a água doce que deságua nos oceanos do mundo.

A Amazônia não é só verde e selvagem

Então, a Amazônia é meramente uma enorme extensão uniforme de floresta tropical cortada em duas por um extenso rio? Essa percepção sobre a Amazônia é muito superficial.

Na verdade, trata-se de um ambiente extremamente complexo e dinâmico. A bacia hidrográfica é composta por uma variedade de paisagens e ecossistemas, que incluem florestas tropicais úmidas, florestas inundadas ou várzeas, savanas e uma rede intrincada de rios, lagos e igarapés.

Calor e umidade

Úmida e quente, a região amazônica possui todos os atributos típicos de um ambiente tropical. A temperatura média geralmente fica em 27,9 °C durante a estação da seca e em 25,8 °C durante a estação das chuvas.

A umidade relativa do ar é muito elevada e atinge em média 88% na estação das chuvas e 77% na estação da seca. Chove e faz calor quase todos os dias do ano.

O ciclo das águas: um processo natural muito eficiente

Todos os anos, caem sobre a floresta amazônica chuvas torrenciais – entre 1.500 mm e 3.000 mm. De onde vem toda essa água?

Os ventos alísios que sopram desde o oceano Atlântico respondem por cerca de metade dessas chuvas. A outra metade provém da evapotranspiração, ou seja, a perda de água do solo por meio da transpiração das plantas e da evaporação.

Se a evapotranspiração e seu papel na manutenção do equilíbrio ecológico forem prejudicados, o que pode acontecer, por exemplo,

Se a evapotranspiração e seu papel na manutenção do equilíbrio ecológico forem prejudicados, o que pode acontecer, por exemplo,

¹Da Silva et al. 2005. The Fate of the Amazonian Areas of Endemism. *Conservation Biology* 19 (3), 689-694

²Lewinsohn T. M. and Prado P. J. 2006. How Many Species Are There in Brazil? *Conservation Biology*, Volume 19 (3), 619

³Woodshole Institute. The Amazon. <http://www.wftrc.org/southamerica/>. Acessada em 28/02/2005

⁴Instituto Socioambiental. Indigenous peoples in Brazil. <http://www.socioambiental.org/pt/ingles/wh/whhow/index.shtml>. Acessada em 7/12/2005

⁵Cuelvas F, Renau E, Lescurt O., eds. 2000. The Amazonian languages today. I.R.D., I.S.A., M.P.E.G. Instituto Socioambiental, São Paulo

⁶WWF. Amazon River and Flooded Forests. http://www.panda.org/about_wwf/where_we_work/regions/amazon_river_forests.cfm. Acessada em 7/12/2005

⁷Zell 1979 in Kitcher 1997

⁸Woodshole Institute. The Amazon. <http://www.wftrc.org/southamerica/>. Acessada em 28/02/2005

⁹Junk and Furch, 1985 in Kitcher, 1997

¹⁰Salat and Vosse, 1984 in Kitcher, 1997

¹¹US Geological Survey. Glossário. <http://biology.usgs.gov/vsNT/hofame/198.html>. Acessada em 10/12/05.

¹²Junk and Furch, 1985 and Holloway, 1993 in Kitcher, 1997

¹³Kitcher, 1997

Fonte:

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/

ANEXO D

Texto “Por que a Amazônia é importante?” (WWF)

▼ O que fazemos?

▼ Onde Atuamos

▼ Amazônia

▼ O Bioma

▼ Por que a Amazônia é importante?

▼ Ecossistemas

▼ Vida silvestre

▼ Peixes

▼ Espécies de Água Doce

Por que a Amazônia é importante?

Like 25 Tweet 2 Email 2 sharethis 9150



© WWF-Brasil/Adriano Gambarini

O que liga a floresta Amazônica, o aquecimento mundial e você?

Há muito tempo a floresta Amazônica é reconhecida como um repositório de serviços ecológicos, não só para os povos indígenas e as comunidades locais, mas também para o restante do mundo. Além disso, de todas as florestas tropicais do mundo, a Amazônia é a única que ainda está conservada, em termos de tamanho e diversidade.

No entanto, à medida que as florestas são queimadas ou retiradas e o processo de aquecimento global é intensificado, o desmatamento da Amazônia gradualmente desmonta os frágeis processos ecológicos que levaram anos para serem construídos e refinados.

Ironicamente, enquanto as florestas tropicais úmidas diminuem continuamente, o trabalho científico realizado nas últimas duas décadas jogou um pouco de luz sobre os vínculos essenciais que existem entre a saúde das florestas tropicais e o resto do mundo.

Filragem e reprocessamento da produção mundial de gás carbônico

As árvores desempenham um papel-chave na redução dos níveis de poluição. Para entendermos melhor como isso funciona, vamos tomar como exemplo o gás carbônico (CO₂).

A floresta amazônica pode curar você

Há uma ligação entre os remédios guardados nos armários de sua casa e a vida silvestre da Amazônia: plantas e animais servem como base para a fabricação de medicamentos.

Durante milênios, os seres humanos utilizaram insetos, plantas e outros organismos da região para várias finalidades, entre elas a agricultura, vestimentas e, claro, a cura para doenças.

Povos indígenas e outros grupos que vivem na floresta amazônica aperfeiçoaram o uso de compostos químicos encontrados em plantas e animais. O conhecimento sobre o uso dessas plantas geralmente foi nas mãos de um curandeiro, que por sua vez repassa a tradição para um aprendiz. Esse processo se mantém ao longo de séculos e compõe uma parte integral da identidade desses povos.

No entanto, com o rápido desaparecimento das florestas úmidas tropicais, a continuidade desse conhecimento para o benefício das futuras gerações encontra-se ameaçada.

O potencial inexplorado das plantas amazônicas

Os cientistas acreditam que menos de 0,5% das espécies da flora foram detalhadamente estudadas quanto ao seu potencial medicinal. Ao mesmo tempo em que o bioma Amazônia está encolhendo lentamente em tamanho, a riqueza da vida silvestre de suas florestas também se reduz, bem como o uso potencial das plantas e animais que ainda não foram descobertos.

Referências bibliográficas

- ¹Lawrence, W.F. 1999. Gaia's lungs: Are rainforests inhaling Earth's excess carbon dioxide? *Natural History* (abril), p. 96.
- ²Post et al. 1990. in Kitcher 1997
- ³Vouritis, G.L. et al. 2002. Seasonal variations in the evapotranspiration of a transitional tropical forest of Mato Grosso, Brazil. *Water Resources Research*, Vol. 38
- ⁴Phillips et al. 1995. in Kitcher 1997
- ⁵Coix and Balick, 1994 in Kitcher 1997



© WWF-Brasil/Adriano Gambarini

ANEXO E

Texto “A luta pela terra, pela sobrevivência e pela identidade na Floresta Amazônica (WWF)”



The image shows a screenshot of the WWF Brazil website. At the top left is the WWF logo. To its right is a dropdown menu for 'Brasil'. Below these are navigation links: 'Home', 'Quem somos?', 'O que fazemos?', 'Participe', and 'Notícias'. A breadcrumb trail reads: 'Home » O que fazemos? » Onde Atuamos » Amazônia » O Bioma » Pessoas'. The main content area features a large heading 'Pessoas' in teal, followed by social media sharing icons for Facebook, Twitter, Email, and ShareThis (384 shares). Below this is the article title 'A luta pela terra, pela sobrevivência e pela identidade na floresta amazônica' in teal. The article text is as follows:

Os animais locais tipicamente usados para caça são aqueles que vivem próximo ou dentro dos rios, como peixes, tartarugas, capivaras e crocodilos. Até há pouco, as zarabatanas, setas envenenadas e lanças eram comumente utilizadas para caçar.

Atualmente, no entanto, essas armas têm sido substituídas, cada vez mais, por armas de fogo – desde que haja dinheiro para comprá-las.

Originalmente, os grupos de caçadores e coletores eram nômades e viviam em pequenos assentamentos temporários durante quatro a cinco anos. Quando os recursos naturais começavam a ficar mais escassos, eles seguiam adiante e buscavam um novo lugar para estabelecer suas casas.

Devido à colonização da terra por povoadamentos não-indígenas, muitos grupos locais foram forçados a adotar um estilo de vida sedentário e se converteram em agricultores.

Essas mudanças modificam drasticamente o estilo tradicional de

Pessoas

Grupos indígenas, como os Yanomami, os Ashaninka, os Matis, os Marubo e os Kayapó, habitam a Amazônia há milhares de anos e lentamente acumularam um conhecimento detalhado sobre a floresta tropical úmida e os métodos para dela tirar sua subsistência.

Hoje, no entanto, eles precisam compartilhar as florestas com um número crescente de pessoas que querem explorar os imensos recursos naturais da Amazônia.

A vida dentro da floresta amazônica

Segundo algumas estimativas, os primeiros povoadamentos humanos na Amazônia aconteceram entre 32 mil e 39 mil anos atrás. Desde então, os povos amazônicos desenvolveram estilos de vida bem integrados com os benefícios e as restrições da floresta.

FATOS E CURIOSIDADES

Povos amazônicos e suas crenças religiosas
O mundo espiritual é extremamente importante para os povos indígenas da América do Sul. Em algumas culturas, os indígenas alegam que se aproximam do mundo espiritual por meio do uso de plantas que contêm componentes alucinógenos.

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/pessoas_amazonia/

ANEXO F

Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia” (WWF)



The image is a screenshot of the WWF Brazil website. At the top, there is a navigation bar with the WWF logo on the left, a search bar, and a menu with items: 'Quem somos?', 'O que fazemos?', 'Participe', 'Notícias', 'DOE AGORA', 'Adote', and 'AmpliaVeadeiros'. Below the navigation bar, there is a breadcrumb trail: 'Home » O que fazemos? » Onde Atuamos » Amazônia » Dia da Amazônia'. On the left side, there is a vertical menu with the same items as the top navigation bar. The main content area features a large aerial photograph of a river winding through a lush green forest. Overlaid on the bottom left of this image is a dark green box with the text 'Dia da Amazônia' in white. Below the image, the text reads: '5 de setembro: Dia da Amazônia'. This is followed by a paragraph: 'Conheça o trabalho do WWF-Brasil na Amazônia e o que é possível fazer para conservá-la'. Below this is a sub-heading: 'O desafio de preservar o Bioma'. The next paragraph states: 'Comemorada no dia 5 de setembro, a Amazônia é um dos patrimônios naturais mais valiosos de toda a humanidade e a maior reserva natural do planeta. Com sete milhões de quilômetros quadrados, sendo cinco milhões e meio de florestas, o bioma é fundamental para o equilíbrio ambiental e climático do planeta e a conservação dos recursos hídricos.' This is followed by a quote: '“O Dia da Amazônia é um dia de celebração”, ressaltava a secretária geral do WWF-Brasil, Maria Cecília Wey de Brito. “Nós temos conhecimento sobre os problemas e desafios do bioma, mas muito mais sobre as ferramentas que precisamos para vencê-los e quais os resultados que devemos atingir. Nosso trabalho tem se pautado na proposição de uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável do bioma”, avalia.' Below the quote is another paragraph: 'Apesar de sua incalculável importância ambiental para o planeta, – como o habitat de inúmeras espécies animais, vegetais e arbóreas, e como fonte de matérias-primas alimentares, florestais, medicinais e minerais –, a Amazônia tem sido constantemente ameaçada por inúmeras atividades predatórias, entre elas a extração de madeira, a mineração, as obras de infraestrutura e a conversão da floresta em áreas para pasto e agricultura.' At the bottom of the text area, it says: 'Para o coordenador do Programa Amazônia da organização, Marco'. To the right of the text, there are two photographs: the top one shows a narrow river flowing through a dense forest, and the bottom one shows two indigenous people, a man and a child, standing in a forest. A small caption below the top photo reads: '© WWF-Brasil / Adriano Gambarini'.

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia/dia_da_amazonia/

ANEXO G

Texto “O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia” (WWF)

▼ O que fazemos?

▼ Onde Atuamos

▼ Amazônia

• O Bioma

• Ameaças

• **Nossas soluções**

• Áreas Protegidas

• Desenvolvimento Sustentável

• Expedições

• Pesca sustentável

• AEDES

• Gente e Natureza

• Notícias

• Publicações

• Dia da Amazônia

• Programa Arpa

Nossas soluções

Like 2 Tweet 0 Email 2 sharethis 28

O que o WWF-Brasil está fazendo pela Amazônia?

O WWF-Brasil trabalha na região amazônica junto com autoridades governamentais, comunidades locais e indígenas, organizações não governamentais e o setor privado para proteger grandes porções da Amazônia e sua biodiversidade única, assim como seus serviços e funções ecológicas singulares.

Isso é feito da seguinte maneira:

- Incentivo à criação, consolidação e ampliação de unidades de conservação
- Promoção do uso responsável dos recursos naturais e do manejo sustentável
- Desenvolvimento de programas nacionais para reduzir as emissões de carbono oriundas do desmatamento
- Promoção de padrões ambientais e sociais para o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente projetos de rodovias e represas
- Capacitações técnicas e comunitárias
- Realização de expedições científicas
- Proposição de áreas prioritárias para a conservação com análise de paisagens por meio de geoprocessamento e sensoriamento remoto

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/

ANEXO H

Texto “5 de setembro: Dia da Amazônia” (WWF)

The image shows a screenshot of the WWF Brazil website. At the top, there is a navigation bar with the WWF logo on the left and menu items: 'Quem somos?', 'O que fazemos?', 'Participe', 'Notícias', 'DOE AGORA', 'Adote', and 'AmpliaVeadeiros'. A search bar is located on the right. Below the navigation bar, the page title is 'Home » Notícias » Notícias'. The main content area features a large headline: 'WWF chama a atenção do mundo para conservação da Amazônia'. Below the headline are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, Email, and Print. The article is dated '05 Setembro 2015' and has '0 Comments'. The text of the article describes the illumination of the Christ the Redeemer statue in Rio de Janeiro with images of the Amazon rainforest. It mentions that the action was promoted by WWF-Brazil and featured photos by Brazilian photographers. A quote from Pope Francis is included, emphasizing the need to protect the Amazon. The article also mentions that WWF-Germany also participated in the celebration in Cologne. Three photographs show the illuminated Christ the Redeemer statue at night, with the Amazon rainforest imagery projected onto it.

WWF

Brasil

Home » Notícias » Notícias

Notícias

Notícias

Direto ao assunto

Ajude a divulgar nosso trabalho

Sala de imprensa

WWF chama a atenção do mundo para conservação da Amazônia

05 Setembro 2015 | 0 Comments

Na noite deste sábado (5), Dia da Amazônia, o Cristo Redentor, localizado no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi iluminado com imagens da Amazônia para chamar a atenção da população brasileira e do mundo para a importância das áreas protegidas. A ação, promovida pelo WWF-Brasil, contou com fotos produzidas por destacados fotógrafos brasileiros como Adriano Gambarini, Edward Parker, Zigg Koch e Leonardo Milano.

Em mensagem especial enviada para a ocasião, o papa Francisco disse que estava alegre com a iniciativa de chamar a atenção da sociedade para a necessidade de proteger a maior floresta tropical do mundo. Citando sua inovadora encíclica Laudato Si', o pontífice afirmou:

"Possa o Santuário do Cristo Redentor, com a imagem de Jesus com seus braços abertos sobre a exuberante paisagem da natureza servir de lembrança que – Não somos Deus. A Terra existe antes de nós, e foi-nos dada. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da Terra aquilo de que necessita para sua sobrevivência. Mas tem também o dever de proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras".

No mesmo dia, como parte da campanha, O WWF-Alemanha também chamou a atenção para as áreas protegidas do Brasil em uma celebração próxima à Catedral de Colônia, uma das mais importantes da Europa.

© Marco Antônio Teixeira/WWF-Brasil

© Marco Antônio Teixeira/WWF-Brasil

© Marco Antônio Teixeira/WWF-Brasil

Fonte:

http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_a_mambiente_e_natureza/?47662

ANEXO I

Texto “ Vida Silvestre” (WWF)

Brasil

Home » O que fazemos? » Onde Atuamos » Amazônia » O Bioma » Vida silvestre

Vida silvestre

Like 1 Tweet 0 Email 2 sharethis 52

Da jiboia às formigas cortadeiras, passando pela piranha-vermelha, a vida silvestre da Amazônia existe em todas as formas e tamanhos. Seja nas alturas das copas das árvores da floresta tropical ou lá embaixo, no subsolo, a Amazônia é abundante em formas de vida.

Até o momento, já foram encontradas cerca de 40 mil espécies vegetais, 427 mamíferos (como a onça-pintada, o tamanduá e a ariranha), 1.300 aves (como a harpia ou gavião-real, o tucano e a cigana), 378 répteis (como a jiboia e a jararaca), mais de 400 anfíbios (como os sapos venenosos conhecidos como flecha-de-veneno) e aproximadamente 3 mil peixes de água doce, inclusive a piranha.

Esses números são ainda mais impressionantes quando se referem às menores formas de vida: só no Brasil, os cientistas já fizeram a descrição de cerca de 100 mil espécies de invertebrados.

Por que existem tantas espécies na Amazônia?

Considere a vida no Ártico: as condições climáticas são intensas – é muito frio e há muito vento –, a comida é escassa e é difícil encontrar lugares para se proteger dos predadores. Como se pode ver, o Ártico não é o ambiente em que a vida silvestre pode florescer com mais facilidade.

Façamos agora um contraste com os trópicos: o clima é quente, mas suportável, a caça e a pesca são abundantes e existem vários ecossistemas onde a vida silvestre pode viver.

Ao longo do tempo, esses fatores possibilitaram a adaptação das espécies às diferentes condições de vida e o desenvolvimento de habitats especializados, o que resultou na enorme riqueza de espécies em lugares como a Bacia Amazônica.

O QUE ACONTECE NA ESTAÇÃO DAS CHUVAS?

Para as plantas e os animais, as chuvas sazonais que inundam algumas partes da Amazônia constituem um evento catalisador. Enquanto alguns animais precisam fazer adaptações em sua dieta, outros se vêem obrigados a se mudar repentinamente.

Uma tartaruga, por exemplo, pode sair do rio principal e se refugiar num lago no interior da floresta; aves aquáticas podem migrar para o norte para alcançar as cabeceiras dos afluentes.

A estação das chuvas também afeta o cronograma da reprodução animal. Por exemplo, os artrópodes, que são uma família de insetos, são mais abundantes no final da estação seca e no início da estação chuvosa.

Quando volta a seca

Passada a estação das chuvas, a vida silvestre da Amazônia – como os macacos, felinos, iguanas e vários lagartos – abandona as árvores decíduas (que sazonalmente perdem suas folhas), que já estão peladas, e se mudam para as matas ciliares, onde as folhas são perenes.

Referência bibliográfica

¹Da Silva et al. 2005. The Fate of the Amazonian Areas of Endemism. *Conservation Biology*, 19 (3), 689-694
²Conservation Biology, 19 (3), 689-694
³Lewinsohn T. M. and Prado P.I. 2005.
⁴How Many Species Are There in Brazil? *Conservation Biology*. 19 (3), 619
⁵Lieberman and Dock, 1982 in Kricher, 1997 Kricher, 1997

Fonte:

www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/especies_da_amazonia/

ANEXO J
Texto “Amazon” (GREENPEACE)

Home > What we do > Forests > Amazon

Amazon

The Amazon is the planet's largest remaining rainforest, teeming with more wildlife than anywhere else on Earth. But this majestic rainforest is caught between the twin destructive forces of deforestation and climate change. Greenpeace is campaigning for an end to deforestation in the Amazon by 2015 and globally by 2020.

The Amazon is a vast and majestic rainforest teeming with an estimated quarter of all known land species. The jaguar, the pink river dolphin, the sloth, the world's largest flower, a monkey the size of a toothbrush and a spider the size of a baseball are just a few of the species that we know about - there are many more yet to be discovered.

It is also home to over 20 million people including hundreds of indigenous peoples, some of which have never been contacted by the 'outside world'.

And finally, the Amazon stores 80 to 120 billion tonnes of carbon, helping to stabilise the planet's climate.

The latest updates

Fonte:

<http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/forests/amazon/>

ANEXO K

Texto “ Amazônia: fascínio e destruição” (GREENPEACE)

Home > O que fazemos > Amazônia

Fascínio e destruição

Em 1999 chegamos à Amazônia para investigar a exploração ilegal de madeira. Não saímos mais. Muitas pesquisas e ameaças de morte depois, continuamos em campo. Aludis às comunidades locais, identificamos áreas sob pressão de desmatamento e denunciemos os responsáveis. Lutamos para que a produção de gado e soja, maiores vetores de devastação, parem de avançar sobre a floresta. Em 2014, voltamos a tratar do tema da exploração ilegal de madeira denunciando as fraudes no sistema que controla o setor.



A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta. © Greenpeace / Rodrigo Balcia

Do alto, do solo ou da água, a Amazônia é um impacto para os olhos. Por seus 6,9 milhões de quilômetros quadrados em nove países sul-americanos (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) espalha-se uma biodiversidade sem paralelos. É ali que mora metade das espécies terrestres do planeta. São aproximadamente 40 mil espécies de plantas e mais de 400 de mamíferos. Os pássaros somam quase 1.300, e os insetos chegam a milhões.

No Brasil, que engloba cerca de 60% da bacia amazônica, o bioma cobre 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional) e se distribui por nove estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão). Ele é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal - uma região administrativa de 5,2 milhões de quilômetros quadrados definida em leis de 1953 e 1966 e que, além do bioma amazônico, inclui cerrados e o Pantanal. (Mapa: Bioma, Amazônia Legal e Limite Panamazônia)

Sob as superfícies negras ou barrentas dos rios amazônicos, 3 mil espécies de peixes deslizam por 25 mil quilômetros de águas navegáveis: é a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de um quinto do volume total de água doce do planeta. Às suas margens, vivem mais de 24 milhões de pessoas, incluindo mais de 342 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas.

Além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo alimentação, moradia e medicamentos, a Amazônia tem uma relevância que vai além de suas fronteiras. Ela é fundamental no equilíbrio climático global e influencia diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina. Sua

Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>

ANEXO L

Texto “Desenvolvimento para quem?” (GREENPEACE)

Desenvolvimento para quem?

Uma das últimas grandes reservas de madeira tropical do planeta, a Amazônia enfrenta um acelerado processo de degradação para a extração do produto. A agropecuária vem a reboque, ocupando enormes extensões de terra sob o pretexto de que o celeiro do mundo é ali. Mas o modelo de produção, em geral, é antigo e se esparrama para os lados, avançando sobre as matas e deixando enormes áreas abandonadas.



© Greenpeace / Daniel Beltra

Ainda assim, o setor do agronegócio quer mais. No Congresso, o lobby ruralista por mudanças na legislação ambiental conseguiu aprovar o novo Código Florestal, que concedeu anistia a quem desmatou ilegalmente e enfraqueceu a legislação. O objetivo é que mais áreas de floresta deem lugar à produção, principalmente, de gado e soja. A fome por desenvolvimento deu ao país a segunda posição dentre os maiores exportadores de produtos agrícolas. Mas os louros desses números passaram longe da população local. As taxas anuais de desmatamento na Amazônia brasileira, que haviam caído nos últimos anos, aumentaram 28% entre agosto de 2012 e julho de 2013.

A exploração predatória e ilegal de madeira continua a ser um enorme problema na região, e tem como principal consequência a degradação florestal, que é o primeiro passo para o desmatamento. Além disso, ela causa inúmeros conflitos sociais, como ameaças e assassinatos de lideranças que lutam para proteger a floresta. Como se não bastasse, essa madeira chega aos mercados nacionais e internacionais como se fosse legal, por meio de um processo de “lavagem” que utiliza documentos oficiais para dar status de legalidade à madeira tirada de locais que não possuem autorização – incluindo áreas protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação. O sistema do governo que deveria controlar o setor madeireiro é falho e está totalmente fora de controle.

As promessas de desenvolvimento para a Amazônia também se espalham pelos rios, em forma de grandes hidrelétricas, e pelas províncias minerais, em forma de garimpo. Mas o modelo econômico escolhido para a região deixa de fora os dois elementos essenciais na grandeza da Amazônia: meio ambiente e pessoas.



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>

ANEXO M

Texto “Amazônia, sua linda!” (GREENPEACE)

Amazônia, sua linda!

Notícia - 5 - set - 2015 Adicionar comentário

No Dia da Amazônia, lembramos porque a floresta é tão importante e porque temos o dever de defendê-la



© Markus Mauthé / Greenpeace GREENPEACE

Serra da Araca, no Amazonas. (© Markus Mauthé / Greenpeace)

A Amazônia ocupa quase metade do território brasileiro, 49,29% do país. Por um capricho do destino, somos os guardiões de 60% desta que é a maior floresta tropical do mundo. Um tesouro incalculável e único em sua sociobiodiversidade.

A bacia amazônica escoou pelo continente sul-americano 20% de toda a água doce disponível no mundo. Sua enorme riqueza compreende ainda 10% das plantas do planeta - aproximadamente 40 mil espécies - além de servir de habitat para mais de 400 espécies de mamíferos, cerca de 1.300 espécies de aves e milhões de insetos. Este lugar, aparentemente selvagem, abriga também um enorme contingente humano. Mais de 24 milhões de pessoas vivem na Amazônia, incluindo comunidades tradicionais, povos indígenas e ao menos 50 grupos que vivem isolados, ainda sem contato com o mundo “moderno”.

Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Amazonia-sua-linda/>

ANEXO N
Texto “Salve as Florestas” (GREENPEACE)



SALVE AS FLORESTAS

DESMATAMENTO ZERO É A ESPERANÇA

Entregamos o Projeto de Lei pelo Desmatamento Zero no Congresso Nacional, mas nossa jornada pela proteção das florestas não acaba aqui. Desde 2012 o Greenpeace vem coletando assinaturas, com a ajuda da população, para chegar a este momento e agora precisamos lutar para que o projeto siga adiante, pressionando nossos deputados e senadores para que atendam a reivindicação do povo brasileiro.

Se você ainda não assinou a petição, assine. Nunca é tarde para demonstrar seu apoio à proteção das florestas. Mas se você já assinou, ajude-nos a manter esta chama acesa, levando o assunto para o debate em todos os cantos do país.

As florestas garantem um dos mais essenciais elementos para a vida: a água. As grandes florestas, como a Amazônia, liberam umidade na atmosfera que garante boa parte da chuva que cai sobre nosso território. Essa chuva é fundamental para encher nossos rios e reservatórios, garantindo água nas nossas torneiras. Nas beiras de rios, as florestas protegem o solo e evitam a devastação das nascentes de água. Se queremos água fresca nas nossas torneiras, temos que preservar nossas florestas.

Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Amazonia-sua-linda/>

ANEXO O

Texto “Salve as Florestas” (GREENPEACE)

100% de desmatamento

Nas Américas a destruição ilegal de madeiras e o aumento do agronegócio são alguns dos fatores que promovem o desmatamento. Quebrar esse ciclo requer investimentos de ciência e tecnologia contra populações tradicionais e povos indígenas que vivem na região. A Amazônia brasileira perde cerca de 5 mil km² todos os anos.

Quem vai pagar a conta?

O desmatamento onera muito para poucos e prejuízo para toda a sociedade, inclusive para quem vive nos grandes centros e para aqueles que promovem o desmatamento. Entendemos a maior crise hídrica da História e a produção de alimentos já foi afetada pela escassez de chuvas.

A Amazônia acaba transformando-se em equivalente à 10 anos de emissão de combustíveis fósseis.

Como a Amazônia influencia na formação de chuvas

Diariamente a Amazônia transfere 20 bilhões de toneladas de água na forma de vapor para a atmosfera, quantidade superior ao volume despejado no oceano Atlântico pelo rio Amazonas.

www.desmatamentozero.org.br
www.salveasflorestas.org.br

DESMATAMENTO ZERO

POR QUE PRECISAMOS DE FLORESTAS

As florestas são nosso seguro de vida

As florestas são parte vital do ciclo da água, contribuindo para a formação de chuvas que irrigam várias regiões do Brasil. Elas também nos oferecem os recursos naturais essenciais, como frutas ou lençóis. Sem elas, a produção de alimentos fica comprometida e a vida na Terra cada vez mais difícil.

Sem floresta não tem água

Diversos estudos científicos já mostraram que as florestas também são importantes na proteção de nascentes e rios, aumentando a qualidade e a quantidade da água que consumimos. Mas já perdemos 19% da Amazônia e quase 91% da Mata Atlântica.

Nas últimas quatro décadas foram destruídas quase 6 árvores por cada habitante da Terra, mais de 200 para cada brasileiro.

UMA LEI PELO FIM DO DESMATAMENTO

A destruição pelo lucro

Com o argumento de que é preciso desmatar para desenvolver, o Brasil vem negligenciando a proteção de suas florestas. O desmatamento não é apenas desnecessário, mas também um passivo legado para o futuro do clima e até da produção agrícola.

O Brasil precisa dar um basta no desmatamento

O desmatamento ainda é permitido no Brasil. Mas isso tem que acabar! Para que isso aconteça o povo brasileiro deve se unir e investir sua força, por uma mudança real e profunda na maneira como nos relacionamos com as florestas. Uma das formas de fazer isso é participando do Movimento para levar ao Congresso Nacional uma lei pelo Desmatamento Zero, com o apoio da população.

Uma árvore grande da floresta amazônica transfere cerca de 1000 litros de água por dia para a atmosfera, o suficiente para encher uma caixa d'água que abastece em média uma família de 6 pessoas.

Juntos somos mais fortes!

Pela proposta, fica proibido o corte de florestas nativas, mas atividades sustentáveis, como o manejo florestal, continuam permitidas. Para entregar o projeto no legislativo precisamos mobilizar o maior número possível de brasileiros e já contamos com o apoio de mais de 1,1 milhão de pessoas.

Passa a informação adiante

Para que sejamos ouvidos é preciso criar uma grande e potente mobilização nacional pela proteção de nossas florestas. Por isso, converse com seus parentes e amigos, debata o assunto na escola, no trabalho, na lancharota. Compartilhe o assunto nas redes sociais e assine pelo projeto de lei do Desmatamento Zero, acessando www.salveasflorestas.org.br. Por um futuro com água, comida e clima ameno para todos.

A floresta amazônica compreende aproximadamente:

- 10% das plantas do planeta.
- 40mil espécies de plantas.
- 1.300 espécies de aves e milhões de insetos além de 400 espécies de mamíferos.

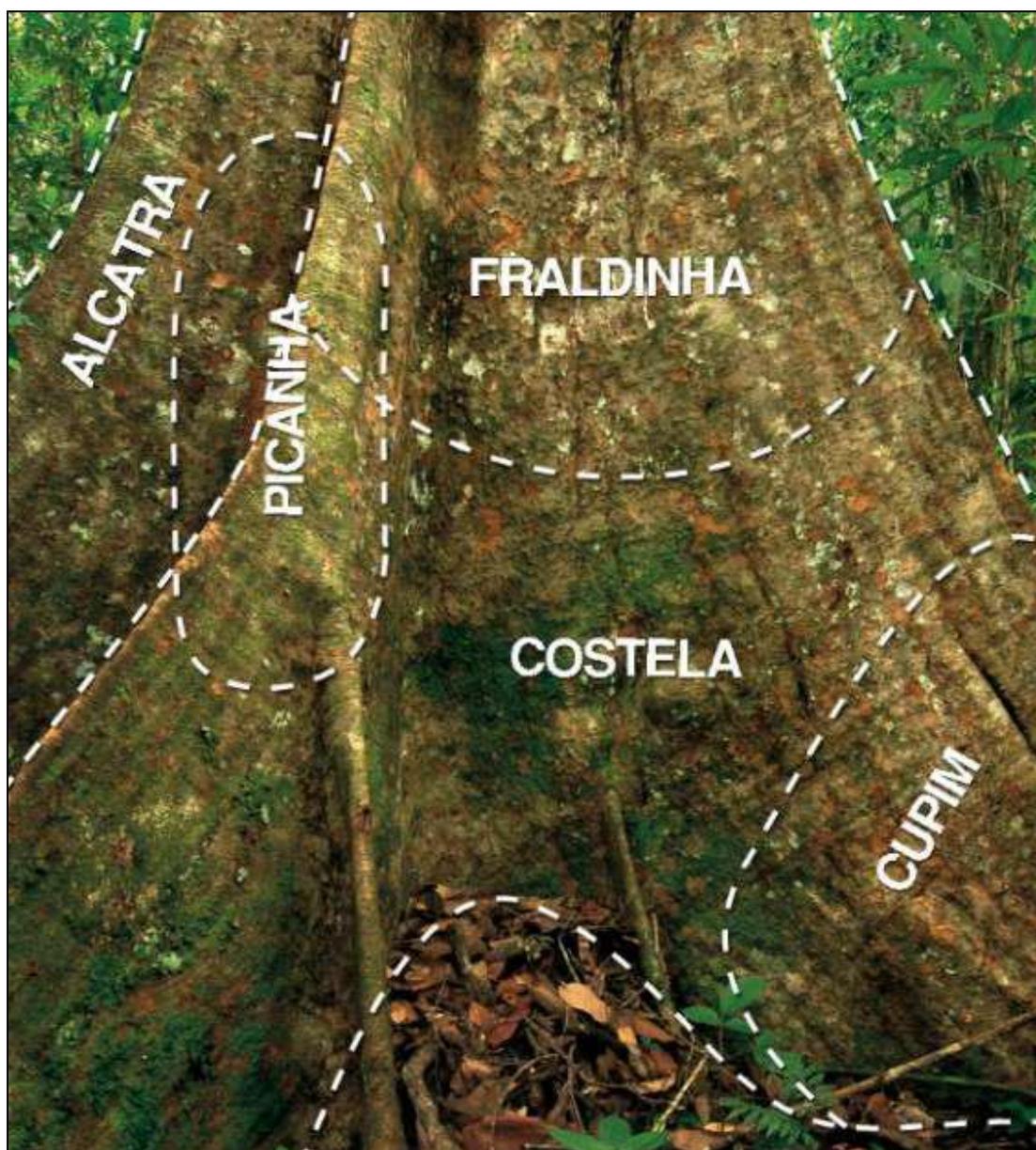
O QUE PODEMOS FAZER?

Assine e participe online no site salveasflorestas.org.br e baixe o kit de mobilização disponíveis no anexo.

- Compartilhe a petição em suas redes;
- Entre em ação: Vá para a rua, praça, parque, universidade, centro comunitário ou onde você quiser e colete o maior número de assinaturas;
- Engaje mais pessoas: Você pode desenvolver suas próprias atividades, intervenções e palestras para conscientizar e fortalecer o movimento.

Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Amazonia-sua-linda/>

ANEXO P
Anúncio Cortes de carne (GREENPEACE)



A carne que você come pode estar comendo a Amazônia.

Hoje, na Amazônia, a pecuária é responsável por 80% do desmatamento. O Greenpeace investiga e denuncia quem faz parte dessa cadeia criminoso de produção de carne. Os consumidores já deram seu recado: não queremos produtos originários do desmatamento. Junte-se ao Greenpeace e seja você também parte da solução. Acesse nosso site.

Desmatamento Zero, futuro do Brasil.

GREENPEACE
www.greenpeace.org.br
GREENPEACE

Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Divulgue/Midia-Impressa/>